Poder Judiciário
Justiça do Trabalho

Relatório Anual de Atividades

do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em 2015

TRT 4

JUSTIÇA DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO ANUAL

2015

Relatório Anual do TRT da 4ª Região. Porto Alegre, p. 1-414, 2015.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL	Kátia Viegas – Secretária-Geral da Presidência
ORGANIZAÇÃO	Maria Letícia Möllmann
REVISÃO ORTOGRÁFICA	Lara Göbhardt Martins Borges Fortes
CAPA	Daniel Aguiar Dedavid
FOTOS	Secretaria de Comunicação Social do TRT4

Relatório Anual do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.
Porto Alegre: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 1963- .

Anual

1. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. 2. Relatórios. 3. Relatório do TRT 4ª R – 2015.

CDU 347.998.72R4(047)

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Av. Praia de Belas, nº 1.100 – CEP 90.110-903 – Porto Alegre – RS
Fone 51 3255-2053 | www.trt4.jus.br

ADMINISTRAÇÃO

Gestão 2013/2015
Posse em 13 de dezembro de 2013

Cleusa Regina Halfen
Presidente

Ana Luiza Heineck Kruse
Vice-Presidente

Beatriz Renck
Corregedora Regional

Carmen Izabel Centena Gonzalez
Vice-Corregedora Regional

Gestão 2015/2017
Posse em 11 de dezembro de 2015

Beatriz Renck
Presidente

João Pedro Silvestrin
Vice-Presidente

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional

Marçal Henri dos Santos Figueiredo
Vice-Corregedor Regional

APRESENTAÇÃO

Apresento o Relatório Anual de Atividades do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região relativo aos trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2015, em atendimento ao inc. XXVII do art. 39 do Regimento Interno deste Tribunal.

Porto Alegre, 17 de maio de 2016.

Beatriz Renck
Presidente do TRT da 4ª Região/RS

Relatório Anual do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – 2015, apresentado na Sessão Ordinária do Órgão Especial realizada no dia 20 de maio de 2016.

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÕES DO TRT DA 4ª REGIÃO.....7

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO 2º GRAU.....10
TRIBUNAL PLENO.....10
ÓRGÃO ESPECIAL.....13
SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS.....15
1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....17
2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....18
SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO.....20
1ª TURMA.....21
2ª TURMA.....21
3ª TURMA.....22
4ª TURMA.....22
5ª TURMA.....23
6ª TURMA.....23
7ª TURMA.....24
8ª TURMA.....24
9ª TURMA.....25
10ª TURMA.....25
11ª TURMA.....26

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO 1º GRAU.....27
JUÍZES TITULARES.....27
JUÍZES SUBSTITUTOS.....31

POSSES, REMOÇÕES, REMOÇÕES E APOSENTADORIAS DE MAGISTRADOS.....35
COMISSÕES REGIMENTAIS.....37

GESTORES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE 2º GRAU.....40

PRESIDÊNCIA.....46
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA.....70
ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA.....72
SECRETARIA DE APOIO AOS MAGISTRADOS.....73
ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, DADOS ESTATÍSTICOS E APOIO ÀS AÇÕES INSTITUCIONAIS – AGE.....75
CERIMONIAL.....88
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECONTI.....96
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – SETIC.....99
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....138
ESCOLA JUDICIAL.....140
COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA.....178
JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO, EXECUÇÃO E PRECATÓRIOS – JACEP.....183

VICE-PRESIDÊNCIA.....190

CORREGEDORIA REGIONAL.....194

VICE-CORREGEDORIA REGIONAL.....213

OUVIDORIA.....220

MEMORIAL.....223

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA.....235
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, DO ÓRGÃO ESPECIAL E DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS.....237
SECRETARIA DA 1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....238
SECRETARIA DA 2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....239
SECRETARIA DA SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO.....240
SECRETARIAS DAS TURMAS JULGADORAS.....241
SECRETARIA PROCESSUAL.....242

DIRETORIA-GERAL.....255
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.....260
SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS – SEMPRO.....275
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS.....304
SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO.....314
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS.....333

COORDENADORIA DE SAÚDE.....351

MOVIMENTO JUDICIÁRIO DO 2º GRAU.....354
TRIBUNAL PLENO.....354
ÓRGÃO ESPECIAL.....357
SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS.....360
1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....361
2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....362
SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO.....363
TURMAS.....364

MOVIMENTO JUDICIÁRIO DO 1º GRAU.....369
VARAS DO TRABALHO.....369
DADOS ESTATÍSTICOS DOS JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU.....389

REGISTRO FOTOGRÁFICO.....398

ADMINISTRAÇÕES DO TRT DA 4ª REGIÃO

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
1941 – 1943	DJALMA DE CASTILHO MAYA – Presidente[1]
1943 – 1946	DJALMA DE CASTILHO MAYA – Presidente
1946 – 1949	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1949 – 1951	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1951 – 1953	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1953 – 1955	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1955 – 1958	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1958 – 1961	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1961 – 1963	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Vice-Presidente
1963 – 1965	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Vice-Presidente
1965 – 1967	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente MOZART VICTOR RUSSOMANO – Vice-Presidente (até 1966) PERY SARAIVA – Vice-Presidente (de 1966 a 1967)
1967 – 1969	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente PERY SARAIVA – Vice-Presidente
1969 – 1971	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente PERY SARAIVA – Vice-Presidente
1971 – 1973	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1971 – 1973	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1973 – 1975	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1975 – 1977	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente

1 *Presidente do Conselho Regional do Trabalho, vinculado ao então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
1977 – 1979	IVÉSCIO PACHECO – Presidente ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Vice-Presidente
1979 – 1981	ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Presidente CLOVIS PEREIRA ASSUNÇÃO – Vice-Presidente
1981 – 1983	ERMES PEDRO PEDRASSANI – Presidente JOÃO ANTONIO GUILHEMBERNARD PEREIRA LEITE – Vice-Presidente
1983 – 1985	JOÃO ANTÔNIO GUILHEMBERNARD PEREIRA LEITE – Presidente ALCINA TUBINO ARDAIZ SURREAUX – Vice-Presidente
1985 – 1987	ALCINA TUBINO ARDAIZ SURREAUX – Presidente SILENO MONTENEGRO BARBOSA – Vice-Presidente
1987 – 1989	FERNANDO ANTÔNIO PIZARRO BARATA SILVA – Presidente JOÃO LUIZ TORALLES LEITE – Vice-Presidente
1989 – 1991[2]	JOSÉ FERNANDO EHLERS DE MOURA – Presidente PAULO MAYNARD RANGEL – Vice-Presidente (até 1990) JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Vice-Presidente (de 1990 a 1991) RONALDO LOPES LEAL – Corregedor Regional (de 1990 a 1991) JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Vice-Corregedor Regional (1990) VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Corregedor Regional (de 1990 a 1991)
1991 – 1993	JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Presidente CARLOS EDMUNDO BLAUTH – Vice-Presidente MAURO AUGUSTO BRETON VIOLA – Corregedor Regional PAULO JOSÉ DA ROCHA – Vice-Corregedor Regional
1993 *(julho a dezembro)*	CARLOS EDMUNDO BLAUTH – Presidente ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Vice-Presidente RONALDO LOPES LEAL – Corregedor Regional VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Corregedor Regional
1993 – 1995	RONALDO JOSÉ LOPES LEAL – Presidente VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Presidente PAULO JOSÉ DA ROCHA – Corregedor Regional SEBASTIÃO ALVES MESSIAS – Vice-Corregedor Regional
1995 – 1997	VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Presidente FLAVIO PORTINHO SIRANGELO – Vice-Presidente MAURO AUGUSTO BRETON VIOLA – Corregedor Regional DARCY CARLOS MAHLE – Vice-Corregedor Regional

2 *Pela Lei nº 7.911/1989, foram criados os cargos de Corregedor Regional e Vice-Corregedor Regional, providos por Juízes togados, quando da eleição do Presidente e do Vice-Presidente. No período anterior a essa lei, a Corregedoria Regional era exercida pelo Presidente do TRT.*

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
1997 – 1999	FLAVIO PORTINHO SIRANGELO – Presidente SEBASTIÃO ALVES DE MESSIAS – Vice-Presidente BEATRIZ BRUN GOLDSCHMIDT – Corregedora Regional CARLOS AFFONSO CARVALHO DE FRAGA – Vice-Corregedor Regional
1999 – 2001	DARCY CARLOS MAHLE – Presidente BELATRIX COSTA PRADO – Vice-Presidente ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Corregedora Regional MARIO CHAVES – Vice-Corregedor Regional
2001 – 2003	ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Presidente FABIANO DE CASTILHOS BERTOLUCCI – Vice-Presidente MARIO CHAVES – Corregedor Regional PEDRO LUIZ SERAFINI – Vice-Corregedor Regional
2003 – 2005	FABIANO DE CASTILHOS BERTOLUCCI – Presidente DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO – Vice-Presidente PEDRO LUIZ SERAFINI – Corregedor Regional MARIA GUILHERMINA MIRANDA – Vice-Corregedora Regional
2005 – 2007	DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO – Presidente JOÃO GHISLENI FILHO – Vice-Presidente MARIA GUILHERMINA MIRANDA – Corregedora Regional (até 2006) BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Corregedora Regional (de 2006 a 2007) BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Vice-Corregedora Regional (até 2006) JURACI GALVÃO JÚNIOR – Vice-Corregedor Regional (2007)
2007 – 2009	JOÃO GHISLENI FILHO – Presidente CARLOS ALBERTO ROBINSON – Vice-Presidente BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Corregedora Regional JURACI GALVÃO JÚNIOR – Vice-Corregedor Regional
2009 – 2011	CARLOS ALBERTO ROBINSON – Presidente MARIA HELENA MALLMANN – Vice-Presidente JURACI GALVÃO JÚNIOR – Corregedor Regional ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Corregedora Regional
2011 – 2013	MARIA HELENA MALLMANN – Presidente ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Presidente CLEUSA REGINA HALFEN – Corregedora Regional ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO – Vice-Corregedora Regional
2013 – 2015	CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Vice-Presidente BEATRIZ RENCK – Corregedora Regional CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ – Vice-Corregedora Regional
2015 – 2017	BEATRIZ RENCK – Presidente JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Vice-Presidente MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO – Corregedora Regional MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO – Vice-Corregedor Regional

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO
2º GRAU

TRIBUNAL PLENO

Composição em 11 de dezembro de 2015:

CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente
ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Vice-Presidente
BEATRIZ RENCK – Corregedora Regional
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ – Vice-Corregedora Regional
JURACI GALVÃO JÚNIOR
ROSANE SERAFINI CASA NOVA
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA
BERENICE MESSIAS CORRÊA
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO
RICARDO CARVALHO FRAGA
JOSÉ FELIPE LEDUR
FLÁVIA LORENA PACHECO
JOÃO PEDRO SILVESTRIN
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
EMÍLIO PAPALÉO ZIN
VANIA MARIA CUNHA MATTOS
DENISE PACHECO
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
REJANE SOUZA PEDRA
WILSON CARVALHO DIAS
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

MARIA HELENA LISOT
LUCIA EHRENBRINK
IRIS LIMA DE MORAES
MARIA MADALENA TELESCA
HERBERT PAULO BECK
GEORGE ACHUTTI
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
RAUL ZORATTO SANVICENTE
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
JOÃO PAULO LUCENA
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL
BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA
KARINA SARAIVA CUNHA
Vago
Vago

Composição em 31 de dezembro de 2015:

BEATRIZ RENCK – Presidente
JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Vice-Presidente
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO – Corregedora Regional
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO – Vice-Corregedor Regional
JURACI GALVÃO JÚNIOR
ROSANE SERAFINI CASA NOVA
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA
ANA LUIZA HEINECK KRUSE
BERENICE MESSIAS CORRÊA
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA
CLEUSA REGINA HALFEN
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO
RICARDO CARVALHO FRAGA
JOSÉ FELIPE LEDUR
FLÁVIA LORENA PACHECO
LUIZ ALBERTO DE VARGAS

MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
EMÍLIO PAPALÉO ZIN
VANIA MARIA CUNHA MATTOS
DENISE PACHECO
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS
REJANE SOUZA PEDRA
WILSON CARVALHO DIAS
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
MARIA HELENA LISOT
LUCIA EHRENBRINK
IRIS LIMA DE MORAES
MARIA MADALENA TELESCA
HERBERT PAULO BECK
GEORGE ACHUTTI
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
RAUL ZORATTO SANVICENTE
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
JOÃO PAULO LUCENA
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL
BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA
KARINA SARAIVA CUNHA
Vago
Vago

Integraram, ainda, o Tribunal, no exercício de 2015, os Desembargadores LEONARDO MEURER BRASIL (aposentadoria em 1º.04.2015) e FLAVIO PORTINHO SIRANGELO (aposentadoria em 27.08.2015).

Tomaram posse, no ano de 2015, os Exmos. Desembargadores:

JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA, em 02.06.2015, na vaga anteriormente ocupada pela então Desembargadora MARIA HELENA MALLMANN, promovida ao cargo de Ministra do TST.

KARINA SARAIVA CUNHA, em 25.08.2015, em cadeira vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador LEONARDO MEURER BRASIL.

Juízes de 1º Grau, Titulares de Vara do Trabalho, convocados para atuar no Tribunal em 2015:

JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA

ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER

RICARDO FIOREZE

MANUEL CID JARDÓN

ANDRÉA SAINT PASTOUS NOCCHI

LUIZ CARLOS PINTO GASTAL

ROBERTO ANTÔNIO CARVALHO ZONTA

KARINA SARAIVA CUNHA

JOE ERNANDO DESZUTA

CLOCEMAR LEMES SILVA

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões do Tribunal Pleno compareceram os Procuradores FABIANO HOLZ BESERRA, ROGÉRIO UZUN FLEISCHMANN, PAULO JOARÊS VIEIRA e ALEXANDRE MARIN RAGAGNIN.

ÓRGÃO ESPECIAL

Composição em 11 de dezembro de 2015:

ANTIGUIDADE:

JURACI GALVÃO JÚNIOR

ROSANE SERAFINI CASA NOVA

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Vice-Presidente

BERENICE MESSIAS CORRÊA

TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA

CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente

ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

ELEITOS:

BEATRIZ RENCK – Corregedora Regional
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ – Vice-Corregedora Regional
DENISE PACHECO
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
RAUL ZORATTO SANVICENTE

SUPLENTES:

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
IRIS LIMA DE MORAES
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS
MARIA HELENA LISOT
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
REJANE SOUZA PEDRA
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Composição em 31 de dezembro de 2015:

ANTIGUIDADE:

JURACI GALVÃO JÚNIOR
ROSANE SERAFINI CASA NOVA
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA
ANA LUIZA HEINECK KRUSE
BERENICE MESSIAS CORRÊA
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA
CLEUSA REGINA HALFEN
ANA ROSA PERIERA ZAGO SAGRILO

ELEITOS:

JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Vice-Presidente
BEATRIZ RENCK – Presidente
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
EMÍLIO PAPALÉO ZIN

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO – Corregedora Regional
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO – Vice-Corregedor Regional
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
RAUL ZORATTO SANVICENTE

SUPLENTES:
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
IRIS LIMA DE MORAES
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA
REJANE SOUZA PEDRA
MARIA HELENA LISOT
LAIS HELENA JAEGER NICOTTI
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Integraram, ainda, o Órgão Especial, em 2015, pelo critério de antiguidade, o Desembargador FLAVIO PORTINHO SIRANGELO (aposentadoria em 27.08.2015).

Integraram, ainda, o Órgão Especial, pelo critério de eleição, no exercício de 2015, os Desembargadores CLEUSA REGINA HALFEN, CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA, DENISE PACHECO e TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL. E, como suplentes, os Desembargadores MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO, MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS e GILBERTO SOUZA DOS SANTOS.

Representando o Ministério Público do Trabalho nas Sessões do Órgão Especial compareceram os Procuradores FABIANO HOLZ BESERRA, ROGÉRIO UZUN FLEISCHMANN, PAULO JOARÊS VIEIRA e ALEXANDRE MARIN RAGAGNIN.

SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Composição em 11 de dezembro de 2015:
CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente
ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Vice-Presidente
JURACI GALVÃO JUNIOR
BERENICE MESSIAS CORRÊA
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA
FLÁVIA LORENA PACHECO

JOÃO PEDRO SILVESTRIN
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
EMÍLIO PAPALÉO ZIN
DENISE PACHECO
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
MARIA MADALENA TELESCA

Composição em 31 de dezembro de 2015:

BEATRIZ RENCK – Presidente
JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Vice-Presidente
JURACI GALVÃO JÚNIOR
ANA LUIZA HEINECK KRUSE
BERENICE MESSIAS CORRÊA
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA
FLÁVIA LORENA PACHECO
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
EMÍLIO PAPALÉO ZIN
DENISE PACHECO

Integraram, ainda, a SDC, no exercício de 2015, os Desembargadores CLEUSA REGINA HALFEN (então Presidente do Tribunal), FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO e MARIA MADALENA TELESCA.

Juízes titulares de Vara do Trabalho, convocados para atuar no Tribunal, e que atuaram na SDC:

ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER, na cadeira do Desembargador FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO, convocado para atuar no TST.

JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA, na cadeira do Desembargador JOÃO PEDRO SILVESTRIN, convocado para atuar no TST, e, após, na cadeira da Desembargadora MARIA HELENA MALLMANN, que tomou posse no cargo de Ministra do TST.

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões e audiências da Seção de Dissídios Coletivos compareceu a Procuradora BEATRIZ DE HOLLEBEN JUNQUEIRA FIALHO.

1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Composição em 11 de dezembro de 2015:

MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA – Presidente

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI

MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

RAUL ZORATTO SANVICENTE

ANDRÉ REVERBEL FERNANDES

JOÃO PAULO LUCENA

FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL

BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI

KARINA SARAIVA CUNHA

Juiz Convocado MANUEL CID JARDÓN (em cadeira vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador FLAVIO PORTINHO SIRANGELO)

Juiz Convocado JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA (em cadeira vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador JOÃO GHISLENI FILHO)

Composição em 31 de dezembro de 2015:

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO – Presidente

GEORGE ACHUTTI

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI

MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

RAUL ZORATTO SANVICENTE

ANDRÉ REVERBEL FERNANDES

JOÃO PAULO LUCENA

FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL

BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI

KARINA SARAIVA CUNHA

Juiz Convocado MANUEL CID JARDÓN (em cadeira vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador FLAVIO PORTINHO SIRANGELO)

Integraram também a 1ª Seção de Dissídios Individuais no ano de 2015 os Desembargadores:

MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
HERBERT PAULO BECK
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
RAUL ZORATTO SANVICENTE
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
JOÃO PAULO LUCENA
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL
BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI
KARINA SARAIVA CUNHA

Juiz Convocado JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA (em cadeira vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador JOÃO GHISLENI FILHO)

Juiz Convocado MANUEL CID JARDÓN (em cadeira vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador FLAVIO PORTINHO SIRANGELO)

Juíza Convocada ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER (na cadeira do Desembargador FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO, convocado para o TST)

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões e audiências da 1ª Seção de Dissídios Individuais compareceram os Procuradores DENISE MARIA SCHELLENBERGER, EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI, VICTOR HUGO LAITANO, CRISTIANO BOCORNY CORRÊA, ADRIANE ARNT HERBST, LEANDRO ARAÚJO, ROBERTO PORTELA MILDNER E CARLOS CARNEIRO ESTEVES NETO.

2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Composição em 11 de dezembro de 2015:

ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente
RICARDO CARVALHO FRAGA
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO

WILSON CARVALHO DIAS

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

MARIA HELENA LISOT

IRIS LIMA DE MORAES

HERBERT PAULO BECK

GEORGE ACHUTTI

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

Juiz Convocado ROBERTO ANTÔNIO CARVALHO ZONTA (na cadeira do Desembargador JOSÉ FELIPE LEDUR, Diretor da Escola Judicial)

Juiz Convocado JOE ERNANDO DESZUTA (na cadeira do Desembargador MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, afastado em razão de curso no exterior)

Composição em 31 de dezembro de 2015:

ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente

RICARDO CARVALHO FRAGA

JOSÉ FELIPE LEDUR

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

WILSON CARVALHO DIAS

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

MARIA HELENA LISOT

IRIS LIMA DE MORAES

MARIA MADALENA TELESCA

HERBERT PAULO BECK

Juiz Convocado JOE ERNANDO DESZUTA (na cadeira do Desembargador MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, afastado em razão de curso no exterior)

Integraram também a 2ª Seção de Dissídios Individuais no ano de 2015 os Desembargadores FLAVIO PORTINHO SIRANGELO, LEONARDO MEURER BRASIL, MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO, GEORGE ACHUTTI, TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL e KARINA SARAIVA CUNHA e os Juízes MANUEL CID JARDÓN, convocado para atuar na cadeira do Desembargador FLAVIO PORTINHO SIRANGELO enquanto era Conselheiro do CNJ; ROBERTO ANTÔNIO CARVALHO ZONTA, convocado para atuar na cadeira do Desembargador JOSÉ FELIPE LEDUR enquanto estava na Direção da Escola Judicial, e JOE ERNANDO DESZUTA, convocado na cadeira do

Desembargador MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, afastado em razão de curso no exterior.

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões e audiências da 2ª Seção de Dissídios Individuais compareceram os Procuradores ADRIANE ARNT HERBST, ANA LUIZA ALVES GOMES, CRISTIANO BOCORNY CORRÊA, LEANDRO ARAÚJO, LUIZ FERNANDO MATHIAS VILAR, MARIA CRISTINA SANCHEZ GOMES FERREIRA, PAULO EDUARDO PINTO DE QUEIRÓZ, ROBERTO PORTELA MILDNER e VICTOR HUGO LAITANO.

SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Composição em 11 de dezembro de 2015:
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA – Presidente
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
VANIA CUNHA MATTOS
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
REJANE SOUZA PEDRA
LUCIA EHRENBRINK
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

Composição em 31 de dezembro de 2015:
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA – Presidente
CLEUSA REGINA HALFEN
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
VANIA CUNHA MATTOS
REJANE SOUZA PEDRA
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA
Juiz convocado JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA

Integraram também a Seção Especializada em Execução no ano de 2015 os Desembargadores LUCIA EHRENBRINK (até 11.12.2015) e LUIS CARLOS PINTO GASTAL.

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões da Seção Especializada em Execução compareceram os Procuradores ADRIANE ARNT HERBST, ANA LUIZA ALVES GOMES, CARLOS CARNEITO ESTEVES NETO, CRISTIANO BOCORNY CORREA, DENISE MARIA SCHELLENBERGER, EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI, LEANDRO ARAUJO, LUIZ FERNANDO MATHIAS VILAR, MARIA CRISTINA SANCHEZ GOMES FERREIRA, PAULO EDUARDO PINTO DE QUEIROZ, ROBERTO PORTELA MILDNER, SILVANA RIBEIRO MARTINS e VICTOR HUGO LAITANO.

1ª TURMA

Composição em 11 de dezembro de 2015:
ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
IRIS LIMA DE MORAES
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI

Composição em 31 de dezembro de 2015:
ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente
IRIS LIMA DE MORAES
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
MANUEL CID JARDÓN

2ª TURMA

Composição em 11 de dezembro de 2015:
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA – Presidente
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Composição em 31 de dezembro de 2015:
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA – Presidente
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

3ª TURMA

Composição em 11de dezembro de 2015:

RICARDO CARVALHO FRAGA – Presidente
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
MARIA MADALENA TELESCA
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Composição em 31 de dezembro de 2015:

RICARDO CARVALHO FRAGA – Presidente
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
MARIA MADALENA TELESCA
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

4ª TURMA

Composição em 11 de dezembro de 2015:

JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Presidente
GEORGE ACHUTTI
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
Juiz Convocado JOE ERNANDO DESZUTA (na cadeira do Desembargador MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, afastado em razão de curso no exterior)

Composição em 31 de dezembro de 2015:

ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Presidente
GEORGE ACHUTTI
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
Juiz Convocado JOE ERNANDO DESZUTA (na cadeira do Desembargador MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, afastado em razão de curso no exterior)

Integraram também a 4ª Turma Julgadora os Desembargadores GILBERTO SOUZA DOS SANTOS, JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA e MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA.

5ª TURMA

Composição em 11 de dezembro de 2015:

BERENICE MESSIAS CORRÊA – Presidente

LEONARDO MEURER BRASIL

CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI

Composição em 31 de dezembro de 2015:

BERENICE MESSIAS CORRÊA – Presidente

CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI

KARINA SARAIVA CUNHA

6ª TURMA

Composição em 11 de dezembro de 2015:

JOSÉ FELIPE LEDUR – Presidente

MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA

RAUL ZORATTO SANVICENTE

Juiz Convocado ROBERTO ANTÔNIO CARVALHO ZONTA (na cadeira do Desembargador JOSÉ FELIPE LEDUR, Diretor da Escola Judicial)

Composição em 31 de dezembro de 2015:

JOSÉ FELIPE LEDUR – Presidente

MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA

RAUL ZORATTO SANVICENTE

FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL

Integrou também a 6ª Turma Julgadora o Juiz Convocado JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA.

7ª TURMA

Composição em 11 de dezembro de 2015:

EMÍLIO PAPALÉO ZIN

DENISE PACHECO

WILSON CARVALHO DIAS

Juiz Convocado MANUEL CID JARDÓN (em cadeira vaga, decorrente da aposentadoria do Desembargador FLAVIO PORTINHO SIRANGELO)

Composição em 31 de dezembro de 2015:

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ

EMÍLIO PAPALÉO ZIN – Presidente

DENISE PACHECO

WILSON CARVALHO DIAS

Integraram também a 7ª Turma Julgadora o Desembargador FLAVIO PORTINHO SIRANGELO e o Juiz Convocado JOE ERNANDO DESZUTA.

8ª TURMA

Composição em 11 de dezembro de 2015:

JURACI GALVÃO JÚNIOR – Presidente

JOÃO PAULO LUCENA

FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL

Juíza Convocada ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER (na cadeira do Desembargador FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO, convocado para o TST)

Composição em 31 de dezembro de 2015:

JURACI GALVÃO JÚNIOR – Presidente

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

LUCIA EHRENBRINK

JOÃO PAULO LUCENA

9ª TURMA

Composição em 11 de dezembro de 2015:
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA – Presidente
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
LUCIA EHRENBRINK

Composição em 31 de dezembro de 2015:
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA – Presidente
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA
Juiz Convocado JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA

Integrou também a 9ª Turma Julgadora a Desembargadora ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO.

10ª TURMA

Composição em 11 de dezembro de 2015:
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO – Presidente
VANIA CUNHA MATTOS
REJANE SOUZA PEDRA
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

Composição em 31 de dezembro de 2015:
CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO
VANIA CUNHA MATTOS
REJANE SOUZA PEDRA

Integrou também a 10ª Turma Julgadora o Desembargador LUÍS CARLOS PINTO GASTAL (na cadeira decorrente da promoção da Desembargadora MARIA HELENA MALLMANN ao TST).

11ª TURMA

Composição em 11 de dezembro de 2015:

FLÁVIA LORENA PACHECO – Presidente
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
MARIA HELENA LISOT
HERBERT PAULO BECK

Composição em 31 de dezembro de 2015:

FLÁVIA LORENA PACHECO – Presidente
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
MARIA HELENA LISOT
HERBERT PAULO BECK

Integrou, também, a 11ª Turma Julgadora o Juiz Convocado JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA (na cadeira decorrente da aposentadoria do Desembargador aposentado JOÃO GHISLENI FILHO).

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO
1º GRAU

JUÍZES TITULARES

Em 31 de dezembro de 2015 (por ordem de antiguidade)

1	JOÃO BATISTA SIECZKOWSKI MARTINS VIANNA
2	ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER
3	JANNEY CAMARGO BINA
4	MARCOS FAGUNDES SALOMÃO
5	JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA
6	NEURI GABE
7	MANUEL CID JARDÓN
8	SIMONE MARIA NUNES KUNRATH
9	BEN-HUR SILVEIRA CLAUS
10	MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO
11	CARLOS ALBERTO MAY
12	LUIS CARLOS PINTO GASTAL
13	ROBERTO ANTONIO CARVALHO ZONTA
14	LUIZ FERNANDO BONN HENZEL
15	NOÊMIA SALTZ GENSAS
16	ROSIUL DE FREITAS AZAMBUJA
17	JOE ERNANDO DESZUTA
18	MAURICIO SCHMIDT BASTOS
19	FREDERICO RUSSOMANO
20	ANDRÉ LUIZ DA SILVA SCHECH
21	ENY ONDINA COSTA DA SILVA
22	ANITA JOB LÜBBE
23	EDSON PECIS LERRER
24	CLÁUDIO ROBERTO OST
25	JOSÉ LUIZ DIBE VESCOVI
26	CARLOS HENRIQUE SELBACH

27 LUCIANE CARDOSO BARZOTTO
28 ANA ILCA HÄRTER SAALFELD
29 HORISMAR CARVALHO DIAS
30 EDUARDO DE CAMARGO
31 LUIZ ANTONIO COLUSSI
32 ANDREA SAINT PASTOUS NOCCHI
33 JOSÉ RENATO STANGLER
34 PAULO LUIZ SCHMIDT
35 EDSON MOREIRA RODRIGUES
36 THEMIS PEREIRA DE ABREU
37 CACILDA RIBEIRO ISAACSSON
38 ARY FARIA MARIMON FILHO
39 MARCELO PAPALÉO DE SOUZA
40 RICARDO FIOREZE
41 RUI FERREIRA DOS SANTOS
42 MARCELO SILVA PORTO
43 CELSO FERNANDO KARSBURG
44 ALEXANDRE SCHUH LUNARDI
45 LUIS FETTERMANN BOSAK
46 SILVANA MARTINEZ DE MEDEIROS
47 JORGE ALBERTO ARAUJO
48 MÁRCIA CARVALHO BARRILI
49 PAULO ANDRÉ DE FRANÇA CORDOVIL
50 ARTUR PEIXOTO SAN MARTIN
51 NEUSA LÍBERA LODI
52 GUSTAVO FONTOURA VIEIRA
53 LILA PAULA FLORES FRANÇA
54 LAURA ANTUNES DE SOUZA
55 LUIS ANTÔNIO MECCA
56 DANIEL DE SOUSA VOLTAN
57 RITA DE CÁSSIA DA ROCHA ADÃO
58 MARILENE SOBROSA FRIEDL
59 CLOCEMAR LEMES SILVA

60 BERNARDA NUBIA TOLDO
61 ELISABETE SANTOS MARQUES
62 DANIEL SOUZA DE NONOHAY
63 ANDRÉ IBAÑOS PEREIRA
64 MARIA TERESA VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA
65 ADRIANO SANTOS WILHELMS
66 SIMONE SILVA RUAS
67 ROSANE MARLENE DE LEMOS
68 CLEINER LUIZ CARDOSO PALEZI
69 LEANDRO KREBS GONÇALVES
70 ALCIDES OTTO FLINKERBUSCH
71 MARCELO CAON PEREIRA
72 RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR
73 PATRICIA HERINGER
74 ROSÂNE MARLY SILVEIRA ASSMANN
75 MAURÍCIO MACHADO MARCA
76 ROGÉRIO DONIZETE FERNANDES
77 FERNANDO FORMOLO
78 MARCO AURÉLIO BARCELLOS CARNEIRO
79 LUÍS ERNESTO DOS SANTOS VEÇOZZI
80 VOLNEI DE OLIVEIRA MAYER
81 JARBAS MARCELO REINICKE
82 IVANILDO VIAN
83 SILVIONEI DO CARMO
84 FLÁVIA CRISTINA PADILHA VILANDE
85 MÁRCIO LIMA DO AMARAL
86 TATYANNA BARBOSA SANTOS KIRCHHEIM
87 CARLA SANVICENTE VIEIRA
88 JANAÍNA SARAIVA DA SILVA
89 INGRID LOUREIRO IRION
90 FABIANE RODRIGUES DA SILVEIRA TRINDADE EMERY
91 PATRÍCIA DORNELLES PERESSUTTI
92 ADRIANA FREIRES

93 SIMONE OLIVEIRA PAESE
94 VALDETE SOUTO SEVERO
95 MARISTELA BERTEI ZANETTI
96 ANA JULIA FAZENDA NUNES
97 RAFAEL DA SILVA MARQUES
98 CINARA ROSA FIGUEIRÓ
99 GLÓRIA VALÉRIO BANGEL
100 LUCIANO RICARDO CEMBRANEL
101 EDUARDO DUARTE ELYSEU
102 RENATO BARROS FAGUNDES
103 CANDICE VON REISSWITZ
104 ODETE CARLIN
105 LUCIANA BÖHM STAHNKE
106 CINTIA EDLER BITENCOURT
107 CRISTIANE BUENO MARINHO
108 CRISTINA BASTIANI
109 JOSÉ CARLOS DAL RI
110 RAQUEL NENÊ SANTOS
111 JULIETA PINHEIRO NETA
112 LUIS ULYSSES DO AMARAL DE PAULI
113 LINA GORCZEVSKI
114 ANDRÉ VASCONCELLOS VIEIRA
115 DÉBORAH MADRUGA COSTA LUNARDI
116 FABIANA GALLON
117 GILBERTO DESTRO
118 RACHEL DE SOUZA CARNEIRO
119 ADRIANA MOURA FONTOURA
120 PATRÍCIA HELENA ALVES DE SOUZA
121 CAROLINA SANTOS COSTA DE MORAES
122 DEISE ANNE LONGO
123 LUÍS HENRIQUE BISSO TATSCH
124 DIOGO SOUZA
125 GRACIELA MAFFEI

126 ELSON RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
127 ADAIR JOÃO MAGNAGUAGNO
128 RAQUEL HOCHMANN DE FREITAS
129 MARCELO BERGMANN HENTSCHKE
130 BÁRBARA SCHÖNHOFEN GARCIA

O Juiz JOÃO CARLOS FRANCKINI, Titular de Vara do Trabalho, faleceu em 25.10.2015.

JUÍZES SUBSTITUTOS

Em 31 de dezembro de 2015 (por ordem de antiguidade)

1 SONIA MARIA POZZER
2 ANA CAROLINA SCHILD CRESPO
3 PAULO ERNESTO DORN
4 RITA DE CÁSSIA AZEVEDO DE ABREU
5 PATRICIA IANNINI DOS SANTOS
6 FERNANDA PROBST MARCA
7 SÉRGIO GIACOMINI
8 ROZI ENGELKE
9 ELIANE COVOLO MELGAREJO
10 GIOVANI MARTINS DE OLIVEIRA
11 PAULA SILVA ROVANI WEILER
12 MARIANA ROEHE FLORES ARANCIBIA
13 LENARA AITA BOZZETTO
14 JOSÉ FREDERICO SANCHES SCHULTE
15 MARCELE CRUZ LANOT ANTONIAZZI
16 LIGIA MARIA FIALHO BELMONTE
17 RITA VOLPATO BISCHOFF
18 FABÍOLA SCHIVITZ DORNELLES MACHADO
19 EDUARDO VIANNA XAVIER
20 CAROLINA HOSTYN GRALHA BECK
21 ADRIANA SEELIG GONÇALVES
22 ALINE DORAL STEFANI FAGUNDES
23 ALMIRO EDUARDO DE ALMEIDA

24 ELIZABETH BACIN HERMES
25 MAURÍCIO DE MOURA PEÇANHA
26 LUCIANA KRUSE
27 RAFAELA DUARTE COSTA
28 DANIELA ELISA PASTÓRIO
29 DENILSON DA SILVA MROGINSKI
30 JULIANA OLIVEIRA
31 RODRIGO TRINDADE DE SOUZA
32 MARIA CRISTINA SANTOS PEREZ
33 ADRIANA KUNRATH
34 GUSTAVO JAQUES
35 RUBIANE SOLANGE GASSEN ASSIS
36 CESAR ZUCATTI PRITSCH
37 MAX CARRION BRUECKNER
38 LAURA BALBUENA VALENTE GABRIEL
39 GLÓRIA MARIANA DA SILVA MOTA
40 NIVALDO DE SOUZA JUNIOR
41 RODRIGO DE ALMEIDA TONON
42 VINÍCIUS DANIEL PETRY
43 ALINE VEIGA BORGES
44 GUILHERME DA ROCHA ZAMBRANO
45 TIAGO MALLMANN SULZBACH
46 JEFFERSON LUIZ GAYA DE GOES
47 LUCIANA CARINGI XAVIER
48 ANA LUIZA BARROS DE OLIVEIRA
49 LUÍS FERNANDO DA COSTA BRESSAN
50 FABIANE MARTINS
51 EDENILSON ORDOQUE AMARAL
52 OSVALDO ANTONIO DA SILVA STOCHER
53 LUÍSA RUMI STEINBRUCH
54 DANIELA FLOSS
55 CAROLINA TOALDO DUARTE DA SILVA FIRPO
56 RAQUEL GONÇALVES SEARA
57 VALTAIR NOSCHANG
58 ANA PAULA KOTLINSKY SEVERINO
59 FERNANDA GUEDES PINTO CRANSTON WOODHEAD
60 GUSTAVO FRIEDRICH TRIERWEILER
61 NADIR FÁTIMA ZANOTELLI COIMBRA

62 EDUARDO BATISTA VARGAS
63 ANA PAULA KEPPELER FRAGA
64 MARCIA PADULA MUCENIC
65 MATHEUS BRANDÃO MORAES
66 CARLOS ERNESTO MARANHÃO BUSATTO
67 LÚCIA RODRIGUES DE MATOS
68 CHARLES LOPES KUHN
69 DANIELA MEISTER PEREIRA
70 THIAGO BOLDT DE SOUZA
71 CAROLINA CAUDURO DIAS DE PAIVA
72 MILENA ODY
73 RODRIGO MACHADO JAHN
74 FELIPE LOPES SOARES
75 PATRICIA ZEILMANN COSTA
76 EVANDRO LUÍS URNAU
77 IVANISE MARILENE UHLIG DE BARROS
78 KELEN PATRÍCIA BAGETTI
79 GIANI GABRIEL CARDOZO
80 NELSILENE LEÃO DE CARVALHO DUPIN
81 MARCOS RAFAEL PEREIRA PISCINO
82 GUSTAVO PUSCH
83 CLÁUDIA ELISANDRA DE FREITAS CARPENEDO
84 MAURICIO JOEL ZANOTELLI
85 ANDRÉ SESSIM PARISENTI
86 ELISEU CARDOZO BARCELLOS
87 EDENIR BARBOSA DOMINGOS
88 GABRIELA LENZ DE LACERDA
89 RAFAEL MOREIRA DE ABREU
90 RACHEL ALBUQUERQUE DE MEDEIROS MELLO
91 JAQUELINE MARIA MENTA
92 ÁTILA DA ROLD ROESLER
93 BÁRBARA FAGUNDES
94 ADRIANA LEDUR
95 MATEUS CROCOLI LIONZO
96 SHEILA SPODE
97 CÍNTHIA MACHADO DE OLIVEIRA
98 JORGE FERNANDO XAVIER DE LIMA
99 FERNANDO REICHENBACH

100 FELIPE JAKOBSON LERRER
101 PATRÍCIA BLEY HEIM
102 TAÍSE SANCHI FERRÃO
103 ROBERTA TESTANI
104 MAURÍCIO GRAEFF BURIN
105 MARCELA CASANOVA VIANA ARENA
106 MARINA DOS SANTOS RIBEIRO
107 SHEILA DOS REIS MONDIN ENGEL

POSSES, REMOÇÕES, PERMUTAS E APOSENTADORIAS DE MAGISTRADOS

POSSES

Tomaram posse no ano de 2015:

No cargo de Juiz do Tribunal:

JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA, em 02.06.2015, na vaga anteriormente ocupada pela então Desembargadora MARIA HELENA MALLMANN, promovida ao cargo de Ministra do TST;

KARINA SARAIVA CUNHA, em 25.08.2015, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador LEONARDO MEURER BRASIL.

No cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho:

Juíza RAQUEL HOCHMANN DE FREITAS, em 31.07.2015;

Juiz CARLOS ALBERTO ZOGBI LONTRA, em 1º.09.2015;

Juiz MARCELO BERGMANN HENTSHKE, em 03.12.2015;

Juíza BÁRBARA SCHÖNHOFEN GARCIA, em 07.12.2015.

No cargo de Juiz Titular do Trabalho Substituto:

Juíza TAÍSE SANCHI FERRÃO, em 06.04.2015, removida do TRT da 11ª Região;

Juíza ROBERTA TESTANI, em 06.04.2015, removida do TRT da 11ª Região;

Juiz MAURÍCIO GRAEFF BURIN, em 24.08.2015, removido do TRT da 15ª Região;

Juíza MARCELA CASANOVA VIANA ARENA, em 24.08.2015, removida do TRT da 15ª Região;

Juíza MARINA DOS SANTOS RIBEIRO, em 24.08.2015, removida do TRT da 15ª Região;

Juíza SHEILA DOS REIS MONDIN ENGEL, em 24.08.2015, removida do TRT da 15ª Região.

REMOÇÕES

Juíza FLÁVIA CRISTINA PADILHA VILANDE, em 16.04.2015, para a 25ª VT de Porto Alegre;

Juiz DIOGO SOUZA, em 16.04.2015, para a 3ª VT de Passo Fundo;

Juiz LUÍS ULYSSES DO AMARAL DE PAULI, em 08.06.2015, para a 1ª VT de Cachoeirinha;

Juíza ANDRÉA SAINT PASTOUS NOCCHI, em 28.08.2015, para a 2ª VT de Esteio;

MÁRCIO LIMA DO AMARAL, em 28.08.2015, para a 26ª VT de Porto Alegre;

Juiz JOSÉ CARLOS DAL RI, em 28.08.2015, para a 5ª VT de Canoas;

Juíza CAROLINA SANTOS COSTA DE MORAES, em 28.08.2015, para a VT de Alegrete;

Juiz MÁRCIO LIMA DO AMARAL, em 05.10.2015, para a 24ª VT de Porto Alegre;

Juíza TATYANNA BARBOSA SANTOS KIRCHHEIM, em 05.10.2015, para a 26ª VT de Porto Alegre;

Juíza LILA PAULA FLORES FRANÇA, em 05.10.2015, para a 1ª VT de Esteio;

Juiz LUÍS HENRIQUE BISSO TATSCH, em 05.10.2015, para a VT de São Jerônimo;

Juíza GLÓRIA VALÉRIO BANGEL, em 28.10.2015, para a 3ª VT de Gravataí;

Juiz MAURÍCIO MACHADO MARCA, em 28.10.2015, para a VT de Montenegro;

Juiz DIOGO SOUZA, em 28.10.2015, para a 2ª VT de Caxias do Sul;

Juíza RAQUEL HOCHMANN DE FREITAS, em 28.10.2015, para a 3ª VT de Passo Fundo.

REMOÇÕES PARA OUTROS REGIONAIS

Juíza ALESSANDRA CASARIL, em 09.01.2015, para o TRT da 9ª Região;

Juiz BRUNO MARCOS GUARNIERI, em 16.09.2015, para o TRT da 12ª Região.

APOSENTADORIAS

Desembargador LEONARDO MEURER BRASIL, em 1º.04.2015;

Desembargador FLAVIO PORTINHO SIRANGELO, em 27.08.2015;

Juíza VALÉRIA HEINICKE DO NASCIMENTO, em 06.04.2015;

Juíza VANDA IARA MAIA MULLER, em 1º.10.2015;

Juiz CARLOS ALBERTO ZOGBI LONTRA, em 04.12.2015.

COMISSÕES REGIMENTAIS

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

Composição em 11 de dezembro de 2015:

Desembargadora ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Presidente

Desembargador JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

Desembargador RICARDO CARVALHO FRAGA

Composição em 31 de dezembro de 2015:

Desembargador JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Presidente

Desembargador JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

Desembargadora ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Composição em 11 de dezembro de 2015:

Desembargador WILSON CARVALHO DIAS – Presidente

Desembargador RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

Desembargadora MARIA MADALENA TELESCA

Juíza ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER

Juiz JORGE ALBERTO ARAÚJO

Composição em 31 de dezembro de 2015:

Desembargador WILSON CARVALHO DIAS – Presidente

Desembargador RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

Desembargador JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

Juiz MANUEL CID JARDÓN

Juiz GIANI GABRIEL CARDOZO

COMISSÃO DE INFORMÁTICA

Composição em 11 de dezembro de 2015:

Desembargador CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA – Presidente
Desembargador HERBERT PAULO BECK
Desembargador GEORGE ACHUTTI
Juiz MAURÍCIO SCHMIDT BASTOS
Juíza MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO
Juiz RICARDO FIOREZE
Juíza ANDRÉA SAINT PASTOUS NOCCHI
Servidor LUIZ FERNANDO TABORDA CELESTINO
Servidor ONÉLIO LUIS SOARES DOS SANTOS
Servidora NATACHA MORAES DE OLIVEIRA

Composição em 31 de dezembro de 2015:

Desembargador JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Presidente
Desembargador CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
Desembargador GEORGE ACHUTTI
Juíza ENY ONDINA COSTA DA SILVA
Juiz RODRIGO DE ALMEIDA TONON
Juíza ANDRÉA SAINT PASTOUS NOCCHI
Juiz CLOCEMAR LEMES SILVA
Servidora BÁRBARA BURGARDT CASALETTI
Servidor ONÉLIO LUIS SOARES DOS SANTOS
Servidora NATACHA MORAES DE OLIVEIRA

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Composição em 11 de dezembro de 2015:

Desembargador EMÍLIO PAPALÉO ZIN – Presidente
Desembargadora MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
Desembargadora TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

Composição em 31 de dezembro de 2015:

Desembargadora ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Presidente
Desembargador EMÍLIO PAPALÉO ZIN
Desembargadora LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Composição em 11 de dezembro de 2015:

Desembargadora ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente

Desembargadora VANIA MARIA CUNHA MATTOS *

Desembargador MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

Desembargador MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Juiz RODRIGO TRINDADE DE SOUZA *

Servidor CRISTIANO BERNARDINO MOREIRA **

** Indicados pela Amatra IV*

*** Indicado pelo Sintrajufe*

Composição em 31 de dezembro de 2015:

Desembargador FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO – Presidente

Desembargadora TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

Desembargador MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Servidor CRISTIANO BERNARDINO MOREIRA

Uma vaga de Magistrado do Tribunal a ser indicado pela Amatra IV

GESTORES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE 2º GRAU

PRESIDÊNCIA

Secretária-Geral da Presidência
Soraia Bohn (até 13.12.2015)
Kátia Viegas (a partir de 14.12.2015)

Assessor(a) Jurídico da Presidência
Bruna Calsing (até 13.12.2015)
Eduardo Munari Preto (a partir de 14.12.2015)

Assessora de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais
Carolina da Silva Ferreira

Diretor da Secretaria de Apoio aos Magistrados
João Carlos Girotto

Diretora da Secretaria de Controle Interno
Tânia Mara de Araújo Borges

Assessora de Gestão de Mudanças
Júlia Helena Vargas Viegas

Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
Natacha Moraes de Oliveira

Coordenador de Gestão de TIC
Alberto Daniel Müller

Coordenador(a) de Atendimento a Usuários
Therezinha Schaab (até 31.05.2015)
Denilson Ribeiro de Quadros (a partir de 1º.06.2015)

Coordenador de Infraestrutura Tecnológica
Paulo Mendes Ribeiro Júnior

Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas
André Soares Farias

Diretor da Secretaria de Comunicação Social
Mário Garrastazu Médici Neto

Assessor de Comunicação Social
Gabriel Pereira Borges Fortes Neto

JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO, EXECUÇÃO E PRECATÓRIOS

Assessora-Chefe do Jacep
Márcia Jaqueline Leal Vargas

ESCOLA JUDICIAL

Secretário Executivo da Escola Judicial
Diogo Grimberg

Coordenadora de Documentação e Pesquisa
Regina Otília Figueira Maciel de Marco Ferreira

Coordenadora de Formação e Aperfeiçoamento
Camila Frigo

VICE-PRESIDÊNCIA

Assessora
Ana Lúcia Silveira Coitinho (até 13.12.2015)
Kenia Suarez Varela (a partir de 14.12.2015)

CORREGEDORIA REGIONAL

Secretário(a) da Corregedoria
Kátia Viegas (até 13.12.2015)
Mauro Baltar Grillo (a partir de 14.12.2015)

Assessor Técnico-Operacional da Secretaria da Corregedoria
Jeferson Andrade

Assessor Jurídico da Secretaria da Corregedoria
Rodrigo Velleda Lázaro da Silva (até 13.12.2015)
Guy de Bruchard (a partir de 14.12.2015)

Assessora Administrativa da Secretaria da Corregedoria
Carine Moehlecke Kohmann (até 22.10.2015)
Marcia Dias Ferreira (de 23.10.2015 a 13.12.2015)
Clarice Regina Lazarotto (a partir de 14.12.2015)

VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Assessora
Nádia Beatriz Dadalt (até 13.12.2015)
Andrea Koliver (a partir de 14.12.2015)

MEMORIAL

Coordenador(a) do Memorial
Kátia Teixeira Kneipp (até 14.04.2015)
Mauricio Oliveira Agliardi (a partir de 15.04.2015)

OUVIDORIA

Assistente-Chefe da Ouvidoria
Renato Annen Júnior

DIRETORIA-GERAL

Diretor(a)-Geral
Luiz Fernando Taborda Celestino (até 13.12.2015)
Bárbara Burgardt Casaletti (a partir de 14.12.2015)

Assessor(a) da Diretoria-Geral
Antônio Carlos Lantmann (até 13.12.2015)
Soraia Bohn (a partir de 14.12.2015)

Diretora da Secretaria de Administração
Daniela Vaz dos Santos

Coordenador(a) de Contabilidade
Éder Giovane Scherer Oliveira (até 13.12.2015)
Eliane Silveira de Cesaro (a partir de 14.12.2015)

Coordenador de Planejamento
Alexandre Gomes Nunes

Coordenador de Licitações e Contratos
André Magnus Martins

Coordenador de Material e Logística
Sandro Schiavon

Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças
Fernando Sodré (até 13.12.2015)
Eder Giovane Scherer Oliveira (a partir de 14.12.2015)

Coordenador(a) de Orçamento e Finanças
Tatiana Pedragosa Severo (até 15.01.2015)
Roberto da Gama Mor (de 16.01.2015 a 13.12.2015)
Cláudia Duarte Raffo (a partir de 14.12.2015)

Coordenador de Pagamento
César Augusto Collatto

Diretor da Secretaria de Apoio Administrativo
Beny Stewson Siqueira da Fontoura (até 13.12.2015)
Madison Gonçalves Trautmann (a partir de 14.12.2015)

Coordenador de Segurança Institucional
João Luiz Peixoto da Silva

Diretor(a) da Secretaria de Manutenção e Projetos
Débora Becker (até 15.06.2015)
Marcos Aurélio da Rosa Silva (de 16.06.2015 a 26.11.2015)
Débora Becker (de 27.11.2015 a 13.12.2015)
Luiz Fernando Taborda Celestino (a partir de 14.12.2015)

Coordenador(a) de Projetos e Execução de Obras e Serviços
Marcos Aurélio da Rosa Silva (até 15.06.2015)
Fernanda Saraiva e Silva (de 16.06.2015 a 26.11.2015)
Marcos Aurélio da Rosa Silva (a partir de 27.11.2015)

Coordenador de Manutenção e Instalações Prediais
Luís Fernando Pontello

Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas
Mauro Baltar Grillo (até 13.12.2015)
Paulo Ricardo Barreto Ferreira (a partir de 14.12.2015)

Coordenadora de Informações Funcionais
Lúcia Thomé de Oliveira

Coordenador(a) de Desenvolvimento de Pessoas
Paulo Ricardo Barreto Ferreira (até 13.12.2015)
Cristina Schmidt (a partir de 14.12.2015)

Coordenador de Saúde
Pedro Ivo Siqueira de Belli

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

Secretário-Geral Judiciário
Onélio Luís Soares dos Santos

Assessor da Secretaria-Geral Judiciária
Aldo da Silva Jardim

Secretária do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos
Cláudia Regina Schröder

Secretária da 1ª Seção de Dissídios Individuais
Ialdari Maria Benvenutti Santin

Secretária da 2ª Seção de Dissídios Individuais
Mauren Reinoldi da Silva

Secretária da Seção Especializada em Execução
Marcia Lamberti Doval

Secretária da 1ª Turma Julgadora
Elizete de Fátima de Freitas Machado

Secretária da 2ª Turma Julgadora
Ceci Dal Mass Coser

Secretário da 3ª Turma Julgadora
Paulo de Assis Bergman

Secretária da 4ª Turma Julgadora
Luciane Ramos Barros

Secretária da 5ª Turma Julgadora
Francine Costa Weege

Secretário da 6ª Turma Julgadora
Rubmar Fanni Adami

Secretária da 7ª Turma Julgadora
Marguit Elisa Landmeier

Secretário(a) da 8ª Turma Julgadora
Rejane Fátima Scandolara Rubio (até 19.04.2015)
Carlos Eduardo da Cunha Rockenbach (a partir de 04.05.2015)

Secretário da 9ª Turma Julgadora
Carlos Augusto Correa Lovato

Secretário da 10ª Turma Julgadora
Geraldo Cruz Teixeira

Secretário da 11ª Turma Julgadora
Paulo Eduardo Vieira Correa

Diretora da Secretaria Processual
Janine Scharlau Stöever

Coordenador de Cadastramento Processual
Flávio da Rocha Saraiva (até 02.02.2015)
Isnard Peixoto Neto (a partir de 20.03.2015)

Coordenador de Recursos
José Leopoldo Tiecher Bronfmann

Coordenadora de Agravos e Certidões
Ana Cândida Costa Carvalho (até 12.11.2015)

Coordenadoria de Precatórios (extinta em 08.04.2015)
Rejane Teresinha Kohlrausch dos Santos (até 07.04.2015)

Assessoria de Recurso de Revista
Tatiana Kraemer Leal
Roberta Zoratto Gastaldo (até 17.12.2015)
Fabiane Paixão Cortopassi (a partir de 18.12.2015)

PRESIDÊNCIA

A Presidente do TRT da 4ª Região/RS, Cleusa Regina Halfen, na forma regimental, representou o Tribunal perante os demais Poderes Públicos e suas autoridades, bem como dirigiu o serviço judiciário da Região e os trabalhos do Tribunal no ano de 2015, até o dia 11 de dezembro, data da posse da nova administração do TRT4.

A atuação da Presidente, tanto em despachos, como relatora em votos ou acórdãos, na área judiciária, está sintetizada no demonstrativo que segue:

Agravos regimentais de competência do Órgão Especial	57
Embargos de declaração de competência do Órgão Especial	zero
Precatórios	100
Recursos ordinários*	40
Outros (cobrança de custas, remessa de processos ao 1º Grau e ao Arquivo, etc.)	146

Fonte: e-Gestão – itens 2.192, 2.193, 2195 e 2196; Sistema NovaJus4 – andamentos RECO e DMOL.

Da extensa agenda cumprida pela Presidente, destacam-se:

Janeiro	
Dia 26	Reunião do Conselho Consultivo do Memorial, no Memorial da Justiça do Trabalho
	Reunião com o Desembargador José Felipe Ledur, Diretor da Escola Judicial, na Presidência do TRT4
Dia 27	Visita à Secretaria de Comunicação Social e à Assessoria de Gestão de Mudanças, na sala 307 do Prédio-Sede do TRT4
	Reunião com Diretores da Femargs, na Presidência do TRT4
Dia 28	Reunião com Elimar Drehmer, Superintendente de Governo do Banco do Brasil, e Marcelo Reali Andreola, Gerente de Relacionamento da Agência Setor Público Porto Alegre, na Presidência do TRT4
	Agenda com o Adv. André Jobim de Azevedo, na Presidência do TRT4
Dia 30	Sessão Solene de Posse dos novos dirigentes do TRT da 1ª Região – Biênio 2015/2017, no Rio de Janeiro/RJ

Fevereiro	
Dia 04	Expansão do Projeto Leitura Livre, no Foro Trabalhista de Porto Alegre
Dia 06	Reunião com o Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra, na Presidência do TRT4
Dias 09 a 13	VIII Congresso Internacional da Anamatra, em Roma – Itália

Dia 24	Reunião com a Desembargadora Denise Pacheco e com o Juiz do Trabalho Marcelo Bergmann Hentschke, na Presidência do TRT4
Dia 25	Reunião com o Ministro João Batista Brito Pereira, em Brasília/DF
Dias 25 e 26	1ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
Dia 27	Sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em Brasília/DF

Março	
Dia 03	Palestra do Desembargador Cláudio Antonio Cassou Barbosa e do Juiz do Trabalho Luiz Antonio Colussi durante a 10ª Semana de Prevenção das LER, promovida pelo Vereador Professor Garcia, em Porto Alegre/RS
Dia 05	Reunião com a Comissão Coordenadora do Memorial, na Presidência do TRT4
Dia 06	Seminário com os Diretores de Secretaria das Varas do Trabalho e Coordenadores das CCDFs das localidades em que haveria implantação do Sistema PJe-JT em 2015, na Escola Judicial
	Palestra "Nova Lei do Recurso de Revista. O Recurso de Revista e a Repercussão Geral no Processo do Trabalho de acordo com a Lei nº 13.015/2014. Incidente de Uniformização da Jurisprudência. A expressão legal", no Auditório Ruy Cirne Lima, no Foro Trabalhista de Porto Alegre
	Assinatura de Convênio com a Procuradoria Regional do Trabalho na 4ª Região para utilização do sistema MPT-Digital, no Salão Nobre da Presidência
Dia 10	Sessão Solene de Ratificação de Posse da Ministra Maria Helena Mallmann no cargo de Ministra do TST, em Brasília/DF
Dia 11	Reunião com o Min. Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do CSJT, em Brasília/DF
Dia 12	Desembargadora Cleusa Regina Halfen recebe a homenagem com a insígnia de Grande Colar do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região, em Campinas/SP
Dia 16	Reunião com as Desembargadoras da Administração e com o Presidente da Amatra IV, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
Dia 18	Reunião com o Presidente da Agetra, Antonio Vicente Martins, e com o Presidente da Subseção da OAB em Rio Grande, Everton Mattos, na Presidência do TRT4
	Apresentação da Pesquisa de Satisfação aos Desembargadores e Gestores do TRT4, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
Dia 19	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Santo Ângelo/RS

Dia 20	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Ijuí/RS
Dia 23	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Camaquã/RS e no Posto de São Lourenço do Sul/RS
Dia 25	Sessão Solene de posse do Ministro Walmir Oliveira da Costa na Academia Brasileira de Direito do Trabalho, no TST
Dia 25	Sessão Solene de Abertura das festividades alusivas aos 10 anos de instalação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no Salão Nobre da Presidência do TST, em Brasília/DF
Dias 25 e 26	2ª Reunião do Coleprecor, em Brasília/DF
Dia 27	Aula Inaugural: "O Trabalho como fator de adoecimento mental na contemporaneidade", com a professora da Universidade de Ottawa Katherine Lippel, no Auditório Ruy Cirne Lima, no Foro Trabalhista de Porto Alegre/RS
	Reunião com as Desembargadoras da Administração, na Presidência do TRT4
Dia 30	Reunião com o Desembargador João Alfredo Borges Antunes de Miranda, Presidente da Seção Especializada em Execução, na Presidência do TRT4
	Reunião com representantes da Associação dos Escritórios Jurídicos Empresariais do RS (AEJE), na Presidência do TRT4
	Reunião com a Diretora da Femargs, Juíza Valdete Souto Severo, na Presidência do TRT4
	Reunião com representantes da Abrat, Agetra e Satergs, na Presidência do TRT4
Dia 31	Reunião com o Desembargador José Felipe Ledur, Diretor da Escola Judicial, na Presidência do TRT4

Abril	
Dia 06	Posse das Juízas do Trabalho Substitutas Taíse Sanchi Ferrão e Roberta Testani, oriundas do TRT da 11ª Região/AM, por processo de Remoção Nacional (Edital nº 03/2014), no Salão Nobre da Presidência do TRT
	Reunião da Administração com representantes da AmatraIV, da Abrat, da Agetra, da OAB-RS e da Satergs, na Presidência do TRT4
	Abertura da Exposição "Advocacia Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória", no saguão do Prédio-Sede do TRT4
Dia 07	Reunião com o Diretor da Escola Judicial, Desembargador José Felipe Ledur, e as Desembargadoras da Administração, na Presidência do TRT4
	Inauguração da foto da Desembargadora Elaine Harzheim Macedo, na composição da galeria dos Ex-Presidentes do TRE, em Porto Alegre/RS
Dias 09 a 11	II Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho, em Porto Seguro/BA

Dia 13	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
Dia 14	Reunião do Fórum de Relações Institucionais, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
Dia 16	Instalação do Sistema PJe-JT nas VTs de Bagé/RS e no PAJT de Dom Pedrito/RS
Dia 17	Instalação do Sistema PJe-JT nas VTs de Pelotas/RS
Dia 22	Reunião com o Presidente da Fenatran, Paulo Bertolini, no Salão Nobre da Presidência
	Projeto Redescobrindo Valores: pagamento de reclamatória trabalhista ajuizada em 1982, no Jacep – Foro Trabalhista de Porto Alegre/RS
	Reunião com as Desembargadoras da Administração, na Presidência do TRT4
Dia 23	Reunião com o Procurador do Trabalho Fabiano Holz Beserra, na Presidência do TRT4
	Palestra "A Valorização do Trabalho Humano e a Livre Iniciativa", com o Ministro Aposentado Pedro Paulo Teixeira Manus e o Prof. Helio Zylberstajn, na Escola Judicial do TRT4
Dia 24	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Viamão/RS
	Debates acerca do IX Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS, no Plenário do TRT4
Dia 27	Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o CSJT e o TRT4, módulo AUD, no Gabinete da Presidência do TST, em Brasília/DF
	Solenidade de Aposição do retrato do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula na galeria de Presidentes do TST, em Brasília/DF
Dias 27 e 28	3ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
Dia 29	Entrevista para a Web TV do Tribunal, na Presidência do TRT4
Dia 30	Solenidade de lançamento da Pedra Fundamental da nova sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, em Porto Alegre/RS

Maio	
Dia 04	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
Dia 07	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Arroio Grande/RS
Dia 08	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Santa Vitória do Palmar/RS
Dia 12	Reunião de Análise da Estratégia – RAE, no Salão Nobre da Presidência
Dia 13	Agenda com o Juiz Militar Fábio Duarte Fernandes – Convite para cerimônia de entrega da Comenda do Mérito da Justiça Militar, na Presidência do TRT4
Dia 15	II Jornada sobre o Novo CPC e suas implicações no Processo do Trabalho, no Plenário do TRT4

	Reunião com o Juiz Paulo Schmidt, Presidente da Anamatra, na Presidência do TRT4
	Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Femargs, na sede da Femargs
Dia 18	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
	Abertura da Exposição "Ecleticismo", de Lenara Lunardi, no saguão do Prédio-Sede do TRT4
Dia 21	Evento "Diálogos com o Judiciário Trabalhista" no Instituto de Estudos em Gestão Empresarial – IEGE, em Porto Alegre/RS
Dia 22	Homologação negocial do e-Jus² e do Sistema PJe-JT da 4ª Região – Participação da Desembargadora Ana Paula Lockman, Dra. Gisela Avila Lutz e equipe técnica, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
	Sessão solene de outorga do Título Honorífico de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Paulo Renato Paim, na Câmara Municipal de Porto Alegre/RS
	Evento comemorativo ao Dia Nacional da Defensoria Pública, na Sogipa, em Porto Alegre/RS
Dia 25	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
Dia 26	Reunião com Procurador-Geral do Município de Uruguaiana, Mateus Henrique de Carvalho, na Presidência do TRT4
Dia 27	Reunião sobre o Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2014 – Redução de passivo processual no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília/DF
	Solenidade de posse dos novos dirigentes da Anamatra, biênio 2015/2017, em Brasília/DF
Dias 27 e 28	4ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
Dias 28 a 30	XXIV Encontro dos Juízes do Trabalho do RS, no Hotel Casacurta, em Garibaldi/RS

Junho	
Dia 1º	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Torres/RS e no Posto de Capão da Canoa/RS
	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Osório/RS e no Posto de Tramandaí/RS
Dia 02	Solenidade de posse em gabinete do Juiz do Trabalho João Batista de Matos Danda como Desembargador do TRT da 4ª Região, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
	Reunião com o advogado Denis Rodrigues Einloft, presidente eleito da AGETRA, na Presidência do TRT4
	Solenidade comemorativa aos 50 Anos da 7ª VT de Porto Alegre, no Saguão da 7ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS
	Palestra "Terceirização: fenômeno sócio-jurídico. Avanço ou retrocesso", na sede da

	OAB/RS, em Porto Alegre/RS
Dia 03	Solenidade de Posse de 14 Juízes Federais Substitutos, no TRF da 4ª Região, na sede do TRF da 4ª Região, em Porto Alegre/RS
	Reunião com integrantes da Diretoria do Sintrajufe para tratar de pautas da categoria, na Presidência do TRT4
Dia 08	Visita ao Senador Lasier Martins, em Porto Alegre/RS
	Reunião com a Comissão Coordenadora do Memorial, na Presidência do TRT4
Dia 09	Reunião com o Deputado Estadual Gilmar Sossella, na Presidência do TRT4
	Reunião Institucional com os Desembargadores do TRT4, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
Dia 10	Sessão Solene de posse do Promotor de Justiça Marcelo Lemos Dornelles no cargo de Procurador-Geral de Justiça, em Porto Alegre
	Jantar em comemoração à posse do Procurador-Geral de Justiça do Estado, Promotor Marcelo Lemos Dornelles, na Associação Leopoldina Juvenil, em Porto Alegre
Dia 11	Reunião-almoço no Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul – IARGS, em Porto Alegre/RS
	Reunião com a Advogada Priscila Agassis, da EPTC, na Presidência do TRT4
Dia 12	Evento do Programa de Combate ao Trabalho Infantil no TRT4 – "A realidade do Trabalho Infantil no Brasil e no Rio Grande do Sul", no *Lounge* da Escola Judicial – Foro Trabalhista de Porto Alegre/RS
	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
	9ª Reunião do Fórum de Relações Administrativas, na sede da Amatra IV
	Dia de Combate ao Trabalho Infantil – Exposição dos trabalhos dos alunos da escola Toyama e apresentação teatral sobre o tema "Trabalho Infantil", no saguão do Prédio-Sede do TRT4
	Jantar em comemoração aos 50 anos da Amatra IV, em Porto Alegre/RS
Dia 15	Reunião do Ministro Corregedor-Geral com a Presidente do TRT4, na Presidência do TRT4
	Reunião do Ministro Corregedor-Geral com os Desembargadores e Juízes Convocados do TRT4, na Sala 506-A do Prédio-Sede do TRT4
	Acompanhamento da visita do Ministro Corregedor-Geral à Escola Judicial do TRT4
Dias 15 a 19	Correição Ordinária no TRT4
Dia 17	Visita do Desembargador Carlos Teixeira Leite Filho e da Juíza Viviane Maldonado, membros do Grupo de Trabalho da Coordenação de Controle Regional da Corregedoria Nacional de Justiça.

	Reunião do Ministro Corregedor-Geral com os Desembargadores e Juízes Convocados, na sala 506-A do Prédio-Sede do TRT4
Dia 19	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
	Cerimônia de entrega da Comenda do Mérito da Justiça Militar, na Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS
Dia 22	Visita à Senadora Ana Amélia Lemos, em Porto Alegre/RS
Dia 25	Reunião com o Vereador Professor Garcia, na Presidência do TRT4
	Abertura da Exposição "Revisitando", de Valentina Piqué, no saguão do Prédio-Sede do TRT4
	5ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
Dia 26	Abertura dos VIII Jogos de Integração da Justiça do Trabalho, na PUCRS
Dia 28	Encerramento do VIII Jogos de Integração da Justiça do Trabalho, na PUCRS
Dia 30	Cerimônia de Premiação da V Edição do Prêmio Conciliar é Legal. TRT4 foi vencedor na categoria "Demandas Complexas ou Coletivas". Local: Sede do CNJ, em Brasília/DF.

Julho	
Dia 02	Audiência para pagamento de crédito trabalhista executado pelo Jacep, no Foro Trabalhista de Porto Alegre/RS
	Reunião com o Superintendente Regional do Trabalho, Flávio Zacher, na Presidência do TRT4
	Visita da Desembargadora Elaine Macedo, ex-Presidente do TRE-RS, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Desembargador Aposentado Sebastião Alves de Messias, na Presidência do TRT4
Dia 03	Reunião Institucional com Desembargadores e Juízes Convocados, no Salão Nobre da Presidência
	Reunião com as Desembargadoras da Administração, na Presidência do TRT4
Dia 08	Reunião com o Prefeito de Uruguaiana, Luiz Augusto Fuhrmann Schneider, na Presidência do TRT4
Dia 09	Reunião com o Presidente da Fiergs, Heitor José Müller, na Presidência do TRT4
	Solenidade de instalação do Instituto Gaúcho de Direito Eleitoral – IGADE, em Porto Alegre
Dia 10	Jantar baile em comemoração aos 50 anos de instalação da VT em Santo Ângelo/RS
Dia 13	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
Dia 31	Posse da Juíza Raquel Hochmann de Freitas como Juíza Titular da Vara do Trabalho

	de Frederico Westphalen, no Salão Nobre da Presidência do TRT4

Agosto	
Dia 03	Reunião com o Advogado Aloísio Zimmer, na Presidência do TRT4
	Reunião com Luiz Fernando Lorenzi, Superintendente Substituto, e Ângelo Rigoni, Superintendente Adjunto, da Receita Federal do Brasil, na sede da Receita Federal, em Porto Alegre/RS
	Reunião com representantes da OAB, Satergs, Agetra e Abrat, na Presidência do TRT4
Dia 06	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Alegrete/RS
	Instalação do Sistema PJe-JT nas Varas do Trabalho de Uruguaiana/RS
Dia 11	Solenidade de entrega das comendas e condecorações da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho na sede do TST, em Brasília/DF
Dia 13	Reunião com Paulo Renato Silva da Paz, Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil, na sede da Receita Federal, em Porto Alegre/RS
	Reunião com o Juiz Rodrigo Trindade, Vice-Presidente da Amatra IV, na Presidência do TRT4
Dia 14	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
Dia 17	Reunião com os Desembargadores do TRT4, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
	Capacitação "Entendendo o orçamento" para os Desembargadores do TRT4, no Salão Nobre da Presidência
Dia 18	Reunião-almoço do Sindilojas, com explanação pela Desembargadora Cleusa Regina Halfen sobre as ações desenvolvidas no TRT da 4ª Região
	Reunião com o Presidente da Associação dos Juízes Classistas do Rio Grande do Sul – Ajucla, Dirson Solano Dornelles, na Presidência do TRT4
	Visita institucional de apresentação do novo Superintendente de Governo do Banco do Brasil, Vanderlei Barbiero, na Presidência do TRT4
	Reunião com representantes da OAB-RS, na Presidência do TRT4
Dia 19	Abertura do Encontro Anual de Gestores do TRT4, em Gramado/RS
Dia 20	Palestra do Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho sobre a Lei nº 13.015/2014, na Escola Judicial do TRT4
Dia 24	Posse dos Juízes Substitutos removidos do TRT da 15ª Região: Maurício Graeff Burin, Marcela Casanova Viana Arena, Marina dos Santos Ribeiro e Sheila dos Reis Mondin Engel, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
Dia 25	Reunião com o Presidente da Associação dos Peritos na Justiça do Trabalho do

	Estado do Rio Grande do Sul – Apejust, Evandro Krebs Gonçalves, na Presidência do TRT4
	Posse em Gabinete da Juíza Titular de Vara do Trabalho Karina Saraiva Cunha no cargo de Desembargadora, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
Dias 26 e 27	6ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
Dia 28	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário TRT4
	Sessão Extraordinária do Órgão Especial, no Plenário TRT4
	Confraternização em homenagem ao Desembargador Flavio Portinho Sirangelo, em razão de sua aposentadoria
	Reunião com Desembargadores e Juízes do TRT4, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
Dia 31	Solenidade de condecoração – Ordem do Mérito de Dom Bosco, na sede do TRT da 10ª Região

Setembro	
Dia 03	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de São Borja/RS e Posto de Itaqui/RS
	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Santiago/RS
Dia 08	Reunião com representantes da Caixa Econômica Federal, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Juiz Mauricio Schmidt Bastos, Diretor do Foro Trabalhista de Porto Alegre, na Presidência do TRT4
Dia 09	Abertura do X Encontro Institucional da Magistratura, em Canela/RS
Dia 10	Solenidade de entrega das comendas da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho do TRT da 2ª Região, na sede do TRT da 2 ª Região, em São Paulo/SP
Dias 11 e 12	X Encontro Institucional da Magistratura, no Hotel Continental, em Canela/RS
Dia 14	Reunião com o Deputado Federal Luiz Carlos Busato, em Canoas/RS
Dia 15	Visita institucional da Associação dos Servidores Aposentados do TRT da 4ª Região – ASA-4, na Presidência do TRT4
	Doação de Livro sobre Trabalho Infantil à Biblioteca do TRT4 pela Juíza Andréa Nocchi, com a presença da Desembargadora Cleusa Regina Halfen e do Desembargador José Felipe Ledur, na Biblioteca do TRT4
Dia 16	Reunião com a Comissão de Jurisprudência, na Presidência do TRT4
Dia 17	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Soledade/RS
Dia 18	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Cruz Alta/RS
Dia 21	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
	Inauguração das novas dependências do Salão Nobre da Presidência, no 11º andar

	do Prédio-Sede do TRT4
Dia 22	Reunião com representantes da Amatra IV, na Presidência do TRT4
	Reunião com representantes da OAB, Agetra, Satergs e Abrat, na Presidência do TRT4
Dia 23	Cerimônia de assinatura do acordo de cooperação técnica celebrado entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e a Procuradoria-Geral do Trabalho, no Salão Nobre da Presidência do TST, em Brasília/DF
Dias 23 e 24	7ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
Dia 24	Audiência Pública – Eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais de 2º Grau, conforme a Proposta de Emenda à Constituição nº 187/12, na Câmara dos Deputados, em Brasília/DF
Dia 25	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
	Solenidade de inauguração da Sede Centro da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, em Porto Alegre/RS
Dia 29	Reunião com a Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga, Cristina Bastiani, na Presidência do TRT4

Outubro	
Dia 1º	Reunião da Comissão de Consulta para divulgação dos resultados da consulta prévia aos Juízes de 1º Grau, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
Dia 02	Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
Dia 05	Inauguração da Sala de Exposições do Memorial da Justiça do Trabalho, na sede do Memorial, em Porto Alegre/RS
Dia 08	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de São Gabriel/RS
Dia 09	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Santana do Livramento/RS
	Instalação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Rosário do Sul/RS
Dia 14	Reunião com o Deputado Estadual Eduardo Loureiro, o Prefeito de São Luiz Gonzaga e representantes da Seccional da OAB de São Luiz Gonzaga, na Presidência do TRT4
Dia 16	Instalação do Sistema PJe-JT nas VTs de Gramado/RS
Dia 19	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
Dias 21 e 22	8ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Imbassaí - BA
Dia 26	Reunião com a Advogada Mônica Rossi, na Presidência do TRT4
	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4

Dia 28	Reunião com representantes da OAB, Abrat, Agetra e Satergs, na Presidência do TRT4
Dias 29 a 31	XXII Congresso Brasileiro de Magistrados da AMB

Novembro	
Dia 03	Agenda com a Ministra do TST Kátia Magalhães Arruda, na sede do TST
	Agenda com o Ministro do TST José Roberto Freire Pimenta, na sede do TST
	Agenda com a Ministra do TST Maria de Assis Calsing, na sede do TST
	Agenda com a Ministra do TST Delaíde Alves Miranda Arantes, na sede do TST
	Agenda com o Ministro do TST Hugo Carlos Scheuermann, na sede do TST
	Agenda com o Ministro do TST Douglas Alencar Rodrigues, na sede do TST
	Agenda com a Ministra do TST Dora Maria da Costa, na sede do TST
	Agenda com o Ministro do TST Cláudio Mascarenhas Brandão, na sede do TST
Dia 04	Agenda com o Ministro do TST João Batista Brito Pereira, na sede do TST
	Agenda com a Ministra do TST Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, na sede do TST
	Agenda com a Ministra do STF Rosa Weber, no Supremo Tribunal Federal
	Agenda com o Ministro do STF Teori Albino Zavascki, no Supremo Tribunal Federal
	Agenda com o Ministro do TST Mauricio Godinho Delgado, em Brasília/DF
Dia 05	Reunião deliberativa da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados
Dia 06	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
Dia 09	Cerimônia de Entrega de Distintivos aos Servidores por Tempo de Serviço, no Saguão do Prédio-Sede do TRT4
Dia 11	Reunião com representantes da Astra 4 (Associação dos Servidores do TRT da 4ª Região), na Presidência do TRT4
Dia 13	Reunião do Conselho Deliberativo da Femargs, na sede da Femargs, em Porto Alegre/RS
	Entrega do convite para a Solenidade de Posse da Nova Administração do TRT4 ao Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado do RS, Juiz Coronel Sergio Antonio Berni de Brum, no Tribunal de Justiça Militar, em Porto Alegre/RS
	Reunião com o Superintendente do Banco do Brasil, Vanderlei Barbiero, e gerentes Jaira Ribeiro Aguirre e Marcelo Reali Andreola, na Presidência do TRT4
Dia 16	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
	Solenidade de Lançamento da Pedra Fundamental das novas instalações da Vara do Trabalho de Viamão/RS
Dia 17	Gravação do Programa "Jornada" do TST, na Presidência do TRT4

Dia 18	Entrega do convite para a Solenidade de Posse da Nova Administração do TRT4 ao Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Mauro Pinheiro, na Câmara Municipal Porto Alegre
	Entrega de convite para a Solenidade de Posse da Nova Administração do TRT4 ao Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, Rogério Uzun Fleischmann, na sede da PRT da 4ª Região, em Porto Alegre/RS
	Entrega de convite para a Solenidade de Posse da Nova Administração do TRT4 ao Prefeito Municipal de Porto Alegre, José Fortunati, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS
	Entrega de convite para a Solenidade de Posse da Nova Administração do TRT4 ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, Luiz Felipe Brasil Santos, na sede do TRE/RS, em Porto Alegre/RS
	Entrega de convite para a Solenidade de Posse da Nova Administração do TRT4 ao Presidente do TRF da 4ª Região, Luiz Fernando Wowk Penteado, na sede do TRF da 4ª Região, em Porto Alegre/RS
Dia 19	Entrega de convite para a Solenidade de Posse da Nova Administração do TRT4 ao Presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP, David Medina da Silva, na sede da FMP, em Porto Alegre
	Entrega de convite para a Solenidade de Posse da Nova Administração do TRT4 ao advogado Carlos Araújo.
	Entrega de convite para a Solenidade de Posse da Nova Administração do TRT4 ao Presidente da Amatra IV, Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior, na sede da Amatra IV, em Porto Alegre/RS
Dia 20	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, para Entrega da Comenda do Mérito Judiciário do TRT da 4ª Região, no Plenário do TRT4
Dia 23	Reunião da Comissão de Informática, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
	Abertura da exposição "Magistratura Trabalhista Gaúcha: origem e trajetória", organizada pelo Memorial, no saguão do Prédio-Sede do TRT4
Dias 24 e 25	9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília/DF
Dia 26	9ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
	Reunião sobre o Prêmio Innovare, no Supremo Tribunal Federal, em Brasília/DF
	Solenidade de Posse dos novos dirigentes do Coleprecor – 2016, na sede do TST, em Brasília/DF
Dia 27	Inauguração das Novas Instalações do Foro Trabalhista de Uruguaiana/RS
Dia 30	Coquetel para recepção dos premiados na XII Edição do Prêmio Innovare, em Brasília/DF

Dezembro	
Dia 1º	Cerimônia de Premiação da XII Edição do Prêmio Innovare, na sede do Supremo Tribunal Federal, em Brasília/DF
	Solenidade de Entrega da Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do TRT da 1ª Região, no Rio de Janeiro/RJ
Dia 03	Solenidade de Posse do Juiz Marcelo Bergmann Hentschke no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
	Solenidade de Inauguração da nova Galeria de Presidentes e Corregedores Regionais do TRT da 4ª Região e aposição do retrato da Desembargadora Cleusa Regina Halfen (Corregedora Regional em 2012/2013), no Foyer do Plenário do TRT4
Dia 04	Solenidade de outorga do título de Doutor *Honoris Causa* ao Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra, pela Universidade da Região da Campanha – Urcamp, em Bagé/RS
Dia 07	Solenidade de Posse da Juíza Bárbara Schonofen Garcia no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
Dia 09	Inauguração das Novas Instalações do Foro Trabalhista de Erechim/RS
Dia 11	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4

Em 11 de dezembro, tomou posse o cargo de Presidente do TRT da 4ª Região a Desembargadora Beatriz Renck, que cumpriu a seguinte agenda:

Dezembro	
Dia 16	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
Dia 17	Reunião de Análise da Estratégia (RAE) com o Comitê de Gestão Estratégica, no Salão Nobre da Presidência do TRT4
	Solenidade para fins de formalização de acordo requerida pelo Jacep (SINPRO, CEF e AELBRA), no Salão Nobre da Presidência do TRT4
Dia 18	Reunião com o Juiz Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior, Presidente da Amatra IV, na Presidência do TRT4
Dia 21	Reunião com o Sintrajufe, na Presidência do TRT4

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, COMITÊS, FÓRUNS, NÚCLEOS E GRUPOS

A Presidência esteve representada nos seguintes grupos de trabalho, fóruns, núcleos, comitês e comissões:

- **Comissão de Informática (artigo 211, § 1º, inciso IV e art. 227-A do Regimento Interno):** Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD** (artigo 2º da RA nº 03/2003) – Soraia Bohn, Secretária-Geral da Presidência
- **Comissão de Gestão Socioambiental** (Portaria nº 1.997/2015) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comissão Censitária** (Portaria nº 298/2014) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comissão de Gestão do Teletrabalho** (Portaria nº 5.791/2013) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comissão Especial para avaliar a veracidade da autodeclaração de candidatos negros nos concursos públicos do TRT4** (artigo 2º da Portaria nº 6.438/2015) **–** Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comissão de Adicional de Qualificação** (artigo 14 da Portaria nº 6.113/2012) – Bruna Calsing, Assessora Jurídica da Presidência
- **Comissão Permanente de Segurança** (artigo 1º da Portaria nº 5.755/2011) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comissão de Elaboração da Prova do Processo Seletivo de Estagiários do TRT da 4ª Região** (Portaria nº 5.521/2014) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comissão de Concurso de Servidor** (Portaria nº 1.456/2015) **–** Soraia Bohn, Secretária-Geral da Presidência
- **Comitê Gestor do Programa de Gestão de Pessoas por Competências** (Portaria nº 3.764/2012) – Soraia Bohn, Secretária-Geral da Presidência
- **Comitê Gestor Regional do Sistema PJe-JT do TRT da 4ª Região** (Portaria nº 5.370/2012) **–** Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comitê de Segurança da Informação** (artigo 8º da Portaria nº 4.772/2008) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comitê Orçamentário de 2º Grau** (Portaria nº 1.457/2015) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão** (Portaria nº 3.395/2014) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição** (Portaria Conjunta nº 6.028/2014) **–** Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Núcleo Multidisciplinar de Capacitação para Prospecção e Proposição de Ações de Capacitação a Serem Implementadas no Âmbito do TRT da 4ª Região** (artigo 1º da Portaria nº 7.381/2012) – Soraia Bohn, Secretária-Geral da Presidência

- **Núcleo de Cooperação Judiciária no Âmbito do TRT da 4ª Região** (artigo 1º da Portaria nº 6.882/2012) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Núcleo de Apoio à Execução** (RA nº 24/2011 e Portaria nº 2.034/2014) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Grupo de Governança dos Sistemas de Informação Adotados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região** – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Grupo Gestor Regional das Tabelas Processuais Unificadas** (Provimento Conjunto nº 02/2009) – Marcela Sevaio Portillo, Chefe de Gabinete da Presidência
- **Conselho Consultivo do Memorial** (artigo 4º da RA nº 05/2006) – Desembargadora Cleusa Regina Halfen, Presidente do TRT da 4ª Região
- **Conselho Deliberativo da Femargs (artigo 15 do Estatuto da Femargs)** – Desembargadora Cleusa Regina Halfen, Presidente do TRT da 4ª Região
- **Conselho da Comenda do Mérito Judiciário do TRT da 4ª Região** (artigo 3º da RA nº 42/2015) – Desembargadora Cleusa Regina Halfen, Presidente do TRT da 4ª Região
- **Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho (CGE-JT)** (inc. I do artigo 1º do Ato CSJT.GP.SG nº 294/2014, de 20.10.2014) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Rede de Priorização do Primeiro Grau** (Resolução CNJ nº 194/2014) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental – Gisa** (Termo de Cooperação – Processo nº 0146-10/000063-5) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas ao Tráfico de Pessoas** (Fonatrape) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – Simba** (Resolução CSJT nº 140/2014) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência, como Administrador Regional
- **Grupo de Trabalho para apresentar proposta de regulamentação acerca da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição – GECJ aos magistrados da 4ª Região –** Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Grupo de Trabalho para acompanhamento da tramitação de processos de interesse do TRT/RS –** Soraia Bohn, Secretária-Geral da Presidência
- **Grupo de Trabalho para apresentar estudo sobre os requerimentos dos Juízes do Trabalho Substitutos – regime de lotação, vinculação das designações dos juízes a uma determinada área geográfica** (Portaria nº 6.068/2015) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Equipe de Transição 2016/2017 (Portaria Conjunta nº 6.039/2015) –** Soraia Bohn, Secretária-Geral da Presidência
- **Grupo de Trabalho para Elaborar Proposição de Medidas Capazes de Conter o Avanço das Despesas Decorrentes da Concessão de Ajuda de Custo nas Hipóteses Previstas na Resolução CSJT nº 112/2012** – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comitê de Gestão Estratégica** (Portaria nº 2.775/2011, alterada pela Portaria nº 433/2014) – Soraia Bohn, Secretária-Geral da Presidência.

ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELA PRESIDÊNCIA

PROVIMENTOS

Provimento Conjunto nº 01/2015 – Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, a utilização dos sistemas que integram a Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis.

Provimento Conjunto nº 02/2015 – Estabelece concurso de remoção simultânea e sucessiva de Juízes Titulares entre as Varas do Trabalho da 4ª Região, observado o critério da antiguidade na classe.

Provimento Conjunto nº 03/2015 – Regulamenta a utilização do módulo Cadastramento da Liquidação e Execução – CLE, disponível no Sistema PJe-JT, no âmbito do primeiro Grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 04/2015 – Define a obrigatoriedade de utilização do meio eletrônico para o envio de requerimentos e comunicações internas na Justiça do Trabalho da 4ª Região e revoga o Provimento Conjunto nº 07/2010, da Presidência e da Corregedoria Regional.

Provimento Conjunto nº 05/2015 – Adia as datas de início do cadastramento no módulo Cadastramento da Liquidação e Execução – CLE, disponível no Sistema PJe-JT, estabelecidas no Anexo Único do Provimento Conjunto nº 03/2015, da Presidência e da Corregedoria Regional.

Provimento Conjunto nº 06/2015 – Disciplina a alienação judicial eletrônica de que trata o art. 689-A do Código de Processo Civil e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 07/2015 – Regulamenta a concessão de férias aos juízes de primeiro Grau no âmbito da 4ª Região da Justiça do Trabalho nos meses de janeiro e fevereiro de 2016.

Provimento Conjunto nº 08/2015 – Fixa a data do término da greve dos empregados em estabelecimentos bancários.

Provimento Conjunto nº 09/2015 – Redefine as datas de início do cadastramento no módulo Cadastramento da Liquidação e Execução – CLE, disponível no Sistema PJe-JT, estabelecidas no Anexo Único do Provimento Conjunto nº 03/2015, da Presidência e da Corregedoria Regional.

Provimento Conjunto nº 10/2015 – Revoga os Provimentos Conjuntos a Presidência e da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região nº 08/2011, nº 04/2014 e nº 12/2014.

PRINCIPAIS PORTARIAS

Portaria nº 1.100/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 2.744/2002, o qual elenca os integrantes da Comissão de Acompanhamento dos Servidores com Deficiência no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 1.105/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Santo Ângelo/RS a partir de 19.03.2015.

Portaria Conjunta nº 1.106/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Ijuí/RS a partir de 20.03.2015.

Portaria Conjunta nº 1.107/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Camaquã/RS e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Lourenço do Sul/RS a partir de 23.03.2015.

Portaria nº 1.132/2015 – Altera os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional, instituída pela Portaria nº 2.395/2008.

Portaria nº 1.286/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 7.405/2014, o qual nomina os integrantes do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituído no âmbito do TRT4 pela Portaria Conjunta nº 6.028/2014, da Presidência e da Corregedoria Regional.

Portaria nº 1.317/2015 – Institui Grupo de Trabalho para apresentar sugestões de aperfeiçoamento das informações coletadas para o Relatório Justiça em Números.

Portaria nº 1.409/2015 – Altera o Anexo 2 da Portaria nº 4.772/2008, a qual instituiu a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.455/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 4.542/2014, o qual nomina os integrantes da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.456/2015 – Constitui a Comissão de Concurso de Servidor, encarregada de promover concurso público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.457/2015 – Institui o Comitê Orçamentário de Segundo Grau, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e atribui ao Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição as atribuições arroladas no art. 5º da Resolução CNJ nº 195/2014, em relação ao primeiro Grau de jurisdição.

Portaria Conjunta nº 1.519/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Três Passos, na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi a partir de 09.04.2015.

Portaria Conjunta nº 1.520/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen a partir de 10.04.2015.

Portaria Conjunta nº 1.521/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Bagé/RS (1ª e 2ª) e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito/RS a partir de 16.04.2015.

Portaria Conjunta nº 1.522/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Pelotas/RS (1ª, 2ª, 3ª e 4ª) a partir de 17.04.2015.

Portaria Conjunta nº 1.523/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Viamão/RS a partir de 24.04.2015.

Portaria nº 1.588/2015 – Institui Grupo de Trabalho para apresentar sugestões sobre a distribuição de processos de que tratam os artigos 34-B, "a" (agravos de petição), e 37, "a" (recursos ordinários), do Regimento Interno, e sobre a possibilidade de ampliação da especialização.

Portaria nº 1.881/2015 – Institui Grupo de Trabalho responsável pelo planejamento do X Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul.

Portaria nº 1.937/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 5.370/2012, o qual nomina os integrantes do Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.996/2015 – Confere à Diretoria-Geral, sem prejuízo das demais atribuições que lhe são afetas, a competência de "Unidade Socioambiental" do TRT da 4ª Região para os efeitos do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014 e da Resolução CNJ nº 201/2015, definindo as suas atribuições.

Portaria nº 1.997/2015 – Transforma a Comissão de Gestão Ambiental na "Comissão de Gestão Socioambiental – Coseso", e regulamenta sua atuação.

Portaria nº 1.998/2015 – Institui o macroprocesso da fase de Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 2.032/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Arroio Grande/RS a partir de 07.05.2015.

Portaria Conjunta nº 2.033/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Santa Vitória do Palmar/RS a partir de 08.05.2015.

Portaria nº 2.056/2015 – Indica magistrados para atuarem como gestores das metas nacionais, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2015 e estabelece as unidades responsáveis pela adoção de medidas para o cumprimento das metas.

Portaria nº 2.057/2015 – Estabelece as unidades responsáveis pela adoção de medidas para o cumprimento das metas do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (2015-2020) e do Plano Estratégico do TRT da 4ª Região (2015-2020).

Portaria nº 2.592/2015 – Altera a Portaria nº 4.896/2005, a qual instituiu, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o Programa de Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial.

Portaria Conjunta nº 2.593/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Torres/RS e no Posto Avançado de Capão da Canoa/RS, bem como na Vara do Trabalho de Osório/RS e no Posto Avançado de Tramandaí/RS a partir de 1º.06.2015.

Portaria nº 2.971/2015 – Atualiza o macroprocesso da fase de planejamento das contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e revoga a Portaria nº 4.244/2012.

Portaria nº 3.073/2015 – Dispõe sobre as medidas a serem adotadas em decorrência da greve dos servidores do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 3.109/2015 – Vincula a Secretaria de Comunicação Social à Secretaria-Geral da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 3.132/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Estância Velha/RS a partir de 22.06.2015

Portaria nº 3.136/2015 – Altera a Portaria 4.174/2012, a qual criou o Fórum de Relações Administrativas.

Portaria nº 3.191/2015 – Institui Grupo de Trabalho para apresentar proposta de regulamentação acerca da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição – GECJ aos magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 3.326/2015 – Altera a Portaria nº 7.666/2014, que Regulamenta os processos de Auditoria, Fiscalização e Inspeção Administrativa a serem desenvolvidos pela Secretaria de Controle Interno do TRT4.

Portaria nº 3.334/2015 – Altera a Portaria n° 3.073/2015, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas em decorrência da greve dos servidores do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 3.345/2015 – Altera a Portaria nº 5.587/2007, a qual instituiu o uso do selo "Acervo Histórico" na identificação dos autos de processos e documentos relevantes para a história da Justiça e do Direito do Trabalho no Rio Grande do Sul.

Portaria nº 3.484/2015 – Institui a Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 3.606/2015 – Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem adotados em decorrência da greve dos servidores do TRT da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 3.660/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Alegrete/RS e nas Varas do Trabalho de Uruguaiana/RS (1ª e 2ª) a partir de 06.08.2015.

Portaria Conjunta nº 3.661/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Vacaria/RS a partir de 12.08.2015.

Portaria Conjunta nº 3.662/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha/RS a partir de 13.08.2015.

Portaria nº 3.667/2015 – Altera a Portaria n° 3.073/2015, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas em decorrência da greve dos servidores do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 3.766/2015 – Institui e regulamenta o concurso "Desafio Sustentável", para redução do consumo de energia elétrica e água nas unidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 4.172/2015 – Altera a Portaria nº 6.915/2012, a qual designa magistrados e servidores para atuarem como Gestores dos Sistemas de Informação.

Portaria nº 4.247/2015 – Dispõe sobre o Programa de Assistência Médica, Ambulatorial e Hospitalar no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 4.252/2015 – Institui o teletrabalho no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, em caráter permanente e facultativo.

Portaria nº 4.518/2015 – Institui Grupo de Trabalho para apresentar proposta de atualização da Resolução Administrativa nº 04/2006, do Tribunal Pleno do TRT4, a qual dispõe sobre os critérios de aferição de merecimento para a promoção de magistrados.

Portaria Conjunta nº 4.564/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de São Borja/RS e no Posto Avançado de Itaqui/RS, bem como na Vara do Trabalho de Santiago/RS a partir de 03.09.2015.

Portaria nº 4.734/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 1.456/2015, o qual elenca os integrantes da Comissão de Concurso de Servidor, encarregada de promover concurso público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 5.002/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Soledade/RS a partir de 17.09.2015.

Portaria Conjunta nº 5.003/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Cruz Alta/RS a partir de 18.09.2015.

Portaria Conjunta nº 5.051/2015 – Designa o Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Zogbi Lontra e o Juiz do Trabalho Substituto Marcelo Bergmann Hentschke para atuarem no Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios (Jacep), instituído pela Portaria Conjunta nº 7.868/2014, da Presidência e da Corregedoria Regional.

Portaria nº 5.147/2015 – Institui Grupo de Trabalho para apresentar proposta de reorganização do Serviço de Apoio aos Gabinetes – Saga, instituído no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região pela Portaria nº 3.486/2009.

Portaria nº 5.299/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 1.997/2015, o qual elenca os integrantes da Comissão de Gestão Socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 5.360/2015 – Dispõe sobre o desconto da remuneração dos dias não trabalhados pelos servidores que permanecerem em greve a contar do dia 25 de setembro de 2015 na folha de pagamento do mês subsequente.

Portaria nº 5.415/2015 – Dispõe sobre o Sistema de Gestão do Desempenho Funcional dos servidores ocupantes de cargo efetivo do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e revoga as Portarias nº 2.395/2008 e 1.132/2015

Portaria Conjunta nº 5.582/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de São Gabriel/RS a partir de 08.10.2015.

Portaria Conjunta nº 5.583/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Santana do Livramento/RS e na Vara do Trabalho de Rosário do Sul/RS a partir de 09.10.2015.

Portaria Conjunta nº 5.584/2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Gramado/RS (1ª e 2ª) a partir de 16.10.2015.

Portaria nº 5.603/2015 – Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Licitações do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e revoga a Portaria 6.191/2014.

Portaria nº 5.621/2015 – Institui Grupo de Trabalho para apresentar estudo sobre os requerimentos dos Juízes do Trabalho Substitutos relativos à manutenção, ampliação e universalização do regime de lotação, à vinculação das designações dos Juízes Substitutos a uma determinada área geográfica e ao estabelecimento de semelhança quantitativa e qualitativa entre as pautas de audiências originalmente designadas e aquelas fixadas para substituição.

Portaria Conjunta nº 6.038/2015 – Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos a serem adotados em razão do término da greve dos servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 6.039/2015 – Institui a Equipe de Transição dos cargos de direção do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região para o biênio 2016/2017.

Portaria nº 6.068/2015 – Institui Grupo de Trabalho para apresentar estudo sobre os requerimentos dos Juízes do Trabalho Substitutos relativos à manutenção, ampliação e universalização do regime de lotação, à vinculação das designações dos Juízes Substitutos a uma determinada área geográfica e ao estabelecimento de semelhança quantitativa e qualitativa entre as pautas de audiências originalmente designadas e aquelas fixadas para substituição e revoga a Portaria nº 5.621/2015.

Portaria nº 6.307/2015 – Altera a Portaria nº 4.345/2014, que dispõe sobre o Processo Seletivo para Formação de Cadastro de Reserva para Remoção de Servidores no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 6.438/2015 – Institui, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, mecanismos de controle a serem adotados na identificação do componente étnico-racial dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos nos concursos públicos.

Portaria nº 6.486/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 3.484/2015, o qual elenca os integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 6.488/2015 – Altera a Portaria nº 2.700/2014, a qual instituiu a Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 7.791/2015 – Altera a Portaria nº 4.772/2008, a qual instituiu a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 7.890/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 5.755/2011, que elenca os integrantes da Comissão Permanente de Segurança no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 7.891/2015 – Recompõe o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 4.518/2015 e prorroga o prazo concedido para apresentar proposta de atualização da Resolução Administrativa nº 04/2006, a qual dispõe sobre os critérios de aferição de merecimento para a promoção de magistrados.

Portaria nº 7.966/2015 – Altera a Portaria nº 4.772/2008, a qual instituiu a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 8.319/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 5.370/2012, o qual nomina os integrantes do Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 8.305/2015 – Institui e uniformiza os procedimentos gerais de segurança institucional relativos ao controle de acesso e trânsito de pessoas, materiais e veículos, bem como ao acesso de pessoas portando arma de fogo ou objetos perigosos nas dependências da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 8.319/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 5.370/2012, o qual nomina os integrantes do Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – Pje-JT do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 8.561/2015 – Altera a Portaria nº 3.486/2009, que cria o Serviço de Apoio aos Gabinetes no âmbito do TRT da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 8.600/2015 – Dispõe sobre a delegação de competências à Diretora-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 8.635/2015 – Dispõe sobre a delegação de competências ao Desembargador Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 8.636/2015 – Dispõe sobre a delegação de atos ordinatórios ao Secretário-Geral Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 8.651/2015 – Institui Comissão para proceder à Tomada de Contas anual da Assistente-Chefe da Seção de Almoxarifado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, relativamente ao exercício 2015.

Portaria nº 8.676/2015 – Recompõe o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 6.068/2015 e prorroga o prazo concedido para apresentar estudo sobre os requerimentos dos Juízes do Trabalho Substitutos relativos à manutenção, ampliação e universalização do regime de lotação, à vinculação das designações dos Juízes Substitutos a uma determinada área geográfica e ao estabelecimento de semelhança quantitativa e qualitativa entre as pautas de audiências originalmente designadas e aquelas fixadas para substituição.

Portaria Conjunta nº 6.867/2015 – Designa Juízes do Trabalho para atuarem no Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios (JACEP), instituído pela Portaria Conjunta da Presidência e da Corregedoria Regional nº 7.868/2014, e revoga as Portarias Conjuntas da Presidência e da Corregedoria Regional nº 7.869/2014, 5.051/2015 e nº 8.637/2015.

Portaria nº 8.699/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 6.438/2015, que elenca os integrantes da Comissão Especial constituída com a finalidade exclusiva de analisar a veracidade da declaração a que se refere o art. 2º da Lei nº 12.990/2014 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 8.707/2015 – Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Licitações do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 8.726/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 1.997/2015, o qual elenca os integrantes da Comissão de Gestão Socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 8.727/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 1.462/2014, que instituiu a Comissão de Negociação de Greve no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 8.733/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 4.252/2015, que instituiu o teletrabalho no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 8.734/2015 – Altera o Anexo II da Portaria nº 5.415/2015, que dispõe sobre o Sistema de Gestão do Desempenho Funcional dos servidores ocupantes de cargo efetivo do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 8.735/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 3.764/2012, que instituiu o Comitê Gestor do Programa de Gestão de Pessoas por Competências do TRT da 4ª Região e designa os respectivos integrantes.

Portaria nº 8.736/2015 – Altera o item 1 do Anexo 5 da Portaria nº 4.772/2008, que instituiu a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 8.755/2015 – Institui o Comitê Gestor Regional do Sistema de Gestão Orçamentária – SIG , no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 8.875/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria Conjunta nº 302/2014, que dispõe sobre a composição da Comissão de Informática no âmbito do Tribunal Regional da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 8.877/2015 – Altera o Anexo II da Portaria nº 6.113/2012, que regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, o Adicional de Qualificação de que trata a Lei n° 11.416/2006.

Portaria nº 8.885/2015 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 3.395/2014, que instituiu o Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 8.886/2015 – Dispõe sobre a extinção da Assessoria de Gestão de Mudanças.

EDITAIS

Edital GP 01/2015 – Abertura de vaga de 1 (um) cargo de juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, para preenchimento, por meio de promoção pelo critério de merecimento.

Edital GP 02/2015 – Torna público o novo cronograma de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) nas unidades judiciárias de 1º Grau, no ano de 2015, em conformidade ao disposto no art. 35 da Resolução nº 185/2013 do Conselho Nacional de Justiça, em substituição ao Edital GP nº 14/2014.

Edital GP 03/2015 – Edital de abertura de processo de remoção à titularidade da 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, em virtude da aposentadoria da Juíza Valéria Heinicke do Nascimento.

Edital GP 04/2015 – Abertura de vaga de 1 (um) cargo de juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, para preenchimento, por meio de promoção pelo critério de antiguidade.

Edital GP 05/2015 – Abertura de Processo de Remoção para o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no cargo de Juiz do Trabalho Substituto.

Edital GP 06/2015 – Abertura de vaga para preenchimento da titularidade da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen/RS.

Edital GP 07/2015 – Abertura de vaga para preenchimento da titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha/RS.

Edital GP 08/2015 – Torna público o novo cronograma de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) nas unidades judiciárias de 1º grau, no ano de 2015, em conformidade ao disposto no art. 35 da Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça, em substituição ao Edital GP nº 02/2015.

Edital GP n° 09/2015 – Abertura de vaga, para preenchimento através de promoção pelo critério da antiguidade, da titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Bagé.

Edital GP n° 10/2015 – Abertura de vaga, para fins de remoção, da titularidade da 2ª Vara do Trabalho de Esteio.

Edital GP n° 11/2015 – Abertura de vaga, para fins de remoção, da titularidade da 24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre.

Edital GP n° 12/2015 – Abertura de vaga para preenchimento através de promoção pelo critério do merecimento, da titularidade da 3ª Vara do Trabalho de Erechim.

Edital GP n° 13/2015 – Abertura de vaga para preenchimento mediante remoção da titularidade da 3ª Vara do Trabalho de Gravataí.

Edital GP n° 14/2015 – Abertura de vaga para preenchimento mediante promoção pelo critério da antiguidade, da titularidade da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões.

Edital GP n° 15/2015 – Abertura de vaga para preenchimento mediante promoção pelo critério do merecimento, da titularidade da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen.

Edital GP n° 16/2015 – Abertura de processo de remoção para o provimento de 05 cargos vagos de Juiz do Trabalho Substituto, no âmbito do TRT da 4ª Região.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

A Secretaria-Geral da Presidência dirigiu, orientou e apoiou administrativamente os trabalhos do Gabinete da Presidência, por meio das seguintes atividades:

- Organizou a agenda da Presidente do Tribunal;
- Encaminhou informações aos setores interessados;
- Preparou os materiais das reuniões de que participou a Presidente do Tribunal;
- Providenciou passagens aéreas, reservas de hotéis e traslados referentes às viagens institucionais feitas pela Presidente;
- Controlou a marcação de reuniões no Salão Nobre da Presidência, efetuando os devidos registros;
- Preparou o material e a pauta da Presidência nas sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, bem como assessorou a Presidente nas matérias objeto das pautas da Corregedoria Regional e da Diretoria-Geral nessas sessões;
- Revisou as minutas das atas das sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial para assinatura do Presidente do Tribunal;
- Minutou despachos e decisões em processos administrativos;

- Organizou o material das reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho – Coleprecor;
- Acompanhou o trâmite de processos e projetos de lei de interesse do Tribunal;
- Respondeu e/ou encaminhou consultas e requerimentos;
- Recebeu as correspondências endereçadas à Presidente do Tribunal, pelos Correios, por Malote Digital, por protocolo eletrônico, por e-mail e telegrama, bem como registrou essas ocorrências;
- Minutou ofícios e demais correspondências subscritas pela Presidente do Tribunal;
- Atendeu ao público interno e externo;
- Promoveu o intercâmbio de informações entre os órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo;
- Comunicou aos demais setores do Tribunal sobre os afastamentos da Presidente do Tribunal;
- Organizou e divulgou os plantões das áreas administrativa e judiciária nos feriados;
- Organizou o relatório anual das atividades do Tribunal referentes ao ano de 2014, em observância ao artigo 39, inc. XXVII, do Regimento Interno do Tribunal;
- Providenciou a designação de sessões do Órgão Especial para convocação de juízes para o Tribunal, em caso de aposentadoria ou convocação para o Tribunal Superior do Trabalho do Desembargador titular da cadeira, ou por outro motivo de afastamento que seja superior a 30 dias;
- Atualizou o Portal de Comunicação Interna do Tribunal (Portal VOX) em relação às atas e aos relatórios de reunião recebidos na Secretaria-Geral da Presidência;
- Manteve atualizado o site externo do Tribunal em relação à composição das Comissões, dos Núcleos e dos Comitês instituídos no âmbito do Tribunal, bem como os conteúdos do site cuja fonte da informação é a Secretaria-Geral da Presidência;
- Encaminhou os atos normativos expedidos pela Presidência aos setores competentes, para que providenciassem sua publicação nos veículos oficiais, bem como disponibilizou-os no site externo do Tribunal;
- Manteve atualizadas as listas de distribuição (grupos de e-mail) dos grupos de trabalho, dos núcleos, das comissões e dos comitês, sob responsabilidade da Presidência.

ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

A Assessoria Jurídica da Presidência desenvolveu as seguintes atividades no ano de 2015:

- Administrou a caixa de correio eletrônico da Assessoria Jurídica;
- Prestou assessoramento direto à Presidente do Tribunal, quando solicitado;
- Recebeu e encaminhou processos administrativos e judiciais físicos, bem como inseriu andamentos no sistema NovaJus4 em relação a esses processos e registrou o seu movimento em tabela de controle interno;
- Minutou despachos, pareceres e decisões em processos administrativos e judiciais físicos;
- Minutou votos nos agravos regimentais de competência do Presidente do Tribunal para serem julgados na sessão do Órgão Especial;
- Instaurou e acompanhou processos administrativos eletrônicos no âmbito do Tribunal, quando necessário;
- Minutou despachos, pareceres e decisões em processos administrativos eletrônicos, encaminhando-os às áreas responsáveis por seu prosseguimento;
- Aprovou atos normativos confeccionados por outras áreas do Tribunal, bem como editais, contratos e seus termos aditivos e termos de rescisão, convênios, termos de cooperação e termos de cessão de uso, publicados e assinados, respectivamente, pelo Tribunal, na forma do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993;
- Verificou a regularidade de informações prestadas pelas áreas competentes do Tribunal acerca de requerimentos formulados pela Advocacia-Geral da União, a fim de instruir processos judiciais que envolvem o TRT da 4ª Região e/ou seus servidores;
- Acompanhou o encaminhamento das auditorias no âmbito interno do Tribunal, por meio de expedientes eletrônicos instaurados no sistema ADMEletrônico;
- Consultou periodicamente o sistema PJe-CNJ, tomou ciência dos processos nos quais o Tribunal foi intimado, deu ciência às áreas competentes do Tribunal e encaminhou as respostas do Tribunal por meio do mesmo sistema;
- Minutou ofícios para assinatura da Presidente do Tribunal, quando solicitado;
- Elaborou minutas de atos normativos, quando requerido pela Presidente do Tribunal;
- Redigiu pareceres jurídicos quando solicitado pela Presidente ou por outras áreas do Tribunal;

- Desenvolveu pesquisas de cunho jurídico, quando houve demanda da Presidente ou de outras áreas do Tribunal;
- Prestou assessoramento na revisão das pautas de julgamento do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, bem como acompanhou as sessões de julgamento;
- Acompanhou o trâmite dos Incidentes de Uniformização de Jurisprudência (IUJs) no âmbito do TRT da 4ª Região;
- Respondeu a consultas recebidas por correio eletrônico.

SECRETARIA DE APOIO AOS MAGISTRADOS

Em 2015, a Secretaria de Apoio aos Magistrados – SAM tratou de:

- Assuntos referentes aos magistrados de primeiro grau do TRT4, em especial o cumprimento às determinações da Exma. Sra. Corregedora Regional quanto às designações dos Juízes do Trabalho Substitutos para atuação nas diversas unidades judiciárias da Região;
- Elaboração de pareceres referentes a matérias submetidas à sua apreciação, destacando-se, principalmente, em relação a férias, remoções, promoções, zoneamento/lotação, pedidos de afastamento, regimes de Juiz-Auxiliar, entre outros;
- Elaboração de relatórios solicitados pela Corregedoria e Vice-Corregedoria Regional para realização de inspeção correcional;
- Elaboração de relatórios destinados ao pagamento da Gratificação de Exercício Cumulativo de Jurisdição – GECJ aos juízes de 1º grau;
- Elaboração semestral da Escala de Férias dos magistrados de primeiro grau, a ser submetida à deliberação da Exma. Sra. Corregedora Regional;
- Elaboração de portarias relacionadas aos magistrados de primeiro grau (designações de Juízes Substitutos, concessão de férias, concessão de diárias, redistribuição de processos, zoneamento e lotação de Juízes Substitutos, remoções de Juízes Titulares, etc.);
- Criação de Processos Administrativos Eletrônicos dentro do sistema ADMEletrônico com inclusão de pedidos, informações e portarias;
- Lançamento no sistema informatizado das designações dos Juízes do Trabalho Substitutos, gerando o pagamento de substituição e das férias no sistema de folha de pagamento do Secof;

- Lançamento e controle das substituições de magistrados nas diversas Unidades Judiciárias;
- Serviço de apoio aos magistrados de primeiro grau na elaboração de ofícios, requerimentos, recebimento e expedição de processos, etc.;
- Cadastrar e dar visibilidade aos juízes de 1º grau no Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe.

Além dessas, a SAM exerceu outras atividades, as quais podem ser resumidas nos seguintes dados:

Confecção de carteiras de identidade de Magistrados	19
Correspondências expedidas via e-mail	6.023
Correspondências recebidas inclusive via e-mail	5.950
Propostas de concessão de diárias recebidas via e-mail	796
Informações em processos administrativos e administrativos eletrônicos	2.189
Portarias expedidas	3.552
Processos recebidos ou expedidos (Varas do Trabalho da Capital e do Interior)	7.035
Processos redistribuídos	1.905
Editais expedidos	14
Protocolo SAM Eletrônico – documentos físicos	134

ABERTURA DE PROCESSOS DE PROMOÇÃO DE JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS		
VT de Frederico Westphalen	28.05.2015	Raquel Hochmann de Freitas
1ª VT de Bagé	13.07.2015	Carlos Alberto Zogbi Lontra
3ª VT de Erechim	07.10.2015	Marcelo Bergmann Hentshke
VT de Palmeira das Missões	05.11.2015	Bárbara Schönhofen Garcia
VT de Frederico Westphalen	24.11.2015	Rozi Engelke

ABERTURA DE PROCESSOS DE REMOÇÃO DE JUÍZES TITULARES DE VARA DO TRABALHO		
25ª VT de Porto Alegre	16.04.2015	Flávia Cristina Padilha Vilande
3ª VT de Passo Fundo	16.04.2015	Diogo Souza

ABERTURA DE PROCESSOS DE REMOÇÃO DE JUÍZES TITULARES DE VARA DO TRABALHO		
1ª VT de Cachoeirinha	08.06.2015	Luís Ulysses do Amaral de Pauli
2ª VT de Esteio	28.08.2015	Andréa Saint Pastous Nocchi
26ª VT de Porto Alegre	28.08.2015	Márcio Lima do Amaral
5ª VT de Canoas	28.08.2015	José Carlos Dal Ri
VT de Alegrete	28/08.2015	Carolina Santos Costa de Moraes
24ª VT de Porto Alegre	05.10.2015	Márcio Lima do Amaral
26ª VT de Porto Alegre	05.10.2015	Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim
1ª VT de Esteio	05.10.2015	Lila Paula Flores França
VT de São Jerônimo	05.10.2015	Luís Henrique Bisso Tatsch
3ª VT de Gravataí	28.10.2015	Glória Valério Bangel
VT de Montenegro	28.10.2015	Maurício Machado Marca
2ª VT de Caxias do Sul	28.10.2015	Diogo Souza
3ª VT de Passo Fundo	28.10.2015	Raquel Hochmann de Freitas

ABERTURA DE PROCESSOS DE LOTAÇÃO DE JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS		
29ª VT de Porto Alegre	07.01.2015	Ana Paula Kotlinsky Severino
3ª VT de Caxias do Sul	07.01.2015	Gustavo Friedrich Trierweiler
11ª VT de Porto Alegre	20.08.2015	Bárbara Schönhofen Garcia
20ª VT de Porto Alegre	20.08.2015	Luísa Rumi Steinbruch
1ª VT de Bento Gonçalves	20.08.2015	Laura Balbuena Valente Gabriel
PAJT de Capão da Canoa	10.09.2015	Luís Fernando da Costa Bressan
2ª VT de Bento Gonçalves	18.09.2015	Kelen Patrícia Bagetti
11ª VT de Porto Alegre	11.12.2015	Rafaela Duarte Costa

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, DADOS ESTATÍSTICOS E APOIO ÀS AÇÕES INSTITUCIONAIS – AGE

1. Organograma, normas e atividades.

A Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais é subordinada à Secretaria-Geral da Presidência, consoante disposto no parágrafo único do artigo

237, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e foi instituída pela Portaria nº 2.404/2014. É regulada pelos artigos 8º e 9º, do Regulamento Geral do Tribunal. A Assessoria tem por atribuições:

- Elaborar, acompanhar e revisar o Plano Estratégico Institucional;
- Acompanhar e avaliar o cumprimento das metas do Plano Estratégico Institucional;
- Apoiar o planejamento e o acompanhamento de ações para o cumprimento das metas estratégicas estabelecidas para a Justiça do Trabalho e para o Poder Judiciário;
- Assegurar o alinhamento das unidades de apoio, especialmente das áreas de orçamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação e comunicações, à estratégia;
- Monitorar os projetos estratégicos;
- Definir e atualizar as diretrizes para o gerenciamento de projetos;
- Monitorar a execução dos projetos, propondo ações corretivas em caso de desvio do planejado;
- Fomentar o uso da Metodologia de Projetos pelas demais áreas que desenvolvam projetos táticos ou operacionais;
- Prestar suporte aos patrocinadores, aos gerentes e às equipes em relação à gestão de projetos e ao uso da Metodologia de Projetos;
- Promover, em conjunto com a área de capacitação do Tribunal, treinamentos para o desenvolvimento de competências necessárias ao gerenciamento de projetos;
- Prestar suporte quanto ao uso do sistema informatizado de acompanhamento dos projetos;
- Consolidar informações sobre os projetos estratégicos e reportá-las ao Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal;
- Comunicar o desenvolvimento dos projetos e garantir a disponibilização das informações sobre o seu andamento e sobre o seu desempenho às partes interessadas;
- Elaborar, divulgar e manter atualizados indicadores e dados estatísticos do Tribunal;
- Elaborar relatórios e estudos de acompanhamento e projeções de dados estatísticos periodicamente;
- Informar, periodicamente, dados para o sistema de estatística do Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (Justiça em Números e Metas Nacionais) e para o Sistema de Gestão Estratégica (Sigest) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Indicadores do Plano Estratégico, Metas Nacionais e Metas Específicas);
- Elaborar materiais de apoio, tais como pesquisas, gráficos e demonstrativos, que permitam subsidiar os processos de tomada de decisão no Tribunal;
- Prestar apoio às comissões, aos comitês, aos grupos de trabalho, aos programas e às demais ações institucionais, como determinado pela Presidência do Tribunal;

- Apoiar tecnicamente o mapeamento de processos de diversas áreas do Tribunal.

2. Gestão Estratégica

2.1 Aprovação do Plano Estratégico 2015 – 2020

Em março de 2015, foi aprovado, pelo Tribunal Pleno, o novo Plano Estratégico, com vigência de 2015 a 2020. Após a aprovação, foi iniciada a organização para a execução do Plano, com a definição das áreas responsáveis e dos gerentes e a elaboração dos cronogramas.

2.2 Reuniões de Análise da Estratégia

A AGE promoveu três Reuniões de Análise da Estratégia ao longo do ano, nos meses de maio, setembro e dezembro. Tais reuniões tem por objetivo apresentar o andamento da estratégia e discutir os rumos dos projetos estratégicos. Participaram das Reuniões os membros do Comitê de Gestão Estratégica.

2.3 Monitoramento dos indicadores

A AGE é responsável por alimentar os dados referentes aos indicadores e aos projetos estratégicos do Plano Estratégico do TRT4 no sistema Sigest, o qual é gerenciado pelo CSJT. A atualização dos dados é feita mensalmente.

2.4 Monitoramento dos Projetos Estratégicos e das Ações Setoriais

O monitoramento dos projetos pela AGE implica a participação em reuniões com o gerente e a equipe do projeto, o apoio metodológico em gerenciamento de projetos, a elaboração de relatórios de monitoramento e a atualização do Sigest com os dados relativos à situação dos projetos.

Os projetos estratégicos monitorados em 2015 foram:

- Implantação do Sistema PJe-JT – Gestão de Riscos;
- Atendimento ao Público (expansão);
- Reorganização do trabalho nas unidades judiciárias de 1° Grau;
- Qualificação de servidores (1º Grau);
- Agilização dos Julgamentos (1º Grau);
- Qualificação de gestores (1º Grau);
- Assessoramento aos Gestores;
- Grandes litigantes e demandas repetitivas;

- Entendendo o Orçamento.

Além de projetos, o plano estratégico trouxe um novo tipo de iniciativa: as ações setoriais. Essas são de responsabilidade de áreas específicas, conforme o tema, e não têm a obrigatoriedade de seguir a metodologia de gerenciamento de projetos. Em relação a elas, a AGE consolida as informações recebidas das áreas responsáveis e repassa as informações ao Comitê de Gestão Estratégica.

As ações setoriais executadas em 2015 foram:

- Democratizar a construção dos sistemas de informação;
- TI mais próxima do usuário;
- Sistema de governança;
- Implementar gestão de processos (área administrativa);
- Capacitação em gestão de equipes para gestores do 2º Grau;
- Promover eventos voltados ao fortalecimento da cidadania.

Além do monitoramento, alguns projetos estratégicos são gerenciados diretamente por servidores da AGE. Em 2015, os projetos que estiveram nessa condição foram: Reorganização do trabalho nas unidades judiciárias do 1º Grau (até junho, quando a responsabilidade foi transferida para a Corregedoria Regional), Qualificação de Servidores e Grandes Litigantes e Demandas Repetitivas. Na condição de gerente, cabe à AGE tanto planejar, quanto viabilizar a execução do projeto, com o apoio da equipe.

2.5 Participação na Rede de Governança Colaborativa (CNJ)

A Portaria nº 138/2013, do Conselho Nacional de Justiça, instituiu a Rede de Governança Colaborativa, na qual atuaram como representantes do TRT4 o Juiz Auxiliar da Presidência, Ricardo Fioreze (até 11/12), e a Assessora-chefe da AGE, Carolina da Silva Ferreira, ambos indicados por meio do Ofício TRT4 GP nº 106/2014.

A Rede de Governança Colaborativa é subdivida nos segmentos de Justiça e, no caso da Justiça do Trabalho, os Tribunais estão divididos em subcomitês, conforme seus portes, estando o TRT4 entre os Tribunais de Grande Porte, acompanhado dos Tribunais da 1ª (RJ), 2ª (SP), 3ª (MG) e 15ª (Campinas) regiões. Os representantes do TRT4 coordenam o Subcomitê dos Tribunais de Grande Porte.

Os representantes participam das Reuniões Preparatórias para os Encontros Nacionais do Judiciário, promovidos pelo CNJ, momento em que são apresentadas as metas para o ano seguinte aos segmentos de Justiça: Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Estadual, Justiça Eleitoral e Justiça Militar.

Os Encontros Nacionais são precedidos de duas Reuniões Preparatórias, das quais os representantes também participam, pois nesses encontros os temas de relevância para a gestão estratégica do judiciário de cada segmento são debatidos, incluindo aspectos de desempenho dos tribunais e novas metas.

Adicionalmente às reuniões e aos encontros que demandam a participação dos representantes do TRT4, a AGE atua ao longo do ano gerenciando as comunicações e a troca de informações em seu Subcomitê e deste com o CSJT e o CNJ, sobre os assuntos que envolvem a Rede de Governança Colaborativa, entre eles elaboração e definições do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e análise e definições para o CNJ quanto às Metas Nacionais.

2.6 Participação na elaboração do Plano de Logística Sustentável

A AGE participou da elaboração do Plano de Logística Sustentável – PLS/TRT4 juntamente com a Diretoria-Geral. O Plano propõe iniciativas distribuídas em oito eixos temáticos e estabelece plano de ação para cada uma delas. Possui um conjunto de indicadores que serão acompanhados pelo Comitê Gestor do PLS. O documento está em fase final de elaboração e deverá ser encaminhado para apreciação em fevereiro de 2016.

3. Dados Estatísticos

3.1 Relatórios

Mensalmente a Assessoria de Gestão Estratégica elabora o Informativo Mensal do Tribunal, com informações referentes ao movimento processual do 2º Grau. Este relatório, disponível na intranet e na internet, é remetidoà Administração do Tribunal, assim como aos Gabinetes dos Desembargadores, Assessores e Órgãos Julgadores do Tribunal. O informativo fornece uma visão global da movimentação processual na área judiciária, auxiliando no planejamento, na gestão estratégica e nas tomadas de decisões que visem a melhorar e agilizar a prestação jurisdicional.

O Relatório Justiça em Números, encaminhado ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça), com informações tanto da área judiciária como da administrativa, abrange o 1º e 2º Graus de jurisdição, com dados acumulados dos indicadores processuais mensais e saldos obtidos no final do período. Os indicadores obtidos por meio do Relatório, que é confeccionado por todos os Tribunais do País, permitem uma visão panorâmica do Poder Judiciário Brasileiro.

Para a elaboração do relatório Justiça em Números, a Assessoria de Gestão Estratégica envia dados em dois momentos: no mês de fevereiro e no mês de agosto. A primeira remessa, em fevereiro, contempla dados relativos à área administrativa do ano anterior (recursos humanos, orçamento) e área judiciária (movimentação processual do 2º semestre do ano anterior). A

segunda remessa, no mês de agosto, inclui dados da área administrativa do 1º semestre do ano, tais como nº de magistrados e nº de servidores, além de dados da área judiciária (movimentação processual do 1º semestre do ano).

3.2 Principais estudos realizados

- Acompanhar e prestar apoio ao Grupo Gestor Regional do e-Gestão, bem como secretariar as reuniões, confeccionar as atas e auxiliar nas tarefas determinadas pelo Grupo;
- Cálculo dos indicadores do IPC-jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça) do TRT4, conforme critério da Resolução nº 184 do CNJ;
- Construção da tabela de casos novos no triênio por Vara do Trabalho, adequando os seguintes dados: informações da data de instalação das varas do Trabalho, redistribuições dos postos e da contagem dupla em alguns casos. Essa tabela foi utilizada pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 3.191/2015, responsável pelo estudo da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição, e pelo Comitê de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição, na construção da proposta de implementação do cargo de segundo assistente de juiz do trabalho.

3.3 Acompanhamento das metas nacionais do Poder Judiciário

A Assessoria de Gestão Estratégica é responsável pela informação das metas nacionais do Poder Judiciário e as específicas da Justiça Trabalho no âmbito do TRT4, compilando em relatório mensal o desempenho do Tribunal. Os relatórios são divulgados mensalmente no Portal da Gestão Estratégica (internet e intranet). É responsabilidade da Assessoria a inserção dos dados no sistema do CNJ (metas nacionais) e no sistema do CSJT – Sigest (metas específicas da Justiça do Trabalho).

3.4 Dados do Planejamento Estratégico

A Assessoria de Gestão Estratégica é responsável pela inserção dos dados referentes aos indicadores do plano estratégico no Sigest (Sistema de Gestão Estratégica).

3.5 Implementação dos dados do Informativo Mensal do Tribunal no BI

Em 2015, teve início a elaboração das tabelas do Informativo do 2º Grau para extração e criação de relatórios por meio da ferramenta BI. Para tanto, foi realizado um estudo, em parceria

com a SEGJUD, onde foram identificadas, item a item, todas as colunas de dados do relatório. Pelo PA nº 0002888-81.2015.5.04.0000, a Setic desenvolveu o módulo que passou a se chamar "JUD 2º Grau – IMT". O projeto foi concluído ainda em 2015.

3.6 Implementação das Metas de 2º Grau no BI

Em 2015, iniciou-se a elaboração das tabelas das Metas Nacionais de 2º Grau para extração no ambiente BI. As metas de 1º Grau já são extraídas no BI. Esse projeto encontra-se em andamento.

3.7 Implementação das novas tabelas de 1º Grau no BI

Oriundo do antigo projeto "TRT4 em Números", em 2015 decidiu-se pela publicação de novas tabelas no ambiente da intranet. São tabelas que segmentam as informações por Vara do Trabalho e estão sendo desenvolvidas também no ambiente do BI. Esse projeto encontra-se em andamento.

4. Apoio às Ações Institucionais

O Apoio às Ações Institucionais consiste na operacionalização permanente do trabalho das Comissões, dos Comitês, Fóruns e Programas elencados na Portaria 2.404/2014, bem como de ações pontuais de assessoramento, conforme determinações da Presidência.

A seguir são relatadas as ações da AGE ocorridas em 2015 relacionadas a essa atribuição.

4.1 Comissão de Regimento Interno

Ato Normativo: Art. 215 do Regimento Interno

Trabalho desenvolvido: é responsável pelo estudo e encaminhamento de propostas de alterações regimentais. A Comissão trabalhou em conjunto com a Comissão de Jurisprudência para análise da Lei nº 13.015/2014.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão de Regimento Interno durante o ano de 2015 na elaboração de pesquisas jurídicas e materiais que subsidiaram as propostas de alterações regimentais encaminhadas à apreciação superior, além de secretariar a reunião ocorrida no dia 6 de agosto.

4.2 Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico

Ato Normativo: Art. 218 do Regimento Interno

Trabalho desenvolvido: as atribuições da Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico estão definidas no art. 218 do Regimento interno do TRT4.

A AGE secretariou a reunião da Comissão ocorrida em 14 de dezembro.

4.3 Comissão de Jurisprudência

Atos Normativos: Art. 220 do Regimento Interno e Resolução Administrativa nº 24/2015.

Trabalho desenvolvido: responsável pela edição e revisão de súmulas. A Comissão trabalhou na elaboração de pareceres que subsidiaram as propostas de novas súmulas nos incidentes de uniformização de jurisprudência.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão de Jurisprudência durante o ano de 2015 na elaboração de pesquisas jurídicas e materiais que subsidiaram as propostas de edição e revisão de súmulas, e, ainda, por demanda da Presidência e em parceria com a Segjud, na definição do fluxo de trabalho interno da Comissão e da tramitação dos incidentes de uniformização de jurisprudência – IUJs, decorrentes da edição da Lei nº 13.015/2014.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 3 e 31 de março, 5 de maio, 6 de junho, 7 de julho, 8 de agosto, 9 de setembro, 10 de outubro e 12 de dezembro.

4.4 Comissão de Gestão Socioambiental – Cogeso

Atos Normativos: Portarias nº 1.997/2015 e Portaria nº 5.299/2015, que altera a composição. (Atos anteriores: Portarias nº 1.669/2010, nº 301/2014 e nº 2.938/2014).

Trabalho desenvolvido: As atribuições da Cogeso estão definidas no art. 2º da Portaria nº 1.997/2015. A Cogeso representa o TRT4 no GISA – Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental. Assumiu, ainda, o papel de gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ), instituída pela Resolução CNJ nº 201/2015, cuja implantação está em andamento. A Cogeso é responsável, também, pelo planejamento das ações e proposição de projetos socioambientais. Atualmente estão sendo levantadas ações de capacitação e de comunicação relacionadas ao tema já existentes no TRT4. Está em andamento uma campanha de divulgação e ações de mobilização relacionadas à Política Socioambiental, desenvolvidas pela Secretaria de Comunicação – Secom, juntamente com a Diretoria Geral – Unidade Socioambiental.

A AGE assessorou a Cogeso, representando o Tribunal, nas reuniões do GISA ocorridas em 9 de março, 13 de abril e 11 de maio. Secretariou, ainda, as reuniões da Comissão ocorridas em 30 de julho e 29 de outubro, bem como elaborou material com levantamento de ações de capacitação e comunicação relacionadas à gestão ambiental.

Em 2015, a AGE iniciou o assessoramento à Diretoria-Geral na elaboração do Plano de Logística Sustentável, ainda em curso.

4.5 Comissão Permanente de Segurança

Atos Normativos: Portaria nº 5.755/2011 e Portarias nº 1.771 e nº 3.995/2014.

Trabalho desenvolvido: as atribuições da Comissão Permanente de Segurança estão definidas no art. 2º da Portaria nº 5.755/2011.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão Permanente de Segurança durante o ano de 2015 no encaminhamento das demandas aos setores competentes, registro em expediente eletrônico do trabalho desenvolvido pela Comissão. Também secretariou a reunião ocorrida em 29 de junho.

4.6 Comissão de Gestão do Teletrabalho

Ato Normativo: Portaria nº 4.252/2015

Trabalho desenvolvido: as atribuições da Comissão de Gestão do Teletrabalho estão definidas no art. 3º da Portaria nº 4.252/2015. Está sendo estudada pela Comissão a minuta de Resolução que regulamentará o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário. No âmbito do TRT4, o teletrabalho já ocorre em caráter permanente. A Comissão está trabalhando na elaboração de uma cartilha ou um manual com orientações acerca dos aspectos ergonômicos que devem ser observados pelos servidores que trabalham nessa modalidade.

A AGE secretariou a reunião ocorrida em 24 de agosto.

4.7 Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

Ato Normativo: Portaria nº 2.700/2014

Trabalho desenvolvido: as atribuições da Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho estão definidas no art. 8º da Resolução CSJT nº 141/2014 e no art. 2º da Portaria nº 2.700/2014. O assunto principal das reuniões da Comissão no último biênio foi o andamento – acompanhamento da contratação e execução – dos Programas PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, ambos em fase de implantação, tendo sido aprovado o Documento-Base do PPRA na reunião de 9 de julho. A Comissão é responsável, ainda, pela elaboração do Relatório Estatístico Anual de que trata a Resolução CSJT nº 141/2014. Representantes da Comissão participaram, também, de eventos atinentes ao tema.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 14 de abril, 21 de maio e 9 de julho.

4.8 Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente

Ato Normativo: Portaria nº 3.494/2015

Trabalho desenvolvido: as atribuições da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente estão definidas no art. 1º da Portaria nº 3.484/2015. Está em planejamento um seminário voltado ao tema relacionado às comunidades produtoras de tabaco.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 28 de agosto, 19 de outubro, 20 de novembro e 15 de dezembro.

4.9 Comitê de Gestão Estratégica

Ato Normativo: Portaria nº 2.775/2011

Trabalho desenvolvido: as atribuições do Comitê de Gestão Estratégica estão definidas no art. 3º da Portaria nº 2.775/2011 e envolvem as deliberações concernentes à Gestão Estratégica.

A AGE conduziu três reuniões do Comitê, as Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs, ocorridas em 12 de maio, 1º de setembro e 17 de dezembro.

4.10 Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão

Ato Normativo: Portaria nº 3.395/2014

Trabalho desenvolvido: as atribuições do Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão estão definidas nos arts. 3º e 4º da Portaria nº 3.395/2014. Desde julho de 2014, o Comitê promove reuniões mensais. O Comitê recebe as regras para coleta e disponibilização das informações no e-Gestão e trata de eventuais inconsistências nos dados remetidos mensalmente ao Tribunal Superior do Trabalho.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 13 de janeiro, 10 de fevereiro, 11 de março, 13 de abril, 19 de maio, 11 de junho, 14 de julho, 18 de agosto, 9 de setembro, 13 de outubro, 10 de novembro e 10 de dezembro.

4.11. Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária do Primeiro Grau de Jurisdição – Comitê de Priorização do Primeiro Grau

Atos Normativos: Portaria Conjunta nº 6.028/2014, Portaria nº 7.405/2014 e Portaria nº 1.457/2015.

Trabalho desenvolvido: as atribuições do Comitê de Priorização do Primeiro Grau estão definidas no art. 4º da Resolução CNJ nº 194/2014 e, em relação à governança colaborativa do orçamento, no art. 6º da Resolução CNJ nº 195/2014. O Comitê compôs Regulamento Interno, aprovado em junho de 2015, e divulga as informações atinentes à Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau no Portal VOX, na aba “Institucional”. Os temas escolhidos como prioritários pelo Comitê foram o estudo para implementação do cargo do segundo assistente e o estudo sobre o horário de atendimento ao público externo. Em relação à implementação do cargo do segundo assistente, o estudo foi finalizado em 10 de agosto de 2015 e apresentado à Presidência em 2 de setembro. Quanto ao estudo sobre o horário de atendimento ao público externo, foram realizadas pesquisas junto a algumas unidades judiciárias e aos demais Tribunais. Foram consultados, ainda, 56 juízes – Diretores de Foro e Titulares de Varas únicas – sobre proposta de redução em uma hora. As próximas ações do Comitê serão voltadas à capacitação e saúde dos servidores e magistrados. A Portaria nº 1.457/2015 imputou ao Comitê de Priorização do Primeiro Grau as atribuições arroladas no art. 5º da Resolução CNJ nº 195/2014 – Comitê Orçamentário.

À AGE foi atribuída a atividade de assessoramento ao Comitê, o que inclui a operacionalização do trabalho e o gerenciamento da página na intranet.

A AGE secretariou as reuniões do Comitê ocorridas em 9 de fevereiro, 3, 16 e 30 de março, 27 de abril, 11 e 18 de maio, 2, 15 e 22 de junho, 13, 20 e 27 de julho, 3, 10 e 31 de agosto, 30 de novembro e 14 de dezembro.

4.12 Comitê Orçamentário do Segundo Grau

Ato Normativo: Portaria nº 1.457/2015

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Comitê Orçamentário do Segundo Grau estão definidas no art. 5º da Resolução CNJ nº 195/2014. Instituído em março de 2015, não ocorreram reuniões do Comitê em 2015.

O Comitê Orçamentário do Segundo Grau foi extinto pela Portaria nº 392, de 29 de janeiro de 2016.

4.13 Núcleo de Apoio à Execução

Atos Normativos: Resolução Administrativa nº 24/2011 e Portaria nº 2.034/2014.

Trabalho desenvolvido: as atribuições do Núcleo de Apoio à Execução – NAE estão definidas no art. 3º da Resolução Administrativa nº 24/2011.

Não houve reunião do NAE em 2015.

4.14 Grupo de Trabalho para Análise do Requerimento de Juízes Substitutos

Ato Normativo: Portaria 6.068/2015.

Trabalho desenvolvido: estudo sobre os requerimentos dos Juízes Substitutos sobre revisão das designações para atuação.

A AGE secretariou a reunião ocorrida em 29 de outubro.

4.15 Equipe de Transição da Administração

Ato Normativo: Portaria 6.039/2015.

Trabalho desenvolvido: troca de informações entre os gestores da Administração 2013/2015 com os gestores dos Desembargadores eleitos.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 3 de novembro e 3 de dezembro.

4.16 Programa de Combate ao Trabalho Infantil

Ato Normativo: Ato CSJT nº 419/2013.

Trabalho desenvolvido: as atribuições do Programa de Combate ao Trabalho Infantil – PCTI estão definidas no art. 6º do Ato CSJT nº 419/2013. O Programa de Combate ao Trabalho Infantil – PCTI não demanda apoio permanente da Assessoria de Gestão Estratégica.

A AGE assessorou os gestores do PCTI na elaboração de relatório de atividades em 2015.

4.17 Programa Trabalho Seguro

Atos normativos: Resolução CSJT nº 96/2012 e Portaria nº 2.935/2014.

Trabalho desenvolvido: as atribuições do Programa Trabalho Seguro estão definidas no art. 6º da Resolução CSJT nº 96/2012. Dentro do Programa Trabalho Seguro foi instituído o Projeto Fluxo de Informações, que tem concentrado as ações do Programa voltadas à obtenção de dados relativos aos acidentes de trabalho.

A AGE assessorou o programa Trabalho Seguro na organização de materiais, reuniões e na elaboração de relatório de atividades em 2015. Secretariou, ainda, as reuniões ocorridas em 19 de março, 16 de abril, 29 de outubro e 17 de dezembro.

4.18 Fórum de Relações Administrativas

Ato Normativo: Portaria nº 4.174/2012.

Trabalho desenvolvido: composto por Juízes Diretores dos Foros, Juízes no exercício da titularidade de Varas do Trabalho únicas e Juízes Substitutos representantes de cada uma das Microrregiões da Justiça do Trabalho da 4ª Região, tem finalidade consultiva e deliberativa, conforme disposto no art. 3º da Portaria nº 4.174/2012.

A AGE secretariou a reunião ocorrida em 12 de junho.

4.19 Fórum de Relações Institucionais

Atos Normativos: Portaria nº 1.615/2012, Portaria Conjunta nº 6.028/2014 (Art. 9º) e Resolução CNJ nº 194/2014 (Art. 6º).

Trabalho desenvolvido: composto pela Administração do TRT4, usuários e operadores do Direito que atuam na Justiça do Trabalho da 4ª Região (Abrat, Agetra, Amatra IV, Apejust, Coditra, Febrapam, MPT, OAB/RS, PGE, PGM, PRF4, PRFN-4, PRU-4, Satergs, SBPM/RS, Sintrajufe/RS e Sindicato dos Advogados), objetiva debater temas pertinentes à Justiça do Trabalho e seu funcionamento, permitindo a adoção de ações conjuntas que levem à melhoria da prestação jurisdicional.

A AGE secretariou a reunião ocorrida em 14 de abril.

5. Outras atividades

5.1 Convênio TRT – FASE

Entre as atribuições da AGE está a operacionalização do Convênio TRT-FASE e, em razão dessa atribuição, a fiscalização do Convênio foi designada para a Assessora-chefe da unidade, Carolina da Silva Ferreira.

Ao longo do ano de 2015, a Assessoria conduziu trabalho de organização dos trâmites do Convênio, incluindo a regularização dos termos de compromisso dos adolescentes em exercício no TRT e formalização de diretrizes e procedimentos por meio das reuniões do Grupo de Trabalho designado pela Portaria nº 3.179/12, sob a coordenação da Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova.

O último estagiário da FASE em atividade no TRT4 teve frequência até abril, em razão do encerramento da medida socioeducativa.

A AGE elaborou, sob a supervisão da Secretaria de Administração, minuta de contrato para renovação do convênio, submetida à Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente, por determinação da Presidência, em setembro.

5.2 Mapeamento de Atividades

O mapeamento de atividades consiste no levantamento de informações de unidades do Tribunal, com o objetivo de analisar suas atribuições, seus fluxos e a distribuição de trabalho, atividades e procedimentos.

Em 2015, a AGE efetuou o mapeamento do Memorial da Justiça do Trabalho e da Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos.

5.3 Projeto “Redescobrindo Valores”

O Projeto “Redescobrindo Valores” objetiva solucionar o acervo de processos arquivados com dívida. Foi desenvolvido pela Presidência e executado pelo Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – Jacep.

A AGE monitora o andamento desse projeto.

5.4 Projeto PESCAR

Por determinação da Presidência e sob a coordenação da Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova, a AGE assessora no estudo de viabilização da implantação do Projeto Pescar no âmbito do TRT4, em parceria com o MPT, a Agetra, a OAB/RS e outros.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 17 de julho, 14 de setembro, 16 de outubro e 10 de dezembro.

CERIMONIAL

O Cerimonial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, estrutura subordinada à Secretaria-Geral da Presidência, foi criado em 12 de setembro de 2011 pela Portaria nº 4.388/2011 e tem como atribuições planejar, organizar, operacionalizar e supervisionar as solenidades no TRT4 e os eventos que contam com a participação da Presidente ou dos Desembargadores que compõem a Administração.

O Cerimonial prima pela aplicação da disciplina de precedências, envolvendo, entre outros misteres, a observância de lugares de honra e os procedimentos necessários para a execução de hinos, fixação de bandeiras, filas de cumprimentos, condecorações e homenagens.

O Cerimonial também controla as correspondências relativas a eventos e elabora propostas de convites para solenidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Além disso, cabe ao Cerimonial recepcionar e acompanhar autoridades em visitas institucionais; planejar e organizar visitas de acadêmicos e de outros segmentos da comunidade ao Tribunal; fornecer aos integrantes da Administração informações e orientações acerca do protocolo em solenidades, bem como providenciar a representação institucional, quando necessário.

Compete ao Cerimonial, ainda, planejar e coordenar eventos institucionais com a participação da Presidente ou de Desembargadores, bem como auxiliar nas inaugurações de novas unidades judiciárias, na posse de magistrados, na aposição de retratos (de Presidentes e Corregedores), no lançamento de pedras fundamentais, entre outros.

Em 2015, o Cerimonial desempenhou suas tarefas em 201 atividades, destacando-se a Posse da nova Administração – biênio 2015/2017 e a conclusão do cronograma de Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT – no Rio Grande do Sul, iniciado em setembro de 2012, nas vinte e cinco (25) cidades faltantes da grande Porto Alegre e do Interior do Estado, atingindo, assim, todas as unidades judiciárias do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS). Dignas de menção, ainda, como eventos de substancial importância, a solenidade de inauguração da nova Galeria de Presidentes e Corregedores do TRT da 4ª Região, com a aposição do retrato da Desembargadora Cleusa Regina Halfen na Galeria dos Corregedores do TRT, bem como a Sessão Solene da primeira Outorga da Comenda do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 4ª Região. A Instituição criou essa homenagem com o objetivo de agraciar personalidades que, de algum modo, tenham contribuído para o engrandecimento da Justiça do Trabalho. Nessa primeira edição, a cerimônia contou com vinte e quatro agraciados.

Em 2015, ainda, o Cerimonial realizou as Cerimônias de Posse em Gabinete e de Ratificação de Posse dos Desembargadores João Batista de Matos Danda e Karina Saraiva Cunha, além das Solenidades de Posse de Juízes do Trabalho Substitutos no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho.

Segue, abaixo, planilha das atividades desempenhadas pelo Cerimonial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, no ano de 2015.

Aberturas e/ou encerramentos – eventos diversos
04.02.2015 – Solenidade de Ampliação do Projeto Leitura Livre no Foro Trabalhista de Porto Alegre/RS
06.03.2015 – Seminário Diretores de Secretaria das Varas do Trabalho e Coordenadores das CCDF – localidades de implantação do Sistema PJe-JT em 2015
06.03.2015 – Palestra "Nova Lei do Recurso de Revista", com o Juiz Manoel Antonio Teixeira Filho e o Desembargador Francisco Rossal de Araújo
06.04.2015 – Solenidade de abertura da Exposição "Advocacia Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória" – Memorial
24.04.2015 – Debates acerca do IX Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho/RS, à luz da Conferência Humanismo Judiciário e Tecnicismo Judiciário
20.05.2015 – Abertura da Exposição "Ecleticismo", de Lenara Lunardi
21.05.2015 – Evento "Diálogos com o Judiciário Trabalhista" – IEGE, com apoio de Cabanellos Schuh Advogados e Raffainer, Road e Varella Advogados
02.06.2015 – Solenidade comemorativa aos 50 Anos da 7ª VT de Porto Alegre/RS – Juiz Titular: André Ibaños Pereira
12.06.2015 – Dia de Combate ao Trabalho Infantil – Exposição dos trabalhos dos alunos da escola Toyama e apresentação teatral sobre o tema "Trabalho Infantil"
22.06.2015 – Abertura da Exposição "Revisitando", de Valentina Piquê
27.06.2015 – Abertura dos VIII Jogos de Integração da Justiça do Trabalho, na PUCRS
14.08.2015 – Formatura da 9ª turma de Formandos da Fundação Ministério Público
19.08.2015 – 18º Encontro de Gestores da Justiça do Trabalho
09.11.2015 – Cerimônia de Entrega de Distintivos por Tempo de Serviço aos Servidores
20.11.2015 – Sessão Solene para Entrega da Comenda do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 4ª Região
23.11.2015 – 2ª Etapa da Série Registros do Memorial da Justiça do Trabalho (Homenagem a Magistrados)
03.12.2015 – Solenidade de inauguração da nova Galeria de Presidentes e Corregedores do TRT da 4ª Região
03.12.2015 – Aposição do retrato da Desembargadora Cleusa Regina Halfen na Galeria dos Corregedores do TRT

Apoio Cerimonial/Acompanhamento Presidência – Eventos Diversos
03.03.2015 – Participação na mesa da 10ª Semana de Prevenção das LER – Coordenação do Vereador Prof. Garcia – FDRH

10.03.2015 – Sessão Solene de Posse da Ministra Maria Helena Mallmann – TST
16.03.2015 – Reunião com as Desembargadoras da Administração e com o Presidente da Amatra IV, Juiz Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior
06.04.2015 – Reunião com representantes da Amatra IV, Satergs, Agetra e Abrat
07.04.2015 – Inauguração da foto Desembargadora Elaine H. Macedo – TRE
22.04.2015 – Reunião com Fenatran, Fetransul, Fecam e Sinditrans – Ministro Gelson de Azevedo
23.04.2015 – Conferência e lançamento do livro “A Valorização do Trabalho Autônomo e a Livre Iniciativa”
30.04.2015 – Solenidade de lançamento da Pedra Fundamental da nova sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região
11.05.2015 – Reunião com representantes da Amatra IV, Satergs, Agetra e Abrat
22.05.2015 – Reunião Institucional com os Desembargadores, preparatória para a Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno do dia 25.05.2015
22.05.2015 – Sessão solene de outorga do Título Honorífico de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Paulo Renato Paim, na Câmara Municipal, e entrega de manifestação de contrariedade ao Projeto de Lei nº 4.330.2004, que visa a regulamentar a Terceirização no Brasil
22.05.2015 – Almoço com Desembargadora Ana Paula Lockman e Dra. Gisela Ávila Lutz
02.06.2015 – Palestra "Terceirização: fenômeno sócio-jurídico. Avanço ou retrocesso" – OAB
08.06.2015 – Visita ao Senador Lasier Martins – Entrega de manifestação de contrariedade ao Projeto de Lei nº 4.330.2004, que visa a regulamentar a Terceirização no Brasil
09.06.2015 – Reunião Institucional com Desembargadores
11.06.2015 – Reunião-Almoço no Iargs – Palestrante: Desembargador José Aquino Flores de Camargo (Presidente do TJ)
12.06.2015 – 9ª Reunião do Fórum de Relações Administrativas – Amatra IV
12.06.2015 – Evento do Programa do Combate ao Trabalho Infantil no TRT4 – "A realidade do Trabalho Infantil no Brasil e no Rio Grande do Sul" – Lounge da Escola Judicial
12.06.2015 – Jantar em comemoração aos 50 anos da Amatra IV, na Associação Leopoldina Juvenil
14.06.2015 – Atividade da campanha “Todos Juntos contra o Trabalho Infantil” – Arena do Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense
19.06.2015 – Cerimônia de entrega da Comenda do Mérito da Justiça Militar à Desembargadora Cleusa Regina Halfen
22.06.2015 – Visita à Senadora Ana Amélia Lemos – Entrega de manifestação de contrariedade ao Projeto de Lei nº 4.330.2004, que visa a regulamentar a Terceirização no Brasil
30.06.2015 – Cerimônia de Premiação da V Edição do Prêmio Conciliar é Legal, na categoria "Demandas Complexas ou Coletivas" – sede do CNJ
30.06.2015 – Jantar com conferência do Professor da Universidade Lusófona do Porto, Paulo

Teixeira de Morais, candidato à Presidência da República de Portugal
02.07.2015 – Audiência para pagamento de crédito trabalhista executado pelo Jacep – Foro Trabalhista de POA – Jacep
03.07.2015 – Reunião Institucional com Desembargadores e Juízes Convocados
09.07.2015 – Solenidade de instalação do Instituto Gaúcho de Direito Eleitoral – IGADE
15.07.2015 – Recepção e visita ao TRT – Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
27.07.2015 – Conclusão dos Trabalhos de Elaboração do Documento Base do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais do TRT4 – PPRA – Salão Nobre
06.08.2015 – Solenidade e jantar em comemoração aos 50 Anos da Instalação da Justiça do Trabalho em Bagé
11.08.2015 – Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – TST – Brasília (Desembargadora Cleusa Regina Halfen foi agraciada com a comenda no Grau de "Grande Oficial")
18.08.2015 – Reunião-almoço no Sindilojas – Desembargadora Cleusa fez uma explanação das ações desenvolvidas no TRT da 4ª Região
20.08.2015 – Palestra na Escola Judicial: "A Lei nº 13.015/2014: Uniformização da Jurisprudência nos Tribunais Regionais" – Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
24.08.2015 – Reunião com os Desembargadores do TRT4 no Salão Nobre – Assunto: sucessão
28.08.2015 – Almoço em homenagem à aposentadoria do Desembargador Flavio Portinho Sirangelo – Sala Multiuso
10.09.2015 – Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – TRT2 – São Paulo (Desembargadora Cleusa Regina Halfen foi agraciada com a comenda no grau de "Grã-Cruz")
14.09.2015 – Reunião com o Deputado Federal Luiz Carlos Busato – Aprovação da PEC nº 555.2006 (Revoga dispositivo da EC nº 41.2003)
15.09.2015 – Audiência para pagamento de créditos trabalhistas executados pelo Jacep
21.09.2015 – Inauguração das Novas Instalações do Salão Nobre da Presidência
21.09.2015 – Reunião com integrantes da Comissão de Consulta, representantes da Amatra e candidatos à nova Administração
25.09.2015 – Debate promovido pela Amatra IV – candidatos à Administração do TRT4 e à Direção da Escola Judicial
25.09.2015 – Solenidade de inauguração da Sede Centro da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região
25.09.2015 – Debate dos candidatos à Administração do TRT4 e à Direção da Escola Judicial com os Magistrados aposentados – solicitação da Amatra IV
01.10.2015 – Reunião da Comissão de Consulta para divulgação dos resultados da consulta prévia aos Juízes de 1º Grau
05.10.2015 – Inauguração da Sala de Exposições do Memorial da Justiça do Trabalho
29.10.2015 – Recepção e acompanhamento ao fotógrafo Marco, do Instituto Innovare, ao Jacep – registro da prática "Mediação Prévia em Despedidas em Massa", finalista da XII Edição do

Prêmio Innovare
29.10.2015 – Reunião de mediação do Jacep, no Salão Nobre da Presidência, com presenças da empresa Ecovix (Polo Naval), Sindicato dos Metalúrgicos e MPT
12.11.2015 – Fim de Tarde na EJ – "Professor Eloy José da Rocha: uma trajetória em busca da afirmação do Direito do Trabalho"
04.12.2015 – Seminário "Efetivação dos direitos humanos no mundo do trabalho", com palestras do Constitucionalista português Jorge Reis Novais e o Jurista da África do Sul, Doutor Ockert Dupper
10.12.2015 – Posse do Conselho Diretor para o Biênio 2015-2017 da Satergs
17.12.2015 – Solenidade para fins de formalização de acordo requerida pelo Jacep – Sinpro, CEF e Aelbra

Assinatura de Convênios, Protocolos, Acordo de Cooperação Técnica
06.03.2015 – Assinatura Convênio com PRT4 para utilização do sistema MPT-Digital
21.05.2015 – Homologação negocial do e-Jus² e PJe-JT da 4ª Região – Desembargadora Ana Paula Lockman e Dra. Gisela Avila Lutz
27.11.2015 – Termo de Cooperação da Câmara de Conciliação de Precatórios, na Procuradoria-Geral do Estado

Aula Magna – Escola Judicial
27.03.2015 – Palestra: “O Trabalho como Fator de Adoecimento Mental na Contemporaneidade” – Katherine Lippel

Correição 2015
15 a 19.06.2015 – Acompanhamento ao Ministro-Corregedor João Batista Brito Pereira à visita realizada à Escola Judicial, organização das reuniões com os Desembargadores e Juízes de 1º Grau, organização do churrasco de confraternização com os Desembargadores, etc.

Doação de terreno para construção VT – Lançamento de Pedra Fundamental
16.11.2015 – Lançamento de Pedra Fundamental das novas instalações da Vara do Trabalho de Viamão/RS

X Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho
18.05.2015 – Reunião preparatória
09.06.2015 – Reunião preparatória
30.06.2015 – Reunião preparatória
18.08.2015 – Reunião preparatória
01.09.2015 – Reunião preparatória (Cerimonial e Secom)

09 a 12.09.2015 – Evento no Hotel Continental – Canela/RS

Fórum de Relações Institucionais
14.04.15 – Reunião

Fronteiras do Pensamento
25.05.2015 – Richard Dawkins – Biólogo evolucionista britânico
08.07.2015 – John Gray – Inglês, filósofo político
28.09.2015 – Suzana Herculano-Houzel – Neurocientista brasileira
26.10.2015 – Fernando Savater – Espanhol, filósofo da ética e da educação

Implantação do Sistema PJe-JT no Interior do Estado
19.03.2015 – Santo Ângelo
20.03.2015 – Ijuí
23.03.2015 – Camaquã (e Posto de São Lourenço do Sul)
09.04.2015 – Palmeira das Missões e Três Passos
10.04.2015 – Frederico Westphalen
16.04.2015 – Bagé (e Posto de Dom Pedrito)
17.04.2015 – Pelotas
24.04.2015 – Viamão
07.05.2015 – Arroio Grande
08.05.2015 – Santa Vitória do Palmar
01.06.2015 – Torres (e Posto de Capão da Canoa) e Osório (e Posto de Tramandaí)
22.06.2015 – Estância Velha
06.08.2015 – Alegrete e Uruguaiana
12.08.2015 – Vacaria
13.08.2015 – Lagoa Vermelha
03.09.2015 – São Borja (e Posto de Itaqui) e Santiago
17.09.2015 – Soledade
18.09.2015 – Cruz Alta
08.10.2015 – São Gabriel
09.10.2015 – Santana do Livramento e Rosário do Sul
16.10.2015 – Gramado

Inauguração de Novas Instalações
21.09.2015 – Salão Nobre da Presidência, no 11º andar do Prédio-Sede
27.11.2015 – Foro Trabalhista de Uruguaiana

Inauguração de Novas Instalações
09.12.2015 – Foro Trabalhista de Erechim

Posse de Desembargadores em Gabinete
02.06.2015 – João Batista de Matos Danda
25.08.2015 – Karina Saraiva Cunha

Posse de Desembargadores – Sessão Solene
06.11.2015 – Solenidade de Ratificação de Posse dos Desembargadores João Batista de Matos Danda e Karina Saraiva Cunha

Posse de Juízes Substitutos
06.04.2015 – Taíse Sanchi Ferrão e Roberta Testani
24.08.2015 – Maurício Graeff Burin, Marcela Casanova Viana Arena, Marina dos Santos Ribeiro e Sheila dos Reis Mondin Engel

Posse da Nova Administração – Gestão 2015/2017
03 e 04.11.2015 – Agendamento com os Ministros do TST e STF para a entrega do Convite de Posse da Nova Administração
03 e 04.11.2015 – Agendamento e acompanhamento – autoridades do RS para a entrega do Convite de Posse da Nova Administração
11.12.2015 – Solenidade de Posse da Administração – Biênio 2015/2017

Posse da Direção do Foro Trabalhista de Porto Alegre
15.12.2015 – Solenidade de posse no Auditório Ruy Cirne Lima

Posse de Juízes Titulares
31.07.2015 – Juíza Raquel Hochmann de Freitas
03.12.2015 – Juiz Marcelo Bergamnn Hentschke
07.12.2015 – Juíza Bárbara Schonhofen Garcia

Posse em Outros Órgãos
30.01.2015 – Solenidade de Posse dos novos dirigentes (biênio 2015/2017) do TRT da 1ª Região/RJ
03.06.2015 – Solenidade de Posse de 14 Juízes Federais Substitutos, no TRF da 4ª Região
10.06.2015 – Sessão Solene de posse do Promotor de Justiça Marcelo Lemos Dornelles no cargo de Procurador-Geral de Justiça
19.06.2015 – Sessão Solene de Posse dos novos dirigentes do TRF4, biênio 2015/2017 – Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez representou o TRT4
26.06.2015 – Jantar de Posse da nova diretoria da Agetra – Presidente: Denis Einloft

Representações Oficiais – Acompanhamento
26.01.2015 – Solenidade de Posse dos novos magistrados do TRT da 2ª Região/SP – Desembargador Clóvis Fernando S. Santos
25.03.2015 – Almoço alusivo ao Dia Internacional da Mulher, no Palácio Piratini – Desembargadora Ana Luiza Heineck Kruse
15.04.2015 – Palestra “Por avanços nas Leis Trabalhistas e em defesa dos empregos e direitos” - Assembleia Legislativa - Desembargador Luiz Alberto de Vargas
14 e 15.05.2015 – I Worshop História e Judiciário e II Seminário História, Memória e Judiciário – UPF - Desembargador João Paulo Lucena
21.05.2015 – Panegírico do Acadêmico Clóvis Assumpção – Academia Rio-Grandense de Letras – Juiz Leandro Krebs Gonçalves
21.05.2015 – Inauguração da Sede da Procuradoria da República de Capão da Canoa – Juíza Silvana Martinez de Medeiros
21.05.2015 – Clássico Tribunal Regional do Trabalho – Jockey Club do RS – Desembargadora Vania Cunha Mattos
02.06.2015 – Seminário Comemorativo dos 30 Anos da Lei da Ação Civil Pública: Avanços e Desafios – Fundação do Ministério Público - Desembargadora Tânia Regina Reckziegel
12.06.2015 – Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz representa o TRT da 4ª Região no Seminário sobre o PL 4330, referente à Terceirização
08.07.2015 – Abertura do Seminário "Os 10 anos de conquistas do Ecojus" e Lançamento do Diagnóstico Ambiental e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – Juíza Andréa Nocchi
09.07.2015 – Cerimônia de Inauguração da Nova Sede da Procuradoria da República em Novo Hamburgo – Juiz Paulo André de França Cordovil
30.07.2015 – Sessão solene do Ministério Público do Estado em homenagem ao Presidente do STF e CNJ, Ministro Ricardo Lewandowski – Desembargadora Ana Luiza H. Kruse
30.07.2015 – Solenidade de Outorga da Medalha do Mérito Farroupilha ao Presidente do STF, Ministro Ricardo Lewandowski – Desembargadora Ana Luiza H. Kruse
22.10.2015 – IX Simpósio de Relações do Trabalho – Satergs, Fiergs – Desembargador Emílio Papaleo Zin
23.10.2015 – Posse na Cadeira n° 100 da Academia Brasileira de Direito do Trabalho – Desembargador Emílio Papaleo Zin
27.11.2015 – Termo de Cooperação da Câmara de Conciliação de Precatórios, na sede da Procuradoria-Geral do Estado RS – Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez
14.12.2015 – Cerimônia alusiva ao Dia do Marinheiro e Imposição da Medalha Mérito Tamandaré – 5º Distrito Naval de Rio Grande – Juíza Graciela Maffei

Visitas de Acadêmicos
18.03.2015 – Ulbra – Universidade Luterana do Brasil – *Campus* Universitário de Porto Alegre
09.04.2015 – Fadergs – Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
23.04.2015 – Unesc – Universidade do Extremo Sul Catarinense – Criciúma
07.05.2015 – Univates – Universidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior Lajeado
14.05.2015 – Ulbra – Universidade Luterana do Brasil – *Campus* Universitário de Santa Maria

21.05.2015 – UCS – Universidade de Caxias do Sul - *Campus* Universitário Vale do Caí
11.06.2015 – Faculdades Integradas São Judas Tadeu – Porto Alegre
25.06.2015 – Ulbra – Universidade Luterana do Brasil – *Campus* Universitário de Gravataí
01.09.2015 – URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – *Campus* Universitário de Frederico Westphalen
24.09.2015 – Centro Universitário Metodista IPA – Porto Alegre
29.10.2015 – UCS – Universidade de Caxias do Sul – *Campus* Universitário de Nova Prata
12.11.2015 – Fadergs – Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
25.11.2015 – UCS – Universidade de Caxias do Sul – *Campus* Universitário de Guaporé
26.11.2015 – Ulbra – Universidade Luterana do Brasil – *Campus* Universitário de Gravataí
02.12.2015 – UPF – Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo – *Campus* Casca

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECONTI

A Secretaria de Controle Interno, durante a atual gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, desenvolveu suas atividades com o objetivo de realizar acompanhamento, levantamento, controle e auditoria na gestão de pessoal, contábil, financeira, patrimonial e operacional, bem como nos respectivos controles internos, visando a verificar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia.

Na execução de suas atribuições, a Seconti buscou zelar pela qualidade e pela independência dos trabalhos de auditoria, evitando a cogestão em suas atividades, em atendimento à Resolução CNJ nº 86/2009, bem como às recomendações do TCU contidas no Acórdão nº 1074/2009, e às do Acórdão do CSJT no processo nº CSJT – A – 10583-05.2012.5.90.000, de 01-03-2013 referente ao monitoramento da auditoria no TRT4-RS, realizada em junho de 2012.

Foram realizadas pela Seconti, no exercício de 2015, as seguintes auditorias de conformidade, operacional e de avaliação de controles internos:

RELAÇÃO DAS AUDITORIAS COM RECOMENDAÇÕES PROMOVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2015	
AUDITORIA	**PROCESSO ADMINISTRATIVO**
Auditoria em Funções Comissionadas e Cargos em Comissão – Relatório de Auditoria nº 02/2015.	0003001-35.2015.5.04.0000
Auditoria de Conformidade em Processos de Desfazimento de Bens – Relatório de Auditoria nº 03/2015	0005970-23.2015.5.04.0000
Auditoria de avaliação da gestão, com emissão de Parecer com vistas a certificar a regularidade das contas, nos pro-	0002321-50.2015.5.04.0000

RELAÇÃO DAS AUDITORIAS COM RECOMENDAÇÕES PROMOVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2015	
AUDITORIA	**PROCESSO ADMINISTRATIVO**
cessos de Tomada de Contas dos exercícios de 2014.	
Auditoria no Programa de Assistência Médica, Ambulatorial e Hospitalar – Relatório de Auditoria nº 04/2015	0005839-48.2015.5.04.0000
Auditoria Operacional na Obra do Foro Trabalhista de Erechim – Relatório de Auditoria nº 09/2014	0000410-03.2015.5.04.0000
Auditoria de Sistema de Controles Internos na Seção de Contratos – Relatório de Auditoria nº 13/2014	0000954-88.2015.5.04.0000
Auditoria em Sistema de Registro de Preços – Relatório de Auditoria nº 01/2015.	0001417-30.2015.5.04.0000
Auditoria em Terceirização de Atividades – Relatório de Auditoria nº 05/2015.	0005972-90.2015.5.04.0000

Adicionalmente, conforme disposto no artigo 9º da Resolução CSJT nº 70/2010, a Seconti emitiu parecer quanto ao atendimento das diretrizes e referenciais de área e à adequação aos sistemas de custos para as seguintes obras:

RELAÇÃO DE PARECERES EXPEDIDOS PARA ATENDIMENTO DA RESOLUÇÃO CSJT Nº 70/2010	
OBRA	**PROCESSO ADMINISTRATIVO**
Parecer sobre a obra de Novo Hamburgo	0002654-02.2015.5.04.0000

Quanto aos atos de gestão de pessoal, estão especificados, no demonstrativo a seguir, os atos de admissão e desligamento de pessoal e de aposentadoria e pensão. Foram verificados sua exatidão e legalidade, e, posteriormente, encaminhados ao Tribunal de Contas da União para fins de exame e registro.

ATOS, CONCESSÕES E PROCESSOS DE PESSOAL	
ESPECIFICAÇÃO	**QUANTIDADE**
Formulários de aposentadoria, cancelamento de aposentadoria, pensão, admissão e desligamento de pessoal encaminhados com parecer ao TCU	281
Processos de novas aposentadorias conferidos	91
Processos de novas pensões conferidos	24
Diligências do Tribunal de Contas da União	10
TOTAL	406

Cabe mencionar, também, as seguintes atividades desenvolvidas pela Secretaria:

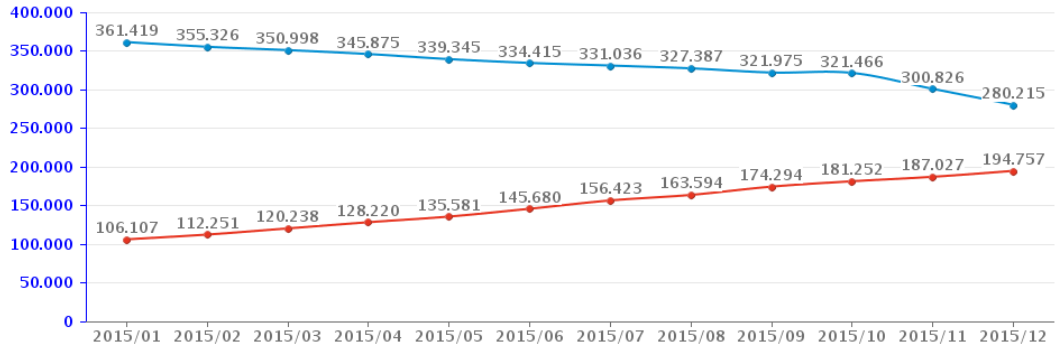
- Ações coordenadas com o CSJT: Ação coordenada com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho na área de Tecnologias da Informação e Comunicação – encaminhamento da RDI CSJT CCAUD nº 80/2015 – correta utilização dos recursos disponibilizados pelo CSJT no exercício 2014 (Processo Eletrônico nº 0002907-87.2015.5.04.0000).
- Monitoramento do Acórdão CSJT-A-10583-05.2012.5.90.000, através da RDI CSJT CCAUD nº 80/2015: correta utilização dos recursos disponibilizados pelo CSJT no exercício 2014 (Processo Eletrônico nº 0001336-81.2015.5.04.0000).
- Relatório de acompanhamento nº 01/2015: monitoramento das determinações e recomendações do CSJT para aprovação das obras constantes no plano de obras 2011/2015.(Processo Eletrônico nº 0004717-97.2015.5.04.0000)

Atividades complementares:

- Verificação da consistência dos dados dos Relatórios quadrimestrais de Gestão Fiscal (Processo Eletrônico nº 0001033-43.2010.5.04.0000).
- Avaliação da conformidade com as normas do TCU das peças dos Relatórios de Gestão do exercício 2014, encaminhados à Corte de Contas para exame (Processo Eletrônico nº 0001852-38.2014.5.04.0000).
- Acompanhamento da execução orçamentária e financeira mediante monitoramento do Sistema SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). Planilhas on-line e Siafi (internet).
- Monitoramento das auditorias realizadas nos prazos de 90, 180 e 360 dias, nos termos dos artigos 17 e 18 da Portaria nº 7.666/2014, alterada pela Portaria nº 3.326/2015.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – SETIC

Em 2015 foi concluída a instalação do Sistema PJe-JT no TRT da 4ª Região. Nesse contexto, a tecnologia da informação e comunicações passou a ser essencial para a prestação da jurisdição trabalhista no Estado. Em 31 de dezembro de 2015, havia 280.215 processos físicos e 194.757 processos eletrônicos em trâmite, conforme gráfico abaixo.



Ciente desse papel, o TRT vem apoiando a reestruturação da Setic desde 2010, de modo a suportar adequadamente os serviços que presta ao Tribunal. Em 2015, foi realizado novo concurso público que permitirá, em 2016, prover sete cargos de Técnico Judiciário – Tecnologia da Informação, criados pela Lei nº 12.926/2013 e não providos anteriormente em virtude de terem se esgotado os candidatos habilitados no concurso então vigente.

Em 2015, foi divulgado o levantamento de governança de TI (iGovTI) realizado pelo Tribunal de Contas da União junto à Administração Pública Federal a cada dois anos. O TRT da 4ª Região passou da 17ª posição que ocupava em 2012, para o 2ª lugar do segmento judiciário em 2014, considerando 65 Tribunais avaliados. A melhoria significativa do índice de governança de TI é resultado do aprimoramento dos processos de trabalho e do comprometimento da alta administração com a governança de TIC.

iGovTI2014		
Nota	**Nível de capacidade ***	
0,71	**Aprimorado**	
Dimensões Avaliadas	**Nota**	**Nível de capacidade ***
Liderança (D1)	0,48	Básico
Estratégias e Planos (D2)	0,98	Aprimorado
Informações (D3)	0,59	Intermediário
Pessoas (D4)	0,83	Aprimorado
Processos (D5)	0,64	Intermediário
Resultados (D6)	0,83	Aprimorado
Classificação 2014		
Grupo Tribunal	**Segmento JUD**	**Geral**
2ª (de 66)	2ª (de 65)	27ª (de 372)

* Observa-se que, no levantamento de 2014, foi incluído um novo nível de capacidade e foram alteradas as faixas de notas relativas a cada nível. Desse modo, é importante considerar que as notas entre 0,30 e 0,39, que se situavam no nível inicial em 2012, passaram a ser classificadas no nível básico em 2014. As notas entre 0,40 e 0,49 deixaram de ser consideradas nível intermediário, como ocorria em 2012, passando a ser classificadas no nível básico em 2014. Por fim, as notas entre 0,60 e 0,69 passaram a integrar o nível intermediário em 2014, embora fossem classificadas no nível aprimorado em 2012.

PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2015

Os projetos desenvolvidos pela Setic constam do Plano Diretor de TIC, documento de nível tático no qual são elencadas as ações e os projetos essenciais para o atingimento de metas estabelecidas no Plano Estratégico de TIC e no Plano Estratégico Institucional. Os de maior relevância estão descritos a seguir.

1. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO (PJe-JT)

Em 2015 foram instaladas e configuradas, em produção, 12 versões do sistema PJe-JT, listadas a seguir. Cabe salientar que, para cada versão em produção, há outras quatro envolvendo homologação e treinamento que são instaladas, totalizando 48 instalações ao longo do ano. Nesses procedimentos atuam as equipes da Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas e da Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica.

- 2015.12.05 – versão 1.10.0.1;
- 2015.09.20 – versão 1.8.0.1;
- 2015.11.01 – versão 1.9.0.1;
- 2015.09.05 – versão 1.7.0.3;
- 2015.07.25 – versão 1.6.0.1;
- 2015.07.18 – versão 1.6.0;
- 2015.07.04 – versão 1.5.2.3;
- 2015.06.04 – versão 1.5.1.3;
- 2015.05.12 – versão 1.5.1;
- 2015.04.18 – versão 1.5.0.1;
- 2015.03.21 – versão 1.4.8.3.3;
- 2015.01.26 – versão 1.4.8.3.2.

Em março de 2015, ocorreu a primeira instalação/configuração, em produção, do módulo de Integração entre o e-Jus² e o Sistema PJe-JT.

1.1 Administração do PJe

A Seção de Administração do PJe é composta por oito servidores, sendo que quatro fazem parte da equipe de sustentação do sistema. Entre as tarefas dessa Seção estão a criação e execução de *scripts* para correção de dados inconsistentes no banco de dados do Sistema PJe-JT, identificação de falhas do sistema e registro e acompanhamento de *bugs*, dúvidas e sugestões no sistema JIRA do CSJT. Durante o ano de 2015, foram atendidos/solucionados cerca de 4.600 chamados envolvendo o Processo Judicial Eletrônico no âmbito do TRT da 4ª Região.

Esse grupo atua também no desenvolvimento de sistemas que envolvem o Sistema PJe-JT. Nesse exercício, se destacaram:

- Análise, definição e desenvolvimento do novo módulo (fase 2) de Integração PJe-JT x e-Jus², em atendimento a requisitos alterados pelo CSJT. A nova versão foi disponibilizada a todos os Regionais a partir da versão 1.9.0 do Sistema PJe-JT;

- Desenvolvimento de aplicação que permite ajuste de acumulador de órgãos julgadores para utilização da Secretaria-Geral Judiciária, a fim de melhorar a gestão da distribuição de processos no segundo Grau de jurisdição;
- Desenvolvimento do *software* chamado de "PJe-JT Health" para monitoramento de desempenho do PJe-JT, permitindo à TI agir de maneira pró-ativa em muitas falhas do Sistema;
- Desenvolvimento de ferramenta para otimização da consulta de *logs* do Sistema PJe-JT, garantindo maior agilidade no atendimento aos chamados envolvendo esse sistema.

1.2 Ações de Infraestrutura para o PJe-JT

- Aquisição de *firewall* de aplicação: realizados estudos preliminares e processo licitatório para a aquisição de um balanceador de carga que, eentre outras funções, auxiliará no controle e no desempenho nos acessos ao Sistema PJe-JT. O projeto tem previsão de conclusão em 2016, quando o dispositivo será instalado.
- Automação do processo de reinicialização de instâncias dos servidores de aplicação JBOSS e de transações no banco de dados, a fim de evitar congelamentos e indisponibilidades generalizadas durante os períodos de instabilidade do sistema;
- Adoção de novas ferramentas de administração e monitoramento do PJe: MobaXTerm, PJEMonitor, PGQM, awstats (CSJT), Kibana;
- Otimização das cópias das bases extras do Sistema PJe-JT, utilizadas em treinamento, homologação e manutenção do sistema, que passaram de 24 horas para menos de 20 minutos;
- Estudo, instalação e configurações de novos sistemas satélites do PJe: GIGs – Gestão Interna de Gabinetes; MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade; ConectorPJe – remessa de processos eletrônicos para o TST; PJeCalc – Sistema de cálculos trabalhistas; novo Extrator para coleta de dados para o eGestão;
- Readequação da Infraestrutura em conformidade com o Guia de Infraestrutura Recomendada do CSJT. Envolveu a criação de novas máquinas virtuais, instâncias JBoss, ajustes de portas e endereços IP.

1.3 Infraestrutura do PJe no final de 2015

O PJe-JT, no TRT da 4ª Região, utiliza 11 servidores físicos, sendo 9 para a aplicação e 2 para banco de dados, 26 máquinas virtuais, 5 instâncias de servidor *web* Apache, 34 instâncias de servidor de aplicação JBoss e 3 bancos de dados PostgreSQL. Todos esses itens são gerenciados – atualizados e configurados, individualmente, o que traz grande complexidade para o ambiente.

2. DESENVOLVIMENTOS DE SISTEMAS

Dentre os projetos executados pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas cumpre destacar os que seguem:

2.1 Sistema de Audiências da Justiça do Trabalho – AUD versão 3.0

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho priorizou projeto de aprimoramento do sistema de apoio às audiências utilizado em toda a Justiça do Trabalho de modo integrado ao PJe-JT – AUD. O desenvolvimento da ferramenta, que contemplou o atendimento a 64 macrorrequisitos, ficou sob responsabilidade do TRT da 4ª Região. O resultado desse trabalho é o AUD3, disponibilizado a todos os Regionais para homologação na versão 1.11.0 do Sistema PJe-JT.

2.2 Cadastro de Liquidação e Execução – CLE

Iniciado o desenvolvimento, com base em aplicação construída pelo TRT da 10ª Região, de aplicativo para automatização de cadastro de liquidação e execução no Sistema PJe-JT, utilizando as informações do sistema de acompanhamento de processos do 1º Grau – inFOR. Previsão de conclusão e disponibilização em 2016.

2.3 Extrator PJe-JT

Implantação e atualizações de versão do sistema Extrator, que calcula a estatística do PJe-JT, automatizando a geração de informações ao e-Gestão.

2.4 Sistema de Pesquisa Patrimonial

Tendo como objetivo otimizar o trâmite e os resultados do processo na fase de execução a partir da reunião e disponibilização de informações das unidades judiciárias, foi desenvolvido um sistema que reúne as principais informações relacionadas às reclamadas, permitindo a atualização das informações pelo Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios (Jacep) e a consulta por todas as Varas do Trabalho.

2.5 Integração e-Jus² e PJe-JT

Implementada a possibilidade de consulta *on-line* aos principais documentos de um processo eletrônico de forma integrada ao e-Jus². Tal integração reduz de modo significativo a necessidade de acesso ao Sistema PJe-JT, facilitando o trabalho de elaboração de votos no

segundo Grau de jurisdição. Desde agosto de 2015, houve acesso a 26.538 documentos de processos eletrônicos a partir do sistema e-Jus².

2.6 Melhorias do inFOR

Desenvolvido conjunto de melhorias definidas e priorizadas pela Assessoria Técnico-Operacional da Corregedoria, visando a aprimorar a dinâmica do trabalho no primeiro Grau de jurisdição:

- Módulo de Pesquisas Gerenciais: desenvolvidos relatórios para a Semana da Conciliação / Execução (Corregedoria Regional) e de ocorrências de andamento com critérios opcionais (Assessoria de Gestão Estratégica);
- Criação de andamentos e complementos para gestão dos trâmites processuais realizados pelo Jacep;
- Desenvolvido módulo de controle/validação do registro de andamentos a partir de regras de negócio definidas pela Corregedoria Regional, com o objetivo de melhorar a qualidade dos dados lançados pelas Varas do Trabalho;
- Criação de andamentos relativos à Uniformização Jurisprudencial;
- Implementadas adequações necessárias à criação de regime de lotação nos Foros Trabalhistas de Viamão/RS e Guaíba/RS, assim como a redistribuição automatizada dos processos.

2.7 inFOR – Módulo do Arquivo

Concluído o desenvolvimento de módulo para gerenciar o fluxo de lotes de processos e de processos individuais entre as Varas do Trabalho e o Arquivo de Porto Alegre (Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais). Entre os benefícios identificados estão: otimização dos registros de remessa, recebimento e solicitação de remessa entre Varas do Trabalho e Arquivo de Porto Alegre ou CCDFs, aperfeiçoando o controle dos processos arquivados; maior confiabilidade no conteúdo dos lotes; possibilidade de arquivar processos antes da preparação dos lotes, melhorando prazos médios do e-Gestão e auxiliando o atingimento da meta 5 do CNJ; melhor acompanhamento, tanto pelos jurisdicionados como pelas unidades, dos processos arquivados, permitindo a localização mais rápida e precisa dos mesmos. A implantação desse novo módulo resultou na descontinuidade do sistema ARQ, que deixou de ser usado para registro de novos arquivamentos.

2.8 e-Sentença Web

Desenvolvido novo módulo do e-Sentença Web (Novo e-Sentença) para disponibilizar funcionalidade que permite aos magistrados consultar todos os processos pendentes de sua atuação, nas tarefas correspondentes, possibilitando ainda filtrar por unidade de atuação ou pela

tarefa correspondente do PJe-JT, assim como ordená-los por qualquer uma das informações disponíveis na tela.

O escopo do produto desenvolvido foi posteriormente contemplado no sistema satélite GIM – Gerenciador de Informações do Magistrado, disponibilizado pelo CSJT a partir da versão 1.5 do Pje-JT.

2.9 Requisições de Pagamento de Honorários Periciais

Desenvolvida portabilidade do referido sistema, viabilizando seu uso por outros Regionais da Justiça do Trabalho que tenham interesse não apenas por sua integração ao Sistema PJe-JT, como também pela compatibilidade implementada para utilização em sistemas legados.

2.10 Gestão de Licenças Médicas

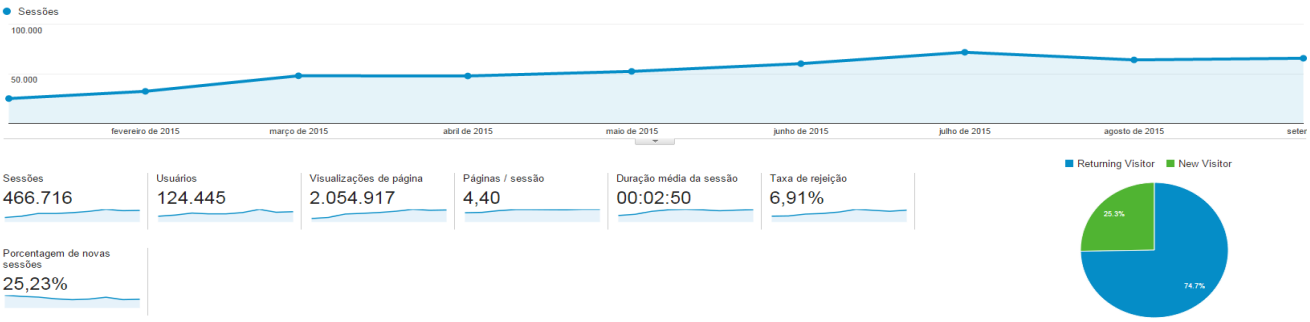
Desenvolvido *dashboard* e relatórios específicos para a Coordenadoria de Saúde, a fim de prover aquela unidade de uma ferramenta confiável para análise de informações relacionadas às licenças médicas de magistrados e servidores.

2.11 Precatórios – PRECAT

Evolução do sistema PRECAT, atendendo às necessidades priorizadas pelas áreas de precatórios e juízo auxiliar de conciliação. Em 2015, foi desenvolvida nova integração com o CNJ para envio de informações de precatórios, em atendimento à Resolução nº 115/2010 daquele Conselho, que solicitou comunicação dos Tribunais via protocolo de comunicação REST. Também foi automatizada a geração do índice IPCA-E, que passou de mensal para diário, sendo replicado também para o sistema inFOR.

2.12 Consulta Processual no *Site Mobile*

O *site mobile*, lançado em 2014, foi aprimorado com o desenvolvimento de novo serviço disponibilizado aos usuários em março de 2015: o serviço de consulta processual. Conforme demonstra o gráfico abaixo, o *site mobile* é frequentemente utilizado, tendo alcançado em 2015 a marca de 124 mil usuários e 2 milhões de acessos às páginas.



2.13 Serviços Processuais no Site

Os serviços de consulta disponibilizados no site do Tribunal foram aprimorados e passaram a disponibilizar, também ao público externo, o acesso às súmulas e aos precedentes do TRT, bem como as orientações jurisprudenciais da Seção Especializada em Execução.

2.14 Acesso à informação: pesquisas e relatórios

Com a implantação do sistema de *Business Intelligence* a maioria dos dados do TRT já podem ser acessados e analisados de diversas maneiras, entretanto, o desenvolvimento de relatórios *ad hoc* nunca deixará de existir, considerando a realidade, que é dinâmica. Em 2015, foram solicitados pela Administração:

- Dados para o Relatório Justiça em Números (referentes ao 1º e 2º semestre de 2014);
- Relatório dos maiores devedores por meio dos dados do BNDT;
- Relatórios estatísticos para o Arquivo de Porto Alegre;
- Auxílio ao Projeto Redescobrindo Valores 5.10 da AGE, por meio da confecção de relatórios e da baixa automatizada de processos.

2.15 Evolução do sistema de *BI*

Foram disponibilizados novos relatórios para acesso a partir dessa ferramenta, proporcionando maior flexibilidade no cruzamento de informações e integração de dados com outros sistemas corporativos do Tribunal, qualificando as informações utilizadas para tomada de decisão. A efetividade pode ser percebida considerando o volume de acessos realizado pelas unidades responsáveis.



2.15.1. Metas 2015

Desenvolvidos cálculos e relatórios de indicadores de cumprimento das metas de 2015 em relação ao 1º Grau. Tal aplicação resultou na redução de tempo de confecção dessa informação de 2 dias para 3 horas, otimizando o monitoramento das metas pela Corregedoria Regional.

2.15.2 Informativo Mensal do Tribunal

Concluído projeto para automatização do Informativo Mensal do Tribunal (IMT), contemplando a geração automática de dezenas de tabelas, resultando em agilidade e confiabilidade para a Secretaria-Geral Judiciária e Assessoria de Gestão Estratégica, unidades responsáveis pela compilação dessas informações.

2.15.3 E-Gestão

Implementação de alterações significativas no *BI* para consolidar cálculos estatísticos de Postos Avançados nas respectivas Varas do Trabalho. Também houve melhorias no processo de automatização, desempenho e gerenciamento de cargas do sistema e-Gestão, possibilitando a geração de estatísticas prévias para consumo da Administração.

2.16 Portal Pessoal

Há diversos serviços relacionados a informações funcionais de interesse de magistrados e servidores que podem ser acessados pelo Portal Vox individualmente. O Portal Pessoal foi

desenvolvido com o objetivo de unificar o acesso a todos esses serviços, a partir de uma única autenticação, em conformidade com os padrões de segurança da informação adotados pelo TRT.

2.17 BI – Seconti

Criados dois *dashboards* e doze relatórios para a Seconti: *dashboard* e um relatório para a conferência de aposentadorias; *dashboard* e onze relatórios para a auditoria de FCs, CJs, GAE/GAS.

O relatório de "Concessão de Aposentadoria" abreviou o trabalho que levava em torno de 4 horas, para cerca de 1 hora. O *dashboard* de "Funções Comissionadas", por meio da nova tecnologia, permitiu criar um relatório de auditoria integrado, cruzando, pela primeira vez, dados globais da Folha de Pagamento e do sistema de RH.

2.18 Portal de internet – Melhorias

- Portal de Gestão Estratégica: desenvolvido novo Portal de Gestão Estratégica, em substituição à versão anterior que contemplava apenas uma página com informações básicas sobre o tema;
- Portal do Trabalho Seguro: criado portal destinado à divulgação de ações relacionadas ao Programa Trabalho Seguro, iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Pesquisa Textual de Atos Administrativos: implementada nova forma de pesquisa textual em atos administrativos, mais completa, em substituição à pesquisa simples anteriormente existente.
- Pesquisa Textual de Jurisprudência: desenvolvida melhoria para possibilitar ao usuário a pesquisa pelo critério “Órgão Julgador”, assim como foi corrigido problema de disponibilização de botões na interface integrada ao sistema e-Jus².
- Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos: implementadas as adequações necessárias à Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em atendimento às normas do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq.
- Formulário Ouvidoria: realizadas melhorias no formulário da Ouvidoria, para aumento na segurança.
- Formulário Semana da Execução: adequação para a realidade de 2015 e implementação de registros de uso para fins estatísticos.

2.19 Portal de intranet – VOX

- Página da Presidência: desenvolvida página da Presidência, através da criação de novo *layout* com organização em temas, conforme definição da Secretaria-Geral da Presidência.
- Página da Corregedoria Regional: em conjunto com a Assessoria Técnico Operacional da Corregedoria, foi remodelada a página da Corregedoria Regional.

2.20 Estudo de Portais Corporativos

Iniciados estudos técnicos preliminares de tecnologias de portais corporativos existentes no mercado que atendam às necessidades do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com objetivo de substituir a plataforma utilizada para esse fim, já ultrapassada, no próximo exercício.

2.21 ADMEletrônico

- Protocolo Eletrônico: implementado conjunto de 8 macrorrequisitos definidos pela Administração, com objetivo de otimizar o funcionamento do protocolo eletrônico. As melhorias foram: geração de capa do protocolo; pesquisa pelo "nome da parte" não só pela parte principal; permissão de visualização dos documentos (não sigilosos) que estão em outra unidade; importação dos documentos assinados do Protocolo para o Processo Administrativo de forma automatizada; inclusão do brasão nos modelos; permissão para encaminhar protocolo sem ser responsável por ele; apresentação do complemento do assunto no recebimento de um protocolo.
- Atividades de atendimento, manutenção de unidades administrativas e relatórios gerenciais.

2.22 Sistema Eletrônico de Informações – SEI

A partir de convênio estabelecido entre o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, aquele órgão disponibilizou o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que contempla registro e gestão de informações e documentos administrativos eletrônicos entre unidades do TRT.

Por definição da Administração, o SEI foi implantado inicialmente apenas para uso da Corregedoria Regional, em determinados expedientes. No próximo exercício, será feita avaliação da adoção dessa ferramenta em substituição ao ADMEletrônico.

2.23 Consulta Prévia – Administração e Escola Judicial

Implementação das adequações necessárias no sistema de consulta prévia desenvolvido em 2013, para realização de nova consulta em 2015.

2.24 Sistema de Votação Eletrônica

A partir de demanda da Presidência, foi desenvolvida aplicação para viabilizar, com segurança, a realização de votação eletrônica para eleição de membros da Administração, Escola Judicial, composição de Órgãos Julgadores, Comissões, entre outros. Para a solução foram adquiridos dispositivos eletrônicos de votação.

2.25 Férias Online para Desembargadores

A partir de definições da Presidência do Tribunal, foi desenvolvido um módulo para registro de férias pelos Desembargadores, ainda pendente de homologação.

2.26 Folha de Pagamento

- Módulo de fechamento: conclusão e disponibilização de mais de 70 relatórios, com cruzamentos que possibilitam conferência de dados prévia, trazendo mais segurança ao pagamento mensal; e implementação de *dashboard* para acompanhamento de alertas automatizados, o que resultou em maior segurança e redução da utilização do *software Access* pela área financeira do TRT.
- Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição – GECJ: implementado novo módulo para lançamento de períodos relacionados a atividades com direito à referida gratificação, contemplando também os cálculos necessários, com registro por competência, para fins de controle do teto constitucional.
- DIRF: diversas alterações no Programa da Folha e também no sistema de consulta pela intranet (WEB FOLHA) para ajuste ao novo *layout* da DIRF. Suporte à Secof para geração do arquivo enviado à Receita Federal.
- Ação dos 13,23%: adaptação do sistema para cálculo dos 13,23% (substituições, progressões, etc.), além de geração de arquivos reportados à Anajustra, ao TCU e à Advocacia-Geral da União.

2.27 Compras

- Adequação ao novo plano de contas aplicado ao setor público referente ao pagamento de aluguéis e atualização dos documentos exportados para o sistema Siafi.
- Geradas oito novas versões, contemplando diversos ajustes em *layouts* de relatórios e inclusão/alteração de campos cadastrais.

2.28 Patrimônio

- Atividades de atendimento e alterações em lote de empenhos de bens.

- Geradas quatro novas versões do sistema, com adequações contábeis referentes ao novo plano de contas aplicado ao setor público e diversas melhorias no *layout* do relatório de termos de baixa.

2.29 Recursos Humanos

- Atividades de atendimento, manutenção de usuários e relatórios do sistema somando 78 solicitações atendidas.
- Módulo de vinculação de pessoas a Postos Avançados da Justiça do Trabalho no sistema atual de RH: desenvolvidas adequações no sistema para que as lotações dos Postos Avançados contabilizem nas estatísticas das Varas do Trabalho, em atendimento ao Provimento CSJT nº 02/2015.
- Cálculos retroativos relacionados ao reajuste dos valores de diárias e auxílio-alimentação: geração de *scripts* de atualização para o auxílio à Segesp no cálculo e no pagamento das diferenças de diárias retroativas a janeiro de 2015.
- Siprev: Adequação ao layout do Siprev 2015 e prestação das respectivas informações.
- TCU: Prestação de contas de informações cadastrais e financeiras de magistrados e servidores para o TCU.
- Reenquadramento em lote de 200 servidores retroativos a 1996, em virtude de ação movida pelo Sintrajufe para cumprimento da Lei nº 9.721/1996.

2.30 Projeto GAE – Gestão Administrativa Eletrônica

Em fevereiro de 2015, foi instituído pelo CSJT o Comitê Gestor do Sistema de Gestão Administrativa Eletrônica da Justiça do Trabalho, o que, de certa maneira, formaliza o projeto que pretende reunir sistemas administrativos em um portfólio único, para atendimento aos Tribunais do Trabalho. No rol de sistemas administrativos nessa condição, pode-se citar o Sistema de Gestão Orçamentária, o Sistema de Gestão de Recursos Humanos, Sistema de Folha de Pagamento, o Sistema de Material e Patrimônio, PROAD, entre outros. Uma breve descrição dos sistemas que se encontram na 4ª Região é apresentada a seguir.

2.30.1 Sistema de Aquisições e Contratos

Em desenvolvimento no TRT da 4ª Região, o Sistema de Aquisições e Contratos (SAC) - substituirá o atual Sistema de Compras utilizado no TRT e será disponibilizado a toda a Justiça do Trabalho dentro do projeto GAE/JT. O escopo do novo sistema abrange gestão de fornecedores, requisições, aquisições e contratos. O desenvolvimento foi concluído em 2015, mas o sistema será homologado e ajustado, no que indicado após os testes, em 2016.

2.30.2 Sistema de Gestão Orçamentária – Sigeo

Sistema desenvolvido pelo TRT da 20ª Região, em produção em todos os Regionais. Responsável por todo o ciclo de vida do orçamento da Justiça do Trabalho. Em 2016, a prévia do próximo exercício obrigatoriamente deverá ser enviada ao CSJT através desse sistema. Durante o ano de 2015, foram instaladas quatro novas versões disponibilizadas pelo Tribunal responsável.

2.30.3 Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH

Considerando que muitos dos sistemas administrativos disponíveis ainda não estavam concluídos, o que inviabilizaria sua implantação no TRT da 4ª Região, a Administração decidiu pela instalação, para homologação, apenas do SGRH, além de assumir o desenvolvimento do projeto SAC. Dessa forma, durante o ano de 2015, a Setic e a Segesp trabalharam na instalação e migração de dados para fins de avaliação. As atividades relacionadas incluem o estudo técnico do referido sistema, de sua modelagem de dados, bem como a programação da migração de dados do sistema atual de RH do TRT para o novo programa, visando à substituição tão logo homologado pela área de negócio. O projeto de migração foi dividido em três etapas. Em 2015, foram concluídas as duas primeiras fases, nas quais ainda atua a Segesp, para avaliação.

3. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

3.1 Centros de processamento de dados – *Datacenters*

3.1.1 *Datacenter* secundário

Em 2015, foi concluída a reforma do *datacenter* secundário do TRT. Além do aumento de 50% de área, permitindo a expansão necessária em decorrência da informatização do processo judicial, o novo ambiente foi equipado com sistemas próprios de clima, combate a incêndio e controle de acesso. A ativação ocorreu no final do ano, quando foi concluída a movimentação dos equipamentos que operaram na sala cofre durante o período de obras.

3.1.2 Padronização dos CPDs no Interior do Estado

Continuação do projeto que visa a reduzir o número de incidentes e reduzir o tempo de resolução de problemas nos Foros Trabalhistas distantes da sede. A padronização dos ambientes melhora a segurança da rede, pela organização e acomodação dos ativos de TI em *rack* adequado. Em 2015, as seguintes localidades foram contempladas: Alegrete, Lajeado, São Borja, Sapucaia do Sul e Uruguaiana.

3.1.3 Renovação de ativos de TI nos Foros Trabalhistas do Interior

Em 2015, as seguintes localidades receberam novos computadores de rede, servidores e *nobreaks* em seus CPDs: Erechim, Esteio, Santa Rosa e Sapucaia do Sul.

Ainda, foram realizados os processos licitatórios para aquisição de outros servidores de rede e *nobreaks* para dar continuidade ao projeto em 2016.

3.1.4 Continuação do projeto de renovação e ampliação dos servidores dos *datacenters* de Porto Alegre:

Em 2015, foram adquiridos e instalados 23 servidores de rede. O término do projeto está previsto para o primeiro trimestre de 2016, com a instalação dos 5 servidores restantes.

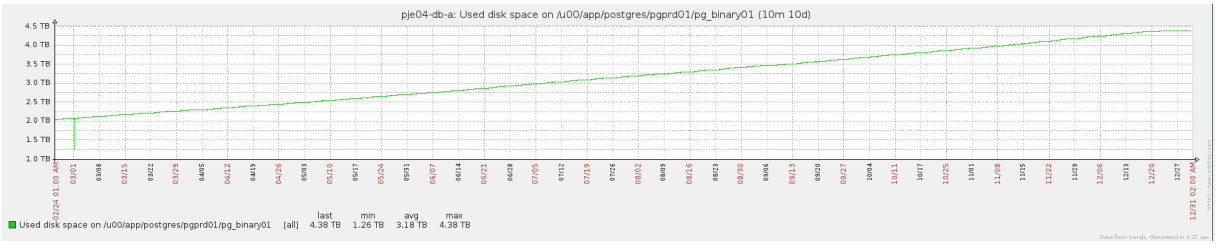
3.2 Gestão de Bancos de dados

O TRT da 4ª Região gerencia seis bancos de dados, que armazenam informações de todos os sistemas em produção, a saber:

- PostgreSQL: utilizado pelo Sistema PJe-JT, centralizado na sede.
- Oracle Enterprise: utilizado por todos os sistemas legados e para novas aplicações que trabalham com dados gerados pelo PJe-JT, como consulta processual, Aeropauta, entre outros. Há um banco de dados Oracle instalado em cada Foro Trabalhista do Interior, o que garante o trabalho ininterrupto no sistema inFOR, mesmo na ausência de *link* de comunicação com a sede.
- SQL Server: sistemas de infraestrutura que não operam em Oracle, tais como antivírus, sistema de gestão de riscos, entre outros.
- Sybase IQ: banco de dados colunar utilizado pelo sistema de *BI*, necessário considerando o desempenho exigido pela ferramenta.
- MySQL: utilizado pelas ferramentas de monitoração como Zabbix.
- BD2: banco de dados vinculado ao sistema de *backup*.

Os bancos de dados mais relevantes são os dois primeiros, Oracle e PostgreSQL, pois são responsáveis pelos dados das áreas judiciárias e administrativas do TRT, entre eles todos os processos eletrônicos. Em fevereiro de 2015, foi realizada a etapa de certificação do processo de licenciamento ilimitado dos *softwares* de bancos de dados do fabricante Oracle, que consiste na aferição do número total de licenças em uso no Tribunal passados dois anos da assinatura do acordo. A quantidade de licenças volta a ser fixa, limitada ao total apurado na certificação. A modalidade do licenciamento ilimitado viabilizou a expansão na capacidade do cluster de computadores do banco de dados centralizado em Porto Alegre, que, na época, necessitava ser expandido para as atuais 240 licenças, conferindo a essa infraestrutura o desempenho e a disponibilidade compatíveis com as demandas atuais e previstas para os próximos anos. Além disso, foi possível expandir o licenciamento da versão Enterprise do banco de dados Oracle e respectivas “options” para todas as localidades do Interior do Estado, sem o aumento de custo que haveria em outro tipo de licenciamento.

No final de 2015, havia 4.38TB de dados armazenados de processos eletrônicos, conforme gráfico abaixo:



3.3 Redes e Telecomunicações

3.3.1 Rede redundante para o Interior do Estado

Em 2015, foram realizados os estudos técnicos preliminares e iniciado o processo de contratação dos circuitos de dados necessários. O projeto contempla a ativação de mais 70 *links* remotos e 2 *links* centrais e uma banda média de 3,3 Mbps por localidade, com o objetivo de aumentar a disponibilidade do acesso ao Sistema PJe-JT para os Foros Trabalhistas distantes da sede.

3.3.2 Aumento da disponibilidade dos *switches* de rede do TRT4

Elaborados estudos técnicos preliminares para aquisição de 5 *nobreaks* para operação com *switches* da Capital, visando à manutenção das operações de TI a partir de microcomputadores já suportados por *nobreaks*, em períodos curtos de falta de energia elétrica. A licitação dos equipamentos deve ocorrer em 2016.

3.3.3 Projeto de expansão de módulos nos *switches* centrais (core). Em 2015, foram realizados os estudos técnicos preliminares e adquiridos módulos necessários para expansão da capacidade dos *switches* centrais. A instalação dos equipamentos ocorrerá no próximo ano.

3.3.4 Renovação dos *switches* de Porto Alegre e ampliação do número de *access points* (rede *wireless*)

Foram realizados os estudos técnicos preliminares que apontaram a renovação de garantia e suporte dos 135 *switches* de acesso e 2 *switches core* e renovação da garantia das 2 controladoras *wifi* como a melhor estratégia no momento. Os estudos também culminaram na aquisição de 50 novos *access points*, que serão utilizados para melhoria do sinal em alguns pontos e como equipamento de reposição, já que a contratação de garantia para esse tipo de dispositivo não se mostra economicamente vantajosa.

3.3.5 Melhorias no monitoramento

Foram desenvolvidas melhorias de utilização da internet e da rede sem fio, utilizando as ferramentas Zabbix e NBAR, permitindo identificar as aplicações com maior utilização para subsidiar proposta de melhor uso de recursos.

3.4 Telefonia

3.4.1 Instalação das novas centrais telefônicas (digitais)

Substituição das centrais nas 61 localidades listadas abaixo. As novas centrais apresentam vantagens como possibilidade de adoção de troncos digitais E1 (canais digitais baseados em fibra óptica) e possibilidade de economia de custos de voz através da integração com a rede de dados (WAN), utilizando a tecnologia de Voz Sobre IP (VoIP), que foi descontinuada pelo CSJT na rede da Justiça do Trabalho.

Alegrete	Farroupilha	POA – “Big”	São Lourenço do Sul
Alvorada	Frederico Westphalen	POA – Rua João Telles	São Sebastião do Caí
Arroio Grande	Gramado	POA – Rua Provenzano	Sapiranga
Bagé	Guaíba	Rio Grande	Sapucaia do Sul
Bento Gonçalves	Ijuí	Rosário do Sul	Soledade
Cachoeira do Sul	Itaqui	Santa Cruz do Sul	Taquari
Cachoeirinha	Lagoa Vermelha	Santa Rosa	Torres
Camaquã	Lajeado	Santa Rosa	Tramandaí
Capão da Canoa	Marau	Santa Vitória do Palmar	Três Passos
Carazinho	Montenegro	Santana do Livramento	Triunfo
Cruz Alta	Nova Prata	Santiago	Uruguaiana
Dom Pedrito	Osório	Santo Ângelo	Vacaria
Encantado	Palmeira das Missões	São Borja	Viamão
Estância Velha	Panambi	São Gabriel	
Esteio	POA – Almoxarifado	São Jerônimo	
Estrela	POA – Rua Aureliano	São Leopoldo	

3.4.2 Instalação de troncos digitais E1 (ampliando a oferta para 30 canais de voz em cada localidade) e DDR (Discagem Direta a Ramal), em 11 unidades remotas, listadas a seguir:

Bagé	Gramado	Sapiranga
Bento Gonçalves	Lajeado	Uruguaiana
Cachoeirinha	Santa Cruz do Sul	Prédio da Rua João Telles
Esteio	Santa Rosa	

3.4.3 Criadas 71 rotas SIP (protocolo de sinalização VoIP – Voz Sobre IP) na central telefônica de Porto Alegre, com o objetivo de ampliar a utilização do VoIP corporativo;

3.4.4 Cadastro de todas as centrais telefônicas no sistema de monitoramento Zabbix, permitindo agilidade na atuação da Setic em caso de falhas na rede de telefonia.

Benefícios dos projetos envolvendo a telefonia, em 2015:

- Economia nos valores gastos mensalmente com ligações DDD na ordem média mensal de R$ 3.377,38 conforme comparativo 2014 x 2015 do trimestre jul/ago/set, que resultará em R$ 40.528,00 de economia anual.
- Gerenciamento e Monitoramento centralizado em Porto Alegre, via Web, reduzindo custo de deslocamento de servidores (técnicos) para as unidades do Interior.
- Redução de custo das ligações interurbanas e entre diferentes prédios do mesmo Foro.
- Aumento da qualidade de voz e segurança nas ligações telefônicas com o entroncamento digital ativo em mais 11 Foros Trabalhistas com mais de uma Vara.
- Possibilidade de instalação futura de até 30 canais (linhas digitais) para uso simultâneo, em cada central (61 novas centrais).
- Foram substituídas 47 linhas analógicas, por 11 linhas E1 de 30 canais cada, o que resultou em economia anual na ordem de R$ 36.000,00 com assinatura das linhas.
- Uso de linhas Digitais dedicada para o uso dos alarmes nas localidades onde foram implementadas linhas E1 (todos os Foros com mais de uma Vara), eliminando a necessidade de compartilhar a linha com outros usuários do Foro, ou seja, a linha fica totalmente disponível para o uso do serviço de alarme.
- Novo contrato com operadora de telefonia, reduzindo o custo do minuto de ligação local de R$0,07 para R$0,02 e o custo do minuto de ligação DDD de R$ 0,80 para R$ 0,30.

3.5 Projetos de Infraestrutura envolvendo suporte direto ao trabalho dos usuários

3.5.1 Infraestrutura para trabalho remoto

Além da manutenção da solução atual do Gabinete Virtual, foram realizadas provas de conceito da tecnologia de virtualização de *desktops*. Dois produtos foram avaliados: Vmware Horizon e Citrix Xendesktop. As atividades envolveram acompanhamento das instalações e configurações da infraestrutura necessária, acompanhamento de problemas junto aos fabricantes e usuários referência.

3.5.2 Conformidade dos *desktops* do Tribunal

Foram realizadas diversas intervenções sobre os *desktops* do Tribunal, tais como instalações e atualizações dos programas de produtividade do TRT4, atualizações dos sistemas operacionais e antivírus, instalação de certificados do PJe-JT, adequação dos atalhos dos usuários, infraestrutura para preparação de novos computadores a serem entregues aos usuários.

3.5.3 Reestruturação da estrutura interna do Tribunal

Apoio a unidades que tiveram sua estrutura interna alterada, como a Secretaria Administrativa, para que as alterações fossem coerentes com os acessos aos arquivos na rede e e-mails setoriais.

3.5.4 Centralização do serviço de diretório

Foram desenvolvidos estudos técnicos para a unificação das bases de usuários e políticas de segurança de computadores do Interior e da Capital. Os Foros Trabalhistas de Guaíba e Alvorada foram utilizados como piloto deste estudo.

3.5.5 Revisão do *logon script*

A distribuição de configurações automáticas para os computadores, realizada sempre que o usuário se autentica foi totalmente refeita, utilizando linguagem de programação atual (Powershell).

3.6 Segurança em infraestrutura

A Coordenadoria de Infraestrutura participa ativamente dos projetos envolvendo segurança da informação, uma vez que grande parte dos ajustes solicitados são realizados em equipamentos e sistemas sob sua gestão. Em 2015, cabe ressaltar a atuação o projeto de senhas seguras, que exigiu reconfiguração da rede *wireless* e revisão de configuração do balanceamento de carga entre servidores Web que atendem o portal do TRT.

Ainda no quesito segurança, foi concluído projeto de revisão do serviço de *time stamping* – protocolo de documentos eletrônicos. Foram realizados os estudos técnicos preliminares, aquisição e instalação dos novos equipamentos. A ação teve como finalidade melhorar a disponibilidade do serviço de protocolização utilizado pelo TRT4 e compartilhado com outros Regionais.

3.6.1 Acompanhamento de alertas em sistemas de *firewall* e antivírus.

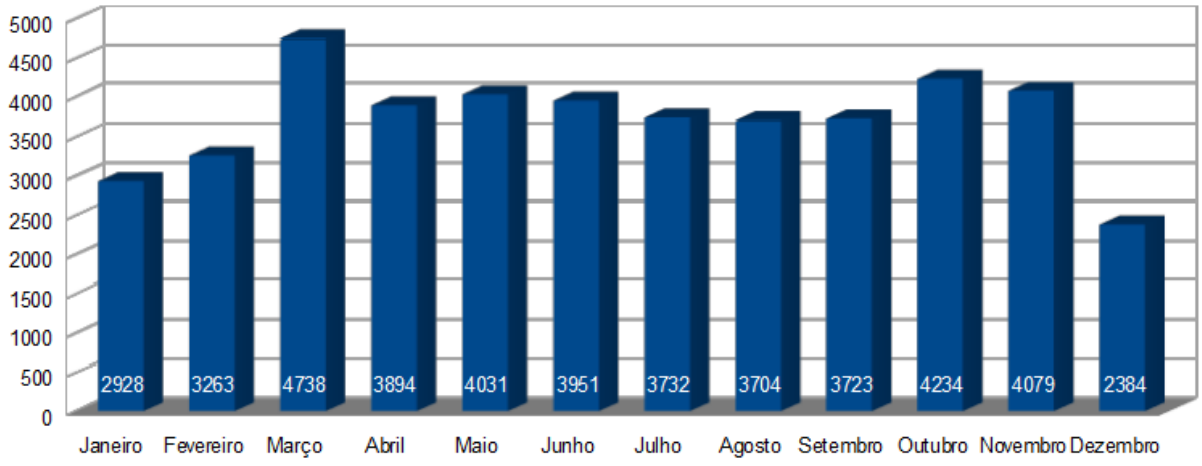
A equipe da Setic atuou na contenção de contaminações por vírus e trojans em mais de 5.700 casos identificados pelo sistema de antivírus adotado pelo TRT.

4. CENTRAL DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

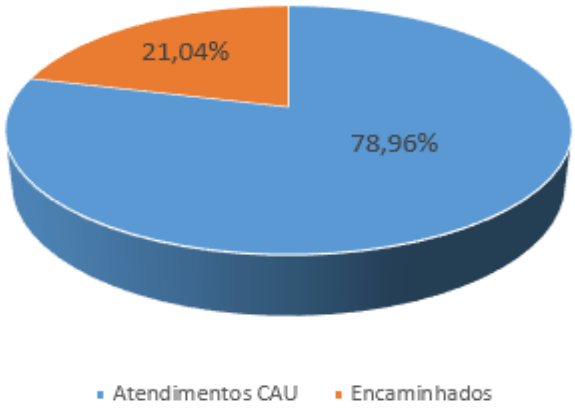
4.1 Atendimento as solicitações dos usuários

Em 2015, a Coordenadoria de Atendimento a Usuários registrou 44.661 chamados. Houve um aumento de 13% no número de chamados registrados em relação ao ano de 2014. A maioria dos chamados é resolvida diretamente pelas equipes da própria Coordenadoria. O que não é diretamente solucionado é enviado a outras áreas da Setic, que atuam para que a demanda seja atendida e encerrada no menor tempo possível.

O gráfico a seguir apresenta o número de chamados recebidos a cada mês de 2015:

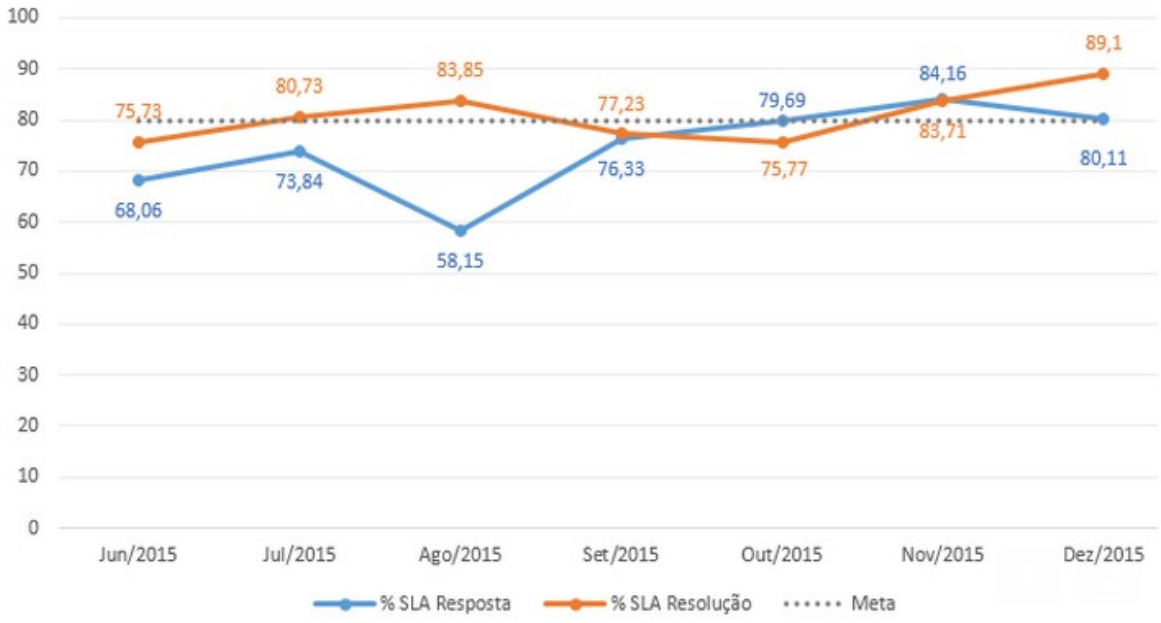


Percentual de atendimentos realizados na Central de Atendimento a Usuários e encaminhados para outras áreas da Setic:



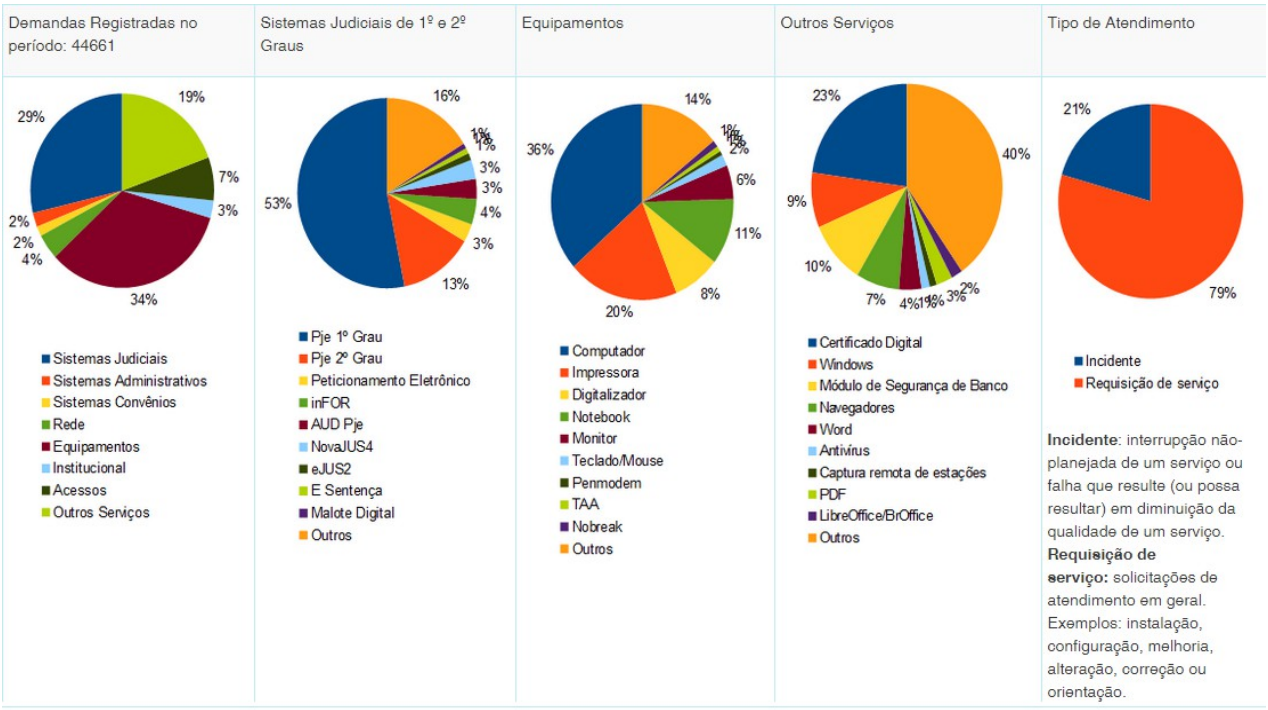
A partir da metade do mês de maio de 2015, entrou em produção novo sistema para registro de solicitações, o Assyst, adquirido por uma ação coordenada pelo CSJT. Essa aplicação permitiu extrair informações de melhor qualidade sobre os chamados registrados, o que permitirá que a Setic tome ações preventivas e corretivas a fim de melhorar a qualidade dos serviços que presta ao TRT. Foi possível identificar, por exemplo, que o retorno ao usuário que registra um chamado não estava sendo cumprido no prazo de 10 minutos para, no mínimo, 80% das solicitações. Algumas práticas foram alteradas de modo que, a partir do mês de setembro, já houve melhora nesse indicador, que encerrou o ano dentro do valor previsto.

Percentual de atingimento dos prazos estabelecidos para início do atendimento de cada solicitação (SLA Resposta) e para a resolução dos chamados (SLA Resolução):



Embora tenha sido divulgado como principal canal de comunicação com a Setic o sistema Assyst, ainda foram recebidos em torno de 2.500 e-mails na caixa postal do Atendimento. Ainda, foram atendidas 367 solicitações sobre peticionamento eletrônico e sistema PUSH.

Percentual de chamados relacionados ao serviço afetado e ao tipo de chamado:

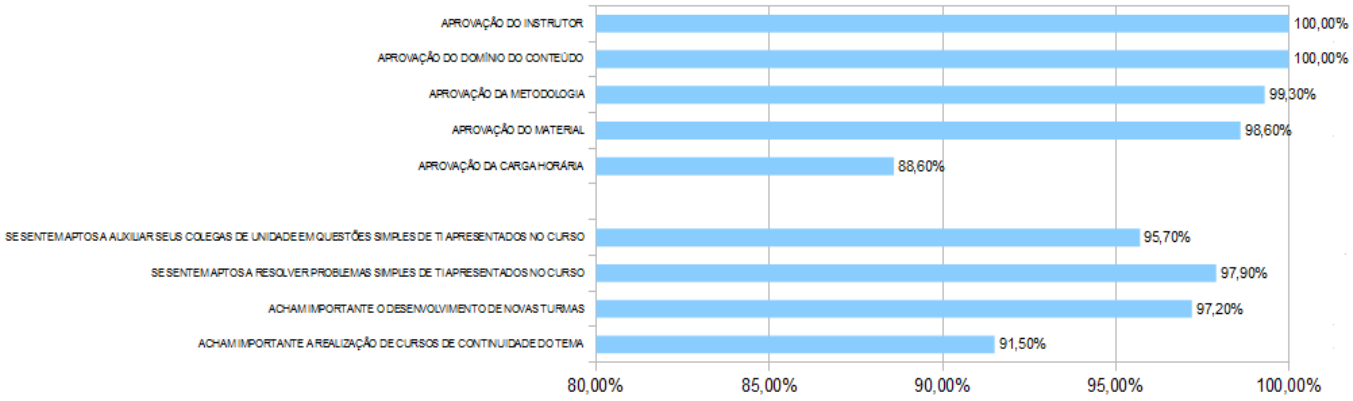


4.2 Ação estratégica: TI mais próxima do usuário

Em 2015, foi realizada a ação estratégica denominada “TI mais próxima do Usuário”. Esse projeto é parte do planejamento estratégico do TRT4 e tem por objetivo agilizar a solução de problemas e dúvidas mais comuns a partir da capacitação de um servidor de cada Vara do Trabalho e Coordenadoria de Controle da Direção do Foro para atuar como facilitador de informática nesses eventos. Foram realizados 26 treinamentos em diversas cidades do Estado, tendo sido capacitados 154 servidores, totalizando 91,12% das unidades do Estado atendidas.

Ao final de cada treinamento, os participantes receberam uma pesquisa para registrar a sua opinião referente à ação. A adesão à pesquisa foi de 91,56% dos participantes.

O resultado foi o seguinte:



Cabe citar comentários registrados por alguns servidores:

> *"Algumas práticas que aprendi no curso já foram colocadas em ação aqui na Vara. Este projeto de treinamento básico em TI torna a resolução de alguns problemas muito mais célere e descomplicada."*
>
> *"O conteúdo desenvolvido durante o curso já está sendo utilizado, como de fato o foi, para a solução de diversos problemas que se apresentaram após o evento. Curso de grande valia, será muito bem aproveitado."*
>
> *"... também é legal que a Informática não quer 'terceirizar' o trabalho deles – querem que a gente tenha mais autonomia. Quanto mais pessoas souberem esse tipo de atividade, melhor para a Vara"*

4.3 Sessões de Julgamento externas

No ano de 2015, a Setic prestou suporte técnico a 10 sessões externas realizadas pelas Turmas Julgadoras do TRT. O suporte compreende:

- Organização prévia da sessão (contato com a instituição onde será realizada a sessão para a verificação das questões técnicas, preparação dos equipamentos de informática que serão usados);
- Suporte técnico durante a realização da sessão.

As sessões ocorreram nas seguintes datas e cidades:

- Dia 21.05: Santiago (8ª Turma);
- Dia 25.06: Bagé (7ª Turma);
- Dia 14.08: Santa Cruz do Sul (2ª Turma);

- Dia 20.08: Osório (3ª Turma);
- Dia 25.08: Rio Grande (SEEX);
- Dia 03.09: Canela (1ª Turma);
- Dia 24.09: Erechim (8ª Turma);
- Dia 12.11: Cruz Alta (2ª Turma);
- Dia 25.11: Guaíba (4ª Turma);
- Dia 27.11: Nova Prata (2ªTurma).

4.4 Implantação do Sistema PJe

Em 2015, foi concluída a implantação do Sistema PJe-JT no TRT da 4ª Região. A Coordenadoria de Atendimento a Usuários atuou em diversas atividades relacionadas à implantação, dentre as quais merecem destaque:

- Configuração de computadores das unidades para uso do Sistema PJe-JT;
- Instalação de computadores e configuração das salas de audiências;
- Emissão de certificados digitais;
- Configuração dos acessos ao Sistema PJe-JT.

4.5 Parque de microinformática do TRT

O parque de microinformática, que compreende computadores, *notebooks*, impressoras, *scanners*, terminais de autoatendimento, monitores e docking stations está apresentado a seguir:

Equipamento	Quantidade
Microcomputadores	5.138
POSITIVO D580	1.790
POSITIVO D570	2.293
ITAUTEC 4273	164
ITAUTEC 4272	836
ITAUTEC 4271	47
ITAUTEC 3330	8
Notebooks	852
Ultrabook HP EliteBook 840 G1	333
HP Elite 8460	276

Equipamento	**Quantidade**
Lenovo T410	25
Lenovo T400	218
Impressoras	1.358
Lexmark CS 510de Colorida	8
Lexmark MS812dn	312
Lexmark MX 711 Multifuncional	312
Lexmark T654	713
Samsung 5835 Multifuncional	13
Monitores	11.075
Monitor Positivo 19,5”	1.790
Monitor Positivo 20”	4.586
Monitor Itautec 18,5”	1.000
Monitor LG 19”	520
Monitor LG 23’	3.179
Terminal de auto-atendimento	81
TAA Imply	81
Docking Station	324
Doca HP	167
Doca Lenovo	157
Nobreak	1.000
Nobreak SMS 1400	1.000
Scanner	584
Scanner BookReader V200	2
Scanner de mão IRIScan Book 3	5
Scanner KodaK i2600	214
Scanner Fujitsu Fi 6130z	150
EPSON WorkForce Pro GT-S50	124
Scanner de produção Fujitsu, FI-6770	2

Equipamento	Quantidade
Scanner Fujitsu FI 6140	25
Scanner Fujitsu S510	62
Modem 4G	420
Modens Claro	420

Seguindo política de atualização do parque de microinformática, presente na Portaria da Presidência do CSJT nº 9.474/2013, os equipamentos são substituídos ao final do período de garantia. Em 2015, ocorreu a atualização dos seguintes equipamentos.

Substituição de Computadores	1.637
Acréscimo de Computadores	124 (destes, 64 computadores foram instalados nas salas de audiência para uso das partes)

4.5.1 Dispositivos de internet móvel 4G (*penmodem*)

Concluída a atividade de substituição dos dispositivos de internet móvel utilizados pelos magistrados. Foram distribuídos também dispositivos móveis para todos os Foros Trabalhistas do Interior do Estado, como recurso alternativo de conexão à internet em caso de eventual interrupção dos acessos principais providos pelo TRT.

4.5.2 Computadores Portáteis (*notebooks*)

Concluída a atividade de substituição dos computadores portáteis utilizados pelos Magistrados e pela área administrativa.

4.6 Emissão de certificados digitais

Instalação de uma máquina virtual que permite a emissão de certificados digitais de forma remota em qualquer estação de trabalho, independentemente da configuração do computador do usuário. Antes da instalação dessa máquina virtual, cada emissão de certificado digital dependia da verificação e alteração das configurações do computador do usuário, o processo era mais demorado e, com frequência, falhava.

4.7 Acesso aos sistemas utilizados no TRT

No ano de 2015, foram atendidos mais de 3.120 chamados referentes a acessos a sistemas. Foi desenvolvido um programa para agilizar o cadastro dos acessos a sistemas para os servidores que compõem a equipe da SAT. Em função dessa atividade, os componentes da equipe da SAT chegam nas unidades com os acessos aos sistemas, necessários ao trabalho, já configurados.

5. GESTÃO DE TIC

A área de Gestão atua na implementação, melhoria e manutenção dos processos e das ferramentas que facilitam a gestão e a governança da área de tecnologia da informação do Tribunal. A melhoria contínua desses processos resultou no elevado índice obtido pelo TRT no levantamento de governança de TIC realizado pelo Tribunal de Contas da União em 2014, que lhe garantiu o segundo lugar entre todos os 65 Tribunais avaliados.

Gestão de projetos, de processos, de contratos e de segurança da informação atuam para que a operação da TI no âmbito do TRT da 4ª Região ocorra de modo adequado e em conformidade com as práticas exigidas pelos órgãos de controle como TCU, CNJ e CSJT. As ações a seguir são parte dessas disciplinas e merecem destaque em 2015.

5.1 Elaboração do Macroprocesso de Planejamento Estratégico de TIC

Concluído o mapeamento do macroprocesso de planejamento estratégico de TIC, contemplando os fluxos de trabalho para a sua construção e revisão. O resultado do trabalho está documentado no PA 0001248-43.2015.5.04.0000 e foi encaminhado para regulamentação junto à Administração.

5.2 Elaboração do Macroprocesso de Gestão de TIC

Concluída a modelagem do processo que envolve as atividades de gestão de TIC. O modelo do macroprocesso encontra-se documentado no PA 0001288-25.2015.5.04.0000 para regulamentação.

5.3 Ferramenta de Gestão Estratégica (Sigest)

Realizada atualização do mapa estratégico da TI, objetivos e indicadores resultantes da revisão do Plano Estratégico de TIC do TRT, no sistema Sigest, adquirido pelo CSJT e disponibilizado para uso dos Tribunais, permitindo o acompanhamento da gestão estratégica pelo Tribunal e diretamente pelo CSJT.

5.4 Ferramenta de Gestão de Serviços de TIC (Assyst/ITAM)

No ano de 2015, foi concluída a implantação da ferramenta de gestão de serviços da Setic. O trabalho demandou um grande esforço de todas as áreas da Setic, em especial a Coordenadoria de Atendimento a Usuários. Dentre as principais atividades destacam-se:

- Conclusão das parametrizações na ferramenta, envolvendo os diferentes fluxos de trabalho na gestão de serviços de TIC;
- Entrada em produção (maio/2015) substituindo a antiga ferramenta para gestão de serviços (Trace GP);
- Conclusão dos treinamentos;
- Início dos trabalhos de *upgrade* da ferramenta para uma versão mais atualizada (SP7).

5.5 Diagnóstico e modelagem dos Processos ITIL

Foi iniciado o aprimoramento dos fluxos de trabalho envolvendo as atividades de gestão de serviços de TIC. Realizado com apoio de uma consultoria custeada pelo CSJT em uma iniciativa nacional, o projeto promoveu a reflexão sobre forma atual de execução das atividades, permitindo o aprimoramento e, ao mesmo tempo, a inclusão de novos processos de trabalho a fim de racionalizar as atividades e atender os requisitos de conformidade com as boas práticas de gestão de TIC. A etapa seguinte, a ser executada em 2016, consiste em parametrizar as melhorias identificadas na ferramenta de gestão de serviços de TIC (Assyst/ITAM).

5.6 Portal de Governança de TIC

Realizadas atividades de manutenção e atualização das informações do Portal de Governança de TIC, ferramenta importante para a comunicação da Setic com o Tribunal, conferindo maior transparência à gestão da unidade.

5.7 Gestão Orçamentária

Devido à sua natureza, a área de TIC gerenciou, em 2015, orçamento da ordem de R$13.000.000,00, parcela significa do orçamento de custeio do Tribunal. Além desse recurso, nos últimos anos, o Tribunal tem recebido descentralizações orçamentárias do CSJT para aquisição de soluções de TI a partir de ações nacionais, por meio do Projeto do Sistema Integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho – SIGI-JT. Em 2015, tais descentralizações somaram R$1.903.320,06.

5.8 Processos de aquisição de bens e serviços de TIC

Em 2015, foram elaborados diversos processos de contratações de bens e serviços de TI para a manutenção e melhoria da infraestrutura tecnológica que suporta os diversos serviços de TIC, considerando, especialmente, a conclusão da implantação do processo judicial eletrônico. Dentre as contratações, destacam-se a renovação do parque de impressoras multifuncionais, acesso redundante a rede WAN, aquisição de licenças Microsoft para padronização de diretórios (AD), acesso de internet móvel para oficiais de justiça, renovação e ampliação da infraestrutura de servidores de rede, serviços de manutenção de equipamentos e *softwares*.

Ao todo, foram gerenciados 17 processos de contratação por Pregão, 5 adesões a registros de preços, 4 participações em registros de preços, 22 aditivos contratuais, 23 dispensas de licitação e 4 inexigibilidades.

Em 2015, ainda, foi concluída a revisão dos processos de planejamento de contratações e gestão de contratos de TIC.

5.9 Gestão de contratos

Durante o ano de 2015, foram gerenciados 148 contratos de diversas naturezas, relativos a fornecimento de equipamentos, prestação de serviços técnicos, garantias, comunicação de dados, entre outros. Desses, 107 encontravam-se vigentes no final do exercício. No mesmo período, foram conferidas e atestadas 581 faturas de produtos e serviços contratados e realizadas 371 consultas de preços junto ao mercado.

Abaixo segue relação dos contratos de tecnologia da informação vigentes no final de 2015:

Nº	Descrição	Contrato	
1	*Software* Jaws Professional (Adesão RP MPT)	118/13	27/02/15
2	Licenças Delphi XE7 Enterprise New User	0557/14-4	28/09/15
3	Consultoria em soluções de software de infraestrutura computacional – JBoss e PostgreSQL	89/14	18/02/16
4	Consultoria em soluções de *software* de infraestrutura computacional – Microsoft	90/14	18/02/16
5	Subsistema automatizado de *backup* – Tape Library – ARP 0016/12-9 – Contratação realizada mediante participação no PE 06/12 do TRT 18ª Região	80/12	19/02/16
6	Televisor *Smart Led* 55 polegadas	0035/14-9	23/02/16
7	Impressoras *laser* monocromáticas e suprimentos (BB 400107)	171/11	28/02/16
8	*Firewall*	100/12	28/02/16
9	Sistemas de armazenamento de dados – SAN Storage (RP TST)	150/11	08/03/16
10	Serviços de Help-desk – Área TIC (BB 495757) (RP 0027/13-0)	81/13	14/03/16
11	Manutenção de licenças de *softwares* Oracle	15/14	17/03/16

Nº	Descrição	Contrato	
12	Consultoria e suporte técnico em *software* (BB 346739) Red Hat Enterprise Linux	018/11	18/03/16
13	Consultoria e suporte técnico em *software* (BB 346739) IBM	019/11	18/03/16
14	Consultoria e suporte técnico em *software* (BB 346739) Zabbix	022/11	18/03/16
15	Console para *rack* (teclado, vídeo e mouse) (BB 465849)	15/13	21/03/16
16	Acesso à base de dados dos sistemas de cadastro de CPF/CNPJ	27/11	27/03/16
17	Atualização de solução de segurança da informação – *softwares* módulo Risk Manager e plataforma de *softwares* Microsoft – suporte técnico, atualização e *upgrade* da solução	0057/14-8	30/03/16
18	Manutenção preventiva e corretiva de centrais telefônicas (BB 499615)	84/13	31/03/16
19	Tokens para certificação digital (Adesão item 2 da ARP15/12 do TRT 2ª Região) – Órgão Participante	131/12	31/03/16
20	Solução de ativos de rede local (*switches*) – RP 10/2012 (BB 403179)	61/12	07/04/16
21	Manutenção e ampliação da solução de armazenamento de dados (RP)	116/13	08/04/16
22	Manutenção e ampliação da solução de armazenamento de dados do Tribunal. PE 0080/13-8 RP 0046/13-0 (Vigência: 23/12/2014).	104/14	08/04/16
23	Solução integrada de *software* de gestão de portfólios e projetos (PE 78/10)	38/11	10/04/16
24	Projetos multimídia interativo – Escola Judicial	0232/14-4	21/04/16
25	Desenvolvimento, manutenção e integração do subsistema de audiências ao PJe-JT	03/15	26/04/16
26	*Blades*	CSJT	01/05/16
27	Consultoria em soluções de *softwares*	09/15	26/05/16

Nº	Descrição	Contrato	
28	Serviço de comunicação de dados para acesso à internet (Adesão RP 12/2011 TRF1ª R) 100Mbps	40/12	30/05/16
29	Renovação de subscrição do *software* Citrix Xenapp	0039/14-8	02/06/16
30	Aquisição de impressoras laser monocromáticas e multifuncionais, mediante Ata de Registro de Preços do TRT 23ª Região PE 023/2012 – ARP 0026/12-9	132/12	05/06/16
31	Serviço de comunicação de dados – Rua João Telles (BB 353320)	44/11	13/06/16
32	Convênio de Cooperação Recíproca	29/11	16/06/16
33	Aquisição de *nobreak* (Registro de Preços)	14/13	17/06/16
34	Convênio para intercâmbio de informações textuais – IOB Online Jurídico.	0301/11-4	27/06/16
35	*Software* TOAD *Development Suite for Oracle*	0037/15-8	01/07/16
36	Impressora *Laserjet* Color M551DN	0503/13-4	01/07/16
37	Acesso e consulta às bases de dados de CPF/CNPJ da Receita Federal – Serpro – INFOCONV	64/11	08/07/16
38	Filtro de conteúdo – *software* e *hardware*	11/14	17/07/16
39	Licenças Adobe *Indesign*	0037/15-8	19/07/16
40	Suporte e assistência técnica de PDDE	68/11	20/07/16
41	Antivírus	TST	01/08/16
42	Manutenção (suporte e atualização) de licenças de *softwares* Oracle	53/12	03/08/16
43	Leitor e editor Braille e software ampliador de tela – Adesão – ARP 29/14-UFPb	51/15	16/08/16
44	Manutenção e ampliação da solução de armazenamento de dados (RP) – (suporte e garantia)	117/13	09/09/16
45	Manutenção preventiva e corretiva de dois grupos geradores trifásicos (repetição)	107/11	29/09/16

Nº	Descrição	Contrato	
46	Serviços de transporte, instalação, manutenção e execução de rotinas em equipamentos de informática – PE 0004/14-8	22/14	01/10/16
47	Acesso à internet Redundante – Roteamento BGP PE 0076/13-8 (RP) (BB 517587)	25/14	10/10/16
48	Aquisição de *software* da ferramenta de conexão remota MOBAXTERM	0511/15-4	13/10/16
49	Consultoria em soluções de infraestrutura computacional – Citrix	46/15	16/10/16
50	Manutenção de *softwares Oracle* – Licenças doadas pelo CSJT/TST	127/12 (108/12)	04/11/16
51	Configuração e parametrização do *software* Trace GP, da empresa Trace Sistemas	146/11	18/11/16
52	Licenças e subscrições de manutenção de *softwares* IBM TSM e VMWARE (RP) – TSM	114/13	30/11/16
53	Licenças e subscrições de manutenção de *softwares* IBM TSM e VMWARE (RP) – VMWARE	115/13	25/12/16
54	Contratação de consultoria e treinamento no software Trace GP, para a implantação de Escritório de Projetos na Diretoria-Geral. PE 0078/10-8 – RP 0034/10-0	167/11	26/12/16
55	Solução integrada de gerenciamento de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações	121/13	19/01/17
56	Nobreak (PE 0066-13-8)	100/13	09/02/17
57	Scanner – Ata de Registro de Preços 066/13 – TRT 8ª Região (TRT 4ª Região – participante)	122/13	05/03/17
58	Suporte e manutenção do *software* Trace GP	09/12	30/03/17
59	Aquisição de microcomputadores para renovação e expansão do parque do Tribunal – Adesão à ARP do PE 15/12 do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - ARP 0028/12-9	129/12	01/04/17
60	*Blades*	124/12	02/04/17
61	*Racks* para CPDs do Foros do Interior. Ata nº	103/12	11/04/17

Nº	Descrição	Contrato	
	136/11 TRT 15ª Região (item 23)		
62	Cartões tipo “Smart Card”	0004/11-9	30/05/17
63	Acesso à internet Móvel	95/14	16/06/17
64	Licenças e subscrições de manutenção de *softwares* IBM TSM e VMWARE (RP) – VMWARE	37/14	18/06/17
65	Link ADSL com linha telefônica	0329/15-4	26/06/17
66	Acesso ao sistema de gerenciamento de informações do DETRAN/RS – GID	12/13	30/06/17
67	Pesquisa textual *Google Search Appliance* – renovação, atualização e expansão – TRT 4ª Região e demais TRTs participantes (RP) (BB 516748)	112/13	02/07/17
68	Subscrições de softwares Red Hat – Registro de Preços – PE 0027/14-8	45/14	16/07/17
69	Rede corporativa WAN – Contratação mediante participação no Registro de Preços PE 010/2012 TRT 23ª Região	66/12	26/07/17
70	Impressora *Laser* colorida	0409/14-4	31/07/17
71	Solução de votação interativa	0418/15-4	27/08/17
72	Aquisição de microcomputadores para renovação e expansão do parque do Tribunal – Adesão à ARP do PE 15/12 do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – ARP 0028/12-8	129/2012-1	18/09/17
73	Licenças/subscrições de manutenção *softwares* IBM TSM eVMWare PE 0082/13-8 RP 0045/13-0 (Vigência:20/12/2014) – (0013/14-9 Participante RP 59/13 – 3ª Região)	0082/13-8	21/09/17
74	Interligação por fibra ótica dos dois prédios – Foro Trabalhista de Santa Rosa	0505/15-4	18/10/17
75	Aluguel de *softwares* de monitoramento de alarmes de intrusão	0589/14-4	nov-17
76	Serviço de acesso à solução integrada de colaboração e comunicação corporativa baseada	109/12	08/11/17

Nº	Descrição	Contrato	
	em nuvem, incluindo suporte técnico, implantação e treinamento		
77	Solução de *Business Intelligence* (BI) (BB 450536) (RP 0035/12-0)	113/12	25/11/17
78	Microcomputador portátil – notebook	074/14	18/12/17
79	Manutenção preventiva programada e corretiva – Sala cofre	126/12	10/01/18
80	Aquisição de impressoras *laser* coloridas RP 01/2014-01 do PE 04/2014 da SRTE/MG	0028/14-9	18/01/18
81	Compra de material – Aquisição de *scanners* para digitalização de documentos, mediante Ata de Registro de Preços 66/2013 do TRT8ª Região, na qual o Tribunal figura como um dos participantes	99/14	25/01/18
82	Dispositivo de *backup* baseado em disco (Backup VTL) PE 0009/14-8	47/14	09/02/18
83	Manutenção do *software Solidus eCare Lite*	17/15	24/03/18
84	Mouse ortopédico	0230/15-4	13/05/18
85	Impressora de crachás funcionais	0125/15-4	21/06/18
86	*Scanner* de mesa falado	0261/15-4	28/06/18
87	Estação de trabalho – Microcomputador *desktop* – RP 0116/12 – TST	111/13	22/07/18
88	Registro anual da base de roteamento	0242/15-4	05/08/18
89	Reforma e ampliação do CPD2	34/15	13/10/18
90	Estação de trabalho (*workstation*)	0003/13-9	04/11/18
91	Otimização de rede Wan (aceleradores) (BB 462422) PE 0078/12-8	85/13	28/11/18
92	Computadores de rede (*switches*) para o Interior do Estado	90/13	08/12/18
93	Microcomputadores – Estações de trabalho – Adesão ARP 14/2014 do TRT2	112/14	25/02/19
94	Servidores de Rede (Registro de Preços) (BB:	110/13	20/03/19

Nº	Descrição	Contrato	
	507700) – 20 servidores		
95	Centrais telefônicas	102/14	13/04/19
96	*Workstation* (estação de trabalho) – Escola Judicial – Adesão ARP 25/2013 do Pregão Eletrônico SRP n.° 37/2013 da UFRGS	0007/13-9	14/04/19
97	Roteadores para acesso à internet (BB 515030)	103/13	22/05/19
98	Parametrização e implementação de formulários de demandas – Trace GP	57/14	12/08/19
99	*Workstations* (estações de trabalho) – Adesão ARP UFRGS 025/2013 (PE 037/2013)	0011/14-9	29/09/19
100	Servidores de Rede (Registro de Preços) (BB 507700)	73/14	16/12/19
101	Servidores de Rede (Registro de Preços) (BB 507700) – 4 servidores	73/14-1	27/01/20
102	Renovação e ampliação da infraestrutura central de servidores de rede	118/14	29/04/20
103	Renovação e ampliação da infraestrutura central de servidores de rede	13/15	27/05/20
104	Suporte e garantia dos *Switches* SAN Cisco MDS 9148	66/15	10/10/20
105	Solução de carimbo de tempo de documentos eletrônicos – Protocolo digital de documentos eletrônicos	95/15	10/12/20
106	Solução integrada de monitoramento de performance de aplicações. ARP 0015/15-9.	81/15	36 meses do recebimento definitivo que ainda não ocorreu
107	Solução de Ponto Biométrico – Registro de Preços	079/15	48 meses do recebimento definitivo que ainda não ocorreu

5.10 Plano Anual de Capacitação

O Plano Anual de Capacitação visa ao aperfeiçoamento das competências técnicas e gerenciais dos servidores da Setic de forma racionalizada e controlada, atendendo também à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal instituída pelo Decreto nº 5.707/2006 e ao Acordão nº 381/2011 do TCU.

Em 2015, foram realizados 132 cursos, dispersos entre os 49 diferentes perfis técnicos definidos para a Setic, correspondendo a 41 horas, em média, de treinamento por servidor. A documentação completa encontra-se no processo administrativo 0000520-02.2015.5.04.0000.

5.11 Revisão da Metodologia de Gerenciamento de Projetos e de Portfólio da Setic

Como resultado de uma iniciativa nacional promovida pelo CSJT, em 2015 foi realizada a revisão da metodologia de gerenciamento de projetos e de portfólio utilizadas pela Setic. O projeto contou com consultoria especializada, com base nas melhores práticas de gerenciamento de projetos e de portfólio do mercado, mantendo o foco na viabilidade de execução dos mesmos pelas áreas da Setic e pela Administração do Tribunal.

Os processos foram definidos de forma independente do Trace-GP – ferramenta utilizada atualmente no Tribunal para a gestão de projetos e portfólio, assegurando sua independência em relação à ferramenta.

5.12 Implantações do PJe-JT em 2015

Outro projeto conduzido pelo Escritório de Projetos de TIC foi o de controle das implantações do PJe-JT em 2015. O mesmo teve o objetivo de acompanhar as tarefas de responsabilidade da Setic e garantir que todas as ações estivessem prontas a tempo para cada uma das implantações do PJe-JT, em todo o Estado do RS.

5.13 Portfólio de projetos de TI

O Escritório de Projetos de TIC acompanhou a execução e documentação de todos os projetos do Plano Diretor de TI de 2015. O acompanhamento é realizado em toda as fases do projeto, desde a proposta, planejamento e execução, até o encerramento. Ele tem como objetivo garantir que as áreas internas da Setic estejam trabalhando de forma alinhada aos propósitos definidos no Plano, garantindo que as expectativas sejam atendidas. O Escritório de Projetos de TIC também fornece apoio na utilização da metodologia de gerenciamento de projetos, bem como suporte para utilização da ferramenta adotada (TraceGP). Ainda, realiza reuniões mensais com os gerentes de projetos para acompanhamento da situação dos processos, com o objetivo de esclarecer dúvidas, obter informações sobre o andamento, pontos de atenção e pendências dos projetos, as quais são consolidadas e reportadas em relatórios mensais. Ao final, é realizada a medição dos benefícios alcançados, com validação do responsável pela área na qual o projeto foi aplicado.

5.14 Implantação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação – SGSI

Com o auxílio de consultoria especializada, foi iniciada a implantação do SGSI (adoção de processos e procedimentos aderentes a padrões internacionais relacionados à Segurança da Informação, alinhada ao Mapa Estratégico de TIC e ao Planejamento Estratégico do Tribunal, contribuindo para a manutenção da excelência dos serviços prestados pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações). O projeto será finalizado em 2016. As principais atividades e documentos desenvolvidos em 2015 foram:

- Revisão da Política de Segurança da Informação (PA 0003728-96.2012.5.04.0000), com inclusão das seguintes normas:
  - Portaria nº 7.791/2015 – incluiu o Anexo 8 – Anexo 8 (NSI008 – Gestão de Incidentes de Segurança da Informação)
  - Portaria nº 7.966/2015 – Incluiu o Anexo 9 (NSI009 – Classificação da Informação)
- Gestão de Riscos – análise e avaliação dos riscos relativamente aos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) que suportam o processo de prestação jurisdicional, abrangendo 1º e 2º Graus de jurisdição, trabalho remoto e público externo (PA 0006178-07.2015.5.04.0000).
  Total de ativos mapeados e analisados: 458
- Gestão de Continuidade – revisão e elaboração dos planos de continuidade operacional (PCO) e de recuperação de desastre (PRDs), documentos que descrevem procedimentos operacionais ou técnicos a serem realizados quando da ocorrência de incidentes críticos que afetem os serviços tidos como essenciais à atividade do Tribunal, visando respectivamente, à manutenção dos serviços, ainda que em um nível mínimo de operacionalidade, e o retorno dos serviços à normalidade.
  - Total de planos revisados: 19 PRDs e 3 PCOs
  - Total de planos desenvolvidos: 1 PCO
- Plano de Tratamento de Riscos – Elaboração do plano de tratamento de riscos, com base no resultado da análise e avaliação dos riscos, informando as ações e controles necessários para tratar os riscos avaliados, com base na ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013. (PA 0006178-07.2015.5.04.0000)
- Testes dos Planos de Continuidade – realização e acompanhamento dos testes de PCOs e PRDs, a fim de validar sua eficácia.
- Indicadores para medir a eficácia do SGSI – definição e formalização de indicadores e métricas e metas para avaliar a eficácia do SGSI, alinhadas aos requisitos do item 9.1 da ISO/IEC 27001.

5.15 Projeto Senha Segura

Em 2015, foram implementadas medidas para garantir a utilização de senhas seguras no ambiente tecnológico (critérios de complexidade e a periodicidade de troca previstos na Política de Segurança da Informação), tendo os usuários sido instados a realizar a troca de senha, em

que atendidos na íntegra os critérios definidos na Política de Segurança do TRT (senha complexa). Na data-limite, mais de 4.000 contas (98% do total) tiveram sua senha alterada, com aumento do nível de segurança no acesso aos serviços e sistemas de TIC utilizados no Tribunal.

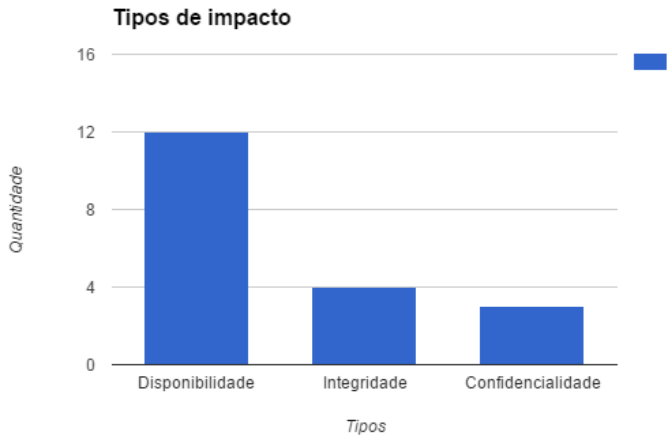
5.16 Campanha de Sensibilização de Segurança da Informação

Divulgação, quinzenal, no Portal VOX, de dicas de segurança da informação. Envio a todos os novos servidores, magistrados e estagiários, da Política de Segurança da Informação, para conhecimento (diante da suspensão da realização do Integrar-te durante o ano de 2015).

5.17 Gerenciamento das solicitações, das demandas e dos incidentes de segurança

Coordenação de ações necessárias na ocorrência de incidentes de segurança da informação e gerenciamento das demandas encaminhadas por usuários, com fornecimento de subsídios ao Comitê de Segurança da Informação para a tomada de decisão.

No ano de 2015, houve a formalização do processo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação, no qual há previsão de registro dos incidentes de segurança da informação que resultaram em impactos mais significativos. Em 2015, foram formalizados 23 Relatórios de Incidentes de Segurança da Informação. Da análise destes registros foram obtidos os seguintes dados quanto aos incidentes registrados:







SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Durante o ano de 2015, a Secretaria de Comunicação Social – Secom realizou as seguintes atividades:

- **Notícias no *site* institucional**: Foram publicadas 700 notícias no *site* do TRT. As matérias trataram de acontecimentos institucionais, das decisões de primeiro e segundo Graus, e de outros assuntos.
- **Cobertura de eventos**: A equipe da Secom realizou a cobertura fotográfica e jornalística de todos os eventos relacionados à Justiça do Trabalho do RS, tendo publicado as notícias no *site* e na intranet/VOX.
- **Cobertura da agenda da Administração**: Acompanhamento da agenda da Administração, com publicação de notícias no *site* sobre eventos e reuniões dos seus integrantes.
- **Redes Sociais**: Foi dada continuidade às páginas do TRT no Facebook e no Twitter, alimentando-as com as notícias e informações veiculadas no *site*. As redes sociais contribuem para ampliar a visibilidade das notícias do Tribunal, além de permitir a interatividade com os cidadãos. Também foi utilizada a página do Tribunal no FlickR, rede social que armazena os álbuns fotográficos de todos os eventos institucionais, possibilitando aos usuários acesso e *download* das imagens.
- **Assessoria de Imprensa:** A Secom deu continuidade à condução do relacionamento do TRT-RS com a imprensa. A atividade envolve atendimento a jornalistas, sugestões de pauta, envio de *releases* e agendamento de entrevistas. Destaque para o projeto que agenda entrevistas do Corregedor Regional ou do Vice-Corregedor Regional em cidades do Interior do Estado, nos dias de correição ordinária.
- **Portal VOX**: Em 2015, a Secretaria de Comunicação Social deu continuidade à administração do conteúdo do VOX, portal interno lançado em 2013. Ao longo do ano, foram publicadas 793 matérias no Portal, distribuídas entre suas diversas editorias.
- **Clipping**: A Secom envia um *clipping* diário, com todas as notícias veiculadas nos *sites* do TRT, TST, CNJ e matérias de jornais, rádios e TVs que tenham relação com o TRT, Justiça do Trabalho ou com o mundo do trabalho em geral. A produção do *clipping* é terceirizada, mas revisada e acompanhada pela equipe da Secom.
- **Criação e produção de peças gráficas**: A Secom criou e produziu grande variedade de peças gráficas para o TRT, como cartazes, *banners*, faixas, *folders*, cartões, convites, fundos de palco, material de apoio a eventos, placas, cartões via e-mail em datas comemorativas, entre outros.

- **Atualização dos perfis dos Desembargadores no *site***: A Secom efetuou as atualizações necessárias nos arquivos PDF com as fotos e os currículos resumidos de todos os Desembargadores do TRT da 4ª Região. O material pode ser acessado pelo *site*.
- **Monitores nos elevadores e saguões**: Ao longo de 2015, a Secom atualizou diariamente o conteúdo dos monitores nos elevadores e saguões do Prédio-Sede do TRT e do Foro Trabalhista de Porto Alegre, composto por notícias, informações de utilidade pública, peças de campanhas, agenda de eventos, entre outros tópicos.
- **Arquivo fotográfico**: A Secom manteve arquivo fotográfico de todos os eventos realizados no Tribunal.
- **Avisos de Utilidade Pública**: Foram enviados por e-mail, pela Secom, comunicados a todo o público interno, informando falecimentos de magistrados/servidores/familiares ou pedidos de doação de sangue ou plaquetas.
- **Calendário 2016:** Produção do Calendário 2016 do TRT-RS, que tem como tema os 75 anos da Justiça do Trabalho. Por meio de fotografias e textos, o calendário aborda a evolução da Justiça do Trabalho gaúcha ao longo dos anos.
- **WebTV:** A Secom veiculou 103 matérias televisivas no canal do TRT-RS no Youtube, lançado em 2014. O canal disponibiliza matérias sobre direitos e deveres dos trabalhadores, o funcionamento da Justiça do Trabalho, decisões judiciais, além dos serviços, projetos e eventos institucionais do TRT-RS. Também são veiculadas entrevistas sobre temas ligados ao Direito e à Justiça do Trabalho. O objetivo do WebCanal é informar trabalhadores e empregadores a respeito dos seus direitos e deveres, bem como sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho, por meio de uma linguagem acessível.
- **Produção gráfica e diagramação da Cartilha do TRT-RS:** A Seção de Design da Secom diagramou e conduziu o processo de impressão da nova Cartilha do TRT-RS. O texto da cartilha ficou a cargo da Presidência.
- **Comenda do Mérito Judiciário:** A Secom criou o *design* e conduziu a compra das medalhas entregues na primeira edição da Comenda do Mérito Judiciário do TRT-RS, evento realizado em 20 de novembro de 2015.
- **Criação de Logotipos:** Em 2015, a Secom produziu os seguintes logotipos: Desafio Sustentável; editorias Tempo de Literatura e Na Ponta da Língua, Plano Estratégico 2015-2020, ícone do Portal da Presidência no VOX.
- **Bloco da Comissão de Direitos Humanos: A** Seção de Design da Secom produziu blocos de anotações da Comissão de Direitos Humanos, distribuído em seminário sobre Direitos Humanos no Mundo do Trabalho, ocorrido em novembro, no Plenário do TRT4.

- **Capas:** Em 2015, a Seção de Design da Secom produziu as capas do Relatório Anual do TRT-RS, do Manual de Organização de Unidades Judiciárias, feito pela Corregedoria Regional, e do Relatório Circunstanciado da Corregedoria.
- **Pesquisa de Satisfação:** A Secom divulgou, em 2015, os resultados da pesquisa de satisfação do TRT-RS, feita junto a usuários e público interno. As entrevistas foram realizadas no final de 2014, mas a divulgação dos resultados ocorreu em março de 2015. Além das notícias no *site*, VOX e imprensa, a secretaria elaborou a apresentação dos resultados em arquivo *powerpoint*.
- **Exposições do Memorial:** A Secom colaborou na produção dos painéis ilustrados de duas exposições do Memorial, sobre a origem e trajetória dos Advogados Trabalhistas (abril) e dos Magistrados Trabalhistas (novembro).
- **Outubro Rosa:** A Secom encaminhou a compra de fitinhas rosas para crachá, distribuídas entre servidores do TRT-RS.
- **Homenagem por tempo de serviço:** A Secom produziu convite especial, fundo de palco, animação com fotos dos homenageados e os certificados do evento que homenageou servidores com 10, 20 e 30 anos de exercício na Instituição. Evento realizado em novembro.
- **Encontro de Gestores:** A Secom produziu as artes do crachá, bloco de anotação, *banner*, fundo de palco e totens do evento, realizado em agosto.
- **Apoio à Comissão de Cultura:** Foram produzidos cartazes e *releases* de todas as exposições promovidas pela Comissão de Cultura ao longo de 2015.

ESCOLA JUDICIAL

1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Em 2015, a Direção da EJ foi exercida pelo Desembargador José Felipe Ledur e a Vice-Direção, pelo Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz.

Até dezembro de 2015, integraram o Conselho, além do Diretor e do Vice-Diretor da Escola Judicial, os Desembargadores Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada), Rosane Serafini Casa Nova, Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa e João Paulo Lucena, juntamente com os Juízes Manuel Cid Jardón, Tiago Mallmann Sulzbach, Leandro Krebs

Gonçalves e Rodrigo Trindade de Souza. Os juízes Tiago Malmann Sulzbach e Rodrigo Trindade de Souza renunciaram a seus mandatos em outubro.

A partir de dezembro de 2015, conforme deliberação do Tribunal Pleno em sessão extraordinária realizada no dia 19 de outubro de 2015, foi reconduzido ao Conselho o juiz Leandro Krebs Gonçalves, ocasião em que também foram eleitas as desembargadoras Beatriz Zoratto Sanvicente (aposentada) e Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi e os juízes Max Carrion Brueckner e Gustavo Friedrich Trierweiler, substituindo os Desembargadores Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada) e Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa e os Juízes Tiago Mallmann Sulzbach e Rodrigo Trindade de Souza.

Como Conselheiros suplentes, com mandato até 11 de dezembro de 2017, o Tribunal Pleno definiu, por ordem de votação, a Desembargadora Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada), o Desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa, o Juiz Gustavo Jaques e o Desembargador Marcelo José Ferlin D'Ambroso.

O juiz Leandro Krebs Gonçalves atuou como Coordenador Acadêmico, sendo reeleito para a gestão 2016-2017.

A Escola Judicial, em 2015, portanto, teve a seguinte composição:

DIRETOR
Desembargador José Felipe Ledur

VICE-DIRETOR
Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz

COORDENADOR ACADÊMICO
Juiz Leandro Krebs Gonçalves

INTEGRANTES DO CONSELHO CONSULTIVO, ATÉ DEZEMBRO DE 2015:
Desembargadora Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada),
Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova
Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz
Desembargador José Felipe Ledur (Presidente)
Desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa
Desembargador João Paulo Lucena
Juiz Manuel Cid Jardón

Juiz Tiago Mallmann Sulzbach (renunciou em outubro de 2015)

Juiz Leandro Krebs Gonçalves

Juiz Rodrigo Trindade de Souza (renunciou em outubro de 2015)

*** A partir de dezembro de 2015:**

Desembargadora Beatriz Zoratto Sanvicente (aposentada)

Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova

Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez

Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz (Presidente)

Desembargador João Paulo Lucena

Desembargadora Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi

Juiz Manuel Cid Jardón

Juiz Leandro Krebs Gonçalves

Juiz Max Carrion Brueckner

Juiz Gustavo Friedrich Trierweiler

Conselheiros Suplentes (até 10.12.2015 – por ordem de votação)

Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo

Desembargador Raul Zoratto Sanvicente

Juíza Janaína Saraiva da Silva

Desembargador André Reverbel Fernandes

Conselheiros Suplentes (a partir de 11.12.2015, com mandato de dois anos – por ordem de votação):

Desembargadora Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada)

Desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa

Juiz Gustavo Jaques

Juiz Marcelo José Ferlin D'Ambroso

Comissão da Revista e Outras Publicações:

* Composição até dezembro de 2015:

Desembargadora Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada)

Desembargador João Paulo Lucena

Juiz Rodrigo Trindade de Souza (renunciou em outubro de 2015)

O Desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa atuou na Comissão, em substituição ao Juiz Rodrigo Trindade de Souza, no período compreendido entre outubro e dezembro.

* Composição a partir de dezembro de 2015:

Desembargadora Beatriz Zoratto Sanvicente (aposentada)

Desembargador João Paulo Lucena

Desembargadora Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi

2. EVENTOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL em 2015

2.1 Ações de Formação Continuada de Magistrados

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
12 a 16.01.2015	Semana de Formação Continuada para Magistrados (TRT 19)*	Sergio Cruz Arenhart, André Araújo Molina, Pedro Henrique Pedrosa Nogueira, Frederico W. da Silva Dantas, Beclaute Oliveira Silva, Greth Leite Maia de Messias, Professora Fernanda Tartuce Silva, Guilherme Guimarães Feliciano, Wolney de Macedo Cordeiro	32	1
02 a 06.03	1ª Semana de Formação Continuada EJUD TRT5 – O novo CPC e os Reflexos no Processo do Trabalho 2015/1 (TRT5)*	Beclaute Oliveira Silva, Ronaldo Cramer, Dierle Nunes, Eduardo Talamine, Antônio do Passo Cabral, Fredie Didier Jr, Hermes Zaneti Jr, Luiz Henrique Volpe	30	1
06.03	Nova Lei do Recurso de Revista – Desembargadores e Juízes convocados	Francisco Rossal de Araújo, Manoel Teixeira Filho	6	27
13 e 23.03	Capacitação em PJe-JT para Magistrados – Turma 1	Ricardo Fioreze, Raquel Nenê Santos	12	13
19.03 a 10.05	Curso de Formação de Formadores sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais – EAD (Enamat)*	Alexandre Luiz Ramos	30	1
20.03	Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 1º Encontro (Passo Fundo)	Marcelo Caon Pereira	3	6

* *Atividade externa de treinamento, certificada pela EJ-TRT4*

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
20.03	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 1º Encontro	Jorge Alberto Araujo	1,5	7
20.03	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 1º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	2,5	9
20.03	Grupo de Estudos Direito Processual – 1º Encontro	Lígia Maria Fialho Belmonte	2,5	10
01.04 a 17.05	Curso de Formação Continuada sobre Técnicas de Instrução Processual – EAD (Enamat)*	Sebastião Geraldo de Oliveira, Ricardo Lewandovski, Eduardo Siqueira, Heleno Corrêa Rodrigues Filho, Rodolfo Vilela, Raimundo Simão de Melo, Tiago Fensterseifer, Guilherme Guimarães Feliciano, Rachel Rubin, Paulo Lengruber, Manuel Cifuentes, José Antônio Ribeiro da Silva, Ricardo Tadeu, Antônio Rodrigues Freitas Júnior, Maria Maeno, Eliana Pintor, Sandra Assali, Rinaldo Marinho, Olívia Pedro Rodrigues, Marcus Barberino	40	10
10.04	Grupo de Estudos Direito Processual – 2º Encontro	Lígia Maria Fialho Belmonte	2,5	8
10.04	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 2º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	2	9
13.04	Fórum Virtual – Debates à uniformização da jurisprudência do Tribunal – Magistrados	Wilson Carvalho Dias, Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa	3	16
17.04	Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 2º Encontro (Passo Fundo)	Marcelo Caon Pereira	3	7
17.04 a 22.05	Capacitação Em PJe-JT para Magistrados – Turma 2	Ricardo Fioreze, Marcelo Bergmann Hentschke	12	9
24.04	Conferência Humanismo Judiciário e Tecnicismo Judiciário e retomada de algumas conclusões do IX Encontro, à luz da precitada conferência	Eduardo Bittar	4	165

**Atividade externa de treinamento, certificada pela EJ-TRT4*

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
24.04	SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias	Ricardo Fioreze	1,5	157
08.05	Grupo de Estudos Direito Material – 1º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	9
07 e 08.05	I Seminário Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (TST/CSJT/Enamat)*	José de Barros Levenhagen, Araken de Assis, Renato de Lacerda Paiva, Luiz Guilherme Marinoni, José Roberto Freire Pimenta, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Luciano Athayde Chaves, Walmir Oliveira da Costa, Ben-Hur Silveira Claus, Augusto César Leite de Carvalho, Flavio Allegretti de Campos Cooper, Maria de Assis Calsing, Erasto Villa-Verde de Carvalho Filho, Gerson Dagord Schaan, Alexandre Agra Belmonte, Marcos Neves Fava, Nilton Correia, João Oreste Dalazen	11	5
08.05	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 3º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	2	5
08.05	Treinamento Sobre Uso de Ferramentas de 1º Grau (InFOR e E-Sentença)	Maria Ester Fonseca Vieira	1	1
14.05	II Jornada sobre o Novo CPC e suas Implicações no Processo do Trabalho	Nelson Nery Junior, Júlio César Bebber, Homero Batista Mateus da Silva	8	181
22.05	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 2º Encontro	Jorge Alberto Araujo	1,5	3
22.05	Grupo de Estudos Direito Material – 2º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	1,5	10
22.05	Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 3º Encontro (Passo Fundo)	Marcelo Caon Pereira	3	7

**Atividade externa de treinamento, certificada pela EJ-TRT4*

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
25 a 27.05	Simpósio Internacional Meio Ambiente do Trabalho no Século 21: Perspectivas e Desafios (TRT2)*	Samuel Hugo Lima, Sebastião Geraldo de Oliveira, Ricardo Lewandowski, Eduardo Siqueira, Heleno Corrêa Rodrigues, Rodolfo Vilela, Raimundo Simão de Melo, Tiago Fensterseifer, Guilherme Guimarães Feliciano, Rachel Rubin, Paulo Lengruber, Manuel Cifuentes, José Antônio Ribeiro da Silva, RIcardo Tadeu, Antônio Rodrigues Freitas Júnior, Maria Maeno, Eliana Pintor, Sandra Assali, Rinaldo Marinho, Olívia Pedro Rodrigues, Marcus Barberino	20	1
01 a 17.06	A Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho – EAD (TRT17)*	Denise Marsico do Couto	30	4
08 a 11.06	6º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho (Enamat)*	Benjamin Zymler, Flavio Portinho Sirangelo, Rubens Curado Silveira, Marcelo Barros Marques, Patrícia Resende, Fabiano de Andrade Lima, Ana Cláudia Braga Mendonça, Giovani Olsson	22	2
12.06	Grupo de Estudos Direito Processual – 3º Encontro	Lígia Maria Fialho Belmonte	2	6
12.06	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 4º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	2,5	9
18 a 19.06	Seminário Trabalho Seguro (AMB/TST/CSJT)*	Antonio José de Barros Levenhagen, Juiz João Ricardo Costa, Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, Ricardo Barreto, Sebastião Geraldo de Oliveira, Océlio de Jesus Carneiro de Morais, Fernando Maciel, João Batista Lazzari, Carlos Alberto Pereira de Castro, Lusmary Fátima Turelly da Silva, Marco Perez	12	2
19.06	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 3º Encontro	Jorge Alberto Araujo	2,5	7

**Atividade externa de treinamento, certificada pela EJ-TRT4*

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
25 e 26.06	Primeira Jornada Sobre O Novo Código de Processo Civil – nCPC (TRT18)*	Júlio César Bebber, Eugênio José Cesário Rosa, Douglas Alencar Rodrigues, Nelson Nery Júnior, Kleber de Souza Waki	16	2
26.06	Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 4º Encontro (Passo Fundo)	Marcelo Caon Pereira	3	6
26.06	Grupo de Estudos Direito Material – 3º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	8
2015 – 1º semestre (01.01 a 30.06)	Midiateca – EAD	vários	160,5	72
10.07	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 4º Encontro	Jorge Alberto Araujo	2,5	7
10.07	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 5º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	1,5	4
17.07	Grupo de Estudos Direito Material – 4º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	9
24.07	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum – 1º Encontro	Iris Lima de Moraes	2	11
31.06 e 21.08	Capacitação em PJe-JT para Magistrados – Turma 3	Ricardo Fioreze	12	12
07.08	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 5º Encontro	Jorge Alberto Araujo	2,5	6
07.08	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 6º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	2	8
07.08	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 1º Encontro	Marcelo Caon Pereira	3	7
14.08	Grupo de Estudos Direito Processual – 4º Encontro	Lígia Maria Fialho Belmonte	2,5	7

**Atividade externa de treinamento, certificada pela EJ-TRT4*

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
14.08	Grupo de Estudo Direito Material – participação no Grupo de Estudos Direito Processual	Lígia Maria Fialho Belmonte	2,5	5
17/08	Curso Entendendo o Orçamento – Desembargadores	Luiz Fernando Taborda Celestino	3	15
17 a 19.08	Curso de Formação de Formadores – Estabelecimentos do Nexo de Casualidade entre Doença e Trabalho (Enamat)*	Zuher Handar, René Mendes, Fernando Donato de Vasconcelos, Luiz Augusto Facchini, Heleno Rodrigues Corrêa Filho, Ana Magnólia Bezerra Mendes, Duílio Antero de Camargo, Hudson de Araújo	22	2
20.08	A Lei nº 13.015/14: Uniformização da Jurisprudência nos Tribunais Regionais – Desembargadores e Juízes Convocados	Luiz Philippe Vieira de Mello Filho	2	27
20.08 a 11.10	Curso de Formação Continuada sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais – EAD (Enamat)*	Carolina de Souza Lacerda Aires França	30	15
21.08	Grupo de Estudos Direito Material – 5º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	10
21.08	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum – 2º Encontro	Iris Lima de Moraes	3	11
31.08 a 02.10	Curso de Formação de Formadores em EAD – Magistrados (TRT12) *	Dilsa Mondardo, Cyntia de Oliveira e Silva, Rosangela Gervini Alves Pereira	30	1
04.09	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum – 3º Encontro	Iris Lima de Moraes	3	13
09 a 11.09	X Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul	Joaquim Falcão, Roger Raupp Rios, José Ricardo Cunha, Túlio Milman, Gustavo Friedrich Trierweiler, Iris Lima de Moraes, Francisco Rossal de Araújo	12	146

**Atividade externa de treinamento, certificada pela EJ-TRT4*

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
15 a 19/09	1º Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar de Servidores de Escolas Judiciais do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (Enamat)*	Nara Maria Pimentel e outros	14	1
18.09	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 6º Encontro	Jorge Alberto Araujo	2	6
18.09	Grupo de Estudos Direito Material – 6º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	7
18.09	Grupo de Estudos Direito Processual – 5º Encontro	Lígia Maria Fialho Belmonte	2	5
18.09	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 7º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	2	4
18.09	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 2º Encontro	Marcelo Caon Pereira	2	6
02.10	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 3º Encontro	Marcelo Caon Pereira	3	6
15 e 16.10	Ciclo de Estudos de Direito Privado Diálogos com o Direito do Trabalho (TRT1)*	Carlos Eduardo Guerra de Moraes, Flávio Tartuce, Milena Donato Oliva, Guilherme Calmon Nogueira de Gama, Gustavo Tepedino, Carolina Tupinambá, Guilherme Feliciano, Jean Carlos Fernandes, Sérgio Campinho	9	4
16.10	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 7º Encontro	Jorge Alberto Araujo	2	5
16.10	Grupo de Estudos Direito Processual – 6º Encontro	Lígia Maria Fialho Belmonte	2	4
16.10	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum – 4º Encontro	Iris Lima de Moraes	3	10

**Atividade externa de treinamento, certificada pela EJ-TRT4*

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
22.10 a 29.11	Curso de Formação Continuada sobre Relacionamento da Justiça com a Mídia – EAD (Enamat)*	Patrícia Silva de Resende Nascimento	30	5
06.11	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum – 5º Encontro	Iris Lima de Moraes	3	10
13.11	Grupo de Estudos Direito Processual – 7º Encontro	Lígia Maria Fialho Belmonte	2	5
13.11	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 8º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	2	5
20 e 27.11	Comunicação Assertiva – Magistrados	Débora Meurer Brum De Munno	16	6
20.11	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 8º Encontro	Jorge Alberto Araujo	2	3
20.11	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 4º Encontro	Marcelo Caon Pereira	2	6
04.12	Grupo de Estudos Direito Material – 7º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	3
11.12	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 9º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	2	4
11.12	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 9º Encontro	Jorge Alberto Araujo	2,5	1
11.12	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 9º Encontro – Vitaliciando	Jorge Alberto Araujo	1	1

**Atividade externa de treinamento, certificada pela EJ-TRT4*

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
12 a 13.11	III Fórum de Sustentabilidade – Cidadania e Justiça (TRT9)*	Altino Pedrozo Dos Santos, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Luiz Fernando Coelho, Christian Barbosa, Bruno Dantas, Contardo Calligaris, Graziele Moraes Losso, Silvane Maria Marchesini, Aleksander Roberto Zampronio, Helena Cristina da Silva de Assis, Dalmo de Abreu Dallari, Aloysio Corrêa da Veiga, Alysson Leandro Mascaro	14	1
18.12	Grupo de Estudos Direito Processual – 8º Encontro	Lígia Maria Fialho Belmonte	2	5
2015 – 2º semestre (01.07 a 31.12)	Midiateca – EAD	vários	111	26

2.2 Ações de Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores na Área Jurídica

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAG.	SERV.
06.03	Nova Lei do Recurso de Revista – Servidores e Juízes de 1º Grau	Francisco Rossal de Araújo, Manoel Teixeira Filho	3,5	21	109
12.03	Fim de Tarde – Diálogos Acadêmicos – A colisão entre a privacidade do empregado e a livre iniciativa no monitoramento da internet pelo empregador	Gustavo Friedrich Trierweiler	1,5	4	14
26.03	Fim de Tarde – Proteções Jurídicas ao Empregado no Brasil e no Canadá: Uma Comparação	Katherine Lippel, Beatriz Renck	1,5	12	21
27.03	Aula Inaugural 2015 – O Trabalho como Fator de Adoecimento Mental na Contemporaneidade	Katherine Lippel, Edith Seligmann Silva	2,5	50	83

**Atividade externa de treinamento, certificada pela EJ-TRT4*

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAG.	SERV.
13.03, 17.04, 08.05 e 22.06	Minicurso Direito Constitucional – Teoria e Prática	Ingo Wolfgang Sarlet, Fernando Ângelo Ribeiro Leal, Ney Artur Gonçalves Canani	24	23	10
20.03, 10.04, 22.05 e 26.06	Minicurso Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho	Celso Antonio Pacheco Fiorilo, Luiz Alfredo Scienza, Ricardo Wagner Garcia, Ainda Cristina Becker, Evandro Krebs Gonçalves, Fábio Krebs Gonçalves, Giovanni Forneck Flores, João Alfredo Bettoni, Arline Sidneia Aber Arcuri, Roque Luís Mion Puatti, Carlos Alberto May, Sérgio Cavalieri Filho	26	9	11
18.06	Fim de Tarde Diálogos Acadêmicos – A Recuperação Judicial e os Direitos Fundamentais Trabalhistas – Tese de Doutorado	Marcelo Papaléo de Souza	1,5	2	16
19.06	O Princípio da Proteção ao Trabalhador e o Sentido do Direito do Trabalho – Uma Visão Europeia e Lusófona	Guilherme Dray	3	10	13
07.08	Seminário Direito Coletivo e Dispensa em Massa	Maurício Godinho Delgado, Luiz Alberto de Vargas, Ana Luiza Heinecke Kruse, Luis Carlos Pinto Gastal, Carlos Alberto Zogbi Lontra, Tiago Mallmann Sulzbach	4	19	54
20.08	Fim de Tarde – Execução Efetiva: A Aplicação da Medida Legal de Indisponibilidade de Bens à Execução Trabalhista – da Teoria à Prática	Luiz Philippe Vieira de Mello Filho	1,5	3	20
21.08	1º Aula Aberta do Minicurso Responsabilidade Civil – Princípio da Reparação Integral	Paulo de Tarso Vieira Sanseverino	3	4	19

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAG.	SERV.
21.08 e 02.10	Minicurso Responsabilidade Civil	Eugênio Facchini Neto, Paulo de Tarso Vieira Sanseverino Alexandre Agra Belmonte, Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho	12	6	24
28.08 a 28.11	Curso Filosofia – Temática II – Femargs	Draiton Souza, Ernildo Jacob Stein	15	3	8
10.07, 04 e 25.09, 27.11	Minicurso Cumprimento da Sentença	José Aparecido dos Santos, Cláudio Luiz Stuepp, Marcos Vinícius Barroso, Júlio César Bebber, Wolney Cordeiro	24	9	15
27.09 a 14.11	Curso sobre História Social do Trabalho no Brasil – Temática I – Femargs	Alexandre Ayub Stephanou	15	2	9
02.10	2º Aula Aberta do Minicurso Responsabilidade Civil – Dosimetria da Indenização dos Danos Morais	Alexandre Agra Belmonte	3	7	38
09.10	Institutos do Novo CPC e a Tutela Efetiva do Direito Material do Trabalho	Ari Lorenzetti, Araken de Assis	4	16	90
16.10	Seminário Trabalho de Pessoas com Deficiência	Michel Inacio Schlindwein, Bernardo Amorim Salgueiro, Fabiano Holz Beserra, Paulo Manoel Franceschini Lobato, Rafael Giguer, Sandro Nahmias Melo, Alexandre Corrêa da Cruz, Maria Aparecida Gugel	5	6	19
22.10	Fim de Tarde Interface entre os Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho e o Direito do Trabalho	Marçal Henri dos Santos Figueiredo	1,5	5	17
23.10	Painel Questões Previdenciárias Relevantes ao Trabalhador	Océlio de Jesus Carneiro Morais, Jacqueline Michels Bilhalva	3	7	38

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAG.	SERV.
12.11	Fim de Tarde Professor Eloy José Da Rocha: Uma Trajetória em Busca da Afirmação do Direito do Trabalho	Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, Paulo Orval Particheli Rodrigues	1	3	8
20.11	SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias	Marcos Vinicius Barroso	8	5	20
06.11 e 11.12	Minicurso Direito Constitucional – Teoria e Prática – Nível II	Aloísio Zimmer Júnior, Gilberto Bercovici, Rodrigo Goldschmidt	12	5	22
04.12	Seminário Efetivação dos Direitos Humanos no Mundo do Trabalho	Jorge Reis Novais, Ockert Dupper	4,5	28	45

2.3 Ações de Aperfeiçoamento de Servidores na Área Jurídica

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
05.03 a 21.05	Curso Básico de Certidão de Cálculos Trabalhistas – InFOR – EAD	Cláudio Luiz Stuepp	60	30
06.03	PJe – Implantações 2015 – Apresentação aos Gestores	Cláudio Antônio Cassou Barbosa, Júlia Helena Vargas Viegas, Carolina da Silva Ferreira, Ricardo Fioreze, Arthur Douglas Seabra Coelho, Débora Becker, Natacha Moraes de Oliveira, Andrea Saint Pastous Nocchi, Jeferson Andrade, Renato Gomes de Castro, Adriana Rizzolli, José Américo Ilha de Quadros, Gabriel Pacheco dos Santos, Alexandre Paz Garcia	7,75	37
06.03	Nova Lei do Recurso de Revista – Plenária Servidores	Francisco Rossal de Araújo, Manoel Teixeira Filho	1	3
09 a 13.03	PJe – Curso para Diretores de Secretaria de VTs e Chefes de Postos – Turma 1	Arthur Douglas Seabra Coelho, Sabrina Leite Vanzella, Alexandre Paz Garcia, Pablo Paulo Lopes Barros, Jeferson Andrade, Adriana Rizzolli	40	8
16 e 17.03	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Remuneração e Salário	Marcelo Barroso Kummel, Guilherme da Rocha Zambrano	7	32

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
18 e 19.03	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Relação de Emprego	Rodrigo Trindade de Souza, Rubens Fernando Clamer dos Santos Junior	7	30
23 e 24.03	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Terceirização	Gustavo Friedrich Trierweiler	7	29
23 a 27.03	PJe – Curso para Diretores de Secretaria de VTs e Chefes de Postos – Turma 2	Arthur Douglas Seabra Coelho, Gustavo Casagrande, Alexandre Paz Garcia, Pablo Paulo Lopes Barros, Adriana Rizzolli, Gabriel Pacheco dos Santos	40	16
06.04 a 04.05	Curso de Excel Básico/Intermediário	Ana Naiara Malavolta	12	5
08, 09, 13, 14 e 15.04	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Acidentes do Trabalho	Luiz Antonio Colussi, Luciana Caringi Xavier, Paulo Antonio Barros de Oliveira, Álvaro Roberto Crespo Merlo e Marcelo José Ferlin D'Ambroso	17,5	25
13 a 17.04	PJe – Curso para Diretores de Secretaria de VTs Porto Alegre e Chefes de Postos – Turma 3 – Módulo Secretaria	Arthur Douglas Seabra Coelho, Claudine Lima da Rosa, Alexandre Paz Garcia, Luiz Augusto Dutra Benites, Adriana Rizzoli, Jeferson Andrade, Carmen Lígia Machado da Silva	20	3
13/04 a 17.04	PJe – Curso para Diretores de Secretaria de VTs Porto Alegre e Chefes de Postos – Turma 3	Arthur Douglas Seabra Coelho, Claudine Lima da Rosa, Alexandre Paz Garcia, Luiz Augusto Dutra Benites, Adriana Rizzoli, Jeferson Andrade, Carmen Lígia Machado da Silva	40	11
16.04	Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Efetividade da Execução (Bento Gonçalves)	Ben-Hur Silveira Claus, Adilson Kemmerich da Cruz	14	20
24.04	Conferência Humanismo Judiciário e Tecnicismo Judiciário	Eduardo Bittar	2	41
11 e 12.05	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Prova e Ônus da Prova no Processo do Trabalho	Ricardo Fioreze, Max Carrion Brueckner	7	55

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
11 a 15.05	PJe – Curso para Diretores de Secretaria de VTs Porto Alegre e Chefes de Postos – Turma 4	Arthur Douglas Seabra Coelho, Alexandre Paz Garcia, Adriana Rizzoli, Jeferson Andrade, Gabriel Pacheco dos Santos, Jeferson Andrade, Pablo Paulo Lopes Barros	40	11
13 e 14.05	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Duração do Trabalho	Andrea Saint Pastous Nocchi, Márcio Lima do Amaral	7	47
14.05	II Jornada sobre o Novo CPC e suas Implicações no Processo do Trabalho	Nelson Nery Junior, Júlio César Bebber, Homero Batista Mateus da Silva	5,5	196
08 e 09.06	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Linguagem Jurídica e Argumentação	Adalberto José Kaspary	7	37
08 e 16.06	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Término do Contrato	Maria Cristina Santos Perez e Marcelo Caon Pereira	7	36
10 e 11.06	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Insalubridade e Periculosidade	Evandro Krebs e Clocemar Lemes Silva	7	28
25.06 a 27.08	Curso Básico de Processo do Trabalho (Três Passos)	Ivanildo Vian	48	14
26.06 a 28.08	Curso Básico de Processo do Trabalho (Lajeado)	Rogério Donizete Fernandes, Clocemar Lemes Silva	48	25
26.06 a 11.12	Curso Básico de Processo do Trabalho (Uruguaiana)	Rogério Donizete Fernandes, Clocemar Lemes Silva	48	11
20 a 24.07	PJe – Curso para Diretores de Secretaria de VTs Porto Alegre e Chefes de Postos – Turma 5	Adriana Rizzoli, Alexandre Paz Garcia, Arthur Douglas Seabra Coelho, Carmem Lígia Machado da Silva, Jeferson Andrade, Pablo Paulo Lopes Barros	40	9
07.08 a 09.10	Curso Básico de Processo do Trabalho (Bento Gonçalves)	Adriano Santos Wilhelms, Silvionei do Carmo, Maurício Machado Marca, Marcelo Papaléo de Souza	48	21
17 e 18.08, 21.09, 26.10	Minicurso Direito Constitucional – Nível I – Reedição – Teoria e Prática	Fernando Ângelo Ribeiro Leal, Ingo Wolfgang Sarlet, José Ricardo Cunha	25	14
24 a 28.08	PJe – Curso para Diretores de Secretaria de VTs Porto Alegre e Chefes de Postos – Turma 6	Adriana Rizzoli, Arthur Douglas Seabra Coelho, Cristina Bottega, Gabriel Pacheco dos Santos, Jeferson Andrade, Pablo Paulo Lopes Barros	40	10

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
21.08 e 02.10	Minicurso Responsabilidade Civil – apresentação de artigo	Eugênio Facchini Neto, Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, Alexandre Agra Belmonte, Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho	10	1
03, 04, 05, 12, 18.08 e 22.09	Itinerário Para Assistentes – Formação Básica – Elaboração de Minuta de Sentença	Gustavo Friedrich Trierweiler, Maria Cristina Santos Perez, Rodrigo Machado Jahn, Clocemar Lemes Silva, Raquel Hochmann de Freitas	31,5	27
27.08 a 02.10	Curso Básico de Processo do Trabalho (Sapiranga)	Marcelo Caon Pereira	48	18
21 a 25.09	PJe – Curso para Diretores de Secretaria de VTs Porto Alegre e Chefes de Postos – Turma 7	Adriana Rizzoli, Arthur Douglas Seabra Coelho, Carmem Lígia Machado da Silva, Cristina Bottega, Gustavo Matos Casagrande, Jeferson Andrade, Pablo Paulo Lopes Barros	40	13
22.10	Itinerário Formativo Diretores – Módulo Gestão Unidade Judiciária Após a Implementação do PJe – Turma 1	Carmem Ligia Machado da Silva, Gabriel Pacheco dos Santos, Jeferson Andrade	10,5	29
05, 13, 19, 20.10 e 24.11	Itinerário Formativo para Assistentes de Gabinete – Elaboração de Minuta de Voto – Turma 2	Denise Pacheco, Wilson Carvalho Dias, Gustavo Jaques, André Sessim Parisenti, Raul Zoratto Sanvicente	24,5	27
09 a 13.11	PJe – Curso para Diretores de Secretaria de VTs Porto Alegre e Chefes de Postos – Turma 8	Adriana Rizzoli, Arthur Douglas Seabra Coelho, Alexandre Paz Garcia, Gustavo Matos Casagrande, Carmem Lígia Machado da Silva, Jeferson Andrade, Pablo Paulo Lopes Barros	40	7
12 e 13.11	Itinerário Formativo Diretores – Módulo Gestão Unidade Judiciária Após a Implementação do PJe – Turma 2	Carmem Ligia Machado da Silva, Gabriel Pacheco dos Santos, Jeferson Andrade	10,5	33
19 e 20.11	Itinerário Formativo Diretores – Módulo Gestão Unidade Judiciária Após a Implementação do PJe – Turma 3	Carmem Ligia Machado da Silva, Gabriel Pacheco dos Santos, Jeferson Andrade	10,5	36
26 e 27.11	Itinerário Formativo de Diretores de Secretaria de Varas – Módulo Gestão de Pessoas	Lilian Weber, Gonçalo Lautert Moretto	10,5	11

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
05.10 a 09.12	Curso Base – Certidão de Cálculos Trabalhistas – InFOR – Turma 2 – EAD	Cláudio Luiz Stuepp	60	33

2.4 Magistrados do TRT4 Coordenadores de Grupo de Estudos, Expositores de Artigos, Coordenadores de Grupo de Discussão, Plenárias, Eventos, Tutores, Orientadores, Docentes, membros da Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo da EJ

DATA	ATIVIDADE	H/A	SERVIDORES
06.03	Nova Lei do Recurso de Revista – Docente	7	1
12.03	Fim de Tarde – Diálogos Acadêmicos – A colisão entre a privacidade do empregado e a livre iniciativa no monitoramento da internet pelo empregador – Docente	3	1
13.03	Curso Capacitação PJe-JT turma 1 – Porto Alegre – Docente	24	2
26.03	Fim de Tarde Proteções Jurídicas ao Empregado no Brasil e no Canadá: Uma Comparação – Docente	3	1
13.04	Fórum Virtual – Debates à Uniformização da Jurisprudência do Tribunal – Tutor	6	2
24.04	Conferência Humanismo Judiciário e Tecnicismo Judiciário – Coordenação de Grupos de Discussão	2	4
24.04	Conferência Humanismo Judiciário e Tecnicismo Judiciário – Coordenação de Plenária	2	2
24.04	Treinamento do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – Simba – Docente	3	1
15.05	II Jornada sobre o novo CPC e suas Implicações no Processo do Trabalho – Coordenação de Grupos de Discussão	1,5	8
15.05	II Jornada sobre o novo CPC e suas Implicações no Processo do Trabalho – Coordenação de Plenária	1	2
17.04 a 25.05	Curso Capacitação PJe-JT Turma 2 – Porto Alegre – Docente	24	2
01.01 a 30.06	Orientação de Vitaliciando – 1º semestre	30	9
01.01 a 30.06	Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo da EJ 1º semestre	30	9

DATA	ATIVIDADE	H/A	SERVIDORES
20.03 a 26.06	Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – Coordenador 1° semestre	24	1
20.03 a 12.06	Grupo de Estudos Direito Processual – Exposição de Artigos	2	2
20.03 a 12.06	Grupo de Estudos Direito Processual – Coordenador 1° semestre	14	1
20.03 a 12.06	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – Exposição de Artigos	2	1
20.03 a 12.06	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – Coordenador 1° semestre	18	1
20.03 a 16.06	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – Coordenador 1º semestre	6	1
20.03 a 26.06	Grupo de Estudos Direito Do Trabalho Contemporâneo – Exposição de Artigos	2	4
08.05 a 26.06	Grupo de Estudos Direito Material – Exposição de Artigos	2	3
08.05 a 26.06	Grupo de Estudos Direito Material – Coordenador 1° semestre	11	1
18.06	Fim de Tarde Diálogos Acadêmicos – A Recuperação Judicial e os Direitos Fundamentais Trabalhistas – Tese de Doutorado – Docente	3	1
26.06	Minicurso Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalhador – Docente	7	2
31.07 a 28.08	Curso Capacitação PJe/JT Turma 3 – Porto Alegre – Docente	24	1
07.08	Seminário sobre Direito Coletivo e Dispensa em Massa – Docente	1	1
07.08	Seminário sobre Direito Coletivo e Dispensa em Massa – Docente	2	3
20.08	Fim de Tarde – Execução Efetiva: A Aplicação da Medida Legal de Indisponibilidade de Bens à Execução Trabalhista – da Teoria à Prática – Docente	3	1
24.07 a 04.09	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum – Coordenador 2º semestre	16	1
14.08 a 18.09	Grupo de Estudos Direito Processual – Exposição do Tema Debatido – 2° semestre	2	4
18.09	Grupo de Estudos Direito Processual – 2º Encontro – 2° Semestre – Elaboração de Ata	2	1
09 a 12.09	X Encontro Institucional da Magistratura – Coordenadores e Relatores	2	6

DATA	ATIVIDADE	H/A	SERVIDORES
02.10	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – Coordenador 2° semestre	6	1
22.10	Fim de Tarde Interface entre os Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho e o Direito do Trabalho – Docente	3	1
16.10	Seminário de Pessoas com Deficiência – Coordenador	2	1
10.07 a 13.11	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – Exposição do Tema Debatido – 2º semestre	2	2
10.07 a 20.11	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista Exposição do Tema Debatido – 2º semestre	2	5
07.08 a 20.11	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – Exposição do Tema Debatido – 2º semestre	2	4
07.08 a 20.11	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – Coordenador 2º semestre	18	1
21.08 a 06.11	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual – Exposição do Tema Debatido Comum – 2º semestre	2	3
10.10	Grupo de Estudo Direito Processual – Entrega de Artigos	10	1
13.11	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – Coordenador 2º semestre	4	1
01.07 a 31.12	Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo da EJ – 2º semestre	15	2
01.07 a 31.12	Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo da EJ – 2º semestre	30	7
01.07 a 31.12	Orientação de Vitaliciando – 2º semestre	30	2
10.07 a 11.12	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – Coordenador 2º semestre	27	1
10.07 a 11.12	Grupo de Estudos Direito Material – Coordenador 2º Semestre	16	1
17.07 a 04.12	Grupo de Estudos Direito Material – Exposição do Tema Debatido – 2º semestre	2	5
12.12	Grupo de Estudo Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – Entrega de Artigos	10	1
14.08 a 18.12	Grupo de Estudos Direito Processual – Coordenador 2° Semestre	17	1

2.4 Número Total de Treinados e de Horas-Aula

Total de participações de Magistrados em 2015	1.630
Total de participações de Servidores* em 2015	1.762
Número total de treinados em 2015 (magistrados e servidores)	3.392
Carga Horária Total de Atividades Realizadas em 2015	2.421,25

** Com frequência superior a 75%, nos termos da Portaria TRT4 nº 2.143/2003.*

3. GRUPOS DE ESTUDO

Em 2015, foi dada continuidade à realização de Grupos de Estudo destinados aos magistrados do TRT da 4ª Região, visando à consolidação de conhecimento dos participantes para melhor prestarem a jurisdição.

Os encontros dos grupos de *Direito Material*, *Direito Processual*, *Responsabilidade Civil*, *Conciliação e Audiência Trabalhista* e *O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum* ocorreram na sede da EJ. No Foro Trabalhista de Passo Fundo/RS, ocorreram os dos grupos *Direito do Trabalho Contemporâneo e Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho*.

GRUPOS DE ESTUDO – 2015
Datas dos encontros

Direito Processual	**Data**	**Duração (h/a)**
Coordenação: Juíza Ligia Maria Fialho Belmonte Local: Sede da Escola Judicial	20.03	2,5
	10.04	2,5
	12.06	2
	14.08	2,5
	18.09	2
	16.10	2
	13.11	2
	18.12	2
Direito Material	08.05	2
Coordenação: Desembargador Francisco Rossal de Araújo Local: Sede da Escola Judicial	22.05	1,5
	26.06	2
	17.07	2

	21.08	2
	18.09	2
	04.12	2
Direito do Trabalho Contemporâneo – Passo Fundo Coordenação: Desembargador Marcelo Caon Pereira Local: Foro Trabalhista de Passo Fundo	20.03	3
	17.04	3
	22.05	3
	26.06	3
Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – Passo Fundo Coordenação: Desembargador Marcelo Caon Pereira Local: Foro Trabalhista de Passo Fundo	07.08	3
	18.09	3
	02.10	3
	20.11	3
Responsabilidade Civil Coordenação: Desembargador Marcelo José Ferlin D'Ambroso Local: Sede da Escola Judicial	20.03	2,5
	10.04	2
	08.05	2
	12.06	2,5
	10.07	1,5
	07.08	2
	18.09	2
	13.11	2
	11.12	2
Conciliação e Audiência Trabalhista Coordenação: Juiz Jorge Alberto Araujo Local: Sede da Escola Judicial	20.03	1,5
	22.05	1,5
	19.06	2,5
	10.07	2,5
	07.08	2,5
	18.09	2
	16.10	2
	20.11	2
	11.12	2,5
O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum	24.07	2
	21.08	3

Coordenação: Iris Lima de Moraes Local: Sede da Escola Judicial	04.09	3
	16.10	3
	06.11	3

4. CONVÊNIOS

Durante o ano de 2015, a Escola Judicial manteve a execução de convênios, em respaldo à realização de ações conjuntas com TRF4 e MPT4.

Além disso, assinou convênios com o Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPq), bem como com a Amatra IV e com a Femargs.

No caso do IPq, tratou-se de viabilizar a participação de 10 magistrados do TRT4 no *IV Curso Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho e Saúde Mental no Trabalho*. No caso da Amatra IV, de colaborar à efetividade do *Programa Trabalho, Justiça e Cidadania*. Em relação à Femargs, finalmente, tratou-se da promoção dos cursos de *História Social do Trabalho no Brasil* e de *Filosofia*, ambos reservados a servidores e magistrados ativos e inativos do TRT4.

5. PUBLICAÇÕES DA ESCOLA JUDICIAL

5.1 Revista Impressa

A 43ª edição da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS), de periodicidade anual e publicada pela HS Editora, foi lançada em dezembro de 2015.

A obra é fonte oficial de jurisprudência e traz à comunidade jurídica um recorte do trabalho realizado pelos magistrados do Judiciário Trabalhista no Estado. A publicação conta com acórdãos, sentenças, trabalhos científicos de autoria de magistrados e juristas convidados, informações institucionais, Súmulas, Precedentes Normativos, Orientações Jurisprudenciais da Seção Especializada em Execução, além de registros que marcam a continuidade e a evolução histórica da Justiça do Trabalho do RS.

Além dos julgados enviados pelos magistrados a título de colaboração, o conteúdo da publicação é resultado do trabalho da equipe da Escola Judicial na pesquisa de decisões de 1º e 2º Graus, na elaboração dos índices analíticos e remissivos dos acórdãos e das sentenças, na organização e na revisão dos trabalhos, bem como na confecção da arte da capa.

Assinaram os artigos doutrinários da 43ª edição da Revista do TRT4 a desembargadora Cleusa Regina Halfen, os juízes Ricardo Fioreze, Rosâne Assmann, Rafael da Silva Marques e a

professora Laura Machado de Oliveira, docente da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre e mestre em Direito do Trabalho pela UFRGS. A 43ª edição da Revista do TRT4 marcou a mudança do *layout* tradicional da capa do periódico.

Os exemplares têm distribuição dirigida e são também comercializados pela HS Editora.

5.2 Cadernos da Escola Judicial

Em 2015, foi publicada a nona edição dos Cadernos da EJ, intitulada ***Temas de Direito Processual do Trabalho e de Responsabilidade Civil***, obra que reuniu sete artigos produzidos por magistrados que tomaram parte, na Escola Judicial do TRT da 4ª Região, dos Grupos de Estudo de *Direito Processual do Trabalho* e *Responsabilidade Civil*.

Os artigos publicados na edição nº 9 foram assinados pelos seguintes magistrados do TRT-RS: as Desembargadoras Maria Madalena Telesca e Lúcia Ehrenbrink e os juízes Bárbara Schonhofen, Gustavo Friedrich Trierweiler, Rodrigo Trindade de Souza, José Carlos Dal Ri, Ben-Hur Silveira Claus, Aline Veiga Borges, Artur San Martin e Rosâne Assmann. Coordenaram os trabalhos o Desembargador Ricardo Carvalho Fraga e o Juiz Ben-Hur Silveira Claus.

Os Cadernos da EJ são publicações sem periodicidade definida, editados de acordo com a oportunidade e a conveniência dos materiais disponibilizados na Escola Judicial. Após o lançamento da publicação, esta é disponibilizada na íntegra, para acesso universal, no *site* da Escola Judicial, na aba *Outras Publicações*.

5.3 Revista Eletrônica

Trata-se de publicação seriada, em formato digital, dedicada a temas atuais, relevantes, polêmicos e de interesse prático no mundo do direito material e processual do trabalho. O periódico veicula decisões tanto de 2º Grau (excertos de acórdãos e ementas) como de 1º Grau; artigos assinados não só por magistrados, mas também por outros operadores do Direito; notícias do âmbito do Judiciário, com destaque para o trabalhista e indicações de leitura. Foram publicados no ano de 2015, ao todo, 12 números da revista, da edição nº 175 (janeiro) até a edição nº 187 (dezembro).

De acordo com a ferramenta *Google Analytics*, que informa o tráfego e gera as estatísticas de acesso do periódico, foram computadas 29.726 visualizações de página em 2015. Além dos acessos regionais e de todo o Brasil, foram também registradas visitas dos Estados Unidos, Índia, Rússia, Nova Zelândia, China, entre outros.

O periódico é disponibilizado no Portal do TRT4 e no *site* da Escola Judicial.

6. INSTRUTORIA EM 2015

A seguir, listagem de instrutores em eventos organizados pela Escola Judicial do TRT4, incluindo ministrantes, debatedores, coordenadores de grupos de estudo, orientadores de juízes vitaliciandos, membros do Conselho Consultivo – titulares e suplentes, coordenadores e relatores de grupos de discussão do Encontro Institucional da Magistratura e apoiadores.

6.1. Instrutoria interna

6.1.1. Magistrados

Adriano Santos Wilhelms
Alexandre Corrêa da Cruz
Aline Doral Stefani Fagundes
Ana Julia Fazenda Nunes
Ana Luiza Heinecke Kruse
André Ibaños Pereira
André Sessim Parisenti
Andrea Saint Pastous Nocchi
Beatriz Renck
Ben-Hur Silveira Claus
Carlos Alberto May
Carlos Alberto Zogbi Lontra
Clocemar Lemes Silva
Denise Pacheco
Fabíola Schivitz Dornelles Machado
Francisco Rossal de Araújo
Guilherme da Rocha Zambrano
Gustavo Friedrich Trierweiler
Gustavo Jaques
Iris Lima de Moraes
Ivanildo Vian
Janaína Saraiva da Silva
Marcelo Papaléo de Souza
Márcio Lima do Amaral
Marcos Rafael Pereira Piscino
Maria Cristina Santos Perez
Maria Silvana da Rotta Tedesco
Maurício Machado Marca
Maurício Schmidt Bastos
Max Carrion Brueckner
Paulo Orval Particheli Rodrigues
Rafael da Silva Marques
Raquel Hochmann de Freitas
Raquel Nenê Santos
Raul Zoratto Sanvicente
Renato Barros Fagundes
Ricardo Fioreze
Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa
Rita Volpato Bischoff
Rodrigo Machado Jahn
Rodrigo Trindade de Souza
Rogério Donizete Fernandes
Rosane Serafini Casa Nova
Rozi Engelke
Rubens Fernando Clamer dos

João Paulo Lucena
Jorge Alberto Araujo
Julieta Pinheiro Neta
Lígia Maria Fialho Belmonte
Luciana Caringi Xavier
Luis Carlos Pinto Gastal
Luiz Alberto de Vargas
Luiz Antonio Colussi
Manuel Cid Jardón
Marçal Henri dos Santos Figueiredo
Marcelo Bergmann Hentschke
Marcelo Caon Pereira
Marcelo Jose Ferlin D'Ambroso
Santos Júnior
Silvionei do Carmo
Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim
Teresinha Maria Delfina Signori Correia
Tiago Mallmann Sulzbach
Wilson Carvalho Dias

6.1.2. Servidores

Arthur Douglas Seabra Coelho
Adilson Kemmerich da Cruz
Adriana Rizzolli
Alexandre Paz Garcia
Carmem Ligia Machado da Silva
Carolina da Silva Ferreira
Cláudio Luiz Stuepp
Débora Becker
Gabriel Pacheco dos Santos
Gonçalo Lautert Moretto
Jeferson Andrade
José Américo Ilha de Quadros
Júlia Helena Vargas Viegas
Luiz Fernando Taborda Celestino
Marcelo Barroso Kümmel
Natacha Moraes de Oliveira
Renato Gomes de Castro

6.2. Instrutoria externa

Adalberto José Kaspary
Aida Cristina Becker
Alexandre Agra Belmonte
José Aparecido dos Santos
José Ricardo Cunha
Júlio César Bebber

Aloísio Zimmer Júnior

Álvaro Roberto Crespo Merlo

Araken de Assis

Ari Lorenzetti

Arline Sidnéia Abel Arcuri

Bernardo Amorim Salgueiro

Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz

Celso Antonio Pacheco Fiorillo

Cláudia Magnus

Débora Meurer Brum de Munno

Edith Seligmann Silva

Eduardo Bittar

Eugênio Facchini Neto

Evandro Krebs Gonçalves

Fabiano Holz Beserra

Fábio Krebs Gonçalves

Fernando Ângelo Ribeiro Leal

Gilberto Bercovici

Giovanni Forneck Flores

Guilherme Dray

Homero Batista Mateus da Silva

Ingo Wolfgang Sarlet

Jacqueline Michels Bilhalva

João Alfredo Bettoni

Joaquim Falcão

Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho

Jorge Reis Novais

Katherine Lippel

Leandro Custódio

Lilian Weber

Luiz Alfredo Scienza

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Manoel Antonio Teixeira Filho

Marcos Vinícius Barroso

Maria Aparecida Gugel

Maurício Godinho Delgado

Michel Inacio Schlindwein

Nelson Nery Junior

Ney Canani

Océlio de Jesus Carneiro Morais

Ockert Dupper

Paulo Antonio Barros de Oliveira

Paulo de Tarso Vieira Sanseverino

Paulo Manoel Lobato

Rafael Giguer

Renata Schneider Viaro

Ricardo Wagner Garcia

Roberta Schlossmacher

Rodrigo Goldschmidt

Roger Raupp Rios

Roque Luis Mion Puiatti

Sandro Nahmias Melo

Sérgio Cavalieri Filho

Tulio Milman

Wolney Cordeiro

7. RESUMO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO EM 2015

EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga horária
	Magistrados	Servidores	Total	
Semana de Formação Continuada para Magistrados (TRT 19)*	1	-	1	32
1ª Semana de Formação Continuada EJUD TRT5 – O novo CPC e os Reflexos no Processo do Trabalho 2015.1 (TRT5)*	1	-	1	30
Nova Lei do Recurso de Revista – Desembargadores e Juízes convocados	27	-	27	6
Capacitação em PJe-JT para Magistrados – Turma 1	13	-	13	12
Curso de Formação de Formadores sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais – EAD (Enamat)*	1	-	1	30
Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 1º Encontro (Passo Fundo)	6	-	6	3
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 1º Encontro	7	-	7	1,5
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 1º Encontro	9	-	9	2,5
Grupo de Estudos Direito Processual – 1º Encontro	10	-	10	2,5
Curso de Formação Continuada sobre Técnicas de Instrução Processual – EAD (Enamat)*	10	-	10	40
Grupo de Estudos Direito Processual – 2º Encontro	8	-	8	2,5
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 2º Encontro	9	-	9	2
Fórum Virtual – Debates à uniformização da jurisprudência do Tribunal – Magistrados	16	-	16	3
Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 2º Encontro (Passo Fundo)	7	-	7	3
Capacitação Em PJe-JT para Magistrados – Turma 2	9	-	9	12
Conferência Humanismo Judiciário e Tecnicismo Judiciário e retomada de algumas conclusões do IX Encontro, à luz da precitada conferência	165	-	165	4
SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias	157	-	157	1,5
Grupo de Estudos Direito Material – 1º Encontro	9	-	9	2
I Seminário Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (TST/CSJT/Enamat)*	5	-	5	11
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 3º Encontro	5	-	5	2

EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga horária
	Magistrados	Servidores	Total	
Treinamento Sobre Uso de Ferramentas de 1º Grau (InFOR e E-Sentença)	1	-	1	1
II Jornada sobre o Novo CPC e suas Implicações no Processo do Trabalho	181	-	181	8
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 2º Encontro	3	-	3	1,5
Grupo de Estudos Direito Material – 2º Encontro	10	-	10	1,5
Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 3º Encontro (Passo Fundo)	7	-	7	3
Simpósio Internacional Meio Ambiente do Trabalho no Século 21: Perspectivas e Desafios (TRT2)*	1	-	1	20
A Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho – EAD (TRT17)*	4	-	4	30
6º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho (Enamat)*	2	-	2	22
Grupo de Estudos Direito Processual – 3º Encontro	6	-	6	2
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 4º Encontro	9	-	9	2,5
Seminário Trabalho Seguro (AMB/TST/CSJT)*	2	-	2	12
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 3º Encontro	7	-	7	2,5
Primeira Jornada Sobre O Novo Código de Processo Civil – nCPC (TRT18)*	2	-	2	16
Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 4º Encontro (Passo Fundo)	6	-	6	3
Grupo de Estudos Direito Material – 3º Encontro	8	-	8	2
Midiateca – EAD	72	-	72	160,5
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 4º Encontro	7	-	7	2,5
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 5º Encontro	4	-	4	1,5
Grupo de Estudos Direito Material – 4º Encontro	9	-	9	2
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum – 1º Encontro	11	-	11	2
Capacitação Em PJe-JT para Magistrados – Turma 3	12	-	12	12
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 5º	6	-	6	2,5

EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga horária
	Magistrados	Servidores	Total	
Encontro				
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 6º Encontro	8	-	8	2
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 1º Encontro	7	-	7	3
Grupo de Estudos Direito Processual – 4º Encontro	7	-	7	2,5
Grupo de Estudo Direito Material – participação no Grupo de Estudos Direito Processual	5	-	5	2,5
Curso Entendendo o Orçamento – Desembargadores	15	-	15	3
Curso de Formação de Formadores – Estabelecimentos do Nexo de Casualidade entre Doença e Trabalho (Enamat)*	2	-	2	22
A Lei nº 13.015/14: Uniformização da Jurisprudência nos Tribunais Regionais – Desembargadores e Juízes Convocados	27	-	27	2
Curso de Formação Continuada sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais – EAD (Enamat)*	15	-	15	30
Grupo de Estudos Direito Material – 5º Encontro	10	-	10	2
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum – 2º Encontro	11	-	11	3
Curso de Formação de Formadores em EAD – Magistrados (TRT12) *	1	-	1	30
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum – 3º Encontro	13	-	13	3
X Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul	146	-	146	12
1º Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar de Servidores de Escolas Judiciais do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (Enamat)*	1	-	1	14
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 6º Encontro	6	-	6	2
Grupo de Estudos Direito Material – 6º Encontro	7	-	7	2
Grupo de Estudos Direito Processual – 5º Encontro	5	-	5	2
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 7º Encontro	4	-	4	2
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 2º Encontro	6	-	6	2
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo	6	-	6	3

EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga horária
	Magistrados	Servidores	Total	
do Trabalho – 3º Encontro				
Ciclo de Estudos de Direito Privado Diálogos com o Direito do Trabalho (TRT1)*	4	-	4	9
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 7º Encontro	5	-	5	2
Grupo de Estudos Direito Processual – 6º Encontro	4	-	4	2
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum – 4º Encontro	10	-	10	3
Curso de Formação Continuada sobre Relacionamento da Justiça com a Mídia – EAD (Enamat)*	5	-	5	30
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum – 5º Encontro	10	-	10	3
Grupo de Estudos Direito Processual – 7º Encontro	5	-	5	2
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 8º Encontro	5	-	5	2
Comunicação Assertiva – Magistrados	6	-	6	16
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 8º Encontro	3	-	3	2
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 4º Encontro	6	-	6	2
Grupo de Estudos Direito Material – 7º Encontro	3	-	3	2
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 9º Encontro	4	-	4	2
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 9º Encontro	1	-	1	2,5
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 9º Encontro – Vitaliciando	1	-	1	1
III Fórum de Sustentabilidade – Cidadania e Justiça (TRT9)*	1	-	1	14
Grupo de Estudos Direito Processual – 8º Encontro	5	-	5	2
Midiateca – EAD	26	-	26	111
Nova Lei do Recurso de Revista – Servidores e Juízes de 1º Grau	21	109	130	3,5
Fim de Tarde – Diálogos Acadêmicos – A colisão entre a privacidade do empregado e a livre iniciativa no monitoramento da internet pelo empregador	4	14	18	1,5

EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga horária
	Magistrados	Servidores	Total	
Fim de Tarde – Proteções Jurídicas ao Empregado no Brasil e no Canadá: Uma Comparação	12	21	33	1,5
Aula Inaugural 2015 – O Trabalho como Fator de Adoecimento Mental na Contemporaneidade	50	83	133	2,5
Minicurso Direito Constitucional – Teoria e Prática	23	10	33	24
Minicurso Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho	9	11	20	26
Fim de Tarde Diálogos Acadêmicos – A Recuperação Judicial e os Direitos Fundamentais Trabalhistas – Tese de Doutorado	2	16	18	1,5
O Princípio da Proteção ao Trabalhador e o Sentido do Direito do Trabalho – Uma Visão Europeia e Lusófona	10	13	23	3
Seminário Direito Coletivo e Dispensa em Massa	19	54	73	4
Fim de Tarde – Execução Efetiva: A Aplicação da Medida Legal de Indisponibilidade de Bens à Execução Trabalhista – da Teoria à Prática	3	20	23	1,5
1º Aula Aberta do Minicurso Responsabilidade Civil – Princípio da Reparação Integral	4	19	23	3
Minicurso Responsabilidade Civil	6	24	30	12
Curso Filosofia – Temática II – Femargs	3	8	11	15
Minicurso Cumprimento da Sentença	9	15	24	24
Curso sobre História Social do Trabalho no Brasil – Temática I - Femargs	2	9	11	15
2º Aula Aberta do Minicurso Responsabilidade Civil – Dosimetria da Indenização dos Danos Morais	7	38	45	3
Institutos do Novo CPC e a Tutela Efetiva do Direito Material do Trabalho	16	90	106	4
Seminário Trabalho de Pessoas com Deficiência	6	19	25	5
Fim de Tarde Interface entre os Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho e o Direito do Trabalho	5	17	22	1,5
Painel Questões Previdenciárias Relevantes ao Trabalhador	7	38	45	3
Fim de Tarde Professor Eloy José Da Rocha: Uma Trajetória em Busca da Afirmação do Direito do Trabalho	3	8	11	1
SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias	5	20	25	8
Minicurso Direito Constitucional – Teoria e Prática – Nível II	5	22	27	12

EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga horária
	Magistrados	Servidores	Total	
Seminário Efetivação dos Direitos Humanos no Mundo do Trabalho	28	45	73	4,5
Curso Básico de Certidão de Cálculos Trabalhistas – InFOR – EAD	-	30	30	60
PJe-JT – Implantações 2015 – Apresentação aos Gestores	-	37	37	7,75
Nova Lei do Recurso de Revista – Plenária Servidores	-	3	3	1
PJe-JT – Curso para Diretores de Secretaria de VTs e Chefes de Postos Avançados – Turma 1	-	8	8	40
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Remuneração e Salário	-	32	32	7
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Relação de Emprego	-	30	30	7
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Terceirização	-	29	29	7
PJe-JT – Curso para Diretores de Secretaria de VTs e Chefes de Postos Avançados – Turma 2	-	16	16	40
Curso de Excel Básico/Intermediário	-	5	5	12
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Acidentes do Trabalho	-	25	25	17,5
PJe-JT – Curso para Diretores de Secretaria de VTs Porto Alegre e Chefes de Postos – Turma 3 – Módulo Secretaria	-	3	3	20
PJe-JT – Curso para Diretores de Secretaria de VTs Porto Alegre e Chefes de Postos – Turma 3 (40h)	-	11	11	40
Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Efetividade da Execução (Bento Gonçalves)	-	20	20	14
Conferência Humanismo Judiciário e Tecnicismo Judiciário	-	41	41	2
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Prova e Ônus da Prova no Processo do Trabalho	-	55	55	7
PJe-JT – Curso para Diretores de Secretaria de VTs Porto Alegre e Chefes de Postos – Turma 4	-	11	11	40
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Duração do Trabalho	-	47	47	7
II Jornada sobre o Novo CPC e suas Implicações no Processo do Trabalho	-	196	196	5,5
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Linguagem Jurídica e Argumentação	-	37	37	7

EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga horária
	Magistrados	Servidores	Total	
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Término do Contrato	-	36	36	7
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Insalubridade e Periculosidade	-	28	28	7
Curso Básico de Processo do Trabalho (Três Passos)	-	14	14	48
Curso Básico de Processo do Trabalho (Lajeado)	-	25	25	48
Curso Básico de Processo do Trabalho (Uruguaiana)	-	11	11	48
PJe-JT – Curso para Diretores de Secretaria de VTs Porto Alegre e Chefes de Postos Avançados – Turma 5	-	9	9	40
Curso Básico de Processo do Trabalho (Bento Gonçalves)	-	21	21	48
Minicurso Direito Constitucional – Nível I – Reedição – Teoria e Prática	-	14	14	25
PJe-JT – Curso para Diretores de Secretaria de VTs Porto Alegre e Chefes de Postos Avançados – Turma 6	-	10	10	40
Minicurso Responsabilidade Civil – apresentação de artigo	-	1	1	10
Itinerário Para Assistentes – Formação Básica – Elaboração de Minuta de Sentença	-	27	27	31,5
Curso Básico de Processo do Trabalho (Sapiranga)	-	18	18	48
PJe-JT – Curso para Diretores de Secretaria de VTs Porto Alegre e Chefes de Postos Avançados – Turma 7	-	13	13	40
Itinerário Formativo Diretores – Módulo Gestão Unidade Judiciária Após a Implementação do PJe-JT – Turma 1	-	29	29	10,5
Itinerário Formativo para Assistentes de Gabinete – Elaboração de Minuta de Voto – Turma 2	-	27	27	24,5
PJe-JT – Curso para Diretores de Secretaria de VTs Porto Alegre e Chefes de Postos – Turma 8	-	7	7	40
Itinerário Formativo Diretores – Módulo Gestão Unidade Judiciária Após a Implementação do PJe-JT – Turma 2	-	33	33	10,5
Itinerário Formativo Diretores – Módulo Gestão Unidade Judiciária Após a Implementação do PJe-JT – Turma 3	-	36	36	10,5
Itinerário Formativo de Diretores de Secretaria de Varas – Módulo Gestão de Pessoas	-	11	11	10,5
Curso Base – Certidão de Cálculos Trabalhistas – InFOR – Turma 2 – EAD	-	33	33	60
Nova Lei do Recurso de Revista – Docente	1	-	1	7
Fim de Tarde – Diálogos Acadêmicos – A colisão entre a	1	-	1	3

EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga horária
	Magistrados	Servidores	Total	
privacidade do empregado e a livre iniciativa no monitoramento da internet pelo empregador – Docente				
Curso Capacitação PJe-JT turma 1 – Porto Alegre – Docente	2	-	2	24
Fim de Tarde Proteções Jurídicas ao Empregado no Brasil e no Canadá: Uma Comparação – Docente	1	-	1	3
Fórum Virtual – Debates à Uniformização da Jurisprudência do Tribunal – Tutor	2	-	2	6
Conferência Humanismo Judiciário e Tecnicismo Judiciário – Coordenação de Grupos de Discussão	4	-	4	2
Conferência Humanismo Judiciário e Tecnicismo Judiciário – Coordenação de Plenária	2	-	2	2
Treinamento do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – Simba – Docente	1	-	1	3
II Jornada sobre o novo CPC e suas Implicações no Processo do Trabalho – Coordenação de Grupos de Discussão	8	-	8	1,5
II Jornada sobre o novo CPC e suas Implicações no Processo do Trabalho – Coordenação de Plenária	2	-	2	1
Curso Capacitação PJe-JT Turma 2 – Porto Alegre – Docente	2	-	2	24
Orientação de Vitaliciando – 1º semestre	9	-	9	30
Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo da EJ 1º semestre	9	-	9	30
Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – Coordenador 1° semestre	1	-	1	24
Grupo de Estudos Direito Processual – Exposição de Artigos	2	-	2	2
Grupo de Estudos Direito Processual – Coordenador 1° semestre	1	-	1	14
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – Exposição de Artigos	1	-	1	2
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – Coordenador 1° semestre	1	-	1	18
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – Coordenador 1º semestre	1	-	1	6

EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga horária
	Magistrados	Servidores	Total	
Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – Exposição de Artigos	4	-	4	2
Grupo de Estudos Direito Material – Exposição de Artigos	3	-	3	2
Grupo de Estudos Direito Material – Coordenador 1° semestre	1	-	1	11
Fim de Tarde Diálogos Acadêmicos – A Recuperação Judicial e os Direitos Fundamentais Trabalhistas – Tese de Doutorado – Docente	1	-	1	3
Minicurso Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalhador – Docente	2	-	2	7
Curso Capacitação PJe-JT Turma 3 – Porto Alegre – Docente	1	-	1	24
Seminário sobre Direito Coletivo e Dispensa em Massa – Docente	1	-	1	1
Seminário sobre Direito Coletivo e Dispensa em Massa – Docente	3	-	3	2
Fim de Tarde – Execução Efetiva: A Aplicação da Medida Legal de Indisponibilidade de Bens à Execução Trabalhista – da Teoria à Prática – Docente	1	-	1	3
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum – Coordenador 2º semestre	1	-	1	16
Grupo de Estudos Direito Processual – Exposição do Tema Debatido – 2° semestre	4	-	4	2
Grupo de Estudos Direito Processual – 2º Encontro – 2° Semestre – Elaboração de Ata	1	-	1	2
X Encontro Institucional da Magistratura – Coordenadores e Relatores	6	-	6	2
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – Coordenador 2° semestre	1	-	1	6
Fim de Tarde Interface entre os Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho e o Direito do Trabalho – Docente	1	-	1	3
Seminário de Pessoas com Deficiência – Coordenador	1	-	1	2
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – Exposição do Tema Debatido – 2º semestre	2	-	2	2
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista Exposição do Tema Debatido – 2º semestre	5	-	5	2
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo	4	-	4	2

EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga horária
	Magistrados	Servidores	Total	
do Trabalho – Exposição do Tema Debatido – 2º semestre				
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – Coordenador 2º semestre	1	-	1	18
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual – Exposição do Tema Debatido Comum – 2º semestre	3	-	3	2
Grupo de Estudo Direito Processual – Entrega de Artigos	1	-	1	10
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – Coordenador 2º semestre	1	-	1	4
Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo da EJ – 2º semestre	2	-	2	15
Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo da EJ – 2º semestre	7	-	7	30
Orientação de Vitaliciando – 2º semestre	2	-	2	30
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – Coordenador 2º semestre	1	-	1	27
Grupo de Estudos Direito Material – Coordenador 2º Semestre	1	-	1	16
Grupo de Estudos Direito Material – Exposição do Tema Debatido – 2º semestre	5	-	5	2
Grupo de Estudo Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – Entrega de Artigos	1	-	1	10
Grupo de Estudos Direito Processual – Coordenador 2° Semestre	1	-	1	17
TOTAL	**1.630**	**1.762**	**3.392**	**2.421,25**

** atividades externas de treinamento, certificadas pela EJ TRT4*

LEGENDA
PÚBLICO-ALVO: MAGISTRADOS
PÚBLICO-ALVO: MAGISTRADOS e SERVIDORES
PÚBLICO-ALVO: SERVIDORES
MAGISTRADOS DO TRT4 COORDENADORES DE GRUPO DE ESTUDOS, EXPOSITORES DE ARTIGOS, COORDENADORES DE GRUPO DE DISCUSSÃO, PLENÁRIAS, EVENTOS, TUTORES, ORIENTADORES, DOCENTES, MEMBROS DA DIREÇÃO, COORDENAÇÃO ACADÊMICA E CONSELHO CONSULTIVO DA EJ

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA

O destaque do ano de 2015 foi o *Projeto de Aperfeiçoamento da Ferramenta de Busca em Atos Normativos no Site do TRT4*. A atividade foi realizada nos meses de junho, julho, agosto e setembro, envolveu a maioria dos servidores da Coordenadoria e foi acrescida às tarefas de rotina.

Foram analisados 2.628 atos existentes no submenu *Atos Normativos* do site do Tribunal para o projeto de aperfeiçoamento da ferramenta de busca, o equivalente a 100% dos atos. As normas foram testadas para verificar se eram pesquisáveis, e em caso negativo, por meio de OCR, foram convertidas para o formato de texto, os quais eram posteriormente salvos em arquivos do tipo pdf pesquisáveis.

Dos 2.628 documentos existentes, 2.122 encontram-se prontos e pesquisáveis.

Quanto às Portarias de Greve e Portarias de Direção de Foro e Portarias de Varas do Trabalho, 506 documentos dos anos anteriores estão acessíveis por outra forma de consulta, no formato atual (lista por ordem alfabética e cronológica) ou pela pesquisa a partir do número e origem.

1. RESUMO DO ACERVO

Livros	16.044 documentos
Periódicos	20.403 fascículos
Analíticas de artigo de periódico	42.963 artigos
DVDs	1.358 discos
Normas catalogadas	28.268 normas
Total cadastrado em base de dados	105.611 itens
Coletânea de leis:	62 volumes
Diário da Justiça da União, I:	coleção histórica
Diário da Justiça do Estado:	coleção histórica
Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 4ª Região	coleção digital
Diário Oficial da União, I	coleção digital
Diário Oficial da União, II	coleção histórica
Diário Oficial da União, seção III:	coleção histórica
Diário Oficial do Estado:	coleção histórica

2. RESUMO DAS ATIVIDADES

Documentos processados	4.370 documentos*
Documentos consultados	9.875 documentos
Documentos emprestados	12.243 documentos
Documentos circulados	22.118 documentos
Malotes enviados	780 malotes
Usuários presenciais	7.268 usuários
Pesquisas realizadas na sala de leitura	9.875 pesquisas
Pesquisas realizadas na base de dados	269.156 pesquisas
Pesquisas realizadas na biblioteca digital	121.944 pesquisas
Total de pesquisas realizadas	400.975 pesquisas realizadas
Total de atendimentos no ano	423.093 atendimentos
Média atendimentos/dia	1.808 atendimentos/dia
Total de acessos à página da Biblioteca*/ano	391.100 acessos
Média de acessos/dia	1.671 acessos/dia

** Mudou-se a metodologia de contagem de documentos processados; hoje se contam somente as entradas na base de dados.*

3. SERVIÇOS AO USUÁRIO

Conjunto de serviços para o atendimento das necessidades informacionais e documentais dos usuários, cujo objetivo é sua formação, informação e atualização.

3.1 Serviço de Empréstimo

Controle da circulação dos documentos (livros, revistas, diários oficiais, legislação esparsa), por usuários internos e externos, dentro e fora da sede, via documento, malote ou digital.

Atividades desenvolvidas:

- Empréstimo de documentos a prazo para usuários internos;
- Empréstimo provisório para usuários externos;
- Empréstimo interbibliotecário;
- Empréstimo para cópia reprográfica;
- Reserva de documentos emprestados por parte do usuário;
- Cobrança de documentos em atraso;
- Conferência de documentos emprestados.

3.2 Serviço de Atendimento e Pesquisa

Atividades que têm por objetivo atender às necessidades de informação dos usuários, detectando-as e fornecendo-lhes, conforme o caso, as fontes e/ou os documentos.

Atividades desenvolvidas:

- Questões específicas solicitadas por e-mail ou telefone;
- Localização de livros, periódicos e outros documentos;
- Demanda de livros e periódicos no SR;
- Levantamentos bibliográficos correntes e retrospectivos;
- Pesquisas de Doutrina;
- Pesquisas de Legislação;
- Pesquisas de Jurisprudência;
- Pesquisas na internet;
- Orientação a alunos de cursos de Direito nos trabalhos de conclusão;
- Normatização de documentos pelas normas da ABNT;
- Referência Legislativa e localização de legislação no acervo;
- Inclusão e atualização de Legislação e Doutrina na Biblioteca Virtual;
- Referência Jurisprudencial;
- Orientação à pesquisa de jurisprudência;
- Pesquisas de jurisprudência;
- Manutenção da legislação no acervo digital;
- Manutenção da página da internet.

3.3 Serviço de Notificação Corrente

Comunicação sobre novos livros, periódicos, legislação e jurisprudência de interesse dos usuários, na íntegra ou referencial, via papel, e-mail ou malote.

Atividades desenvolvidas:

- Envio de legislação, na íntegra, por e-mail ou malote;
- Disparo de comunicação aos usuários, via sistema.

4. SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÃO E ACERVO DOCUMENTAL

Elenco de atividades necessárias à formação, ao gerenciamento, ao desenvolvimento e à manutenção do acervo documental e do sistema de recuperação de informação.

4.1 Seleção, Aquisição e Registro

Atividade que tem a responsabilidade de planejar e gerenciar o desenvolvimento do acervo documental.

Atividades desenvolvidas:

- Recebimento de sugestões;
- Seleção de material documental a ser incorporado ao acervo;
- Envio dos pedidos de livros à livraria licitada;
- Solicitação do material a ser adquirido;
- Conferência do material recebido;
- Envio das notas para pagamento;
- Registro do material adquirido;
- Elaboração e colocação de etiquetas para registro e localização;
- Preparo para circulação;
- Alimentação da base de dados do Siabi.

4.2 Análise e Indexação

Aplicação de técnicas que viabilizem a recuperação da informação contida nos documentos, por meio de leitura técnica, catalogação, classificação e indexação de documentos e do desenvolvimento e aplicação de linguagem documentária específica em Direito do Trabalho.

Atividades desenvolvidas:

- Leitura técnica de livros e periódicos;
- Leitura técnica de Diários Oficiais, edição papel e eletrônica;
- Seleção de atos e legislação pertinente para análise, classificação e indexação;
- Seleção de acórdãos para análise e indexação;
- Catalogação de documentos;
- Classificação de livros por assunto e autor;
- Indexação de material bibliográfico;
- Indexação de legislação;
- Indexação de acórdãos;
- Indexação de atos administrativos.

4.3. Sistema de Recuperação de Informação

Implantação, desenvolvimento e gerenciamento de sistemas automatizados de recuperação de informação, utilizando o Siabi.

Atividades desenvolvidas:

- Identificação de necessidade de alteração no sistema;
- Solicitação de alterações no sistema;
- Alimentação da base de dados do Siabi;
- Alimentação da base de dados THES;
- Manutenção de bases de dados;
- Manutenção do Sistema de Empréstimo;
- Manutenção e desenvolvimento de linguagem documentária pela base THES.

4.4 Biblioteca Virtual

Publicação de legislação, doutrina e jurisprudência na página da internet, disponibilizando o acesso nas dependências da Justiça do Trabalho gaúcha e, remotamente, pela internet.

Atividades desenvolvidas:

- Identificação de legislação, doutrina e jurisprudência a ser incluída na página;
- Busca por arquivo disponível na internet;
- Elaboração de arquivo quando não encontrado na internet ou sua digitalização;
- Atualização de legislação alterada e já incluída na página;
- Inclusão de notícias sobre julgados.

5. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

5.1 Serviços de Secretaria

Tarefas diárias e correntes realizadas como rotina administrativa:

- Elaboração de memorandos;
- Controle e arquivamento de memorandos, ofícios e correspondências;
- Atendimento de ligações telefônicas;
- Elaboração de e-mails;
- Elaboração de formulários;
- Elaboração de cartazes;
- Elaboração de manuais;

- Controle de material de consumo;
- Reuniões de equipe.

5.2 Manutenção da Coleção

Atividades de controle da integridade física do acervo documental:

- Identificação de documentos a serem reparados/encadernados;
- Realização de reparos em livros e periódicos;
- Confecção de listagem para encadernador;
- Conferência de material recebido do encadernador;
- Identificação de etiquetas a serem repostas;
- Confecção de etiquetas;
- Organização e guarda de material;
- Controle diário de temperatura e umidade.

JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO, EXECUÇÃO E PRECATÓRIOS – JACEP

O Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – Jacep, instituído pela Portaria Conjunta nº 7.868 de 19 de dezembro de 2014, agrega as Seções de Conciliação, Execução e Precatórios. Acompanhou as atividades desenvolvidas por Seção, prestando auxílio e planejando novas ações para melhoria no atendimento das demandas apresentadas. Elaborou os índices de correção monetária, para fins de inclusão nos sistemas informatizados do Tribunal, utilizados por todas as demais unidades. Atendeu às demandas do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Elaborou relatórios e estatísticas.

1. SEÇÃO DE CONCILIAÇÃO

Respaldada pela Portaria nº 386/2003, que instituiu o Juízo Auxiliar de Conciliação em 2º Grau, bem como pelas Resoluções Administrativas nº 15/2006, 01/2007 e 16/2007 e, mais recentemente, pela Portaria Conjunta nº 7.868/2014, buscou solucionar

consensualmente a lide trabalhista, no âmbito do TRT4, em tentativa de aproximar os litigantes de uma maneira mais harmoniosa.

Analisou os processos recebidos com pedido de inclusão em pauta conciliatória pelas partes ou por determinação do Desembargador-Relator; contatou com os procuradores (por telefone e e-mail) para verificação de interesse da parte na conciliação; elaborou estimativas de cálculo; realizou audiências de conciliação; contatou com grandes devedores e controlou as listas de processos de empresas que aderiram à Seção de Conciliação, mediante condomínio de credores, nos quais ficou definida a reunião das execuções, por meio de expediente próprio; elaborou planilhas e cálculos de rateio entre os credores de valores depositados em Juízo, expedindo alvarás e controlando as respectivas contas bancárias; constituiu força-tarefa quando de uma anunciada despedida em massa, contatou com seus membros e realizou audiências de mediação.

Com o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos na Justiça do Trabalho – criado nos moldes do art. 7º da Resolução CNJ nº 125/2010 e implantado pelo Tribunal, foram identificadas as empresas com o maior número de demandas. A partir de reuniões realizadas, os representantes de algumas dessas empresas demandadas revelaram a intenção de suas constituintes em, efetivamente, participar do esforço nacional em conciliar, reduzindo, assim, seu passivo trabalhista.

No transcurso de 2015, algumas empresas ou procuradores jurídicos que defendem respectiva categoria profissional recorreram ao Jacep, principalmente com o intuito de construir uma solução, embora nem sempre definitiva, que amenizasse a preocupante situação de seu passivo trabalhista. Citem-se como exemplo a Indústria e Comércio de Papéis Caldeia Ltda. e Global Comércio de Materiais Reciclados Ltda., Engarrafadora Schiavon Ltda. e Industrial de Vinagres Padova Ltda., Têxtil Klein Ltda., Retificadora de Motores Pampa Ltda., Pampa Telecomunicações e Eletricidade Ltda.

A partir de reuniões mantidas com os Juízes Auxiliares de Conciliação, os defensores jurídicos das reclamadas apresentaram listas, de forma gradual, com os processos passíveis de serem ajustados. Tais listagens foram checadas e complementadas com informações que permitiram os necessários e prévios contatos (telefônicos, de modo prioritário, ou por e-mail) com os procuradores jurídicos dos reclamantes. A organização de tais planilhas envolveu frequentes e indispensáveis consultas aos sistemas de acompanhamento de processos no 1º e 2º Graus do TRT4, bem como aos cadastros da OAB/RS e, até mesmo, à internet.

Foram feitos contatos com os procuradores jurídicos dos reclamantes, a fim de obter a concordância destes com a realização de audiência conciliatória ou o estabelecimento de pontes de conciliação, incluindo, em alguns casos, a formação de um “condomínio de credores”.

Deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido juntamente a grandes litigantes. Cita-se, por exemplo, a Companhia Estadual de Silos e Armazéns – Cesa, que, com a concordância da Procuradoria do Estado e dos representantes do Sindicato dos Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais no Estado do Rio Grande do Sul, consolidou acordo envolvendo a formação de um condomínio de credores que possibilitou, no curso de 2015, o pagamento, ainda que parcelado, de aproximadamente 50 processos.

Com a Universidade da Região da Campanha (Urcamp), tradicional instituição educacional e de saúde da fronteira oeste do Estado, e sua mantenedora, Fundação Áttila Taborda, a Seção de Conciliação buscou, no ano de 2015, solução para seu elevado passivo trabalhista. Periodicamente foram repassados recursos financeiros à Seção de Conciliação que, após os rateios pertinentes, disponibilizou esses valores às Varas do Trabalho, para pagamento parcial das demandas

Diversas reuniões e audiências foram realizadas com a Associação Educacional Luterana do Brasil – Aelbra, para eleger bens de sua propriedade para venda judicial, objetivando suportar ou, ao menos, reduzir o montante das mais de 830 ações habilitadas no Expediente Administrativo controlado pela Seção. Os trabalhos resultaram na expedição de Carta Precatória para Penhora e Venda Judicial, encaminhada à 3ª Vara do Trabalho de Canoas.

Para atender demanda imposta ao Tribunal Regional do Trabalho, o Juízo Auxiliar implementou Projeto específico intitulado “Mediação Prévia em Despedidas em Massa”, cuja justificativa se ancorou na minimização do problema social decorrente do desligamento definitivo em massa, informados ao TRT pelos sindicatos representativos, e evitar grande número de demandas trabalhistas.

Para todas as empresas envolvidas houve a organização de força-tarefa para viabilizar a consecução dos objetivos: além das empresas demandadas e de entidades sindicais, participaram das ações a Secretaria Estadual do Trabalho e do Desenvolvimento Social do RS, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Caixa Econômica Federal e o Sine; a estrutura do Tribunal Regional do Trabalho para execução da ação; e a coordenação, pelo Juiz Auxiliar de Conciliação do TRT 4, na função de mediador.

Figuram como primeiros frutos do Projeto: a) a manutenção da atividade da planta industrial, no caso da empresa Marfrig, ainda que com redução de cerca de 50% dos postos de trabalho; b) satisfação das verbas rescisórias de todos os empregados: no caso Polo Naval de Rio Grande, estaleiro tomador dos serviços satisfez os créditos dos trabalhadores de terceirizadas inadimplentes (cerca de 50% do total); no caso IESA, integralmente pelos tomadores de serviços; no caso Marfrig, pela própria empregadora; c) fornecimento de passagens e verbas para despesas de viagens para os trabalhadores de outras regiões; d) fornecimento de passagens e verbas para despesas de viagens para os

trabalhadores de outras regiões; e) minimização dos efeitos traumáticos da despedida em massa, em decorrência das seguintes ações: imediato encaminhamento do seguro-desemprego e do saque do FGTS; disponibilização de manual de orientação e de cursos profissionalizantes, e f) encaminhamento dos trabalhadores para novos empregos.

Essas ações envolveram cerca de 7.500 trabalhadores do Estaleiro CQG-QUIP, em razão do término da construção da Plataforma P59, no Polo Naval de Rio Grande/RS; de 650 trabalhadores da IESA Óleo e Gás, de Charqueadas/RS, pela rescisão de contrato com os tomadores de serviços; de 620 trabalhadores da Marfrig Global Foods S/A, pela desativação da planta industrial de Alegrete/RS.

Importante elencar dentre as metas de resultado: a) manutenção de 300 postos de trabalho na Marfrig de Alegrete e transferência de 120 empregados para a unidade de São Gabriel/RS; b) no Polo Naval de Rio Grande, cerca de dois mil trabalhadores foram contratados pelo Estaleiro Ecovix, vencedor da licitação seguinte; c) encaminhamento imediato do seguro-desemprego e do saque do FGTS dos trabalhadores desligados, e d) pagamento de verbas rescisórias em sua integralidade.

No ano de 2015, além das atividades relacionadas aos grandes demandados, grandes litigantes e mediação prévia de despedidas em massa, foram realizadas 369 audiências, a partir de 282 processos pautados, resultando 261 conciliações, ou seja, um índice de 79,57%. Nesse mesmo exercício, 577 partes foram atendidas e R$88.212.869,55 satisfeitos.

O Tribunal Regional do Trabalho foi vencedor da V Edição do Prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça, na categoria “Demandas Complexas ou Coletivas”, pela mediação do Juízo Auxiliar de Conciliação no caso Polo Naval de Rio Grande. O Expediente Administrativo FAT/Urcamp foi destacado, com Menção Honrosa, na categoria Tribunal Regional do Trabalho.

O Projeto “Mediação Prévia em Despedidas em Massa” foi agraciado com Menção Honrosa no Prêmio Innovare, na categoria “Tribunal”, em dezembro de 2015.

2. SEÇÃO DE EXECUÇÃO E PESQUISA PATRIMONIAL

O Juízo Auxiliar de Execução (JAE), que foi incorporado, em dezembro de 2014, ao Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios (Jacep) como a Seção de Execução, foi instituído com objetivo de solucionar as ações arquivadas com dívida que estavam no Depósito Centralizado, revisados no ano de 2012 para inclusão no BNDT, em obediência à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1.470/2011, que

instituíram a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT).

Em 2015, o trabalho teve seguimento em duas frentes: a cobrança de devedores nos processos incluídos no BNDT e o reexame e resolução dos processos que não possuíam os requisitos para inclusão no BNDT – ausência de solução (sentença ou homologação de acordo) ou arquivamento sem o início formal da execução.

As atividades essenciais desenvolvidas foram: analisar processos e retomar os procedimentos de cobrança; sanar irregularidades verificadas nos processos; proceder à inclusão dos devedores no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, dos processos arquivados com dívida há mais de cinco anos;

As cobranças de devedores seguiram trâmite comum em execuções de ofício: diligências de execução (Bacen, Renajud e consulta a todos os convênios disponibilizados ao Tribunal, para auxílio à execução); expedição de alvarás, intimações, controles estatísticos e arquivamento definitivo.

Processos em que encontrados valores depositados (depósitos recursais não liberados, alvarás acostados, etc.) foram separados para solução. Entre as opções vislumbrou-se a utilização do valor à disposição do Juízo para quitação da execução do próprio processo ou por meio da disponibilização dos valores em outras execuções contra a mesma ré e, em último caso, a devolução do numerário ao depositante, já que, contra este, não há dívida pendente de pagamento. Alguns desses processos permanecem na Seção de Execução em razão de diligências ou prazos em curso.

Desempenhou, ainda, atividades relacionadas ao Núcleo de Pesquisa Patrimonial, arroladas no artigo 2º da Resolução CSJT.GP nº 138/2014, mediante levantamento e investigação da situação financeira e patrimonial de empresas devedoras, que foram armazenadas em Bando de Dados, cujas informações foram disponibilizadas às Unidades de 1º *Grau* para auxiliá-las na execução.

Os resultados obtidos de forma acumulada são:

AÇÕES	Nº DE PROCESSOS
Arquivados Definitivamente após Certidão de Crédito em 2014 e 2015	62.269
Arquivados Definitivamente por Extinção da Causa (conhecimento)	397
Arquivados Definitivamente por Extinção da Execução (abandono)	2.607

Arquivados Definitivamente por Decisão (gerais):	571
Arquivados Definitivamente em Geral (correção de andamentos, guarda dos autos)	3.847
Arquivados Definitivamente por Extinção da Execução da União – prescrição	827
Arquivados Definitivamente com Massas Falidas na Autuação	5.909
Arquivados Definitivamente que tinham apenas registro “somente pendência”	5.184
	81.611

VALORES ADMINISTRADOS NO JACEP	
RUBRICA	VALOR
Principal/Reclamante	R$ 889.952,02
Contribuições Previdenciárias	R$ 51.901,89
Custas	R$ 10.746,77
Outros	R$ 96.869,35
TOTAL	**R$ 1.049.470,03**

3. SEÇÃO DE PRECATÓRIOS

Durante o ano de 2015, foram realizadas as seguintes tarefas: exame da regularidade, formal e material, do precatório e da RPV federal, para fins de formalização; encaminhamento de ofícios para as entidades executadas, determinando a inclusão na proposta orçamentária do valor requisitado para pagamento; pedido de verba para pagamento dos precatórios e RPVs da esfera federal, para fins de transferência para as unidades de origem; controle da ordem de pagamento dos precatórios; analise e despacho em todos os pedidos protocolados; processo negocial com entidades públicas para solução dos precatórios inadimplentes; administração dos recursos financeiros recebidos pelas entidades; análise das contas objeto dos precatórios antes do pagamento; realização de audiências com entidades devedoras e com as partes para tratativas de liquidação dos precatórios; pagamento dos créditos, expedição de alvarás e

recolhimentos previdenciários e fiscais; prestação de informações ao Tribunal de Justiça referentes às entidades incluídas no Regime Especial; prestação de informações sobre precatórios e requisições de pequeno valor, por telefone, por meio eletrônico (e-mail), no balcão e por ofício, às partes, procuradores, juízos de 1º *Grau* e outros órgãos; repasse de recursos financeiros às unidades judiciárias dos valores devidos em precatórios e Requisição de Pequeno Valor da esfera federal; controle e solicitação de suplementação orçamentária junto ao CSJT para pagamento de precatórios da esfera federal; envio, via sistema eletrônico, de informações pertinentes a precatórios ao CNJ, ao CSJT e ao TST; elaboração de relatórios de precatórios vencidos e vincendos, com atualização de valores, em atendimento de solicitação das entidades devedoras.

Atividade	**Números alcançados**
PRE autuados	1.510
RPV autuadas	294
PRE formalizados	1.451
RPV formalizadas	273
Precatórios requisitados – exercício 2016	1.444
PRE devolvidos à origem por pagamento	1.241
PRE petições recebidas, analisadas e despachadas	1.600
RPV pagas	272
Valor total pago RPV esfera federal CSJT – SOF	R$ 4.425.229,57
Valor total pago Precatórios	R$ 258.834.373,26

VICE-PRESIDÊNCIA

A Desembargadora Ana Luiza Heineck Kruse atuou como Vice-Presidente do Tribunal até o dia 11 de dezembro de 2015, quando tomou posse o Desembargador João Pedro Silvestrin, eleito para a gestão 2015/2017.

A Desembargadora Vice-Presidente, Ana Luiza Heineck Kruse, no exercício de sua competência exclusiva, conferida pelos incisos I e II do artigo 41 do Regimento Interno do Tribunal, exerceu as seguintes atividades no ano de 2015:

Exerceu a Presidência, em substituição à Desembargadora-Presidente, Cleusa Regina Halfen, nos dias 7 a 18 de janeiro, 7 a 23 de fevereiro, 25 a 27 de fevereiro, 12 de março de 2015, 25 e 26 de março, 8 a 12 de abril, 27 e 28 de março, 24 e 25 de junho, 30 de junho, 1º de julho, 29 e 30 de julho, 10 a 12 de agosto, 26 de agosto, 27 de agosto e 31 de agosto de 2015, 1º de setembro, 23 e 24 de setembro e 4,05, 25, 26, 27 e 30 de novembro de 2015.

Os Desembargadores-Vice-Presidentes, em seus respectivos períodos de mandato, atuaram como Relatores nos recursos administrativos dirigidos ao Órgão Especial e nos processos da mesma natureza, cujas decisões são da competência privativa do Colegiado, excetuados os processos disciplinares.

Foram recebidos no Gabinete da Vice-Presidência 19 processos de natureza administrativa, consubstanciados em:

- 14 Recursos Administrativos (RECADM), todos julgados;
- 2 Processos Administrativos (PA), todos julgados;
- 3 Agravos Regimentais (AGR), todos julgados.
- Nenhum embargo de declaração.

Por delegação da Presidente, conforme inciso VI do artigo 1º da Portaria nº 9.739, de 13 de dezembro de 2013, foram apreciadas pela Vice-Presidência as petições e processados os incidentes nos processos ainda não distribuídos ao Relator ou nos quais o órgão julgador já havia esgotado a sua jurisdição, tendo sido proferidos 292 despachos, todos encaminhados pela Secretaria-Geral Judiciária.

Nos termos dos incisos III, IV e V do artigo 41 do Regimento Interno, por delegação da Presidente, a Vice-Presidência:

- recebeu, por distribuição, 317 processos, nas classes: DC (76), DCG (2), PROTES (205), CC (1), CAUINOM (25), OPOSIC (1) e PET (7);
- recebeu, por vinculação, 3 processos, nas classes: ED (1), AGR (2);
- instruiu e conciliou os processos de dissídio coletivo, presidindo 131 audiências;
- proferiu 85 despachos de admissibilidade de recursos interpostos em processos de dissídio coletivo, bem como despachos na fase de execução dos feitos da mesma natureza;

- convocou e presidiu as sessões da Seção de Dissídios Coletivos (SDC);
- presidiu 38 reuniões de mediação, em 31 processos envolvendo causas de natureza coletiva. Em 16 dos processos submetidos à mediação as partes acabaram por celebrar acordo.
- despachou os recursos de revista interpostos das decisões das Turmas e da Seção Especializada em Execução, em processos físicos e eletrônicos (PJe-JT). Despachou também os agravos de instrumento interpostos contra seus despachos proferidos em recurso de revista.

Conforme dados estatísticos da Assessoria de Recurso de Revista e da Coordenadoria de Recursos, foram conclusos 22.710 processos do legado, nos quais foram proferidos 6.576 despachos admitindo recursos, 14.541 despachos denegando o seu seguimento, 68 despachos determinando a baixa dos autos e 1.904 despachos determinando o sobrestamento do feito. No sistema PJe-JT, o número de processos conclusos somou 14.533, sendo proferidos 2.598 despachos de admissão do recurso, 5.112 despachos denegando o seguimento do recurso, 449 despachos determinando a baixa dos autos e 605 determinando o sobrestamento do feito. Em atenção a requerimentos diversos, foram proferidos 547 despachos em processos do legado e 280 em processos eletrônicos.

Quanto aos agravos de instrumento interpostos em recurso de revista, foram despachados 11.518 processos físicos e 7.953 processos eletrônicos.

A Desembargadora Ana Luiza Heineck Kruse presidiu a Comissão de Regimento Interno, na forma do artigo 213, I, do Regimento Interno, tendo participado de reuniões dessa Comissão.

Na forma do que prevê o artigo 42 do Regimento Interno, a Desembargadora-Vice-Presidente Ana Luiza Heineck Kruse desempenhou atividades de representação do Tribunal, comparecendo, entre outros, aos seguintes eventos:

Fevereiro	
Dia 04	Expansão do Projeto Leitura Livre, no saguão da 27ª Vara do Trabalho de Porto Alegre

Março	
Dia 06	Evento da Escola Judicial: Nova Lei do Recurso de Revista- Auditório Rui Cirne Lima do Foro Trabalhista de Porto Alegre
Dia 10	Sessão Solene de Ratificação de Posse da Ministra Maria Helena Mallmann, no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília/DF
Dia 25	Almoço alusivo ao Dia Internacional da Mulher, no Galpão Crioulo do Palácio Piratini, em Porto Alegre
Dia 27	Escola Judicial – Aula inaugural 2015: “O Trabalho como Fator de Adoecimento Mental na Contemporaneidade”, no Auditório Rui Cirne Lima, no Foro Trabalhista de Porto Alegre

Abril	
Dia 09	Solenidade de implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT, nas Varas do Trabalho de Palmeira das Missões/RS e Três Passos/RS e no Posto Avançado de Panambi/RS
Dia 10	Solenidade de implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT , na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen/RS
Dia 24	Conferência Humanismo Judiciário e Tecnicismo Judiciário, Palestrante Professor Dr. Eduardo Bittar, na sede da Escola Judicial

Maio	
Dia 15	II Jornada Sobre o Novo CPC e Suas Implicações no Processo do Trabalho, no Plenário do TRT4 e na sede da Escola Judicial
Dia 21	Evento " Diálogo com o Judiciário Trabalhista", no Instituto de Estudos de Gestão Empresarial – IEGE, em Porto Alegre

Junho	
Dia 22	Solenidade de implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT , na Vara do Trabalho de Estância Velha/RS
Dia 24	Reunião com representantes da Procuradoria-Geral da União, no Gabinete da Vice-Presidência

Julho	
Dia 30	Sessão Solene do Colendo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça em homenagem ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Ricardo Lewandowski, no Auditório Mondercil Paulo de Moraes, em Porto Alegre

Agosto	
Dia 07	Seminário Direito Coletivo e Dispensa em Massa, no Auditório Ruy Cirne Lima do Foro Trabalhista de Porto Alegre

Setembro	
Dia 25	Palestra no Seminário Jurídico 2015 da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul, na sede da FTIA/RS, em Porto Alegre

Outubro	
Dia 16	Solenidade de implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho –

	PJe-JT no Foro Trabalhista de Gramado/RS e de conclusão de 100% das implantações do Sistema PJe-JT nas Unidades Judiciárias do Estado

Novembro	
Dia 09	Solenidade de entrega de distintivos a servidores por tempo de serviço
Dia 20	Solenidade da 1ª Outorga de Comenda do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 4ª Região

CORREGEDORIA REGIONAL

A Desembargadora Beatriz Renck exerceu, na forma regimental, o cargo de Corregedora Regional. No desempenho de suas atribuições regimentais, a Corregedora Regional e a Vice-Corregedora Regional, Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, expediram, no ano de 2015, 57 Portarias e 12 Provimentos, destes, 23 e 10, respectivamente, foram conjuntos com a Presidente e um em conjunto com Escola Judicial.

PORTARIAS

Portaria nº 01, de 04 de março de 2015 – Estabelece as circunscrições em que dividida a jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, para fins de lotação e zoneamento dos Juízes do Trabalho Substitutos, e dá outras providências.

Portaria nº 02, de 10 de março de 2015 – Define as unidades judiciárias abrangidas pelo Provimento Conjunto nº 03/2014, da Presidência e da Corregedoria Regional, no período de 15 de julho de 2015 a 15 de julho de 2016.

Portaria n° 03 de 10 de março de 2015 – Institui Grupo de Trabalho para a revisão e atualização da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 04, de 10 de abril de 2015 – Interromper, a partir de 13 de abril de 2015, o regime de Juiz Auxiliar na 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, anteriormente instituído para o período de 12 de março a 12 de maio de 2015.

Portaria nº 05, de 10 de abril de 2015 – Interromper, a partir de 13 de abril de 2015, o regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Guaíba, anteriormente instituído para o período de 12 de março a 14 de julho de 2015.

Portaria nº 06, de 10 de abril de 2015 – Interromper, a partir de 13 de abril de 2015, o regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Viamão, anteriormente instituído para o período de 12 de março a 12 de junho de 2015.

Portaria nº 07, de 26 de maio de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Cachoeirinha (1ª e 2ª), no período de 17 de agosto a 17 de novembro de 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 08, de 26 de maio de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar na 1ª, 2ª e 4ª Varas do Trabalho de Gravataí, no período de 17 de agosto a 17 de novembro de 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 09, de 26 de maio de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Carazinho, nos períodos de 17 de agosto a 16 de setembro de 2015 e de 19 de outubro a 17 de novembro de 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 10, de 26 de maio de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Novo Hamburgo (1ª a 5ª), no período de 17 de agosto a 17 de novembro de 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 11, de 26 de maio de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Sapiranga (1ª a 3ª), no período de 17 de agosto a 17 de novembro de 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 12, de 26 de maio de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Taquara (1ª a 4ª), no período de 17 de agosto a 17 de novembro de 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 13, de 26 de maio de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Osório, no período de 19 de outubro a 18 de dezembro de 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 14, de 26 de maio de 215 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de São Jerônimo, no período de 17 de agosto a 15 de setembro de 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 15, de 17 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar na 1ª, 2ª e 4ª Varas do Trabalho de Gravataí, no período de 14 de março a 14 de junho de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 16, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Cachoeirinha (1ª e 2ª), no período de 14 de março a 15 de julho de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 17, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Novo Hamburgo (1ª a 5ª), no período de 14 de março a 15 de julho de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 18, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Taquara (1ª a 4ª), no período de 14 de março a 15 de julho de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 19, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Santa Cruz do Sul (1ª a 3ª), no período de 14 de março a 13 de maio de 2016 e de 16 de maio a 15 de julho de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 20, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar no Foro Trabalhista de Passo Fundo (1ª a 4ª), no período de 14 de março a 15 de julho de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 21, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Sapiranga (1ª a 3ª), no período de 14 de março a 15 de julho de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 22, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Lajeado (1ª e 2ª), no período de 14 de março a 13 de maio de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 23, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Carazinho, no período de 14 de março a 14 de junho 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 24, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Estância Velha, no período de 14 de março a 14 de junho de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 25, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Osório, no período de 14 de março a 13 de maio de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 26, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Triunfo e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Taquari, no período de 14 de março a 13 de maio de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 27, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Montenegro, no período de 16 de maio a 15 de julho de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 28, de 07 de agosto de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi, no período de 16 de maio a 15 de julho de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 29, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de São Jerônimo, no período de 14 de março a 29 de abril de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 30, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Cruz Alta, no período de 02 de maio a 14 de junho de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 31, de 24 de julho de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Ijuí, no período de 16 de junho a 15 de julho de 2016, e dá outras providências.

Grau

Portaria nº 32, de 17 de agosto de 2015 – Institui regime de Juiz Auxiliar no Foro Trabalhista de Passo Fundo e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau, no período de 07 de janeiro a 15 de julho de 2016, e dá outras providências.

Portaria nº 33, de 17 de agosto de 2015 – Decreta regime de exceção na 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, no período de 17 de julho a 18 de dezembro de 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 34, de 18 de setembro de 2015 – Louva servidores que contribuíram para a elaboração do Manual de Organização do Trabalho para Unidades Judiciárias de 1º Grau.

Portaria Conjunta nº 1.105, de 10 de março de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Santo Ângelo a partir de 19.03.2015.

Portaria Conjunta nº 1.106, de 10 de março de 2015 –– Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Ijuí a partir de 20.03.2015.

Portaria Conjunta nº 1.107, de 10 de março de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Camaquã e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Lourenço do Sul a partir de 23.03.2015.

Portaria Conjunta nº 1.519, de 26 de março de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Três Passos, na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi a partir de 09.04.2015.

Portaria Conjunta nº 1.520, de 26 de março de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen a partir de 10.04.2015.

Portaria Conjunta nº 1.521, de 26 de março de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Bagé (1ª e 2ª) e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito a partir de 16.04.2015.

Portaria Conjunta nº 1.522, de 26 de março de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Pelotas (1ª, 2ª, 3ª e 4ª) a partir de 17.04.2015.

Portaria Conjunta nº 1.523, de 26 de março de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Viamão a partir de 24.04.2015.

Portaria Conjunta nº 2.593, de 19 de maio de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Torres e no Posto Avançado de Capão da Canoa, bem como na Vara do Trabalho de Osório e no Posto Avançado de Tramandaí a partir de 1º.06.2015.

Portaria Conjunta nº 3.132, de 11 de maio de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho PJe-JT na Vara do Trabalho de Estância Velha a partir de 22.06.2015.

Portaria Conjunta nº 3.660, de 07 de julho de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Alegrete e nas Varas do Trabalho de Uruguaiana (1ª e 2ª) a partir de 06.08.2015.

Portaria Conjunta nº 3.661, de 07 de julho de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Vacaria a partir de 12.08.2015.

Portaria Conjunta nº 3.662, de 07 de julho de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha a partir de 13.08.2015.

Portaria Conjunta nº 4.564, de 14 de agosto de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho PJe-JT na Vara do Trabalho de São Borja e no Posto Avançado de Itaqui, bem como na Vara do Trabalho de Santiago a partir de 03.09.2015.

Portaria Conjunta nº 5.002, de 02 de setembro de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Soledade a partir de 17.09.2015.

Portaria Conjunta nº 5.003, de 02 de setembro de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Cruz Alta a partir de 18.09.2015.

Portaria Conjunta nº 5.582, de 28 de setembro de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho PJe-JT na Vara do Trabalho de São Gabriel a partir de 08.10.2015.

Portaria Conjunta nº 5.583, de 28 de setembro de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho PJe-JT na Vara do Trabalho de Santana do Livramento e na Vara do Trabalho de Rosário do Sul a partir de 09.10.2015.

Portaria Conjunta nº 5.584, de 28 de setembro de 2015 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Gramado (1ª e 2ª) a partir de 16.10.2015.

Portaria Conjunta nº 6.038, de 19 de outubro de 2015 – Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos a serem adotados em razão do término da greve dos servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 6.039, de 19 de outubro de 2015 – Institui a Equipe de Transição dos cargos de direção do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 8.687, de 16 de dezembro de 2015 – Designa Juízes do Trabalho para atuarem no Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios (Jacep), instituído pela Portaria

Conjunta da Presidência e da Corregedoria Regional nº 7.868/2014, e revoga as Portarias Conjuntas da Presidência e da Corregedoria Regional nº 7.869/2014, 5.051/2015 e nº 8.637/2015.

Portaria Conjunta nº 8.875, de 21 de dezembro de 2015 – Altera o Anexo Único da Portaria Conjunta nº 302/2014, que dispõe sobre a composição da Comissão de Informática no âmbito do Tribunal Regional da 4ª Região.

PROVIMENTOS

Provimento Conjunto nº 01, de 27 de março de 2015 – Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, a utilização dos sistemas que integram a Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis.

Provimento Conjunto nº 02, de 07 de abril de 2015 – Estabelece concurso de remoção simultânea e sucessiva de Juízes Titulares entre as Varas do Trabalho da 4ª Região, observado o critério da antiguidade na classe.

Provimento Conjunto nº 03, de 22 de junho de 2015 –Regulamenta a utilização do módulo Cadastramento da Liquidação e Execução – CLE, disponível no PJe-JT, no âmbito do primeiro Grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 04, de 06 de julho de 2015 – Define a obrigatoriedade de utilização do meio eletrônico para o envio de requerimentos e comunicações internas na Justiça do Trabalho da 4ª Região e revoga o Provimento Conjunto nº 07/2010, da Presidência e da Corregedoria Regional.

Provimento Conjunto nº 05, de 07 de agosto de 2015 – Adia as datas de início do cadastramento no módulo Cadastramento da Liquidação e Execução – CLE, disponível no PJe-JT, estabelecidas no Anexo Único do Provimento Conjunto nº 03/2015, da Presidência e da Corregedoria Regional.

Provimento Conjunto nº 06, de 31 de agosto de 2015 – Disciplina a alienação judicial eletrônica de que trata o art. 689-A do Código de Processo Civil e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 07, de 29 de setembro de 2015 – Regulamenta a concessão de férias aos juízes de primeiro Grau no âmbito da 4ª Região da Justiça do Trabalho nos meses de janeiro e fevereiro de 2016.

Provimento Conjunto nº 08, de 29 de outubro de 2015 – Fixa a data do término da greve dos empregados em estabelecimentos bancários.

Provimento Conjunto nº 09, de 29 de outubro de 2015 – Redefine as datas de início do cadastramento no módulo Cadastramento da Liquidação e Execução – CLE, disponível no PJe-

JT, estabelecidas no Anexo Único do Provimento Conjunto nº 03/2015, da Presidência e da Corregedoria Regional.

Provimento Conjunto nº 10, de 18 de dezembro de 2015 – Revoga os Provimentos Conjuntos da Presidência e da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região nº 08/2011, nº 04/2014 e nº 12/2014.

Provimento nº 246, de 23 de junho de 2015 – Altera as disposições contidas na Seção VII, das "Eleições para Comissões Permanentes do TRT", da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Provimento nº 247, de 10 de dezembro de 2015 – Aprova o Regulamento Interno da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e revoga os Provimentos da Corregedoria Regional nº 234, de 13 de dezembro de 2010; nº 242, de 19 de abril de 2013, e nº 245, de 19 de agosto de 2013.

GRUPOS DE TRABALHO E PROJETOS ESTRATÉGICOS

A Corregedoria Regional esteve representada, em 2015, nos seguintes Grupos de Trabalho e Projetos Estratégicos:

- Regime de lotação: grupo de trabalho criado para acompanhar e avaliar o Regime de Lotação, bem como para propor alternativas e sugestões tendentes ao aperfeiçoamento do regime, Portaria nº 22/2014.
- NAE: criado em atendimento a Meta nº 5 do CNJ para 2011, o Núcleo de Apoio à Execução é composto por membros natos, conforme artigo 2º da Resolução Administrativa nº 24, de 29.12.2011, alterado pela Resolução Administrativa nº 07/2014, nomeados pela Portaria nº 2.034/2014.

Além desses, a Corregedoria Regional está ou esteve representada nos seguintes grupos de trabalho e projetos estratégicos:

- Grupo de Trabalho responsável por elaborar convênio entre o TRT e instituições de atendimento de programas de proteção e socioeducativos, Portarias nº 3.179/2013 e 9.311/2013.
- Grupo de Trabalho para elaborar proposição de medidas capazes de conter o avanço das despesas decorrentes da concessão de Ajuda de Custo nas hipóteses previstas na Resolução CSJT nº 112/2012, Portaria nº 262/2014.

- Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Portaria nº 3.395/2014.
- Grupo de Trabalho para elaborar proposta sobre a composição do Comitê Gestor Regional e sobre as regras para o respectivo processo eleitoral, nos termos do disposto no art. 5º da Resolução CNJ nº 194/2014. Portaria nº 3.592/2014.
- Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Portaria nº 5.582/2014.
- Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituído no âmbito do TRT4 pela Portaria Conjunta nº 6.028/2014, da Presidência e da Corregedoria Regional. Portaria nº 7.405/2014.
- Projeto Estratégico Reorganização do trabalho nas unidades judiciárias de 1º Grau;
- Projeto Estratégico Qualificação de servidores;
- Projeto Estratégico Agilização dos julgamentos de 1º Grau.

SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Como forma de reforçar a política de priorização do primeiro grau de jurisdição, a Corregedoria Regional reestruturou o Serviço de Apoio Temporário – SAT, que atendeu, no ano de 2015, vinte e duas unidades judiciárias com permanência média de duas semanas em cada atendimento.

GABINETE EXTRAORDINÁRIO

O gabinete extraordinário, disciplinado pelo Provimento Conjunto nº 04, de 18 de março de 2014, é composto por um número variável de assistentes, preferencialmente aqueles vinculados a Juízes que se encontram afastados da jurisdição no primeiro grau. No ano de 2014, a composição variou entre 10 (dez) e 15 (quinze) assistentes. Foram feitas 69 (sessenta e nove) designações auxiliando 49 (quarenta e nove) magistrados.

ASSESSORIA TÉCNICO-OPERACIONAL

No ano de 2015, a Assessoria Técnico-Operacional acompanhou e participou de diversos Projetos na área de Tecnologia da Informação relativos ao primeiro Grau, visando a facilitar a rotina de trabalho de magistrados e servidores, bem como a atender às diversas determinações dos Conselhos e Tribunais Superiores. Dentre elas destacam-se:

- Participação nos treinamentos e nas operações assistidas relacionados à implantação do Sistema PJe-JT em 35 unidades judiciárias;
- Especificação dos requisitos para implementação de relatórios das Metas Nacionais do Poder Judiciário no Sistema BI (*Business Intelligence*), com divulgação mensal dos resultados alcançados pelas unidades judiciárias no decorrer de 2015;
- Encaminhamento periódico de orientações sobre registro de movimentação processual no Sistema PJe-JT;
- Divulgação de informações e prestação de atendimento em relação aos sistemas CNIB e Penhora Online, disponibilizados pelo convênio firmado com a Associação de Registradores Imobiliários de São Paulo em fevereiro de 2015;
- Divulgação de informações e encaminhamento de solicitações de cadastramento de usuários no Sistema de Peticionamento Eletrônico do Ministério Público do Trabalho, conforme Convênio TRT nº 10/2015;
- Realização de inventário virtual nos processos do Sistema PJe-JT de 1º Grau, conforme determinado no Ofício CSJT.GP.CPJe nº 71/2015, com o objetivo de identificar e excluir os processos que constavam indevidamente nos itens de pendências relativos ao PJe-JT no Sistema e-Gestão em 31.05.2015. Nesse procedimento, com auxílio da Setic, foram excluídos cerca de dez mil itens cuja pendência constava de forma indevida no Sistema e-Gestão;
- Participação na elaboração do Manual de Organização do Trabalho, documento cuja construção iniciou no final de 2014 em conjunto com a Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Relações Institucionais, com a Secretaria de Gestão de Pessoas e com diversos Diretores de Secretaria de Varas do Trabalho, e entregue à Corregedora Regional em 31.08.2015;
- Especificação de alterações no Sistema inFOR para vincular os andamentos de decisão/julgamento com os respectivos tipos de conclusão, e estes, aos tipos de petição protocolada no processo, de forma a evitar inconsistências no Sistema e-Gestão;
- Redistribuição de processos eletrônicos em nove Postos Avançados da Justiça do Trabalho para as respectivas Varas do Trabalho de origem, a fim de possibilitar a alteração

da configuração dessas unidades judiciárias no Sistema PJe-JT, em atendimento ao disposto no Provimento CGJT nº 02, de 5 de junho de 2015;

- Participação no trabalho de revisão e atualização da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do TRT da 4ª Região;
- Utilização, em caráter piloto, do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região para tramitação de processos administrativos;

A Assessoria Técnico-Operacional atuou, ainda, no desenvolvimento das seguintes atividades:

- Assessoramento da Corregedora Regional e Vice-Corregedora Regional relativamente aos sistemas e serviços de tecnologia de informação;
- Resposta às solicitações encaminhadas pela Ouvidoria a respeito dos sistemas em funcionamento;
- Elaboração de pareceres nos expedientes submetidos à apreciação da Corregedora Regional e que digam respeito aos sistemas utilizados pelos servidores e magistrados de primeiro Grau;
- Elaboração do IMC (Informativo Mensal da Corregedoria);
- Compilação de dados e elaboração de relatórios a respeito da produtividade dos Magistrados de primeiro Grau;
- Geração e definição das consultas para envio de dados estatísticos do primeiro Grau ao TST e CNJ, destacando-se os dados relativos às Metas Prioritárias do CNJ e Justiça em Números;
- Acompanhamento da Semana Nacional da Execução e repasse dos resultados (dados estatísticos);
- Atendimento aos usuários das Unidades Judiciárias de primeiro Grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região (consultas sobre uso de andamentos nos processos físicos, procedimentos relativos ao funcionamento do Sistema PJe-JT, dúvidas sobre a estatística das Varas do Trabalho, sistemas e convênios);
- Atendimento às solicitações de advogados, Advocacia-Geral da União, Receita Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Estadual, relativas a informações nos processos em curso e arquivados que abranjam toda a 4ª Região;
- Atendimento às solicitações relativas a cadastro e geração de senhas no Renajud e HOD; encaminhamento junto ao Serpro sobre problemas relatados pelos usuários;

- Cadastro dos desembargadores e juízes do primeiro Grau no sistema Infojud (disponibilizado pela Receita Federal);
- Cadastro dos usuários de primeiro Grau no Malote Digital e orientação quanto ao uso do sistema;
- Solicitação de cadastro de usuários para acesso ao sistema da Junta Comercial do RS (Jucergs) e realização de pesquisas para as unidades judiciárias sempre que necessário;
- Realização de consulta de informações de veículos, por meio do convênio firmado com o Detran/RS (GID Consultas), em atendimento às solicitações das Varas do Trabalho e dos Postos Avançados da Justiça do Trabalho;
- Encaminhamento de consultas sobre matrículas ao 1º Registro de Imóveis de POA, repassando cópia dos documentos às Varas do Trabalho e aos Postos Avançados da Justiça do Trabalho;
- Encaminhamento diário das publicações de primeiro Grau ao Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho, publicações de Editas das Varas do Trabalho (quando existentes problemas na unidade que impedem a publicação) e efetivação de cadastro dos usuários de primeiro Grau para publicações de Editais no DEJT;
- Orientações aos servidores e magistrados e realização de procedimentos para exclusão de despachos e sentenças divulgados equivocadamente na internet;
- Publicação na intranet e internet das matérias relativas à Corregedoria e aos sistemas disponíveis;
- Unificações de cadastros no sistema PJe-JT.

INSPEÇÕES CORRECIONAIS

A Justiça do Trabalho da 4ª Região conta com 132 (cento e trinta e duas) Varas do Trabalho, sendo 30 (trinta) na Capital e 102 (cento e duas) no Interior do Estado, 23 (vinte e três) Centrais de Mandados, 24 (vinte e quatro) Coordenadorias de Controle de Direção de Foro, 1 (uma) Coordenadoria de Execução de Mandados e 10 (dez) Postos Avançados da Justiça do Trabalho. No período compreendido entre 4 de março e 11 de novembro, foram realizadas 167 (cento e setenta e sete) inspeções correcionais, das quais 80 (oitenta) pela Corregedora Regional e 87 (oitenta e sete) pela Vice-Corregedora Regional.

Inspeções Correcionais realizadas pela Corregedora Regional no ano de 2015

UNIDADE	DATA DA INSPEÇÃO
Vara do Trabalho de Alvorada	04.03.2015
Vara do Trabalho de Montenegro	05.03.2015
1ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	17.03.2015
2ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	17.03.2015
3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	18.03.2015
CCDF e Central de Mandados de Santa Cruz do Sul	18.03.2015
Vara do Trabalho de Estância Velha	24.03.2015
1ª Vara do Trabalho de Lajeado	07.04.2015
2ª Vara do Trabalho de Lajeado	07.04.2015
CCDF e Central de Mandados de Lajeado	07.04.2015
1ª Vara do Trabalho de Estrela	08.04.2015
2ª Vara do Trabalho de Estrela	08.04.2015
CCDF e Central de Mandados de Estrela	08.04.2015
Vara do Trabalho de Encantado	09.04.2015
CCDF e Central de Mandados de Porto Alegre	14.04.2015
8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	15.04.2015
Vara do Trabalho de Viamão	16.04.2015
26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	22.04.2015
1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul	23.04.2015
2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul	23.04.2015
CCDF e Central de Mandados de Sapucaia do Sul	23.04.2015
Vara do Trabalho de Guaíba	05.05.2015
Vara do Trabalho de São Jerônimo	06.05.2015
Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Lourenço do Sul	13.05.2015
Vara do Trabalho de Camaquã	13.05.2015
14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	14.05.2015
Vara do Trabalho de Frederico Westphalen	19.05.2015
Vara do Trabalho de Três Passos	19.05.2015
Vara do Trabalho de Palmeira das Missões	20.05.2015
Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi	20.05.2015

UNIDADE	DATA DA INSPEÇÃO
1ª Vara do Trabalho de Erechim	30.06.2015
2ª Vara do Trabalho de Erechim	30.06.2015
3ª Vara do Trabalho de Erechim	1º.07.2015
CCDF e Central de Mandados de Erechim	1º.07.2015
2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	07.07.2015
4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	08.07.2015
28ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	09.07.2015
19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	14.07.2015
15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	15.07.2015
20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	28.07.2015
Vara do Trabalho de São Borja	04.08.2015
Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui	04.08.2015
Vara do Trabalho de Santiago	05.08.2015
3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	06.08.2015
1ª Vara do Trabalho de Sapiranga	12.08.2015
2ª Vara do Trabalho de Sapiranga	12.08.2015
3ª Vara do Trabalho de Sapiranga	13.08.2015
CCDF e Central de Mandados de Sapiranga	13.08.2015
Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Taquari	18.08.2015
Vara do Trabalho de Triunfo	18.08.2015
1ª Vara do Trabalho de Uruguaiana	1º.09.2015
2ª Vara do Trabalho de Uruguaiana	1º.09.2015
CCDF e Central de Mandados de Uruguaiana	1º.09.2015
Vara do Trabalho Alegrete	02.09.2015
Vara do Trabalho de Rosário do Sul	02.09.2015
Vara do Trabalho de São Gabriel	03.09.2015
Vara do Trabalho de Santana do Livramento	15.09.2015
Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito	15.09.2015
1ª Vara do Trabalho de Bagé	16.09.2015
2ª Vara do Trabalho de Bagé	16.09.2015
CCDF e Central de Mandados de Bagé	16.09.2015
18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	28.09.2015

UNIDADE	DATA DA INSPEÇÃO
30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	29.09.2015
Vara do Trabalho de Cruz Alta	06.10.2015
Vara do Trabalho de Carazinho	07.10.2015
Vara do Trabalho de Soledade	07.10.2015
11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	15.10.2015
25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	26.10.2015
1ª Vara do Trabalho de Gramado	27.10.2015
2ª Vara do Trabalho de Gramado	27.10.2015
CCDF e Central de Mandados de Gramado	27.10.2015
13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	28.10.2015
12ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	29.10.2015
1ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	10.11.2015
2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	10.11.2015
3ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	10.11.2015
4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	11.11.2015
5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	11.11.2015
CCDF e Central de Mandados de Novo Hamburgo	11.11.2015

O Relatório de Correições, adotado como um modelo único tanto para as inspeções realizadas pela Corregedoria Regional quanto para aquelas realizadas pela Vice-Corregedoria Regional, sofreu algumas alterações em sua estrutura no segundo semestre de 2015 em virtude da publicação do Provimento nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e da recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT de 2015, determinando que os processos sejam distribuídos exclusivamente às Varas do Trabalho e não mais a Postos Avançados. Desta feita, os dados das Unidades Judiciárias passaram a ser lançados nos relatórios de correição de modo integrado, contemplando aqueles anteriormente atribuídos aos Postos Avançados no cômputo geral dos resultados da Vara respectiva a que se encontram vinculados.

Essa medida implicou alterações também na contagem dos servidores antes lotados em Postos Avançados, que foram relotados nas Unidades Judiciárias respectivas. Em todos os Relatórios Correcionais, foi mantido o controle das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2015 fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça para o segmento da Justiça do Trabalho, analisando-se a situação de cada uma das Unidades Judiciárias.

Cabe lembrar que as Metas de 2015 para a Justiça do Trabalho são: a) Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.”; Meta 2:

“Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”; Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”; Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro Grau, e até 31.12.2013, no segundo Grau”; e Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”, além de duas Metas Específicas do CNJ para a Justiça do Trabalho: “Para o 1º Grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014” e “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

Quanto ao monitoramento do alcance das metas pelas Unidades Judiciárias da 4ª Região, a Assessoria Técnico-Operacional da Corregedoria adotou, por procedimento mensal, encaminhar correio eletrônico às Unidades Judiciárias informando dados atinentes ao cumprimento das referidas metas de acordo com o desempenho verificado por meio dos sistemas de controle estatístico.

No ano de 2015, foi observada a continuidade da perspectiva de mudança e adaptação observada em 2014 nas Unidades Judiciárias em virtude do processo de implantação do Sistema PJe-JT, que alcançou, em 16.10.2015, 100% (cem por cento) das Varas do Trabalho e Postos Avançados da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Durante o ano, o PJe-JT foi implantado na Vara do Trabalho de Santo Ângelo (19.03); na Vara do Trabalho de Ijuí (20.03); na Vara do Trabalho de Camaquã e no Posto Avançado de São Lourenço do Sul (23.03); nas Varas do Trabalho de Três Passos, de Palmeira das Missões e no Posto Avançado de Panambi (09.04); na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen (10.04); no Foro Trabalhista de Bagé e Posto Avançado de Dom Pedrito (16.04); no Foro Trabalhista de Pelotas (17.04); na Vara do Trabalho de Viamão (24.04); na Vara do Trabalho de Arroio Grande (07.05); na Vara do Trabalho de Santa Vitória do Palmar (08.05); nas Varas do Trabalho de Torres e de Osório e nos Postos Avançados de Capão da Canoa e de Tramandaí (01.06); na Vara do Trabalho de Estância Velha (22.06); na Vara do Trabalho de Alegrete e no Foro Trabalhista de Uruguaiana (06.08); na Vara do Trabalho de Vacaria (12.08); na Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha (13.08); nas Varas do Trabalho de Santiago e de São Borja e no Posto Avançado de Itaqui (03.09); na Vara do Trabalho de Soledade (17.09); na Vara do Trabalho de Cruz Alta (18.09); na Vara do Trabalho de São Gabriel (08.10); nas Varas do Trabalho de Rosário de Sul e de Santana do Livramento (09.10) e, finalmente, no Foro Trabalhista de Gramado (16.10).

A análise dos procedimentos adotados pelas Unidades Judiciárias e pelos magistrados em relação ao Sistema PJe-JT continuou a exigir especial atenção, orientação e aconselhamento durante as inspeções. Por se tratar de um sistema novo e em construção, com constantes atualizações e novas versões, não são poucas as situações de dificuldade enfrentadas pelos juízes, diretores de secretaria, secretários de audiências e demais servidores. A orientação continuou priorizando, assim como em 2014, o aconselhamento para a padronização das pastas no sistema, com intuito de se obter maior transparência, objetividade e impessoalidade nas

operações, facilitando a clara visualização das práticas por todos os servidores e utilizadores do sistema.

A mudança decorrente da implantação do Sistema PJe-JT nas Unidades Judiciárias da Região determinou alteração das rotinas de trabalho. No que se refere aos sistemas informatizados, de modo geral, é satisfatória a capacitação e o domínio de conhecimento dos servidores lotados nas unidades do primeiro Grau de jurisdição. Entretanto, ainda há equívocos nos lançamentos dos andamentos processuais no sistema inFOR, que repercutem nos dados estatísticos do sistema e-Gestão. Em razão disso, manteve-se nos relatórios de correição o subtítulo com recomendações específicas para o correto manejo e/ou para as retificações desses lançamentos. Especial atenção tem sido recomendada para os lançamentos das conclusões no Sistema PJe-JT, diante da forma de extração dos dados do sistema e-Gestão.

O monitoramento e controle dos andamentos processuais tem sido realizado de forma constante, permanente e paralelamente ao calendário de correições, com vista a acompanhar o cumprimento das Metas do CNJ para a Justiça do Trabalho no ano de 2015. Os equívocos apurados nos lançamentos e processos sem andamento adequado ensejaram a determinação às respectivas unidades para que procedessem às retificações e providências adequadas à solução dos problemas.

O prazo médio de designações de audiências, tanto iniciais como de prosseguimento, foi constantemente monitorado durante o ano de 2015, sendo constatado que, em muitas Varas do Trabalho, ainda está alongado. Nos relatórios de correição, foram identificadas cada uma das situações e determinadas as providências cabíveis. Em situações pontuais, constatadas nas correições ou por consulta aos sistemas informatizados, foram adotadas medidas tais como deferimento de regime de juiz auxiliar ou determinação de aumento do número de sessões. O acompanhamento contínuo é fundamental e se recomenda ser continuado pela Corregedoria Regional.

O resíduo existente de processos conclusos para prolação de sentença no ano de 2015 exige alguns esclarecimentos.

A Corregedoria, além do levantamento feito pontualmente em cada correição quanto ao número de sentenças a prolatar dos magistrados que atuaram em cada Unidade Judiciária, realiza constante acompanhamento e controle do número de processos conclusos para cada juiz. A Assessoria Administrativa procede à cobrança mensal das pendências de sentenças dos magistrados por meio da proposição de metas e planos de trabalho, consolidados em processos administrativos específicos para cada Juiz, determinando-se que envie relatório ao final do período concedido para a prolação das decisões.

Ações específicas, como o fortalecimento da estrutura do Gabinete Extraordinário para auxílio aos magistrados e a designação de assistente quando o Juiz, temporariamente, está desassistido, têm sido medidas frequentemente adotadas, atingindo bons resultados. Ainda,

sempre que possível, e são raras as possibilidades, os juízes com o maior volume de pendências são afastados da unidade para a dedicação exclusiva ao enfrentamento do seu resíduo. Adotaram-se, também, regimes de auxílio pontuais aos magistrados que, por situações pessoais de sua saúde ou de seus familiares, necessitaram condições especiais de trabalho.

O Projeto Juiz Solidário contou com boa adesão para resolução das pendências das sentenças de magistrados que se aposentaram ou permutaram de Região em 2015.

A partir de outubro de 2014, com a implantação do Sistema de Extração de Dados Eletrônicos BI (*Business Intelligence*), a 4ª Região passou a dispor de uma base de dados mais fidedigna, visto que, até então, as pendências do Sistema Pje-JT não eram sistematicamente computadas.

A seu turno, os processos em fase de execução somam, até dezembro de 2015, 122.724 (cento e vinte e dois mil, setecentos e vinte e quatro), representando uma elevação de 0,72% em relação a dezembro de 2014, quando esse número era de 120.988 (cento e vinte mil, novecentos e oitenta e oito).

O prazo médio de tramitação dos processos movidos contra entes públicos na fase de execução foi aumentado de 1.090,91 dias em 2014, para 1.131,07 dias em 2015, o que implica uma elevação de 3,68% (40,16 dias).

Quanto aos entes privados, o prazo médio de tramitação dos processos na fase de execução na região subiu de 595,03 dias em 2014, para 599,56 dias em 2015, o que implica um aumento de 0,55% (3,27 dias).

A propósito das metas do CNJ, seu controle é evidenciado nos Relatórios de Correição de cada Vara do Trabalho. Nesse sentido, apurou-se em relação à Meta 1 de 2015 (“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”) que esta não foi cumprida, porquanto o número de processos julgados totalizou 161.853, representando 89,27% dos 181.309 casos novos do período.

Em contrapartida, verifica-se que a Meta 2 (“Identificar e julgar, até 31.12.2015, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013 nos 1º e 2º Graus”) foi plenamente cumprida, na medida em que 96,16%% dos processos distribuídos até 31.12.2013 já haviam sido julgados até o dia 31.12.2015.

A Meta 5 (“Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”), por sua vez, também foi devidamente cumprida em 31.12.2015, porquanto o número de processos de execução baixados no ano corresponde a 123,91% das execuções iniciadas no mesmo período.

Todavia, a Meta 6 (“Identificar e julgar, até 31.12.2015, as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no 1º Grau) não foi cumprida em 31.12.2015, tendo atingido um percentual de cumprimento de 98,48%, permanecendo 17 ações coletivas distribuídas até 2012 pendentes de

julgamento.

Já no que diz respeito à Meta 7 (“Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”), constata-se o seu efetivo cumprimento, tendo em vista que o referido acervo correspondia, em 31.12.2014, a 14.734 processos, e que, em 31.12.2015, importava em 10.888 processos, resultando em uma redução de 26,10% – consideravelmente superior à meta estipulada pelo CNJ.

Finalmente, com relação às metas do CNJ específicas para Justiça do Trabalho em 2015, verifica-se o não cumprimento com relação àquela relativa ao prazo médio da fase de conhecimento (“Para o 1º Grau dos TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”), pois, conforme já referido , esse lapso aumentou 12,86% na comparação entre 2014 e 2015, passando de 228,17 dias para 257,52 dias. Em contrapartida, a meta relativa ao número de acordos na fase de conhecimento (“Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”) foi plenamente atingida, na medida em que a média mensal de processos solucionados por conciliação na 4ª Região subiu de 5.702,71, no biênio 2013/2014, para 6.023,58 no ano de 2015 (aumento de 5,63%).

Verificou-se que, mesmo considerando todas as variáveis impostas pelas mudanças oriundas da implementação e do emprego efetivo do Processo Judicial Eletrônico somadas, em regra, os juízes do trabalho e servidores da 4ª Região são assíduos, zelosos e comprometidos com as atribuições do cargo que exercem e na condução das Unidades Judiciárias.

REGISTROS DOS ATOS RELATIVOS À FUNÇÃO CORRECIONAL

Expediente NovaJus

Natureza	Remanescentes	Registrados	Cancelados	Solucionados	Pendentes
Correição Parcial (CORPAR)	03	36	-	33	03
Reclamação Disciplinar (RCLDISC)	-	06	-	05	01
Pedido de Providências	01	258	-	236	23
TOTAL	**04**	**300**	**-**	**274**	**27**

Prazos médios:

- Correição Parcial (CORPAR) – 25,3 dias
- Pedido de Providências – 32,2 dias

Processos administrativos no sistema ADM Eletrônico

Natureza	Pendentes	Registrados	Encerrados	Sobrestados	Em tramitação
Afastamento de Juiz	-	83	07	-	76
Diversos	-	10	06	-	04
Expedientes nternos	-	176	118	-	58
Ocorrências	-	-	-	-	-
Portarias Varas	-	80	79	-	01
Solicitação	-	04	03	-	01
Solicitação oriunda de unidade judiciária	03	08	08	-	-
Sugestão	-	02	02	-	-
TOTAL	**03**	**363**	**223**	**-**	**140**

Movimento Geral

Documentos protocolizados na Secretaria da Corregedoria Regional	1.541
Atualizações Legislativas	12
Informativos Mensais da Corregedoria Regional – IMC	12

VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

A Vice-Corregedoria, no ano de 2015, foi exercida pela Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, que, na forma regimental, atuou nos impedimentos da Corregedora Regional, acompanhou o desempenho de Juízes do Trabalho Substitutos Vitaliciandos, realizou inspeções correcionais ordinárias, coordenou a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e compilou normas editadas para fins de divulgação da atualização legislativa.

Vitaliciamento

O processo de acompanhamento e avaliação dos juízes vitaliciandos é efetuado, por delegação, pela Vice-Corregedoria Regional, em atenção ao disposto no art. 1º, inciso I, da Portaria nº 27/2013, de 17.12.2013, da Corregedoria Regional e observados os critérios estabelecidos no Provimento Conjunto nº 01/2014 da Corregedoria e da Escola Judicial do TRT4, que disciplina o procedimento relativo ao vitaliciamento tomando como parâmetro o Ato Conjunto CGJT/Enamat nº 001, de 04.03.2013.

A Vice-Corregedoria é responsável pela formação do processo administrativo de vitaliciamento (art. 3º do Provimento Conjunto nº 01/2014 da Corregedoria Regional e da Escola Judicial), onde são reunidas todas as informações e avaliações relativas ao juiz vitaliciando durante o período de vitaliciamento.

Foram vitaliciados, em 2015, os seguintes Juízes Substitutos:

- Bárbara Fagundes – permuta (TRT 9ª Região), com posse no TRT4 em 24.01.2014, confirmada no cargo pelo Órgão Especial de 27.02.2015;
- Milena Ody – posse no TRT4 em 17.12.2012, confirmada no cargo pelo Órgão Especial de 16.03.2015;
- Maurício Joel Zanotelli – posse no TRT4 em 17.06.2013, confirmado no cargo pelo Órgão Especial de 16.03.2015;
- André Sessim Parisenti – posse no TRT4 em 17.06.2013, confirmado no cargo pelo Órgão Especial de 16.03.2015;
- Adriana Ledur – permuta (TRT 9ª Região), com posse no TRT4 em 06.06.2014, confirmada no cargo pelo Órgão Especial de 13.04.2015;
- Mateus Crocoli Lionzo – permuta (TRT 4ª Região), com posse no TRT4 em 06.06.2014, confirmado no cargo pelo Órgão Especial de 13.04.2015;
- Jorge Fernando Xavier de Lima – permuta (TRT 9ª Região), com posse no TRT4 em 19.8.2014, confirmado no cargo pelo Órgão Especial de 13.04.2015;
- Felipe Jakobson Lerrer – remoção (TRT 2ª Região), com posse no TRT4 em 30.09.2014, confirmada no cargo pelo Órgão Especial de 13.04.2015.

- Patrícia Bley Heim – remoção (TRT 1ª Região), com posse no TRT4 em 17.11.2014, confirmada no cargo pelo Órgão Especial de 13.07.2015.
- Marcela Casanova Viana Arena – remoção (TRT 15ª Região), com posse no TRT4 em 24.08.2015, confirmada no cargo pelo Órgão Especial de 19.10.2015;
- Marina dos Santos Ribeiro – remoção (TRT 15ª Região), com posse no TRT4 em 24.08.2015, confirmada no cargo pelo Órgão Especial de 19.10.2015;
- Cinthia Machado de Oliveira – remoção (TRT 15ª Região), com posse no TRT4 em 04.08.2014, confirmada no cargo pelo Órgão Especial de 19.10.2015.

Juíza Substituta ainda em período de acompanhamento:

- Sheila dos Reis Mondin Engel – remoção (TRT 15ª Região), com posse no TRT4 em 24.8.2015, integraliza dois anos de magistratura em 04.8.2016.

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD

No exercício de 2015, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, sob a supervisão da Vice-Corregedora Regional, realizou 3 (três) reuniões (dias 09.04.2015, 08.06.2015 e 19.10.2015), com registro das questões analisadas e deliberações nas Atas de nº 58, 59 e 60, publicadas na intranet (campo Institucional – Comissões – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – Atas das reuniões).

As reuniões da CPAD contaram com a presença dos integrantes da CPAD, de membros da Comissão Coordenadora do Memorial, e de servidores do Memorial, do Arquivo e da Setic.

No ano de 2015, os principais temas tratados pela CPAD foram os seguintes:

- Discussão sobre propostas de ações para melhoria nas instalações do Arquivo Geral e do Depósito Centralizado visando à finalidade de guarda e conservação de processos e documentos;
- Apreciação e deliberação sobre pedidos de eliminação de documentos provenientes de diversas Unidades,
- Apreciação e deliberação sobre pedido de cedência de autos findos;
- Estudo, levantamento de dados, discussão e aprovação de proposta de regulamentação da nova Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do TRT4, apresentada e aprovada no Órgão Especial de 18.08.2015, conforme Resolução Administrativa nº 12/2015;

- Disponibilização da nova Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do TRT, aprovada pela RA nº 12/2015, no *site* do TRT e no Portal VOX, e atualização do programa que gera o Formulário de Eliminação e Documentos no sistema, com os novos dados;
- Estudo, discussão e aprovação de proposta de alteração da Portaria nº 5.587/2007 que instituiu o uso do selo "Acervo Histórico" na identificação dos autos de processos e documentos relevantes para a história da Justiça e do Direito do Trabalho no Rio Grande do Sul, abrangendo autos físicos e processos eletrônicos, resultando na edição, pela Presidência, da Portaria nº 3.345 de 19.06.2015;
- Apreciação e deliberação sobre a identificação de processos indicados para integrarem o Acervo Histórico mediante fixação do selo do Acervo Histórico;
- Debate sobre a pertinência ou não, da participação da CPAD na elaboração do Projeto de Classificação de Informações discutido no âmbito do Comitê de Segurança da Informação.

Ao todo, tramitaram na CPAD, em 2015, quarenta e três processos administrativos, sendo dez abertos durante esse ano, quatorze encerrados e dezenove em tramitação.

Atualização legislativa

A Vice-Corregedoria Regional, por delegação da Corregedoria Regional, realizou análise e publicação dos atos normativos de interesse desta Justiça Especializada, disponibilizando mensalmente na internet, junto ao *site* do Tribunal Regional na internet, na aba "Consultas", a atualização legislativa.

Participações e representações

No ano de 2015, a Vice-Corregedora Regional compareceu à posse no Tribunal Superior do Trabalho da Ministra Maria Helena Mallmann, em 10 de março. Participou das Reuniões do Coleprecor nos dias 25 e 26 de março, e nos dias 27 e 28 de maio, em Brasilia/DF, e participou da reunião desse Colégio em outubro, nos dias 21 e 22, conforme ajustado com a Corregedora Regional. Representou o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região nas seguintes solenidades: posse da Administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 19 de junho; comemoração dos 90 anos da Procuradoria do Município de Porto Alegre, em 24 de junho; implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Vacaria, em 12 de agosto, e de Lagoa Vermelha, em 13 de agosto, e no Foro Trabalhista de Gramado, em 16.10.2015, quando concluído 100% das instalações do PJe-JT nas Unidades Judiciárias do Estado do Rio Grande do Sul. Participou, ainda, do X Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho da 4ª Região, de 9 a 12 de setembro, em Canela/RS.

Inspeções correcionais ordinárias

A Vice-Corregedoria Regional realizou inspeções correcionais de forma igualitária com a Corregedoria Regional, nos termos do art. 49 do Regimento do Tribunal.

Em 2015, foram inspecionadas pela Vice-Corregedoria Regional cem (100) Unidades Judiciárias, sendo:

- 69 Varas do Trabalho;
- 13 Coordenadorias de Controle da Direção do Foro - CCDFs;
- 13 Centrais de Mandados;
- 5 Postos Avançados da Justiça do Trabalho.

Inspeções Correcionais realizadas pela Vice-Corregedora Regional no ano de 2015

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
1ª Vara do Trabalho de **Cachoeirinha**	12.03.2015
2ª Vara do Trabalho de **Cachoeirinha**	12.03.2015
CCDF e Central de Mandados de **Cachoeirinha**	12.03.2015
1ª Vara do Trabalho de **Esteio**	18.03.2015
2ª Vara do Trabalho de **Esteio**	18.03.2015
CCDF e Central de Mandados de **Esteio**	18.03.2015
1ª Vara do Trabalho de **Canoas**	23.03.2015
2ª Vara do Trabalho de **Canoas**	23.03.2015
3ª Vara do Trabalho de **Canoas**	23.03.2015
4ª Vara do Trabalho de **Canoas**	24.03.2015
5ª Vara do Trabalho de **Canoas**	24.03.2015
CCDF e Central de Mandados de **Canoas**	24.03.2015
5ª Vara do Trabalho de **Porto Alegre**	10.04.2015
Vara do Trabalho de **Arroio Grande**	14.04.2015
1ª Vara do Trabalho de **Pelotas**	15.04.2015
2ª Vara do Trabalho de **Pelotas**	15.04.2015
3ª Vara do Trabalho de **Pelotas**	15.04.2015
4ª Varas do Trabalho de **Pelotas**	16.04.2015
CCDF e Central de Mandados de **Pelotas**	16.04.2015
27ª Vara do Trabalho de **Porto Alegre**	23.04.2015

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
21ª Vara do Trabalho de **Porto Alegre**	28.04.2015
1ª Vara do Trabalho de **Bento Gonçalves**	09.06.2015
2ª Vara do Trabalho de **Bento Gonçalves**	09.06.2015
CCDF e Central de Mandados de **Bento Gonçalves**	09.06.2015
Posto Avançado da Justiça do Trabalho de **Nova Prata**	10.06.2015
1ª Vara do Trabalho de **Porto Alegre**	16.06.2015
6ª Vara do Trabalho de **Porto Alegre**	17.06.2015
7ª Vara do Trabalho de **Porto Alegre**	18.06.2015
Posto Avançado da Justiça do Trabalho de **Marau**	22.06.2015
1ª Vara do Trabalho de **Passo Fundo**	23.06.2015
2ª Vara do Trabalho de **Passo Fundo**	23.06.2015
3ª Vara do Trabalho de **Passo Fundo**	24.06.2015
4ª Vara do Trabalho de **Passo Fundo**	24.06.2015
CCDF e Central de Mandados de **Passo Fundo**	24.06.2015
Vara do Trabalho de **Ijuí**	08.07.2015
1ª Vara do Trabalho de **Santa Rosa**	09.07.2015
2ª Vara do Trabalho de **Santa Rosa**	09.07.2015
CCDF e Central de Mandados de **Santa Rosa**	09.07.2015
Vara do Trabalho de **Santo Ângelo**	10.07.2015
22ª Vara do Trabalho de **Porto Alegre**	14.07.2015
23ª Vara do Trabalho de **Porto Alegre**	15.07.2015
24ª Vara do Trabalho de **Porto Alegre**	16.07.2015
Posto Avançado da Justiça do Trabalho de **São Sebastião do Caí**	28.07.2015
1ª Vara do Trabalho de **São Leopoldo**	28.07.2015
2ª Vara do Trabalho de **São Leopoldo**	28.07.2015
3ª Vara do Trabalho de **São Leopoldo**	29.07.2015
4ª Vara do Trabalho de **São Leopoldo**	29.07.2015
CCDF e Central de Mandados de **São Leopoldo**	29.07.2015
9ª Vara do Trabalho de **Porto Alegre**	03.08.2015
29ª Vara do Trabalho de **Porto Alegre**	04.08.2015
10ª Vara do Trabalho de **Porto Alegre**	05.08.2015
16ª Vara do Trabalho de **Porto Alegre**	06.08.2015
17ª Vara do Trabalho de **Porto Alegre**	07.08.2015
Vara do Trabalho de **Vacaria**	12.08.2015
Vara do Trabalho de **Lagoa Vermelha**	13.08.2015

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
1ª Vara do Trabalho de **Taquara**	18.08.2015
2ª Vara do Trabalho de **Taquara**	18.08.2015
3ª Vara do Trabalho de **Taquara**	19.08.2015
4ª Vara do Trabalho de **Taquara**	19.08.2015
CCDF e Central de Mandados de **Taquara**	19.08.2015
Vara do Trabalho de **Santa Vitória do Palmar**	25.08.2015
1ª Vara do Trabalho de **Rio Grande**	26.08.2015
2ª Vara do Trabalho de **Rio Grande**	26.08.2015
3ª Vara do Trabalho de **Rio Grande**	27.08.2015
4ª Vara do Trabalho de **Rio Grande**	27.08.2015
CCDF e Central de Mandados de **Rio Grande**	27.08.2015
1ª Vara do Trabalho de **Santa Maria**	01.09.2015
2ª Vara do Trabalho de **Santa Maria**	01.09.2015
CCDF e Central de Mandados de **Santa Maria**	01.09.2015
Vara do Trabalho de **Cachoeira do Sul**	02.09.2015
Vara do Trabalho de **Osório**	14.09.2015
Posto Avançado da Justiça do Trabalho de **Tramandaí**	14.09.2015
Vara do Trabalho de **Torres**	15.09.2015
Posto Avançado da Justiça do Trabalho de **Capão da Canoa**	15.09.2015
1ª Vara do Trabalho de **Gravataí**	16.09.2015
2ª Vara do Trabalho de **Gravataí**	16.09.2015
3ª Vara do Trabalho de **Gravataí**	17.09.2015
4ª Vara do Trabalho de **Gravataí**	17.09.2015
CCDF e Central de Mandados de **Gravataí**	17.09.2015
Vara do Trabalho de **Farroupilha**	29.09.2015
1ª Vara do Trabalho de **Caxias do Sul**	29.09.2015
2ª Vara do Trabalho de **Caxias do Sul**	29.09.2015
3ª Vara do Trabalho de **Caxias do Sul**	30.09.2015
4ª Vara do Trabalho de **Caxias do Sul**	30.09.2015
5ª Vara do Trabalho de **Caxias do Sul**	01.10.2015
6ª Vara do Trabalho de **Caxias do Sul**	01.10.2015
CCDF e Central de Mandados de **Caxias do Sul**	01.10.2015

Nas inspeções correcionais, foram examinados os processos (autos físicos) quanto aos pressupostos e às rotinas cartoriais, conforme previsto na Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal, bem como o cumprimento dos prazos processuais nas fases

de conhecimento e de execução. Nos processos judiciais eletrônicos, foram observados a atualização dos agrupadores e a organização e movimentação dos processos nas caixas de tarefas. A Desembargadora Vice-Corregedora procedeu à cobrança de sentenças em atraso, notadamente embargos de declaração, processos na fase de execução e Metas estabelecidas pelo CNJ, aferidas por ocasião das correições realizadas.

Em colaboração com a Corregedora Regional, estabeleceu planos de trabalho para juízes com resíduo considerável.

Em 2015, foram abertos 87 Processos Administrativos (PAs) relacionados com as correições realizadas, expedidos 236 ofícios e publicados 44 editais. Foram encaminhadas diversas correspondências eletrônicas para viabilizar solução às demandas surgidas durante as correições, notadamente à Diretoria-Geral, à Sempro, à Setic, à Segesp e à Escola Judicial, que responderam e, no que possível, as atenderam.

No ano de 2015, foram encerrados os PAs relacionados às correições ordinárias realizadas em 2014.

Foram publicados 87 Relatórios de Inspeção Correcional.

OUVIDORIA

A Ouvidoria, órgão independente da administração da Justiça (artigo 227-D do Regimento Interno do TRT4), atendeu ao público externo, objetivando essencialmente a satisfação dos cidadãos, a transparência do Poder Judiciário e a viabilização de medição da qualidade dos serviços prestados, em respeito aos princípios constitucionais da eficiência, eficácia e da participação do usuário na Administração Pública.

1. ESPECIFICAÇÃO DA DEMANDA

A Ouvidoria recebeu 5.942 manifestações no decorrer do ano de 2015. A tabela que segue representa a demanda dividida em classes:

Classe do Expediente	Composição relativa (%)
Pedido de informação	54,03
Outros	28,28
Reclamação	14,41
Elogio	0,88
Sugestão	0,65
Crítica	0,61
Pedido de Acesso a Informações	0,53
Convite	0,14
Denúncia	0,06

Na classe "Pedidos de Informação", que foi a mais expressiva em termos de volume (54,03%), as manifestações recebidas disseram respeito, em regra, à natural angústia dos interessados, que, na maior parte dos casos, decorre da falta de esclarecimento sobre o trâmite de seu processo e da linguagem utilizada em seus andamentos. Dentro dessa classe, destacaram-se os esclarecimentos sobre atos processuais (na ordem de 49,65%), os quais não se confundem com o fornecimento de andamentos, que, por estarem disponíveis em diversas fontes de consulta, não são prestados pela Ouvidoria.

O grupo “Outros” (28,68%) diz respeito às manifestações que não se enquadram nas atribuições da Ouvidoria, seja em razão da matéria (pedidos de consultas jurídicas, inconformidade com decisões judiciais, etc.), seja em razão da entidade pública ou privada responsável pela resposta pretendida (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Ministério Público, tribunais diversos, sindicatos, OAB, etc.). Nessa classe, revelaram-se significativos os assuntos de competência de outras entidades (41,89%) e as tentativas de

consultas jurídicas (17,75%). Os manifestantes que forneceram dados válidos para contato foram esclarecidos acerca da entidade responsável pelo atendimento da sua demanda, bem como, quando viável, das formas para contatá-la.

A classe “Reclamações” representou 14,41% do total dos expedientes. A demora no andamento dos processos representou o volume mais expressivo, constituindo 61,02% das reclamações. Nesse cálculo, foram mantidos os mesmos critérios empregados nos exercícios anteriores. Assim, não foram consideradas como reclamações as manifestações relativas a processos que tramitam no TST, tampouco quanto aqueles cujo andamento depende necessariamente do julgamento de recursos naquele Tribunal. Revelaram-se significativas, também, as manifestações acerca da demora na prolação de sentenças, as quais representaram 22,19% do total das reclamações. Quando detectados prazos demasiadamente longos entre um ato processual e outro, buscou-se identificar seus motivos a partir dos andamentos disponíveis nas consultas processuais. Quando esse procedimento não foi suficiente para esclarecer as razões da demora, solicitaram-se informações aos magistrados e às unidades responsáveis pelos processos.

As demais classes foram de pouca monta, tendo representado, aproximadamente, 2,88% do volume total.

Relativamente à forma de acesso à Ouvidoria, o modo predominante foi o formulário eletrônico disponível na página do Tribunal na internet (44,72% dos casos). O envio de mensagens eletrônicas representou 36,30% do total, e o terceiro modo mais utilizado pelos usuários foi a via telefônica (18,25%). Na composição do total da demanda, o comparecimento pessoal representou apenas 0,71% dos casos.

2. OUTRAS ATIVIDADES

Durante o exercício de 2015, a Desembargadora-Ouvidora e o Desembargador-Vice-Ouvidor ministraram palestras sobre o funcionamento e a importância da Ouvidoria aos acadêmicos que visitaram o Tribunal.

A Ouvidoria foi representada na 6ª, 7ª e 8ª reuniões do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho (Coleouv), ocorridas nos dias 23 e 24 de abril, 6 e 7 de agosto e 8 e 9 de outubro, respectivamente.

Por ocasião da 8ª reunião do Coleouv, a Desembargadora Denise Pacheco foi eleita para exercer o encargo de Vice-Presidente do Colégio de Ouvidores.

A Desembargadora Denise Pacheco também participou do I Seminário de Integração das Ouvidorias da Justiça do Trabalho, ocorrido em Brasília em 9 de dezembro.

A Ouvidoria esteve presente em mais uma atividade da campanha “Todos Juntos contra o Trabalho Infantil”. A ação ocorreu na Arena do Grêmio em 14 de junho.

Por fim, em 11 de dezembro, a Desembargadora Iris Lima de Moraes foi eleita Vice-Ouvidora.

MEMORIAL

Em 2015, o Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul desempenhou diversas atividades, dentre as quais destacam-se:

1. **Reunião do Conselho Consultivo do Memorial em 26 de janeiro de 2015**

Elaboração da listagem dos convidados, envio de convites, marcação de melhor data e confirmação de presenças. Elaboração e impressão do material para a reunião, da pauta e organização de pastas com o referido material.



2. **Definição das áreas de conhecimento dos estagiários a serem lotados no Memorial**

O Memorial dispõe de 4 vagas de estagiários concursados a serem preenchidas prioritariamente por estudantes de quatro áreas do conhecimento previamente apontadas pelo Memorial: História, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Em 2015, o Memorial contou com o apoio de dois estagiários do curso de História, uma do curso de Arquivologia e uma do curso de Biblioteconomia. Optou-se em acolher dois estagiários da área de História em razão da demanda excessiva, como elaboração de textos sobre cidades que tiveram implantação do Sistema PJe-JT em 2015, higienização de processos, entre outras atividades.

3. **Elaboração do termo de referência para licitação de produtora audiovisual**

Especificação dos objetos e das condições da licitação, pormenorizadamente, com auxílio do Setor de Licitações do Tribunal, para a produção de material audiovisual relativo ao projeto Série Registros – Advocacia Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória.

4. **Retomada de contato com a Unicamp e execução do objeto do convênio relativo aos dissídios coletivos**

Para cumprir o acordo de cooperação técnica entabulado entre TRT4 e Unicamp para cadastramento de dissídios coletivos no banco de dados daquela entidade, foi retomado o contato e estabelecido cronograma e prazo de execução.

No primeiro momento, foi elaborada uma listagem dos dissídios coletivos guardados no Memorial. Após, realizou-se a higienização e a desmetalização dos autos de dissídios coletivos. Somente após a atividade de higienização e desmetalização é que foi iniciada efetivamente a atividade de catalogação desses dissídios coletivos no banco de dados da Unicamp.

Foram cadastrados 387 processos de dissídios coletivos no sistema da Cecult, compreendidos no período de 1967 a 1997. Essa etapa do projeto foi encerrada em 28 de agosto de 2015.

5. **Levantamento da situação do projeto Dicionário da Magistratura**

Pesquisa na rede do Memorial e consulta ao servidor Antonio Francisco Ransolin, que vinha desenvolvendo a pesquisa para o projeto em tela, sobre o quê e de que maneira havia sido feita a pesquisa (quantidade e metodologia), a fim de fornecer informações à Comissão Coordenadora do Memorial. O projeto ficou suspenso em razão da prioridade exigida à Série Registros. Em 7 de dezembro de 2015, foi aprovado o modelo de verbete, que foi replicado em relação aos dados de todos os magistrados do período de 1941 a 1976. O dicionário está em fase final de revisão.

6. **Solicitação do Foro Trabalhista de Passo Fundo sobre espaço para armazenamento de autos findos**

Encaminhamento da solicitação recebida na caixa de e-mails do Memorial para os e-mails dos integrantes da Comissão Coordenadora do Memorial com a solicitação do Foro Trabalhista de Passo Fundo sobre locação de espaço ou outra solução para o problema de falta de espaço para autos findos naquela localidade.

A Comissão Coordenadora do Memorial, após visita do Desembargador João Paulo Lucena ao local, encaminhou parecer à Secretaria-Geral da Presidência sugerindo as providências para o melhor acondicionamento dos processos arquivados em Passo Fundo. O parecer somente não foi acolhido por questões orçamentárias.

7. **Providências junto à Diretoria-Geral do TRT4 quanto aos processos que seriam eliminados pelo TRT12**

Verificar se havia processos oriundos do TRT4 entre os processos que seriam eliminados pelo TRT12. Após contato, verificou-se que não havia processos oriundos do TRT4.

A Desembargadora Denise Maria Barros, integrante da Comissão Coordenadora do Memorial, alertou sobre notícia de eliminação de documentos e processos no TRT12 e a possibilidade de existência, entre esses, de processos originários do TRT4 redistribuídos ao TRT12 com o advento do desmembramento de 1976.

O então Diretor-Geral do TRT4, Luiz Fernando Taborda Celestino, em contato com o Diretor-Geral do TRT12, garantiu que não havia documentos ou processos oriundos do TRT4 entre os documentos listados para eliminação naquele regional, no ano de 2015.

8. **Preenchimento do Formulário de acompanhamento do Acervo Programa Memória do Mundo**

O Memorial recebeu, em janeiro de 2015, a logomarca da certificação Memória do Mundo da Unesco para o acervo de processos trabalhistas de 1935 a 2000 e a respectiva regulamentação de utilização da logomarca. Na oportunidade, também foi recebido formulário a ser devolvido à Unesco preenchido detalhadamente com questões a respeito do tratamento dispensado ao acervo certificado, bem como em relação às iniciativas e estratégias de divulgação desse acervo e da própria nominação do acervo como Memória do Mundo, entre outros aspectos. O formulário é anual e visa ao acompanhamento por parte do Arquivo Nacional e da própria Unesco a respeito dos acervos nominados como Memória do Mundo pela Unesco.

09. **Elaboração de pareceres (CPAD)**

Elaboração de 13 pareceres relativos a pedidos de eliminação de documentos e de aposição do Selo Acervo Histórico para subsidiar decisão da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, da qual o Memorial faz parte.

10. **Atualização de informações na página do Memorial na internet**

Foram atualizadas informações na aba “Memorial” da página do TRT4 na internet. Além disso, foram parcialmente reformuladas a diagramação e a forma de exposição do conteúdo, para tornar o *site* mais atrativo ao público.

11. Reunião, recebimento e orientação de estagiário da FASE no Memorial

Em colaboração a projeto do TRT4 de acolher adolescentes da Fase para exercer atividade laboral em algumas de suas unidades com o fim de oportunizar inserção social, o Memorial recebeu um adolescente da Fase em março de 2015. O adolescente foi recebido, apresentado à equipe de servidores e orientado sobre as atividades desenvolvidas pelo Memorial. Na sequência, foi dada orientação e feita demonstração da atividade de desmetalização e higienização de processos (autos findos guardados no Memorial).

12. **Revisão e atualização do curso EAD do Memorial para reedição**

Curso EAD Direito, Justiça e Preservação Documental na Justiça do Trabalho, com conteúdo desenvolvido pelo Memorial, teve sua primeira edição em 2013 e foi reeditado em 2015.

O curso tem cinco módulos, conforme segue:

- Módulo I: História da Justiça do Trabalho
- Módulo II: Direitos dos Trabalhadores Urbanos e Rurais
- Módulo III: Estrutura da Justiça do Trabalho. Atualidade.
- Módulo IV: Pesquisa
- Módulo V: Gestão Documental e Memória

13. **Primeira etapa do projeto "Série Registros" – Advocacia Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória**

Ainda em 2014, foi dado início ao projeto da Série Registros, por meio da qual o Memorial busca resgatar, por meio de entrevistas captadas em vídeo, a história e o passado do TRT com foco no aspecto humano.

Em relação a esse projeto, foram desempenhadas, em 2015, as seguintes atividades:

- Captação pela Comissão Coordenadora e pelos servidores do Memorial de 28 entrevistas em vídeo até março de 2015. O trabalho de captação teve início em agosto de 2014.
- Elaboração do Termo de Referência para a licitação da empresa de produção audiovisual para edição das imagens captadas e produção de trailer e documentário;
- Cotação de orçamentos de artistas gráficos para elaboração da arte dos painéis e identidade visual da exposição;
- Encaminhamento de processo administrativo para aprovação pela Administração e contratação de artista gráfico;

- Pesquisa de conteúdo (textos e imagens) pelos servidores e pela Comissão Coordenadora do Memorial;
- Criação (e revisões) dos painéis pelo artista gráfico contratado;
- Minutagem (e revisões) dos vídeos gravados, com destaque para as falas mais relevantes para o *trailer* e para o vídeo final;
- Inauguração da exposição em 6 de abril de 2015.

14. **Auxílio ao Grupo de Trabalho sobre a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos**

A Desembargadora Denise Maria de Barros e o Servidor Elton Decker compuseram o Grupo de Trabalho sobre a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos e prestaram significativa contribuição na elaboração do documento final.

15. **Encaminhamento de novo *layout* das dependências do Memorial pela Presidência**

A Presidência do TRT4 solicitou à Secretaria de Projetos e Manutenção – Sempro novo *layout* para o Memorial, o que resultou na configuração hoje existente. Para tanto, foi necessária a realocação de todas as estações de trabalho, bem como a movimentação de todo o acervo do Memorial, dada a nova configuração estabelecida para as estantes do Acervo.

Foram retiradas a maioria das divisórias e deslocada a sala da Comissão Coordenadora, que era a primeira sala em frente à entrada do público externo e agora localiza-se depois da secretaria. O novo local conferiu maior privacidade aos magistrados integrantes da Comissão.

A sala de higienização e pesquisa também foi reformulada para acomodar todo o material que passará por tratamento, bem como para adequar os leitores de microfilmes em mesas de trabalho para propiciar e facilitar o atendimento a pesquisadores externos.

16. **Sugestão de atualização do espaço físico: remodelação do ambiente e divisão dos locais por atividade.**

Visando a tornar o Memorial um local mais receptivo para pesquisadores, estudantes e público externo em geral, a sala de entrada foi transformada em um local de exposição permanente, onde são colocados objetos históricos e alternadamente expostos os materiais elaborados pelo Memorial para eventos específicos.

A sala de triagem recebeu mesas para comportar o trabalho de pesquisadores e dos servidores e estagiários simultaneamente, caso necessário.

Os servidores e estagiários ficaram localizados em ilhas, de acordo com as afinidades de serviços.

A sala da Comissão Coordenadora do Memorial recebeu uma mesa de reuniões para propiciar um local adequado e com privacidade para os assuntos que necessitem serem tratados em grupo.

17. **Segunda etapa do projeto "Série Registros" – Magistratura Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória**

Solicitação de listagem para a Secretaria de Gestão de Pessoas – Segesp com os nomes e dados dos magistrados ativos e inativos, facilitando a escolha dos entrevistados.

- Definição da data da exposição com a Comissão Coordenadora do Memorial e com a Presidência do Tribunal para o dia 23 de novembro de 2015;
- Início do Termo de Abertura do Projeto e do *check-list* do evento;
- Encaminhada primeira listagem para a Comissão Coordenadora, classificando os magistrados pelos seguintes critérios: Presidentes do TRT, Presidentes da Amatra IV e ordem da antiguidade;
- Selecionada a primeira listagem, onde constavam 33 magistrados a serem entrevistados;
- Aprovados o Termo de Referência e o Termo de Abertura de Projeto;
- Solicitados orçamentos para captação e edição das entrevistas;
- Solicitados orçamentos para aquisição de equipamento audiovisual;
- Solicitados orçamentos para edição das entrevistas;
- Adquirido o equipamento de foto e vídeo para a captação das entrevistas;
- Iniciadas as entrevistas em 10 de julho de 2015;
- Captadas 31 entrevistas até o dia 3 de novembro de 2015;
- Licitação da empresa para edição efetivada em setembro de 2015;
- Elaboração dos painéis pelos servidores do Memorial e, posteriormente, encaminhamento, para aprimoramento e finalização, à Secretaria de Comunicação Social;
- Aprovação dos painéis pela Comissão Coordenadora;
- Minutagem dos vídeos gravados, com destaque para as falas mais relevantes para o *trailer* e para o vídeo final.

18. **Análise da solicitação do TST relacionada ao regimento interno do TRT e suas atualizações**

- Pesquisa em todos os Regimentos Internos do Tribunal, desde a sua instalação;
- Digitalização de todos os Regimentos Internos localizados (sendo o mais antigo de 1971);

- Fornecimento desses arquivos para a Biblioteca, a Presidência do TRT4 e a Comissão de Regimento Interno;
- Encaminhamento ao TST e disponibilização no Portal da Biblioteca.

19. **Dia do Descarte**

Foi realizado, em meados de abril de 2015, o Dia do Descarte, a fim de descartar materiais que não seriam mais aproveitados e otimizar o espaço do Memorial.

20. **Visita ao Depósito Centralizado**

Constatada a falta de espaço no Depósito Centralizado – proposta de reorganização de determinados materiais: Livros de acórdãos – levantamento dos livros integrantes do acervo do Memorial e proposta de acrescentar os livros que estão no depósito. Encaminhamento ao Memorial dos livros até 1983. Proposta de microfilmagem dos demais.

21. **Reorganização do Acervo do Memorial e da sala de triagem e higienização**

O Acervo do Memorial foi arquivado por ordem de fundos (Fundos pessoais – Pereira Leite, Barata Silva e Milton Dutra, Fundo TRT e Fundo Varas do Trabalho). Dentro de cada fundo, os documentos foram classificados seguindo a ordem da tabela de temporalidade do Tribunal.

22. **Reorganização da Biblioteca do Memorial**

A Biblioteca do Memorial foi reorganizada, recebendo mais três estantes (totalizando 5 estantes) e classificada por assuntos, estando toda catalogada no sistema Siabi.

23. **Tabela de temporalidade – formatação e correção do índice para publicação**

A tabela de temporalidade, aprovada pelo Órgão Especial do Tribunal, recebeu nova formatação, com pequenas correções no índice e esclarecimentos sobre as legendas utilizadas.

24. **Elaboração de novos projetos para o Memorial**

Em reunião com os servidores do Memorial, foram sugeridos projetos que seriam submetidos à aprovação da Comissão Coordenadora, sempre visando às duas premissas básicas do Memorial: preservar e divulgar. São eles*:

- Série Registros;
- **Continuação e intensificação da Série "Noutros Tempos";**
- **Série "Você sabia?"**;
- **Reformulação/Revisão do Portal do Memorial, na internet;**
- **Intensificação da divulgação das atividades do Memorial na internet, por meio de notas no Portal VOX, no site e nas Redes Sociais;**
- Organização do Acervo Fotográfico;
- Catalogação e Guia do Acervo;
- **Memória em tempo real (Linha do tempo – Eventos);**
- Microfilmagem dos acórdãos;
- **Convênios com universidades – levantamento de todos os convênios – proposta de renovação/aperfeiçoamento;**
- **Dicionário Biográfico da Magistratura;**
- Laboratório de pesquisa e visitas guiadas, com mostra de vídeos e fornecimento de material institucional;
- Localização física dos processos (Unesco);
- Linhas de crédito – Unesco;
- Acervo Histórico – Armazenamento, Catalogação (ficha técnica) e Divulgação;
- Notícias sobre uma unidade do Tribunal, da JT – Raio-X histórico;
- Atualização da linha do tempo na internet;

* Em negrito, os projetos já iniciados no Memorial da Justiça do Trabalho no segundo semestre de 2015.

25. **Nova Portaria – Selo Acervo Histórico em processos no PJe-JT**

Elaborada minuta de Portaria para incluir a possibilidade de indicar para o acervo histórico da Justiça do Trabalho os processos que tramitam pelo Sistema PJe-JT. Já se apresenta viável a aposição eletrônica de andamento de destaque nos processos que tramitam no segundo Grau de jurisdição.

Essa Portaria foi apresentada à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, que a reencaminhou à Presidência do TRT4, a qual a publicou na íntegra.

A solução foi apresentada em reunião do Memojutra pela Juíza Anita Job Lübbe, membro da Comissão Coordenadora do Memorial, a todos os demais Tribunais Regionais do Trabalho do Brasil.

26. **Textos históricos para subsidiar notícias sobre a implantação de PJe-JT nas respectivas localidades**

Este projeto subsidiou as notícias elaboradas pela Secom sobre a implantação do processo judicial eletrônico no ano de 2015. De acordo com o calendário de implantação, o Memorial elaborava e encaminhava à Presidência e à Secretaria de Comunicação Social textos sobre a história da localidade em que o sistema seria implementado.

27. **Elaboração de painéis para o evento de implantação do PJe-JT em Gramado, última unidade judiciária a receber o sistema**

Considerando que Gramado seria a última localidade do Estado a receber o Sistema PJe-JT, o Memorial elaborou 3 painéis sobre o histórico da implantação do PJe-JT na 4ª Região – RS, 3 painéis sobre o histórico do Foro Trabalhista de Gramado e montou uma pequena exposição com objetos que retrataram a evolução do processo de informatização na Justiça do Trabalho gaúcha.

28. **Organização e catalogação do acervo da Secretaria de Comunicação Social**

O Acervo da Comunicação Social contém um rico material sobre a história da Justiça do Trabalho, o qual foi encaminhado ao Memorial, para guarda. Assim, priorizou-se a catalogação e a descrição desse material para facilitar a consulta sempre que necessário para eventos do Tribunal. O acervo está agora totalmente separado por ordem cronológica e catalogado até o ano de 1979.

29. **Aniversários das VTs: 7ª VT de POA, Bagé e Santo Ângelo – Exposição dos materiais**

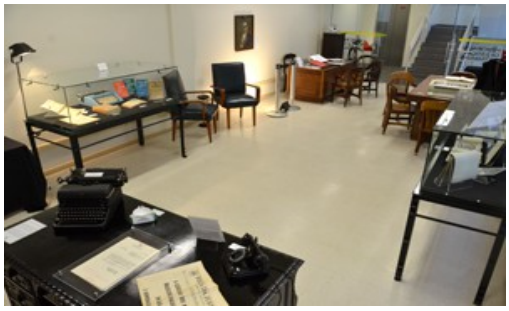
O Memorial da Justiça do Trabalho auxiliou os eventos que ocorreram em comemoração aos 50 anos das Varas do Trabalho de Porto Alegre (7ª), Bagé e Santo Ângelo. Foram expostos nas respectivas solenidades vários materiais constantes do Acervo do Memorial.

Essa iniciativa visou a auxiliar os eventos e, principalmente, divulgar os materiais constantes do acervo Memorial da Justiça do Trabalho.

30. **Inauguração da Sala de exposições do Memorial**

Em 5 de outubro de 2015, a Comissão Coordenadora do Memorial inaugurou a sala de exposições do Memorial. Nessa primeira mostra oficial, foram privilegiadas as doações feitas ao Acervo do Memorial, com a entrega de um termo assinado pela Comissão a todas as pessoas que doaram, cederam ou disponibilizaram documentos ou objetos ao nosso Acervo.

Além disso, foram montadas reconfigurações livres de uma sala de Presidente do TRT e uma sala de audiências, a partir dos móveis antigos integrantes do Acervo Tridimensional do Memorial.



Sala de exposição permanente. Foto: Inácio do Canto Rocha Filho

31. **Participações em eventos**

O Memorial da Justiça do Trabalho foi representado pela Juíza Anita Job Lübbe nos seguintes eventos:

- Reunião do Memojutra, nos dias 18 e 19 de junho de 2015, em Teresina/Piauí, onde foi apresentado o projeto “Série Registros” do Memorial da Justiça do Trabalho e a Portaria que instituiu o selo do Acervo Histórico nos processos que tramitam no Sistema PJe-JT.
- Seminário Justiça do Trabalho e Historiografia – passado e presente – em Recife/PE, como convidada da Universidade Federal de Pernambuco para apresentar o projeto “Série Registros” do Memorial da Justiça do Trabalho.

Ainda, o Memorial da Justiça do Trabalho foi representado pelo Desembargador João Paulo Lucena no I Workshop História e Judiciário e no II Seminário História, Memória e Judiciário, nos dias 14 e 15 de maio de 2015, em Passo Fundo/RS.

Além disso, a Juíza Anita Job Lübbe, o Desembargador João Paulo Lucena, o Coordenador do Memorial, servidor Maurício Oliveira Agliardi, e a servidora Kátia Teixeira Kneipp

participaram da Semana da Memória 2015, promovida entre os dias 9 e 13 de novembro pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, e da 2ª Reunião do Fórum Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra), ocorrida no dia 11 de novembro, também no TST. A Semana da Memória debateu os resultados alcançados e as novas perspectivas da modernização dos arquivos da Justiça do Trabalho. Na quinta-feira, durante a reunião do Memojutra, o Desembargador João Paulo Lucena e a Juíza Anita Lübbe apresentaram aos participantes um vídeo da "Série Registros".

32. Pesquisadores

Acessaram o Acervo do Memorial os seguintes pesquisadores:

- Maurício Reale Santos, mestrando em História da UFRGS, que pesquisa os processos da 4ª Região do período de 1943 a 1948 relativamente a empregados domésticos;
- Tamires Xavier Soares, mestranda em História Social da PUCRS, que pesquisa os processos de Porto Alegre, do período de 1941 a 1945, relativamente aos bancos americanos na época da Segunda Guerra Mundial;
- Micaele Irene Scheer, Licenciada em História pela UFPEL, Mestre em História pela PUCRS e doutoranda da UFRGS, que examina os processos físicos de 1960 e 1970 como fonte de pesquisa sobre as experiências dos operários do setor calçadista de Novo Hamburgo/RS.

Além desses, pesquisaram no Acervo do Memorial, em 2015, Eduardo Machado, Alisson Droppa e Julia da Rosa Simões.

33. Registros relevantes

Nota de Pesar

O Memorial postou em sua página no Facebook nota de pesar pelo falecimento do Desembargador Aposentado Carlos Renan Kurtz, ocorrido em 17 de dezembro de 2015.

O Desembargador João Paulo Lucena, membro da Comissão Coordenadora do Memorial, representando o TRT4, participou do velório e da cerimônia de sepultamento, na cidade de Santa Maria/RS.

Mensagem do Ministro do TST Luiz José Guimarães Falcão

A Comissão Coordenadora do Memorial recebeu mensagem de e-mail do Ministro do TST Luiz José Guimarães Falcão parabenizando e agradecendo pelos Teasers sobre a Magistratura Trabalhista Gaúcha e a Advocacia Trabalhista Gaúcha, também enviados por e-mail.

Mensagem recebida *da Presidente do Memojutra*

A Desembargadora Tereza Asta Gemignani, presidente do Memojutra (Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho) enviou em 22.12.2015 mensagem registrando agradecimento pela valiosa contribuição de toda equipe do Memorial do TRT4 ao Memojutra durante o ano de 2015.

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

A Secretaria-Geral Judiciária, no exercício de 2015, visando ao bom andamento dos processos no âmbito do Tribunal, realizou a coordenação, a orientação, a direção e o controle dos serviços prestados pelas Secretarias do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e de Dissídios Coletivos, das duas Seções de Dissídios Individuais, da Seção Especializada em Execução, das onze Turmas Julgadoras e da Secretaria Processual, bem como das seguintes Unidades Judiciárias: Coordenadoria de Cadastramento Processual, Coordenadoria de Traslados e Certidões, Coordenadoria de Precatórios, Coordenadoria de Recursos e Assessoria de Recurso de Revista.

Manteve a prática regular de reuniões mensais com as unidades judiciárias, a fim de verificar as necessidades e promover a padronização de procedimentos e a disseminação de informações procedimentais e de boas práticas. Buscando dar impulso e maior agilidade às demandas relacionadas aos sistemas informatizados do Tribunal, a Secretaria-Geral Judiciária manteve contato direto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal, contando com grupo de servidores dedicado a essa atividade, principalmente no tocante às atividades de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT. Exerceu, também, a coordenação das atividades do Serviço de Apoio aos Gabinetes (Saga), instituído pela Portaria nº 3.486/2009 (alterada pela Portaria nº 8.561/2015), e realizou a manutenção do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) e do Sistema Hermes (Malote Digital), relativamente ao segundo Grau.

A Secretaria-Geral Judiciária prestou esclarecimentos às partes, aos procuradores, aos advogados e aos alunos visitantes sobre os trâmites processuais e o funcionamento do Tribunal e da Justiça do Trabalho. Em colaboração com a Secretaria de Gestão de Pessoas, participou do Programa de Ambientação de novos servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Integrar-te).

As metas nacionais para o ano de 2015 foram aprovadas no VIII Encontro Nacional do Judiciário, em Florianópolis/SC. A Secretaria-Geral Judiciária prestou informações e dados relativamente às metas 1 (Julgar mais processos que os distribuídos no exercício), 2 (Identificar e julgar, até 31.12.2015, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013, no 1º Grau e no 2º Grau), 6 (Identificar e julgar, até 31.12.2015, as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no 2º Grau), 7 (identificar e reduzir o acervo dos dez maiores litigantes em 1,5% em relação ao ano anterior). Além disso, acompanhou e forneceu os dados relativos à Meta Especifica 2 (reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo, em relação ao ano base 2014).

A Secretaria-Geral Judiciária contribuiu com subsídios para a elaboração de relatório circunstanciado, conforme estabelecido no art. 4º da Resolução CNJ nº 95/2009.

O Secretário-Geral Judiciário, sua assessoria e os demais integrantes do gabinete mantiveram-se designados membros das Comissões de Avaliação de Documentos, de Avaliação de Desempenho Funcional, bem como do Comitê de Gestão Estratégica (Portaria nº 2.775/2011, alterada pela Portaria nº 433/2014), tendo participado de diversos eventos institucionais. Ainda,

integraram o Grupo Gestor Regional das Tabelas Unificadas de Classes, Assuntos e Movimentação Processuais, já integralmente implementadas, e que sofreram aperfeiçoamento ao longo do ano, e permanecem participando da validação dos dados do novo módulo estatístico "e-Gestão".

Também integraram o Comitê Gestor Regional de Implantação do PJe-JT (Portarias nº 5.370/2012, alterada pela Portaria nº 5.582/2014), a Comissão de Informática do Tribunal, bem como o Comitê Gestor do Programa de Gestão por Competências (Portaria nº 3.764/2012, alterada pela Portaria nº 306/2014) e Grupo de Trabalho sobre Critérios de Designação e Distribuição de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão (Portaria nº 6.265/2013).

Atuaram, também, nos grupos de trabalho envolvendo a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, na condição de administradores do sistema, realizando o cadastramento e a manutenção dos Órgãos Julgadores e Órgãos Julgadores Colegiados, registros de competências de magistrados e validação de cadastros de advogados, dentre outras atividades correlatas. Ainda, a Secretaria-Geral Judiciária trabalhou na elaboração e revisão dos regulamentos envolvendo o trâmite do Sistema PJe-JT no 2º Grau, no treinamento do público interno e externo, e prestou esclarecimentos aos usuários sobre o andamento processual nessa plataforma, inclusive no tocante às rotinas para processamento dos recursos de revista e agravos de instrumento em recurso de revista para encaminhamento ao Tribunal Superior do Trabalho.

Com a edição da Lei nº 13.015/2014, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho, bem como a publicação da Resolução TST nº 195/2015, que aprovou a Instrução Normativa nº 37/2015, que regulamentou os procedimentos em caso de Incidentes de Uniformização de Jurisprudência no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho – suscitados na forma do § 4º do art. 896 da CLT –, a Secretaria-Geral Judiciária atuou na análise de fluxo e parametrização dos sistemas de informática com vistas a identificação, controle e movimentação de processos sobrestados em razão de temas submetidos à uniformização.

O Secretário-Geral Judiciário apresentou minutas de portarias, provimentos e resoluções administrativas, sugeriu alterações regimentais e elaborou propostas de despachos à Presidência, e, por delegação, deu andamento a processos judiciários e administrativos que tramitam no Tribunal, buscando dar suporte à Administração, aos magistrados e aos servidores em relação à qualificação e à celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

A seguir, a movimentação de processos na Secretaria-Geral Judiciária:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL TOTAL	
Saldo em 2014	0
Processos Recebidos	1.655
Processos Despachados	1.616
Analisados e devolvidos sem despacho	39
Saldo para 2016	0

NÚMERO DE DESPACHOS POR AUTORIDADE PROLATORA	
Presidente	229
Vice-Presidente	292
Corregedora Regional	47
Vice-Corregedora Regional	0
Secretário-Geral Judiciário	1.087
Total	1.655

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL EXCLUSIVA DA SEGJUD	
Saldo em 2014	0
Processos recebidos para despacho do Secretário-Geral Judiciário	1.087
Processos despachados pelo Secretário-Geral Judiciário	1.048
Processos analisados e devolvidos sem despacho	39
Saldo para 2016	0

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, DO ÓRGÃO ESPECIAL E DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Em 2015, a Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos desenvolveu as seguintes atividades:

- Cumpriu os despachos exarados pela Presidência do Tribunal e pelos relatores nos processos de competência originária do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, bem como os despachos exarados pela Vice-Presidente, no exercício da Presidência da SDC, e pelos Desembargadores integrantes da Seção;
- Registrou no sistema de acompanhamento processual os dados e as informações inerentes à tramitação dos processos, quanto aos processos em meio físico, bem como fez os devidos encaminhamentos em relação aos processos que tramitam no Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT;
- Encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- Providenciou a publicação das decisões e dos despachos no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Organizou as sessões e solenidades, as pautas das sessões de julgamento, confeccionou as respectivas certidões, lavrou as atas, realizando as degravações necessárias, e publicou os acórdãos julgados pelos respectivos órgãos;

- Realizou os serviços pertinentes às audiências conciliatórias, por meio da expedição de notificações, da publicação de despachos, da juntada de petições e documentos, da organização da pauta e da prestação de informações aos procuradores, às partes e aos demais setores do Tribunal;
- Realizou os serviços pertinentes às audiências de mediação;
- Compilou e encaminhou para publicação, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, as Resoluções Administrativas editadas pelo Órgão Especial e pelo Tribunal Pleno;
- Encaminhou para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho a constituição das Turmas, das Seções Especializadas e do Órgão Especial (artigo 17, § 2º, do Regimento Interno do Tribunal);
- Informou mensalmente ao setor competente a frequência dos Juízes convocados para atuar no Tribunal;
- Prestou atendimento às partes e aos procuradores;
- Cumpriu plantão e sobreaviso diário após o expediente normal (das 18 às 10 horas) e nos finais de semana, feriados e recesso;

SECRETARIA DA 1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

No exercício de 2015, a Secretaria da 1ª Seção de Dissídios Individuais desenvolveu as tarefas a seguir relacionadas:

- Organizou as pautas das sessões de julgamento;
- Confeccionou as respectivas certidões de julgamento;
- Registrou as decisões em ata;
- Cumpriu as decisões e determinações do Presidente e dos demais integrantes da Seção;
- Registrou, nos sistemas de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT, dados e informações relativas à tramitação dos processos distribuídos aos Desembargadores que integram a Seção;
- Publicou as decisões, os despachos e as pautas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Elaborou editais de citação, notificação e intimação e encaminhou-os para os devidos fins;
- Validou os dados estatísticos mensais constantes no sistema e-Gestão;
- Prestou atendimento aos públicos interno e externo;
- Expediu alvarás de soltura, salvo-condutos, ofícios, notificações, citações, intimações, cartas de ordem e cartas precatórias;

- Promoveu a cobrança das custas processuais;
- Expediu intimações e editais referentes aos processos em que publicou acórdãos;
- Encaminhou processos à consideração do Presidente da Seção;
- Encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- Cumpriu plantão ou sobreaviso diário após o expediente normal (das 18 às 10 horas), e nos finais de semana, feriados e recesso."

SECRETARIA DA 2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

No exercício de 2015, a Secretaria da 2ª Seção de Dissídios Individuais desenvolveu as tarefas a seguir relacionadas:

- Organizou as pautas das sessões de julgamento;
- Confeccionou as respectivas certidões de julgamento;
- Registrou as decisões em ata;
- Cumpriu as decisões e determinações do Presidente e dos demais integrantes da Seção;
- Registrou, nos sistemas de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT, dados e informações relativos à tramitação dos processos distribuídos aos Desembargadores que integram a Seção;
- Publicou as decisões, os despachos e as pautas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Elaborou editais de citação, notificação e intimação e encaminhou-os para os devidos fins;
- Validou os dados estatísticos mensais constantes no sistema e-Gestão;
- Prestou atendimento aos públicos interno e externo;
- Expediu ofícios, notificações, citações, intimações, cartas de ordem, cartas precatórias, cartas rogatórias e alvarás;
- Expediu intimações referentes aos processos em que publicou os acórdãos;
- Ordenou os processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- Encaminhou processos à consideração do Presidente da Seção, elaborando as propostas de despachos na fase de execução;
- Encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- Controlou custas e todos os procedimentos nos processos em fase de execução;

- Cumpriu plantão ou sobreaviso diário após o expediente normal (das 18 às 10 horas), e nos finais de semana, feriados e recesso.

SECRETARIAS DAS TURMAS

Em 2015, as Secretarias das Turmas Julgadoras desempenharam as seguintes atividades:

- Receberam e encaminharam processos aos Desembargadores, aos Juízes Convocados e aos serviços do Tribunal, à Procuradoria Regional do Trabalho e às unidades judiciárias do 1º Grau, com os registros dos movimentos respectivos no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- Cumpriram despachos exarados pelos Desembargadores das Turmas Julgadoras, com certidão nos autos e registro no sistema de acompanhamento processual;
- Conferiram os processos para inclusão em pauta;
- Organizaram as pautas das sessões de julgamento, com a aprovação dos respectivos Presidentes de Turma, verificando impedimentos e afastamentos de Magistrados;
- Lançaram os movimentos correspondentes no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT e geraram as certidões respectivas para juntada aos autos;
- Registraram no sistema os pedidos de sustentação oral formulados pelas partes;
- Elaboraram as certidões de julgamento;
- Registraram as decisões em ata;
- Providenciaram a publicação das decisões e dos despachos na imprensa oficial e expediram notificações às partes e aos órgãos oficiais por intermédio de Oficial de Justiça;
- Imprimiram e juntaram aos autos os acórdãos assinados digitalmente em sessão e as certidões de publicações respectivas;
- Ordenaram e elaboraram listagem dos processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- Registraram no sistema de acompanhamento processual os andamentos dos processos distribuídos aos Desembargadores que compõem as Turmas;
- Receberam petições e ofícios e os encaminharam aos Desembargadores, com os registros dos andamentos respectivos no sistema de acompanhamento processual;
- Prestaram atendimento aos procuradores e às partes e entregaram autos em carga, bem como solicitaram sua devolução, quando ultrapassado o prazo legal;

- Realizaram os lançamentos no sistema informatizado NovaJus4 e no Sistema PJe-JT para a coleta de dados estatísticos baseados no sistema e-Gestão.

ASSESSORIA DE RECURSO DE REVISTA

A Assessoria de Recurso de Revista desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades no ano de 2015:

- Assessoramento à Administração do Tribunal quanto à análise dos pressupostos de admissibilidade dos recursos de revista e de petições correlacionadas;
- Distribuição semanal de processos aos assistentes, com acréscimo de 15% para os que laboram em sistema de teletrabalho;
- Elaboração de propostas de despachos relativos à admissibilidade prévia dos recursos de revista, petições diversas tanto no meio físico como no meio eletrônico (Sistema PJe-JT);
- Elaboração de planilhas de produtividade e apresentação de dados estatísticos baseados nos sistemas e-Gestão e e-Recurso, com projeções para o cumprimento de metas para contenção do resíduo processual;
- Inserção, no sistema informatizado (Nova-Jus4 e e-Recurso), de informações relativas ao andamento de processos conclusos para propostas de despachos e posteriormente encaminhados para publicação, bem como de diligências realizadas;
- Realização de pesquisas junto a outros Tribunais Regionais e Superiores a fim de atualizar posicionamentos, sempre visando à uniformização da jurisprudência;
- Divulgação do trabalho realizado pela Assessoria juntamente a outros setores do Tribunal, notadamente os da área judiciária;
- Prestar informações e elaborar manifestação em Incidentes de Uniformização de Jurisprudência;
- Prestar auxílio à Comissão de Jurisprudência na realização de pesquisas da Jurisprudência Regional;
- Elaboração de propostas de despachos em processos que retornaram do TST para Uniformização de Jurisprudência e daqueles sobrestados pela Vice-Presidência, após a edição de Súmula Regional;
- Participação de reuniões e encontros no âmbito regional para atualização de jurisprudência e de conhecimento de inovações tecnológicas que envolvem a elaboração do trabalho no setor.

ESTATÍSTICO DE PRODUTIVIDADE DA ASSESSORIA DE RECURSO DE REVISTA

ANO DE 2015

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM RECURSOS DE REVISTA			
Recursos interpostos			22832
Processos conclusos para despacho			22.710
Propostas de despachos	Recebidos	6.576	21.938
	Denegados	14.541	
	Baixados	68	
	Retorno TST	753	
Recursos sobrestados			1.904
Recursos pendentes			365

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM REQUERIMENTOS DIVERSOS	
Despachados	645

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM RECURSOS DE REVISTA NO PJe-JT			
Recursos interpostos no ano			11.718
Processos conclusos para despacho			14.553
Despachados	Recebidos	2.598	8.232
	Denegados	5.112	
	Baixados	449	
	Retorno TST	73	
Recursos sobrestados			605
Despachos pendentes no Sistema PJe-JT			3.958

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM REQUERIMENTOS DIVERSOS NO PJe-JT	
Despachados	98

Obs.: Informações obtidas a partir do levantamento de dados fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Nova-Jus4, e-Rec e PJe-JT.

SECRETARIA PROCESSUAL

A Secretaria Processual, no cumprimento das determinações emanadas pela Secretaria-Geral Judiciária, atua na condução dos serviços de suporte às atividades judiciárias do Tribunal, na organização e na supervisão dos procedimentos para a correta instrução dos processos judiciais do Tribunal, contando com o apoio de suas Coordenadorias e Seções.

No tocante às atividades desenvolvidas pelo núcleo da Secretaria no ano de 2015, submeteu processos e petições à apreciação da Exma. Presidente, por intermédio da Secretaria-

Geral Judiciária. Foi responsável pelo processamento e pelo envio da matéria judiciária de processos físicos do Tribunal para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, bem como pelo envio das intimações eletrônicas ao INSS, até a celebração do Convênio nº 106/2015 que estabeleceu a carga dos autos.

Encaminhou os processos oriundos da plataforma PJe ao Tribunal Superior do Trabalho, via sistema e-Remessa, e as diligências decorrentes dessas remessas.

Encaminhou, ainda, processos físicos ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça para apreciação de conflitos de competência suscitados por Turmas do Tribunal e Juízos das Varas do Trabalho. Fez remessa de conflitos de competência, via sistema Malote Digital, suscitados em processos em tramitação nesta Justiça Especializada na plataforma PJe.

Ainda nesse ano, manteve a tarefa de cadastrar advogados no sistema informatizado do 2º Grau (NovaJus4), conforme solicitações recebidas das unidades judiciárias.

Em atenção ao Provimento Conjunto TST-CSJT nº 10/2010, respondeu pela remessa digitalizada de petições provindas do 1º e 2º Graus de jurisdição, atinentes aos processos em tramitação no Tribunal Superior do Trabalho.

Foi destinatária de documentos digitalizados pelas Varas do Trabalho, relativos à representação das partes nos processos em tramitação no 2º Grau, encaminhados de forma digital à caixa de correio eletrônica da Secretaria.

Diante das atribuições concedidas no Ofício Circular Secor nº 0302/2011, cumpriu as diligências promovidas pelo Tribunal Superior do Trabalho nos autos eletrônicos em tramitação naquela Corte.

Participou de reuniões junto à Secretaria-Geral Judiciária na proposta de celebração de convênio para intimação de Autarquias e Fundações Públicas Federais representadas pela Procuradoria Regional Federal da 4ª Região através da carga de autos.

Atuou em conjunto com a Coordenadoria de Recursos no controle de prazos decorrentes da publicação de despacho de recurso de revista em processos em tramitação no ambiente PJe.

O movimento processual está expresso nos quadros elaborados pelas Coordenadorias e Seções que compõem a Secretaria.

COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL

A Coordenadoria de Cadastramento Processual é a unidade receptora de percentual extremamente significativo do movimento global de expedientes judiciais e administrativos encaminhados ao TRT4.

A Coordenadoria de Cadastramento Processual é integrada pelas seguintes Seções: Seção de Protocolo, Seção de Apoio Processual, Seção de Classificação e Autuação, Seção de

Distribuição, Seção de Triagem de Processos Arquivados e Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais.

A seguir, as informações, por Seção, das atividades desenvolvidas em 2014. Os dados foram retirados do sistema NovaJus4.

Seção de Distribuição

A Seção de Distribuição, no ano de 2015:

- Procedeu à distribuição diária de processos físicos, por meio do sistema informatizado do segundo grau (NovaJus4), aos Desembargadores e Juízes Titulares de Vara do Trabalho convocados para atuar no Tribunal;
- Redistribuiu processos em cumprimento a decisões;
- Elaborou relatórios estatísticos semanais e mensais relativos à distribuição de processos físicos.

Seção de Protocolo

A Seção de Protocolo, em 2015:

- Prestou informações sobre andamentos de processos;
- Recebeu, protocolou e encaminhou petições e expedientes, efetuando lançamentos no sistema informatizado do 2º Grau, quando pertinente, bem como o fez em relação aos requerimentos administrativos;
- 64,57% dos documentos protocolizados foram recebidos pelo sistema de peticionamento eletrônico.

MATÉRIA JUDICIÁRIA

RECURSOS PROTOCOLADOS	2013		2014		2015	
Recurso Ordinário ao TST	283		78		27	
Recurso de Revista	32.404		31.393		22.496	
Agravo de Instrumento ao TST	19.112		16.527		12.341	
Recurso Adesivo a RO e RR	RO	26	RO	9	RO	2
	RR	1.038	RR	765	RR	335
Embargos de Declaração	14.525		13.798		9.910	
Recurso Extraordinário	09		10		10	
TOTAL	67.397		62.580		45.121	

PETIÇÕES PROTOCOLADAS	2013	2014	2015
Contrarrazões a AI	11.322	10.319	6.444
Contrarrazões a RO	188	88	34
Contrarrazões a RR	11.209	11.173	6.781
Contrarrazões a RA	144	111	102
Outras	29.937	27.485	18.712
TOTAL	52.800	49.176	32.073

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

PETIÇÕES PROTOCOLADAS	2013	2014	2015
	2.098	1.267	195*

** Dados referentes a documentos entregues pelo público externo, tendo em vista que os documentos de servidores e magistrados passaram a ser entregues diretamente nas Unidades Administrativas.*

Seção de Apoio Processual

Em 2015, a Seção de Apoio Processual:

- Recebeu os processos físicos das unidades publicadoras do 2º grau de Jurisdição, para fins de controle dos prazos;
- Prestou atendimento às partes e aos procuradores durante o prazo recursal, fornecendo autos em carga ou disponibilizando-os para vista;
- Após o decurso do prazo, encaminhou os autos às Turmas Julgadoras, às Seções Especializadas, à Coordenadoria de Recursos, à Coordenadoria de Agravos e Certidões, à Seção de Digitalização e às Varas do Trabalho.

MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS		2013	2014	2015
Acórdãos publicados	Turmas	57.753	55.046	36.427
	SEEx	9.0749	7.671	8.766
	Órgão Especial, 1ª SDI, 2ª SDI e SDC	414	220	142
Despachos	Recursos de revista	27.641	25.876	23.299
	Recursos ordinários	297	117	40
	Recursos adesivos	1.065	735	380
Outros despachos do Presidente		996	880	762
TOTAL		97.240	90.545	69.816

ATENDIMENTO DE PARTES E ADVOGADOS	2013	2014	2015
Atendimentos	12.755	12.952	10.175
Cargas	5.649	4.842	3.596
Cópias	16.744	14.257	9.286

ATENDIMENTO DE PARTES E ADVOGADOS	2013	2014	2015
Devolução de cargas	22.060	18.363	12.487
Devolução de cargas no Posto de Atendimento Integrado da Justiça do Trabalho (Shopping Praia de Belas)	532*	1.385	694

** Dados coletados a partir da criação do PAI-JT em março de 2013*

Seção de Classificação e Autuação

Em 2015, a Seção de Classificação e Autuação:

- Recebeu, conferiu, autuou, classificou e cadastrou no sistema informatizado do 2º Grau processos físicos em grau recursal, oriundos das Varas do Trabalho da Capital e do Interior do Estado;
- Classificou, autuou e cadastrou processos de competência originária do Tribunal que tramitam em autos físicos;
- Separou e encaminhou processos físicos à Seção de Distribuição e à Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região;
- Efetuou retificações de autuação em processos físicos;
- Recebeu os processos baixados do TST, lançou no sistema informatizado esse retorno e efetuou a remessa aos locais de destino (unidades do Tribunal ou Varas do Trabalho);
- Cadastrou precatórios e requisições de pequeno valor.

PROCESSOS AUTUADOS	2013	2014	2015
Ação Rescisória (AR)	01	00	00
Agravo (AG)	155	247	305
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição (AIAP)	153	130	155
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (AIRR)	14.143	18.760	13.364
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário (AIRO)	513	460	295
Agravo de Petição (AP)	8.701	7.468	7.332
Agravo Regimental (AGR)	88	88	100
Carta de Ordem (CARTORD)	01	00	05
Carta Precatória (CARTPREC)	08	05	02
Carta Rogatória (ROGATO)	15	06	03
Cautelar Inominada (CAUINOM)	132	61	41
Conflito de Competência (CC)	08	03	01
Consulta (CONS)	21	27	29
Correição Parcial ou Reclamação Correicional (CORPAR)	56	52	35
Exceção de Suspeição (EXSUSP)	09	33	04
Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ)	01	00	67
Oposição (OPOSIC)	01	01	00
Petição (PET)	651	637	550

PROCESSOS AUTUADOS	2013	2014	2015
Precatório (PRECAT)	1.954	1.654	1.504
Processo Administrativo (PA)	12	11	03
Processo Administrativo Disciplinar em Face de Magistrado (PADMAG)	02	00	00
Reclamação Disciplinar (RECLDISC)	10	06	06
Recurso Administrativo (RECADM)	29	69	16
Recurso Ordinário (RO)*	47.329	34.920	21.574
Recurso Ordinário/Reexame Necessário (RO/REENEC)	495	159	84
Reexame Necessário (REENEC)	27	21	10
Requisição de Pequeno Valor (RPV)	321	362	289
Restauração de Autos (RESAUT)	00	01	00
Sindicância (SIND)	01	00	00
Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela (SLAT)	01	00	00
TOTAL	74.838	65.181	45.774

** ROPS estão somados com os ROs*

CANCELAMENTO DE AUTUAÇÕES	2013	2014	2015
	78	73	77

RETIFICAÇÕES DE AUTUAÇÕES	2013	2014	2015
	2.358	2.214	1.504

RETORNO DE DILIGÊNCIA	2013	2014	2015
	1.990	1.957	2.710

RETORNO DO TST E DO STF	2013	2014	2015
	17.903	18.876	24.310

Seção de Triagem de Processos Arquivados

Em 2015, a Seção de Triagem de Processos Arquivados:

- Recebeu, conferiu, cadastrou e armazenou processos enviados pelas diversas Varas do Trabalho do Interior do Estado e pelo Arquivo de Porto Alegre/RS;

- Prestou atendimento de solicitações de autos efetuadas pela Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais (Arquivo) e Varas do Trabalho do Interior do Estado, efetuando a busca dos processos, os registros no sistema informatizado e a remessa aos destinos;
- Recebeu os processos devolvidos pelas unidades citadas, executando os registros no sistema informatizado e a guarda dos autos.

Processos Cadastrados	2013	2014	2015
	82.927	347.352	162.829

MOVIMENTAÇÃO	2013	2014	2015
Pedidos de vista	13.829	13.134	16.727
Pedidos de desarquivamento	4.310	17.841	12.724
Retorno de vista e desarquivamento	10.127	12.341	16.030

PROCESSOS	2013	2014	2015
Processos armazenados	1.938.664	2.202.519	2.339.076
Processos em trânsito para vista	21.506	22.053	21.199
Processos desarquivados	41.846	35.572	41.930
TOTAL	**2.002.016**	**2.260.144**	**2.402.205**

Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais

Em 2015, a Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais:

- Recebeu, conferiu, cadastrou e armazenou processos enviados pelas Varas do Trabalho de Porto Alegre.
- Prestou atendimento de solicitações de autos efetuadas pelas Varas do Trabalho de Porto Alegre, partes e advogados;
- Fez certidões, autenticações e cobranças de cargas.

	2013	2014	2015
Processos arquivados	41.264	32.583	22.751
Autenticações (número de folhas)	28.279	34.752	38.180

	2013	2014	2015
Certidões de eliminação de microfilme	10	09	16
Petições juntadas	2.241	2.749	3.140
Movimentação diária de lotes e processos	126	145	130
Processos transferidos ao depósito	40.066	13.458	22.754
Total do acervo	93.451	112.576	112.573

ATENDIMENTO AO PÚBLICO INTERNO	2013	2014	2015
Remessa para as Varas do Trabalho	4.007	4.652	3.440
Provenientes do Depósito	1.203	1.288	1.130
Provenientes do Arquivo	2.804	3.364	2.310

ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO	2013	2014	2015
Partes e Advogados no balcão	7.172	12.325	4.944
Provenientes do Depósito	3.363	2.328	1.130
Provenientes do Arquivo	3.809	6.037	2.310
Processos de listas remetidas por e-mail *	1.628	3.960	3.303
Cobrança de Carga por telefone	523	553	1.425

** Desde o ano de 2013, é disponibilizado o atendimento por e-mail aos advogados que solicitam listas de processos, como forma de minimizar o congestionamento do balcão de atendimento.*

COORDENADORIA DE RECURSOS

A Coordenadoria de Recursos, unidade integrante da Secretaria Processual, operacionaliza o processamento dos recursos de revista, possuindo duas seções: Seção de Controle e Movimentação e Seção de Publicação.

Constituem tarefas desempenhadas na unidade:

- Processar os recursos de revista e expedientes correlatos;
- Intimar as partes nos processos que tramitam na Coordenadoria e controlar prazos;
- Juntar aos processos em trâmite na Coordenadoria petições e documentos, verificando o seu protocolo;

- Lançar em sistema informatizado todas as informações referentes às custas recolhidas na fase do recurso de revista pelo Tribunal;
- Proceder ao encaminhamento de processos para outras unidades do Tribunal e para o Tribunal Superior do Trabalho;
- Encaminhar processos à origem;
- Cobrar as custas devidas nos processos cautelares;
- Emitir certidões;
- Retificar a autuação de processos que tramitam na Coordenadoria.

Abaixo, seguem os dados que refletem a movimentação de petições e processos do legado na Unidade:

Recursos de Revista - processos físicos	
Interpostos	22.832
Conclusos	22.710
Admitidos	6.576
Não admitidos	14.541
Baixados – acordo / desistência / fungibilidade	68
Pendentes – suspensos ou sobrestados	1.904
Pendentes – exceto suspensos ou sobrestados	365
TOTAL	**2.269**

Abaixo seguem dados que refletem a movimentação de recursos e processos eletrônicos do Sistema PJe-JT na Unidade:

Recursos de Revista – PJe-JT	
Interpostos	11.718
Conclusos	14.533
Admitidos	2.598
Não admitidos	5.112
Baixados – acordo / desistência / fungibilidade	449
Pendentes – suspensos ou sobrestados	605
Pendentes – exceto suspensos ou sobrestados	3.958
TOTAIS	**4.563**

COORDENADORIA DE AGRAVOS E CERTIDÕES

Seguem abaixo especificadas as atividades que couberam à Coordenadoria, seguidas daquelas pertinentes às unidades subordinadas.

Em 2015, a Coordenadoria de Agravos e Certidões desempenhou as seguintes atividades:

- Orientar e supervisionar as atividades que envolvem o processamento dos agravos de instrumento, assim como aquelas relacionadas ao atendimento ao público;
- Receber e organizar os processos físicos com interposição de agravo de instrumento;
- Receber, organizar e juntar aos autos as petições de agravo de instrumento interpostos em processos físicos;
- Revisar os processos físicos e eletrônicos, para conclusão, certificando quando necessário;
- Minutar despachos (processos físicos e eletrônicos);
- Expedir certidões narratórias de processos em tramitação no Tribunal.

Seção de Agravos de Instrumento

À Seção de Agravos de Instrumento coube o processamento dos agravos de instrumento, o que envolve as seguintes atividades:

- Publicar de imediato os despachos exarados nos processos eletrônicos;
- Imprimir e juntar aos autos os despachos relativos aos processos físicos;
- Publicar de imediato as decisões proferidas em processos físicos que apresentam também recurso de revista admitido e encaminhar os demais à Seção de Classificação e Autuação, para autuação como agravo de instrumento (Resolução Administrativa nº 1.418/2010, do TST);
- Receber e publicar os processos físicos autuados como agravo de instrumento advindos da Seção de Classificação e Autuação;
- Atualizar o cadastro de procuradores;
- Publicar despachos em geral, certificando nos autos;
- Expedir intimações;
- Expedir Editais, Cartas de Ordens e Cartas Precatórias;
- Revisar e organizar os autos dos processos físicos com decisões já publicadas, para futura disponibilização aos interessados;
- Receber, organizar, analisar e juntar petições nos autos dos processos físicos com decisões publicadas.

Seção de Certidões e Conferências

À Seção de Certidões e Conferências, responsável também pelo atendimento ao público, coube as seguintes atividades:

- Disponibilizar os processos físicos publicados pela Seção de Agravos de Instrumento, dando carga dos autos ou emprestando-os para extração de fotocópias;
- Revisar os processos eletrônicos com prazo vencido e remetê-los ao TST, com certidão a respeito dos recursos interpostos.
- Registrar os pedidos de certidões, cópias e autenticações formulados verbalmente pelo público;
- Expedir certidões negativas/positivas;
- Fornecer cópias autenticadas de acórdãos armazenados na Base de Acórdãos do sistema Jus4, assim como aqueles digitalizados e armazenados fora do sistema, em mídia CD;
- Conferir e autenticar cópias apresentadas pelas partes, quando extraídas de processos que tramitam no TRT;
- Calcular os emolumentos a cobrar no fornecimento de cópias, autenticações e certidões;
- Armazenar os comprovantes de recolhimento de emolumentos (GRU);
- Juntar petições nos processos físicos.

Seguem, por fim, os quadros com os dados numéricos relativos às atividades da Coordenadoria de Agravos e Certidões, incluindo o atendimento ao público e a movimentação processual.

ATENDIMENTO

	2014	2015
Valor dos emolumentos recolhidos	R$ 6.930,55	R$ 6.922,62
Autenticações	2.731	1.366
Certidões expedidas	1.432	1.101
Cópias	1.175	171
Cópias autenticadas	152	637
Cargas e empréstimos	7.313	4.598

AGRAVOS DE INSTRUMENTO

	2014	2015
Recebidos (dado obtido no e-Gestão)	16.788 agravos (físicos e eletrônicos)	15.441 agravos (físicos e eletrônicos*)
Despachados ***	15.219 (físicos)	11.518 (físicos)

Remetidos à origem (acordos, desistências, diligências, etc.) ***	121 processos (físicos)	73 (44 físicos + 29 eletrônicos*)
Remetidos à Seção de Digitalização	15.774	11.567
Remetidos ao TST **	21.762 (físicos e eletrônicos)	17.633 agravos (físicos e eletrônicos)

** Dado obtido manualmente*
*** Dados obtidos pela ferramenta* Business Intelligence*, onde a estatística de interposição de agravos eletrônicos está zerada para os meses de agosto e setembro.*
**** Segundo orientação da Setic, não há como obter dados estatísticos no Sistema PJe-JT.*

OUTROS

	2014	2015
Conclusões	15.752 processos (físicos)	11.390 processos (físicos)
Publicações de despacho e intimações (postal, oficial de justiça, edital, carta de ordem, carta precatória) *	19.187 (físicos)	13.165 (físicos)

** Segundo orientação da Setic, não há como obter dados estatísticos no Sistema PJe-JT.*

Seção de Perícias

A Seção de Perícias encerrou o ano de 2015 com 335 processos aguardando pela concretização dos correspondentes exames periciais. Em 2015, foram recebidos 1.102 processos e devolvidos às Varas do Trabalho da Capital e do Interior ou ao Tribunal 946 processos, acompanhados do respectivo laudo ou parecer técnico, alcançando um total de 21.770 análises de cunho técnico-científico – 11.514 exames grafoscópicos (de escritas) e 10.256 exames documentoscópicos (de documentos).

Seção de Expedição

As atividades da Seção da Expedição, em 2015, estão demonstradas na tabela que segue.

Correspondências expedidas pelo TRT e pelas 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS (Simples e Remessa Local)	143.610
Correspondência registrada expedida ao/pelo e às/pelas 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS	19.813
Malotes enviados para o Interior do Estado	9.712
Malotes enviados para o STJ	09
Malotes enviados para o TRT da 2ª Região	39

Malotes enviados para o TST	95
Processos expedidos para as VTs do Interior	18.115
Processos expedidos às 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS	7.419
Processos expedidos ao/pelo Interior do Estado e às/pelas 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS (REM2)	13.694
Processos expedidos à Procuradoria	441

Seção de Digitalização

Em 2015, a Seção de Digitalização executou as seguintes atividades:

- Recebimento de autos;
- Triagem, certidão;
- Digitalização dos autos;
- Conferência dos arquivos digitais;
- Remessa à Secretaria Processual de autos para diligência prévia;
- Remessa dos arquivos eletrônicos ao TST;
- Envio/devolução de autos físicos à Origem.

DADOS EXTRAÍDOS DO SISTEMA NOVAJUS4: PERÍODO DE 07.01 a 18.12.2015

REM2 – à Seção de Digitalização – 18.169 autos
RETS – remessa eletrônica ao TST – 18.123 autos

No ano 2015, foram digitalizadas 18.317.026 páginas (frente e verso dos originais) aproximadamente.

Importante referir que o serviço de digitalização dos autos é terceirizado, conforme contrato TRT nº 61/2011, com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis. O serviço é prestado por uma intérprete e 18 digitalizadores,

A Seção de Digitalização conta, também, com 6 (seis) servidores e dois estagiários de Direito.

DIRETORIA-GERAL

No âmbito de atuação da Diretoria-Geral, o ano de 2015 foi marcado por ações contínuas, objetivando a ampliação, a modernização e a adequação estrutural das condições materiais do Tribunal, buscando-se o nível de excelência na prestação jurisdicional.

Na Secretaria de Administração, foi iniciado um trabalho de acompanhamento sistemático dos saldos de empenho, visando ao aperfeiçoamento da gestão do orçamento do Tribunal. Para tanto, foram criados fluxos de trabalho que propõem o contato periódico com as unidades requisitantes do Tribunal para acompanhamento da execução de empenhos que porventura estejam com sua execução paralisada, de forma a evitar a perda do recurso quando a inexecução ou a ausência de interesse no recurso é verificada tempestivamente.

Foi também realizado o acompanhamento de 25 contratos de prestação de serviços continuados, tais como vigilância, limpeza, manutenção de elevadores, transporte de carga, movimentação de documentos e processos, lavagem de veículos, digitalização de processos, manutenção elétrica, manutenção de aparelhos condicionadores de ar, telefonia fixa, telefonia móvel, manutenção de equipamentos de informática, suporte técnico, manutenção de central telefônica, serviços postais e outros.

Outra importante atividade foi a realização de projeções e demonstrativos para auxiliar na elaboração da Proposta Orçamentária de 2016 e nos pedidos de suplementação no exercício de 2015, bem como na revisão e no acompanhamento das ações previstas no Plano Plurianual.

Destaca-se também a continuidade das ações relacionadas ao Sistema Integrado da Justiça do Trabalho – Siga, projeto de âmbito nacional que pretende unificar os sistemas administrativos utilizados pelo Judiciário Trabalhista. O projeto prevê a integração de cinco módulos: RH e Folha, Material e Patrimônio, Protocolo, Orçamento e Finanças e Licitações e Contratos. Dos cinco módulos citados, a Secretaria de Administração esteve diretamente envolvida em três deles, quais sejam, Material e Patrimônio, Orçamento e Finanças e Licitações e Contratos. Com relação aos dois primeiros, o Tribunal atuou como multiplicador do sistema e, em relação ao último módulo, foi responsável pelo próprio desenvolvimento da ferramenta, com o apoio de outros três Tribunais Regionais do Trabalho (13ª, 14ª e 15ª Regiões). No setor de planejamento, as principais ações consistiram no acompanhamento da execução orçamentária de “outras despesas correntes” e “de capital”; nos pedidos de suplementação no exercício de 2015; na emissão de 3.777 empenhos; e na fiscalização de contratos de Cooperação Técnica e Financeira firmados pelo Tribunal com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, mediante o acompanhamento dos saldos e das solicitações de recolhimentos à Conta Única da União.

Na área de Material e Logística, deu-se continuidade às ações voltadas ao processo de modernização do mobiliário, seguindo o padrão instituído pela Resolução CSJT nº 54/2008 e

visando à melhoria das condições de trabalho no âmbito do Tribunal. Ademais, efetuou-se o suprimento e a substituição de mobiliário das diversas unidades judiciárias e administrativas do TRT e fiscalizou-se os contratos de locação de 42 imóveis.

Merecem ênfase, ainda, as ações de gestão de serviços contratados, dentre os quais o transporte de cargas comuns e de mobiliário para as diversas unidades do Tribunal, o fornecimento de bilhetes de passagens aéreas, o fornecimento de água mineral e o fornecimento de lanches durante os intervalos dos cursos de capacitação e treinamentos promovidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Escola Judicial, bem como para eventos diversos (congressos, seminários, palestras).

Na área de Licitações e Contratos, foram processadas as aquisições de materiais e equipamentos e as contratações de serviços e obras, mediante processos licitatórios ou compras diretas. No ano 2015, o volume de recursos aplicados totalizou 214,17 milhões de reais, dos quais 198,91 milhões de reais decorreram de licitações; 9,47 milhões de reais foram utilizados mediante dispensas ou inexigibilidades de licitação; e 5,79 milhões de reais em adesões a Atas de Registro de Preços de outros órgãos.

Na área de Engenharia e Arquitetura, foram feitos estudos de ocupação dos espaços para racionalização dos fluxos de pessoas e processos, considerada a acessibilidade; gestão e fiscalização dos contratos dos escritórios de projetos de arquitetura, estruturas e fundações para várias localidades da Capital e do Interior, destacando-se os projetos dos novos prédios dos Foros de Triunfo, São Borja, Lagoa Vermelha, Alegrete, Arroio Grande e Vacaria; a ampliação Foro Trabalhista de São Jerônimo; o *retrofit* do 11º e do 10º pavimentos do Prédio-Sede; a reforma do térreo do Prédio 3 do Foro Trabalhista de Poprto Alegre, para instalação do restaurante; a reforma do térreo do Prédio-Sede, para instalação da Galeria dos Presidentes e Corregedores; as adequações do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI para mais de 25 localidades; a conclusão das construções dos novos prédios para os Foros Trabalhistas de Uruguaiana e Erechim; as ampliações do Foro Trabalhista de Gravataí; da construção do novo prédio para a instalação da Vara do Trabalho de Viamão; de reformas em diversas edificações do Interior, para adequações de acessibilidade universal, e ações de modernização no Interior do Estado e na Capital.

Merecem destaque, ainda, a implementação do Sistema de Avaliação e Priorização de Obras, que servirá de base para a elaboração do novo Plano Plurianual de Obras para o período 2016-2020; a contratação de empresa para execução dos serviços de manutenção de aparelhos condicionadores de ar, abrangendo todas as unidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região; a contratação de empresa para serviços de manutenção preventiva em subestações de energia; a renovação do contrato para a realização de serviços de manutenção predial programada preventiva e corretiva, englobando visitas mensais em todos os Foros Trabalhistas do estado, com inúmeras ações de manutenção predial de caráter preventivo e corretivo, incluindo equipamentos; e a renovação do contrato para a realização de serviços de manutenção em cabeamento estruturado, também de forma programada, preventiva e corretiva.

Na área de Apoio Administrativo, tanto na Capital como no Interior do estado, foram fiscalizados os contratos dos serviços de vigilância, limpeza, jardinagem e telefonia. Na Capital, ainda, foram gerenciados os contratos com empresas terceirizadas que executam serviços de copeiragem, transporte de processos e documentos, movimentação de cargas em geral e lavagem de veículos.

Destaca-se, também, a coordenação da Credem (Central de Recebimento de Demandas Administrativas), que visa à otimização do atendimento das demandas administrativas, por meio de um sistema informatizado de recepção e processamento das solicitações, o que resulta na agilização dos trâmites internos e a melhoria da comunicação entre os interessados e o setor. A Credem objetiva também atender ao Plano Estratégico do Tribunal, no que tange à inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.

Merece destaque, ainda, o planejamento e a organização das demandas ligadas à segurança pessoal e patrimonial, em que foram estabelecidas diretrizes, métodos e critérios para a execução desses serviços.

Na área de Gestão de Pessoas, destacaram-se a elaboração de minutas de portarias que regulamentam a concessão de diárias de passagens aéreas, de avaliação de desempenho e do Programa de Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial.

Destaca-se, também, que o número de servidores que participaram de ações de capacitação presenciais totalizou 7.855 (considerando mais de uma participação por servidor), bem como que o número total de horas de treinamento na modalidade presencial foi de 25.282,5 (7,59 horas/servidor) e, na modalidade a distância, 95.557 (28,68 horas/servidor).

Merece registro, ainda, a continuidade do Programa de Ambientação – Integrar-te, destinado a servidores recém-ingressos no quadro de pessoal do Tribunal. O programa tem por objetivo proporcionar formação inicial aos novos servidores, sensibilizando-os para o cumprimento da missão e da visão previstas no Plano Estratégico, bem como incentivando-os à prática dos valores institucionais.

Outras atividades de destaque na área de gestão de pessoas foram o gerenciamento do Sistema Informatizado de Gestão do Desempenho Funcional, com 2.875 avaliações; a administração do processo de estágios para estudantes, que teve média mensal de 255 estudantes; e a elaboração, a organização e o acompanhamento de todas as etapas relativas ao concurso público para servidores realizado em 2015.

Para finalizar, atendendo ao disposto no art. 39, inc. XXVII, do Regimento Interno do Tribunal, apresenta-se o quadro demonstrativo da execução orçamentária do exercício do ano de 2015.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2015

AÇÃO		DOTAÇÃO	EMPENHADO	*EMP/DOT*
GND 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**1.311.698.608,69**	**1.303.261.862,88**	***99,4%***
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		**695.527.026,00**	**695.527.026,00**	***100,0%***
3190 07	CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	79.244,94	79.244,94	*100,0%*
3190 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	683.595.178,94	683.595.178,94	*100,0%*
3190 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	22,34	22,34	*100,0%*
3190 16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	11.049.662,68	11.049.662,68	*100,0%*
3190 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	772.799,54	772.799,54	*100,0%*
3191 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	30.117,56	30.117,56	*100,0%*
CONTR. DA UNIÃO PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		**130.528.688,00**	**129.370.214,30**	***99,1%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	1.158.473,70	0,00	*0,0%*
3191 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	129.370.214,30	129.370.214,30	*100,0%*
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES		**381.334.468,00**	**381.321.436,93**	***100,0%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	13.031,07	0,00	*0,0%*
3190 01	APOSENTADORIAS E REFORMAS	304.369.175,83	304.369.175,83	*100,0%*
3190 03	PENSÕES	75.365.601,42	75.365.601,42	*100,0%*
3190 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	423.004,13	423.004,13	*100,0%*
3190 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.163.655,55	1.163.655,55	*100,0%*
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL (PRECATÓRIOS)		**89.114.051,00**	**86.413.331,51**	***97,0%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	2.700.719,49	0,00	*0,0%*
3190 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	86.413.331,51	86.413.331,51	*100,0%*
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL (PRECATÓRIOS) NO RS		**5.729.212,00**	**5.690.103,11**	***99,3%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	39.108,89	0,00	*0,0%*
3190 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	5.690.103,11	5.690.103,11	*100,0%*
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL DE PEQUENO VALOR (PRECATÓRIOS)		**4.944.864,69**	**4.939.751,03**	***99,9%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	5.113,66	0,00	*0,0%*
3190 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	4.939.751,03	4.939.751,03	*100,0%*
CONTR. DA UNIÃO P/REGIME DE PREV. DOS SERV. DE PRECAT. E REQ. DE PEQ. VALOR		**4.079.325,00**	**0,00**	***0,0%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	4.079.325,00	0,00	*0,0%*
CONTR. DA UNIÃO P/REGIME DE PREV. DOS SERV. DE PRECAT. E REQ. DE PEQ. VALOR RS		**440.974,00**	**0,00**	***0,0%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	440.974,00	0,00	*0,0%*
GND 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**205.702.704,05**	**204.053.447,38**	***99,2%***
APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO		**94.208.484,00**	**94.082.562,91**	***99,9%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	125.921,09	0,00	*0,0%*
3390 14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	4.024.701,05	4.024.701,05	*100,0%*
3390 30	MATERIAL DE CONSUMO	3.237.273,79	3.237.273,79	*100,0%*
3390 33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	644.397,52	644.397,52	*100,0%*
3390 35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	335.466,69	335.466,69	*100,0%*
3390 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	2.274.724,75	2.274.724,75	*100,0%*
3390 37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	21.373.892,77	21.373.892,77	*100,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	41.146.597,95	41.146.597,95	*100,0%*
3390 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	94.585,09	94.585,09	*100,0%*
3390 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	14.247.618,85	14.247.618,85	*100,0%*
3390 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	151.024,43	151.024,43	*100,0%*
3390 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.081.222,55	5.081.222,55	*100,0%*
3391 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	10.144,00	10.144,00	*100,0%*
3391 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.460.913,47	1.460.913,47	*100,0%*
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL (PRECATÓRIOS)		**46.027,00**	**46.027,00**	***100,0%***
3390 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	46.027,00	46.027,00	*100,0%*
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA		**23.885.640,00**	**23.867.761,78**	***99,9%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	17.878,22	0,00	*0,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	23.867.761,78	23.867.761,78	*100,0%*
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		**44.450.161,00**	**44.357.479,09**	***99,8%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	92.681,91	0,00	*0,0%*
3390 46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	35.912.266,81	35.912.266,81	*100,0%*
3390 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.445.212,28	8.445.212,28	*100,0%*
AUXÍLIO-TRANSPORTE		**716.387,00**	**673.454,25**	***94,0%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	42.932,75	0,00	*0,0%*
3390 49	AUXÍLIO TRANSPORTE	673.454,25	673.454,25	*100,0%*
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR		**5.072.926,00**	**5.052.299,35**	***99,6%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	20.626,65	0,00	*0,0%*
3390 08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	5.048.336,94	5.048.336,94	*100,0%*
3390 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.962,41	3.962,41	*100,0%*
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE		**751.740,00**	**655.883,13**	***87,2%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	95.856,87	0,00	*0,0%*
3390 08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	655.883,13	655.883,13	*100,0%*

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2015

AÇÃO		DOTAÇÃO	EMPENHADO	*EMP/DOT*
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL		**394.286,00**	**335.258,88**	***85,0%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	59.027,12	0,00	*0,0%*
3390 30	MATERIAL DE CONSUMO	16.587,75	16.587,75	*100,0%*
3390 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	900,00	900,00	*100,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	199.771,13	199.771,13	*100,0%*
3391 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	118.000,00	118.000,00	*100,0%*
ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES		**32.534.854,00**	**31.351.177,38**	***96,4%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	1.183.676,62	0,00	*0,0%*
3390 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	19.286.375,24	19.286.375.24	*100,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	188.590,99	188.590,99	*100,0%*
3390 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.718.586,04	6.718.586,04	*100,0%*
3391 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.157.625,11	5.157.625,11	*100,0%*
MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		**1.754.743,31**	**1.754.743,31**	***100,0%***
3390 35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	9.445,44	9.445,44	*100,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	1.745.297,87	1.745.297,87	*100,0%*
MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO		**1.335.865,56**	**1.335.865,56**	***100,0%***
3390 30	MATERIAL DE CONSUMO	548.290,78	548.290,78	*100,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	787.574,78	787.574,78	*100,0%*
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PJe-JT		**551.590,18**	**540.934,74**	***98,1%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	10.655,44	0,00	*0,0%*
3390 14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	265.357,54	265.357,54	*100,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	238.966,82	238.966,82	*100,0%*
3390 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	36.610,38	36.610,38	*100,0%*
GND 4 - INVESTIMENTOS		**21.078.625,68**	**20.657.862,22**	***98,0%***
APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO		**10.333.747,00**	**10.270.948,54**	***99,4%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	62.798,46	0,00	*0,0%*
4490 30	MATERIAL DE CONSUMO	6.870,00	6.870,00	*100,0%*
4490 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	697.188,26	697.188,26	*100,0%*
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.524.833,74	1.524.833,74	*100,0%*
4490 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.042.056,54	8.042.056,54	*100,0%*
MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO		**578.762,44**	**578.762,44**	***100,0%***
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	352.985,96	352.985,96	*100,0%*
4490 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	225.776,48	225.776,48	*100,0%*
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS		**19.190,24**	**5.976,24**	***31,1%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	13.214,00	0,00	*0,0%*
4490 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.976,24	5.976,24	*100,0%*
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PJe-JT		**57.692,00**	**57.692,00**	***100,0%***
4490 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	57.692,00	57.692,00	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE ERECHIM		**4.007.461,00**	**3.906.633,60**	***97,5%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	100.827,40	0,00	*0,0%*
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.309.618,04	3.309.618,04	*100,0%*
4490 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	597.015,56	597.015,56	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE ESTRELA		**1.000.000,00**	**1.000.000,00**	***100,0%***
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000.000,00	1.000.000,00	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE NOVO HAMBURGO		**16.040,00**	**16.039,60**	***100,0%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	0,40	0,00	*0,0%*
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	16.039,60	16.039,60	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE SANTO ÂNGELO		**558.573,00**	**530.085,47**	***94,9%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	28.487,53	0,00	*0,0%*
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	371.362,62	371.362,62	*100,0%*
4490 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	158.722,85	158.722,85	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE URUGUAIANA		**3.207.160,00**	**2.991.724,33**	***93,3%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	215.435,67	0,00	*0,0%*
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.608.940,04	2.608.940,04	*100,0%*
4490 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	382.784,29	382.784,29	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE VIAMÃO		**1.300.000,00**	**1.300.000,00**	***100,0%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	1.300.000,00	1.300.000,00	*100,0%*
TOTAIS:		**1.538.479.938,42**	**1.527.973.172,48**	**99,3%**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Incumbe à Secretaria de Administração, em conformidade com as diretrizes da Diretoria-Geral, planejar, coordenar e controlar as atividades das áreas de Planejamento Orçamentário, Material e Logística, Licitações e Contratos e Contabilidade. Além disso, o Diretor da unidade, por delegação da Presidência, exerce a função de Ordenador de Despesas, e a ele incumbe processar a movimentação dos créditos orçamentários do Tribunal, a fim de concretizar as metas e os objetivos traçados pela Administração.

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A Coordenadoria de Contabilidade é composta pela Seção de Análise Contábil e Patrimonial, pela Seção de Liquidação e pela Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos.

No ano de 2015, a unidade realizou o controle e a análise dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, visando à Conformidade Contábil (certificação dos demonstrativos contábeis). Com apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, buscou a maior integração entre os sistemas corporativos e o Siafi, aprimorando e expandindo o compartilhamento de arquivos pelo processo *batch*, bem como implementando melhorias nos sistemas próprios para otimização das rotinas realizadas pela Coordenadoria e outras áreas do Tribunal.

Também em 2015, implementou os procedimentos contábeis necessários à nova Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público – CPASP.

Seção de Análise Contábil e Patrimonial

A Seção de Análise Contábil e Patrimonial desempenhou as seguintes atividades no exercício de 2015:

- Análise e lançamento no Siafi de despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos pela utilização exclusiva do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF;
- Publicação bimestral na internet (Contas Públicas) do quadro de despesa pelos Suprimentos de Fundos, conforme exigência do art. 12 do Ato CSJT.GP.SE nº 08/2009;
- Controle complementar do limite de despesas levadas a efeito por meio de saque com o CPGF (de até 30% do valor total, segundo a Resolução CSJT nº 49/2008), com prioridade para a utilização da modalidade fatura, tendo atingido o percentual de 18,24%;

- Organização e guarda de documentação e processos comprobatórios da execução orçamentária, financeira e patrimonial conforme prazos determinados pelo Tribunal de Contas da União;
- Inclusão de informações no Siafi pertinentes ao Rol de Responsáveis;
- Análise dos processos de desfazimento de bens, com a verificação das relações de bens, termos e classificações, efetuando-se o registro da baixa de bens móveis no Siafi, totalizando, em 2015, 230 termos de desfazimento;
- Acompanhamento mensal do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) pela análise e pelo confronto das informações geradas pelo sistema Almoxarifado com as apropriações da despesa, e registros contábeis no sistema Siafi dos recebimentos e das saídas de materiais de consumo;
- Acompanhamento mensal do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), pela análise e pelo confronto das informações geradas pelo sistema Patrimônio com as apropriações da despesa, e registros contábeis no sistema Siafi das aquisições de bens móveis (entradas) e dos desfazimentos de bens (saídas);
- Cálculo dos valores referentes à depreciação dos bens móveis do Tribunal, representados pela redução do valor dos bens pelo desgaste ou pela perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, e o consequente registro no Siafi, de acordo com a Macrofunção 02.03.30/STN, totalizando o montante de R$ 27.185.614,44 no final do exercício;
- Reconhecimento dos ativos intangíveis, bem como a mensuração e contabilização da amortização e das perdas de tais ativos, totalizando R$ 601.147,81;
- Conferência e apropriação das despesas antecipadas, mediante controles auxiliares, com as informações relativas aos valores pagos e às parcelas a serem apropriadas;
- Inscrição e baixa de dívida ativa, conforme o Manual Siafi 02.11.12 e Manual de Procedimentos da Dívida Ativa, aprovado pela Portaria STN nº 564/2004;
- Controle e registro contábil no Siafi das garantias prestadas nas modalidades de Fiança Bancária, Seguro-Garantia ou Caução, bem como atualização das cauções por meio de solicitação mensal dos valores atualizados à Caixa Econômica Federal – CEF;
- Certificação da regularidade dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial e da existência de documentos hábeis que comprovaram tais operações por meio da Conformidade de Registros de Gestão no sistema Siafi;
- Acompanhamento da avaliação dos bens móveis de acordo com o cronograma da macrofunção 02.03.30 da STN;

- Análise de dados e elaboração de informações para atender às solicitações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT e do TCU;
- Acompanhamento do registro dos imóveis, por meio do Sistema de Patrimônio da União – Spiunet;
- Colaboração com a Coordenadoria de Planejamento na organização dos processos de Tomada e de Prestação de Contas dos atos e fatos da gestão do exercício anterior;
- Elaboração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Demonstrativo de Restos a Pagar para compor o Relatório de Gestão Fiscal – 3º quadrimestre/2015;
- Análise das despesas com diárias e passagens, por meio da verificação do registro no Siafi e controle, de forma a distinguir nas contas de escrituração os valores pagos a servidores, membros de poder e a colaboradores eventuais, conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça – Nota de Auditoria/TST nº 24/2009;
- Registro e conciliação das contas de contratos de aluguéis, bens e serviços, por meio da análise dos pagamentos de despesas e de controles auxiliares;
- Registro no Siafi dos valores referentes a precatórios, de acordo com o Processo Administrativo nº 0000240-36.2012.5.04.0000;
- Análise dos processos de folhas de pagamento de pessoal, folhas de pagamento de aluguéis, portarias de atribuição de diárias, pagamento de requisições de honorários periciais, precatórios e restituições de Guia de Recolhimento da União – GRU;
- Orientação às unidades que efetuam registros contábeis no Siafi, bem como regularização e ajustes contábeis;
- Análise dos eventos gerados pela Seção de Liquidação, por meio do registro no Siafi das Notas de Sistema, GPS, para recolhimento de contribuição previdenciária; DARF, para recolhimento total de impostos e contribuições federais; DAR, para recolhimento de ISS à(s) prefeitura(s) municipal(is) e GRU, para pagamento a órgãos públicos federais, totalizando, em 2015, 4.748 processos de liquidação;
- Análise dos valores declarados na PER/DECOMP (Declaração de Compensação), conforme o Processo Administrativo nº 0004555-05.2015.5.04.0000.

Seção de Liquidação

A Seção de Liquidação executou, no decorrer do exercício de 2015, a liquidação das despesas de custeio e de capital, exceto folha de pagamento e suprimento de fundos. Essa atividade envolveu os seguintes procedimentos:

- Exame dos processos administrativos recebidos de outras áreas do TRT e o protocolo dos documentos fiscais neles contidos;
- Conferência do documento fiscal quanto aos dados do fornecedor e quanto à descrição do serviço e/ou material especificados no empenho e em planilha de medição, entre outros;
- Identificação e análise do atestado de prestação do serviço ou da Nota de Entrada, quando for material;
- Análise da despesa para enquadramento na legislação fiscal e identificação dos impostos e contribuições que devem ser retidos na fonte;
- Identificação, conferência e análise dos documentos acessórios exigíveis para a liquidação, tais como declaração de opção pelo Simples, declaração de entidade sem fins lucrativos, declaração de isenção de impostos municipais, comprovação de recolhimento de INSS sobre o teto da previdência, declaração de não incidência de INSS, GFIP, GPS e GRF de empresas que prestam serviços continuados mediante cessão de mão de obra;
- Preenchimento de formulário eletrônico no sistema Compras, com resumo das informações necessárias à liquidação, que incluem dados do fornecedor, da nota de empenho, do documento fiscal entregue pelo fornecedor e das retenções cabíveis;
- Geração e transferência de arquivo para o Siafi, contendo os dados relativos às liquidações a serem realizadas no dia posterior;
- Conferência e ajuste, no Siafi, das informações contidas no arquivo gerado no dia anterior, o que envolve a complementação de informações e, eventualmente, o preenchimento de diferentes formulários eletrônicos, que podem incluir a Ordem Bancária, DARF para recolhimento total de impostos e contribuições federais, GPS para recolhimento de contribuição previdenciária e DAR para recolhimento de ISS à(s) prefeitura(s) municipal(is);
- Elaboração de planilhas de despesas com fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e coleta de esgoto e encaminhamento dessas planilhas ao fornecedor, como forma de garantir a quitação do débito;
- Acompanhamento de repactuações e aditivos a contratos, envolvendo construção e reformas, bem como elaboração de planilha de controle de saldos dos empenhos e dos contratos, especificando valores de material e mão de obra e discriminando verbas de orçamento e de convênios;
- Acompanhamento de prazos de validade, repactuações e aditivos a contratos de prestação de serviços continuados, tais como vigilância, limpeza, manutenção de elevadores, transporte de carga, movimentação de documentos e processos, lavagem de veículos, digitalização de processos, manutenção elétrica, manutenção de aparelhos condicionadores de ar, telefonia fixa, telefonia móvel, manutenção de equipamentos de

informática, suporte técnico, manutenção de central telefônica, serviços postais e outros. Essas atividades acessórias conferem à Seção de Liquidação a responsabilidade de controle da execução da despesa, o que contribui para reduzir a incidência de equívocos quanto aos prazos contratuais e aos valores a serem pagos aos fornecedores;

- Prestação de informações aos fornecedores sobre andamento de processos, prazos, datas de liquidação, pendências documentais, alíquotas de recolhimento aplicadas, entre outras.

Dados estatísticos referentes ao exercício 2015:

Processos recebidos	3.839
Número de liquidações	4.748
Valores liquidados	R$ 148.516.059,10

Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos

A Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos desempenhou as seguintes atividades no exercício de 2015:

- Análise da documentação GFIP/Sefip, de documentos de arrecadação das obrigações previdenciárias (GPS e GRF), folhas de pagamento e seus respectivos comprovantes, referentes a 25 contratos;
- Disponibilização de documentos requeridos pela Advocacia-Geral da União (AGU), fornecendo, entre outros, os comprovantes de recolhimento do FGTS e a relação Sefip, além de esclarecimentos úteis, totalizando o atendimento de 67 reclamatórias trabalhistas;
- Inclusão, no Sistema Compras, de informações de 1.230 certidões de regularidade fiscal e previdenciária, e de 622 certidões de regularidade com as obrigações trabalhistas dos fornecedores do Tribunal;
- Informações às Varas do Trabalho, no momento do pagamento da despesa, sobre créditos disponíveis para penhora, quando verificada Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas;
- Assessoramento aos fiscais de contratos nas questões relativas à GFIP/Sefip;
- Apoio à Seção de Liquidação, com a emissão de 1.919 guias para o recolhimento de ISSQN de diversos municípios;
- Apoio à Seção de Contratos, com o lançamento de 150 termos aditivos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, módulo Sicon; e
- Informação à Secretaria de Manutenções e Projetos – Sempro acerca da base de cálculo e alíquota de ISS incidente sobre as obras e os serviços para composição da parcela de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI;

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO

A Coordenadoria de Planejamento, composta pela Seção de Controle Orçamentário e pela Seção de Empenhos, realizou as seguintes atividades em 2015:

- Acompanhamento da execução orçamentária do grupo de natureza da despesa – GND "outras despesas correntes" (da categoria econômica "despesas correntes") e da execução orçamentária da categoria econômica "despesas de capital";
- Elaboração de projeções e demonstrativos para auxiliar na elaboração da Proposta Orçamentária de 2016 e nos pedidos de suplementação no exercício de 2015, bem como na revisão e no acompanhamento dos objetivos traçados no Plano Plurianual;
- Elaboração do Relatório de Gestão 2014, para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União;
- Elaboração de estimativas para manter o equilíbrio das contas orçamentárias, monitorando permanentemente o saldo orçamentário e adotando as medidas necessárias a equalizar receitas e despesas;
- Subsídio à Administração do Tribunal com informações pertinentes à adoção de medidas estratégicas para melhor execução do orçamento e das metas objetivadas;
- Fiscalização de contratos de Cooperação Técnica e Financeira firmados pelo Tribunal com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, mediante o acompanhamento dos saldos e das solicitações de recolhimentos à Conta Única da União;
- Informação de dados orçamentários nos processos de Prestação de Contas e Tomadas de Contas;
- Elaboração do documento "Comprovação de Dotação Orçamentária" exigido pela Secretaria de Patrimônio da União para análise de processos de aquisição de imóveis pelo Tribunal.

Seção de Controle Orçamentário

As atividades desenvolvidas pela Seção de Controle Orçamentário em 2015 foram:

- Acompanhamento diário da execução orçamentária por meio do saldo obtido do Siafi e geração de relatórios com informações atualizadas aos gestores do órgão;
- Atualização diária de planilhas de controle orçamentário que fornecem subsídios às decisões estratégicas das áreas interessadas (Segesp, Escola Judicial, Secof, Setic e Seção de Liquidação);

- Elaboração do Demonstrativo de Impacto Orçamentário das despesas, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, visando à comprovação do equilíbrio das contas públicas;
- Prestação de contas ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho sobre a aplicação de recursos descentralizados pelo Tribunal Superior do Trabalho, em ações orçamentárias como Modernização das Instalações Físicas, Implantação de Varas, Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação, Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação, Trabalho Seguro, Gestão Documental e Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enamat);
- Alimentação do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – Siop, com informações acerca da movimentação orçamentária do TRT, criação e edição de Cadastros de Ações Orçamentárias e Planos Orçamentários, captação, edição, verificação e envio de valores físicos e financeiros de Planos Plurianuais, Propostas Orçamentárias Anuais, Créditos Adicionais, Acompanhamentos Orçamentários Semestrais e Anuais;
- Acompanhamento e conferência da transferência, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos sub-repasses de recursos financeiros nas ações orçamentárias, observando a utilização correta das respectivas fontes de receita;
- Encaminhamento, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, das informações necessárias à transferência dos recursos financeiros das ações orçamentárias de projetos, conferindo o seu atendimento e o correto balanceamento das fontes;
- Conferência da execução do saldo de Restos a Pagar, providenciando o desbloqueio dos empenhos e o cancelamento de saldos não utilizados;
- Devolução dos recursos financeiros de Restos a Pagar não utilizados;
- Atualização das planilhas de controle de Suprimento de Fundos, quando do lançamento de novos empenhos, disponibilizando as informações aos supridos;
- Identificação e correção de possíveis diferenças entre os saldos dos empenhos no Sistema de Compras e os saldos no Siafi;
- Transferência, ao Tesouro Nacional, de recursos financeiros recebidos indevidamente por erro no preenchimento de GRS;
- Gerenciamento e atualização dos dados orçamentários no menu “Transparência” do site do Tribunal na internet e na página do Conselho Nacional de Justiça;
- Elaboração de proposições para compra de material de consumo, material permanente e prestação de serviços diversos, totalizando 990 proposições.

Seção de Empenhos

No decorrer de 2015, a Seção de Empenhos realizou as seguintes atividades:

- Análise dos processos administrativos para registro do empenho: classificação da despesa e referência da dispensa;
- Emissão das notas de empenho no Siafi, relativas a aquisições feitas pelo Tribunal, Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPVs;
- Análise prévia do saldo orçamentário disponível por fonte de receita, promovendo o balanceamento mais adequado na emissão dos empenhos;
- Gerenciamento e remanejamento do crédito orçamentário conforme as necessidades entre os elementos de despesas, por meio de Notas de Dotação – NDs;
- Encaminhamento dos empenhos às empresas contratadas e às unidades requisitantes das contratações do Tribunal;
- Cobrança do aceite do empenho junto às empresas contratadas, para contagem de prazo para a entrega do material ou conclusão do serviço;
- Registro dos empenhos no Banco de Compras e controle desses saldos;
- Análise de relatórios gerados pela Seção de Controle Orçamentário relativos à execução mensal dos empenhos para viabilizar as liquidações e os pagamentos, confrontando os saldos orçamentários e financeiro;
- Manutenção, atualização e controle dos saldos das notas de empenho relativas à Folha de Pagamento dos Servidores e Magistrados do Tribunal, atinentes a vencimentos, proventos, pensões, benefícios, diárias e assuntos correlatos.

Quadro de Empenhos emitidos em 2015

Mês	Empenhos emitidos	%
Janeiro	509	13,5%
Fevereiro	200	5,3%
Março	462	12,2%
Abril	449	11,9%
Maio	258	6,8%
Junho	267	7,1%
Julho	217	5,7%
Agosto	187	5,0%
Setembro	202	5,3%
Outubro	225	6,0%
Novembro	254	6,7%
Dezembro	547	14,5%
Total	**3.777**	**100,00%**

COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA

A Coordenadoria de Material e Logística – CLOG, composta pela Seção de Cadastramento de Bens, Seção de Bens Imóveis e Seção de Almoxarifado, deu continuidade, no ano de 2015, às ações voltadas ao processo de modernização do mobiliário, seguindo o padrão instituído pela Resolução CSJT nº 54/2008 e visando à melhoria das condições de trabalho no âmbito do Tribunal.

A Seção de Cadastramento de Bens efetuou também o suprimento e a substituição de mobiliário das diversas unidades judiciárias e administrativas do TRT, tanto quando da criação de novas unidades como nas situações nas quais houve mudança de sede ou sala, na Capital e no Interior do Estado, casos em que acompanhou a entrega do mobiliário e a organização final do *layout*.

Por meio da Seção de Bens Imóveis, a Coordenadoria atuou como fiscal dos contratos de locação de 42 imóveis, dos quais 29 também contemplaram o pagamento de despesas acessórias (condomínio, IPTU, água e energia elétrica).

Merecem ênfase, ainda, as ações de gestão de serviços contratados, dentre os quais destacaram-se os seguintes:

- Transporte de cargas comuns e de mobiliário para as diversas unidades do Tribunal;
- Fornecimento de bilhetes de passagens aéreas;
- Fornecimento de água mineral;
- Fornecimento de lanches durante os intervalos dos cursos de capacitação e treinamentos promovidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Escola Judicial, bem como para eventos diversos (congressos, seminários, palestras);
- Carregamento de mobiliário e afins.

A CLOG, no decorrer do exercício de 2015, também atuou no desenvolvimento das atividades rotineiras pertinentes às suas atribuições, dentre as quais se elencam:

- Previsão, especificação e controle de estoque e provisão de materiais de consumo e bens permanentes destinados a todas as unidades do Tribunal;
- Elaboração dos relatórios físicos e estatísticos mensais dos materiais estocados na Seção de Almoxarifado;
- Recebimento, conferência, registro e distribuição de todos os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, bem como o controle do prazo de garantia;

- Tramitação dos processos de desfazimento de bens, até a fase final, que culmina com a sua baixa no Sistema de Patrimônio do TRT;
- Inspeções para conferência de inventários das unidades judiciárias;
- Acompanhamento e registro de imóveis doados ao TRT junto à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul – SPU;
- Controles especiais sobre as faturas de diversos serviços, como energia elétrica, água e esgoto, bem como transporte de carga e de mobiliário para todas as unidades judiciárias e administrativas, os quais visam a acompanhar a evolução das despesas e impedir que os serviços sofram descontinuidade, sempre buscando atender com eficiência às necessidades dos usuários;
- Fornecimento de subsídios e informações para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte;
- Aperfeiçoamento constante das rotinas de trabalho nas Seções subordinadas à Coordenadoria de Material e Logística, em função da progressiva informatização das atividades e do crescente aumento do número de unidades a serem atendidas, tendo como objetivo aumentar a agilidade na sua execução.

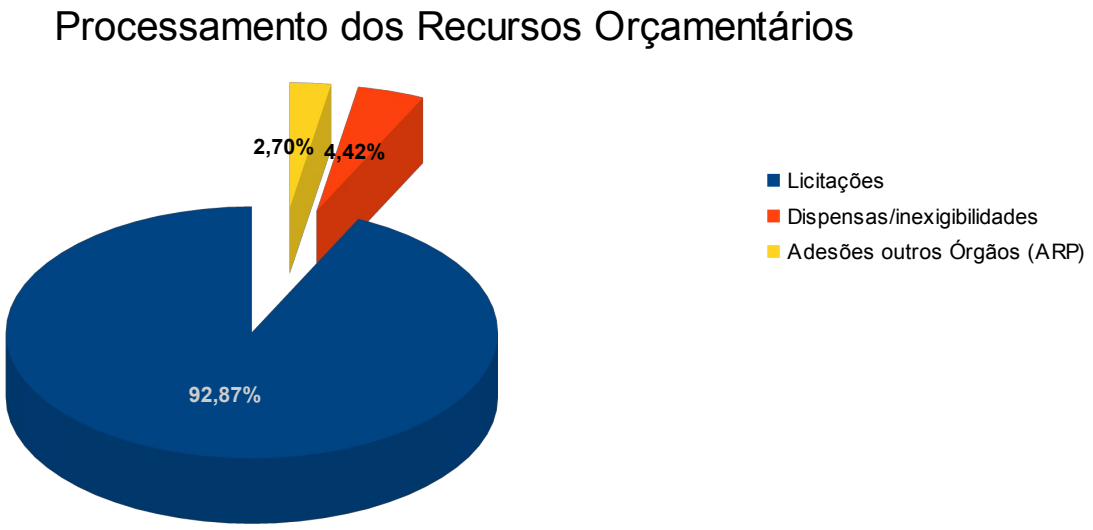
Em termos quantitativos, no exercício de 2015, foram gerados os documentos e realizadas as atividades sintetizados no quadro a seguir:

Atividades / Documentos gerados	Quantidade
Termos de Referência/Projetos Básicos (para licitação/adesão a RP)	60
Notas de entrada de materiais de consumo e permanentes	968
Pedidos de materiais de consumo atendidos pelo Almoxarifado	4.327
Bens permanentes incluídos no patrimônio do TRT	7.138
Bens permanentes tombados (distribuídos e/ou realocados)	45.956
Termos de Responsabilidade sobre bens permanentes emitidos	6.633
Número de unidades mobiliadas (instalação ou mudança)	12
Bens permanentes doados para outros órgãos/entidades	6.477
Entidades beneficiadas com doações de bens pelo TRT	146

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

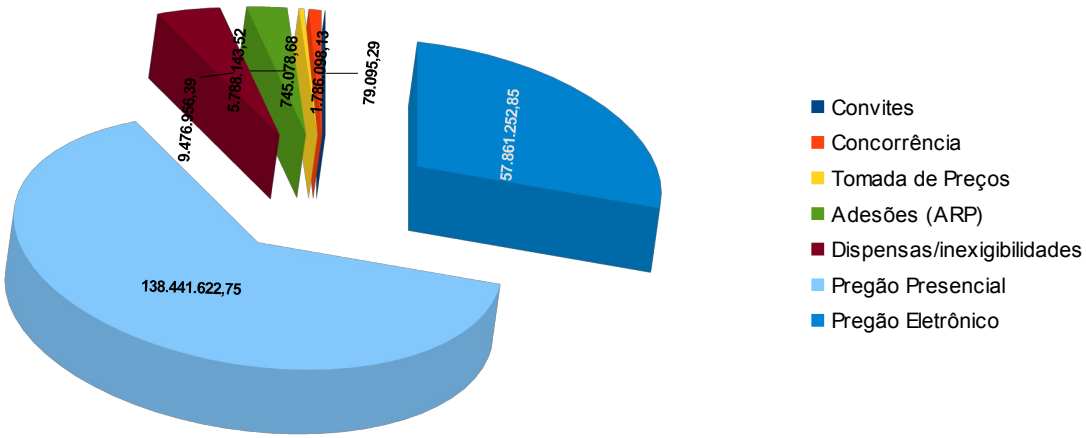
A Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC, é responsável por processar as aquisições de materiais e equipamentos e as contratações de serviços e obras, mediante processos licitatórios ou compras diretas (hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação).

Relativamente ao orçamento de 2015, o volume de recursos aplicados totalizou 214,17 milhões de reais, dos quais 198,91 milhões de reais decorreram de licitações, 9,47 milhões de reais foram utilizados mediante dispensas ou inexigibilidades de licitação e 5,79 milhões de reais, em adesões a Atas de Registro de Preços de outros órgãos.



Por força legal, as licitações destinadas à aquisição de bens e serviços comuns ocorrem obrigatoriamente por Pregão, realizado preferencialmente na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, mediante justificativa expressa expedida pela autoridade competente.

Em última análise, a utilização da internet para as contratações é uma realidade no âmbito da Administração Pública, o que se verifica na preponderância das contratações decorrentes da realização de Pregão Eletrônico. A condução dos procedimentos ocorre sob a responsabilidade do Pregoeiro, devidamente assessorado pela equipe de apoio, a qual é composta por servidores lotados na Coordenadoria de Licitações e Contratos. Essa modalidade foi responsável pela aplicação de recursos na ordem de 57,86 milhões, aproximadamente 29,09% dos valores aplicados nas licitações do Tribunal em 2015.

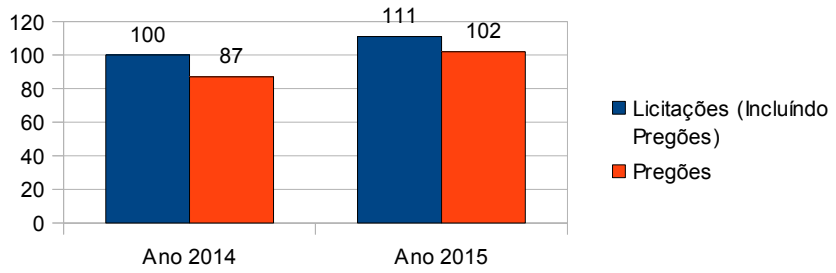


As vantagens da utilização do Pregão Eletrônico aparecem, principalmente, sob dois aspectos: na economia gerada aos cofres públicos em virtude da ampliação da competitividade (universalidade do acesso por parte das licitantes), e na transparência do procedimento, uma vez que as licitações do Tribunal podem ser acompanhadas por qualquer interessado, bastando acessar o sistema eletrônico por meio do qual se processa a licitação.

Destaca-se, ainda, a utilização do Sistema de Registro de Preços, por meio do qual é possível efetuar contratações em decorrência de licitações feitas por outros órgãos ou mesmo implementar contratações compartilhadas a partir da participação de vários órgãos em um mesmo Registro de Preços. No exercício de 2015, o Sistema de Registro de Preços utilizado pelo Tribunal possibilitou a aplicação de recursos orçamentários na ordem de R$ 13.931.252,66, sendo 41,55% desse valor mediante utilização de Atas de Registro de Preços de outros órgãos. Foram feitos também três Registros de Preços que contaram com a participação de Tribunais Regionais do Trabalho de outras Regiões. O Registro de Preços figura como importante ferramenta de gestão, na medida em que permite contratações frequentes de itens com relação aos quais há incerteza sobre a quantidade ou o tempo de surgimento da demanda. O resultado prático é a redução do número de licitações e a celeridade do processo.

Nesse contexto, as demais modalidades licitatórias, como o Convite, a Tomada de Preços e a Concorrência permaneceram em uso, porém restritas às contratações de obras e determinados serviços de engenharia de natureza mais complexa. Essas modalidades licitatórias são conduzidas pela Comissão Permanente de Licitações, composta por três membros efetivos e três substitutos.

O gráfico abaixo apresenta um comparativo do número de licitações ao longo dos anos de 2014 e 2015.



Ainda, a CLC tem se empenhado na padronização dos fluxos referentes às contratações, no intuito de facilitar a atividade da área requisitante. Sendo assim, foram criados formulários específicos para a requisição de bens e serviços, adesões a atas de registro de preços de outros órgãos, prorrogação de prazo de execução e prorrogação de serviços contínuos, todos disponíveis na intranet, no menu da Credem – Central de Recebimento de Demandas Administrativas.

A CLC é composta por quatro Seções: Seção de Apoio Jurídico e Análise de Sanções, Seção de Apoio a Licitações, Seção de Compras e Seção de Contratos, cuja síntese das atribuições é relatada a seguir.

Seção de Apoio Jurídico e Análise de Sanções

A Seção de Apoio Jurídico e Análise de Sanções instrui os procedimentos referentes à apuração de penalidades por descumprimentos contratuais, análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos, análise de impugnações aos editais, estudos para padronização de rotinas e desenvolvimento de formulários, pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência na área de licitações e contratos.

Além do registro no Sistema de Compras, as sanções também são publicadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), o qual permite a visualização dos lançamentos por toda a Administração Pública.

Em 2015, foram aplicadas as seguintes sanções:

- Advertência: 17;
- Proibição de licitar e contratar com o Tribunal: 6;
- Proibição de licitar e contratar com a União: 8;
- Multa: 48, no montante total de R$ 1.133.222,78.

As pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência visam a elucidar dúvidas e apresentar soluções para questões da própria Coordenadoria e de outras unidades do TRT,

contribuindo significativamente para o planejamento das áreas requisitantes. No ano de 2015, foram elaboradas 46 pesquisas.

Em dezembro de 2015, por meio da Portaria nº 8.356/2015, a Seção de Apoio Jurídico e Análise de Sanções passou a ser vinculada diretamente à Secretaria de Administração e não mais à Coordenadoria de Licitações e Contratos.

Seção de Apoio a Licitações

A Seção de Apoio a Licitações executa as diversas tarefas relativas à preparação e ao processamento das licitações, desde a elaboração dos editais, sua publicação e divulgação e o esclarecimento de dúvidas quanto a seus termos, o preparo das atas de registro de preços e a publicação dessa ata, a elaboração de minutas de contrato, etc.

No ano de 2015, foram elaborados três editais de Convite, seis de Tomada de Preços, um de Concorrência, sete de Pregão Presencial e 91 de Pregão Eletrônico.

Quanto aos Registros de Preços, cabe à Seção de Apoio a Licitações o controle das Atas de Registro de Preços do Tribunal, que, em 2015, alcançaram o número de 41, bem assim as adesões a Registros de Preços de outros órgãos, que também totalizaram 41 no mesmo período.

O registro e a guarda dos documentos referentes aos assentamentos cadastrais das empresas que intentam fornecer materiais ou prestar serviços ao Tribunal também são atribuições da Seção. Além do registro e da guarda de documentos, a Seção de Apoio a Licitações também emite Certificados de Registro Cadastral relativos à documentação depositada na Seção, a qual objetiva a inscrição ou renovação do cadastro de empresas interessadas em participar de licitações nas modalidades Tomada de Preços e Concorrência.

Cabe ressaltar, ainda, que a Seção é responsável pela emissão de atestados de capacidade técnica referentes às contratações estabelecidas com o Tribunal, tendo sido emitidos 38 atestados no ano de 2015.

Seção de Compras

Na Seção de Compras, são feitos todos os procedimentos necessários às aquisições e contratações de serviços nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, bem como à celebração de convênios.

As dispensas e inexigibilidades de licitação ocorrem em virtude do valor da contratação, das particularidades do objeto a ser contratado, de características específicas por parte do prestador do serviço, ou, ainda, nos casos de fornecedor exclusivo.

Entre as atividades desenvolvidas pela Seção de Compras pode-se citar a solicitação de orçamentos aos fornecedores, classificação e lançamento das propostas apresentadas no Banco de Compras, elaboração de informações necessárias à instrução de processos de inexigibilidade e dispensa de licitação, negociação com fornecedores e com outros órgãos no que tange à celebração de convênios e pesquisas de mercado em apoio às unidades requisitantes.

Os formulários padronizados para a tramitação de informações, que passaram a ser utilizados pela Seção de Compras no ano de 2013, foram aprimorados nos anos de 2014 e 2015, a fim de conferir mais celeridade e eficiência aos processos de aquisição. O Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, que passou a ser utilizado em 2013, permite o recebimento de propostas de fornecedores de todo o País e garante maior transparência e agilidade aos processos de aquisição, além de possibilitar significativa economia devido à ampliação da concorrência. Em 2015, foram processadas 93 Cotações Eletrônicas por este sistema, e, em 41 destas (44%), houve resultado positivo, ou seja, economicamente vantajoso para o Tribunal.

Relativamente aos dados estatísticos, foram processadas 669 compras diretas, sendo 454 dispensas de licitação e 215 processos de inexigibilidade de licitação ou outros, cujo valor aplicado alcançou R$ 9.476.956,39.

Em 2015, a Seção de Compras elaborou 33 apostilas de reajustes de locações e processou 29 pedidos de adesão a Atas de Registro de Preços formulados por outros órgãos da Administração Pública.

Seção de Contratos

A Seção de Contratos é responsável pela gestão administrativa dos contratos celebrados pelo Tribunal. Dentre as principais atividades executadas no ano de 2015, destacaram-se:

- Formalização de convênios de colaboração com outros órgãos públicos;
- Elaboração de minutas de termos aditivos;
- Análise da possibilidade de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas nos contratos;
- Elaboração de apostilas com vistas à atualização de valores nos contratos em que há previsão de reajuste com base em índices oficiais do governo;
- Realização de lançamentos no Banco de Compras de todas as contratações e os aditamentos formalizados;
- Prestação de informações solicitadas pela Advocacia-Geral da União relativas às reclamatórias trabalhistas oriundas dos contratos celebrados com o Tribunal;
- Análise das planilhas de repactuação solicitadas pelas contratadas em função de homologação de convenção coletiva de trabalho;

- Negociação, com os locadores, de eventuais valores requeridos acima dos índices oficiais como condição à prorrogação dos contratos de locação de imóvel;
- Lançamento, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – Siasg, de todos os convênios e contratos onerosos celebrados, de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União;
- Instrução de pedidos de prorrogação de prazo de execução formulados pelos fornecedores;
- Encaminhamento do contrato para assinatura das partes;
- Acompanhamento da prestação da garantia contratual, quando for o caso;
- Encaminhamento da relação mensal das apostilas aos contratos para a Coordenadoria de Contabilidade.

Relativamente aos dados estatísticos, em 2015 foram celebrados 122 contratos, 4,27% a mais que em 2014, em que foram celebrados 117. No mesmo período, foram firmados 197 termos aditivos, o que representa uma diminuição de 12,22% em relação ao ano de 2014, quando foram formalizados 221.

SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

A Secretaria de Manutenção e Projetos – Sempro é responsável pela criação, materialização e manutenção das edificações do Tribunal e visa à provisão de espaços adequados para as atividades desenvolvidas, atentando-se à sustentabilidade ambiental.

O fluxo do desenvolvimento dos serviços de engenharia e arquitetura desenvolvidos pela Secretaria de Manutenção e Projetos reflete a sua estrutura organizacional. Dessa forma, o relatório de atividades da Sempro é apresentado de acordo com sua estrutura, discriminando as atividades desenvolvidas no âmbito da Seção de Planejamento; da Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços – Copex e suas respectivas Seções; e da Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais – Comip.

Seção de Planejamento

As ações da Seção de Planejamento visam a auxiliar a Direção da Secretaria no gerenciamento e controle das ações desenvolvidas e no planejamento de metodologias de trabalho eficientes, eficazes e efetivas, além de implementar o Sistema de Avaliação e Priorização

de Obras. Durante o ano de 2015, foram realizadas prioritariamente ações de apoio técnico à Secretaria.

Ações Estratégicas

Dentre as ações estratégicas desenvolvidas em 2015 pela Seção de Planejamento destaca-se, na área de gestão documental, a consolidação das informações referentes às edificações ocupadas pelo Tribunal para futura criação de um banco de dados, fundamental para pesquisa e consulta das características de cada imóvel.

Ações de Apoio Técnico

A Seção de Planejamento desenvolveu atividades rotineiras buscando complementar as atividades das Coordenadorias e demais Seções vinculadas à Sempro, destacando-se:

- Elaboração de Planejamento de Licitação, Projetos Básicos e Termos de Referência: documentos elaborados para encaminhar à Administração do Tribunal os projetos e as especificações de arquitetura e engenharia e, eventualmente, especificação de produtos ou serviços comuns, com vistas à contratação ou aquisição do objeto especificado. Em 2015, foram realizados planejamentos de licitação e projetos básicos para cinco certames, além da elaboração de uma minuta para contratação de empresa para avaliação de imóveis locados;
- Análise de minutas de edital: a maioria das aquisições encaminhadas pela Sempro, notadamente pela Copex, que necessitem de realização de um procedimento licitatório, são encaminhadas para a Seção de Planejamento para uma análise técnica da minuta do Edital. Tal análise visa a adequar e corrigir quaisquer aspectos técnicos relevantes para a realização do certame e, quando for o caso, para a celebração de contrato. No ano de 2015, foram analisadas seis minutas de Edital;
- Análise de propostas: as propostas de preços apresentadas nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia passam por análise técnica, a fim de verificar pontos específicos do Edital, como o atendimento de atestados de capacidade técnica, a assinatura de profissional legalmente habilitado no orçamento, entre outras. Em 2015, foram analisadas as propostas para cinco certames.

Ações Diversas

A Seção de Planejamento também realizou ações diversas, tais como:

- Proposição de aquisições de Normas da ABNT, de *softwares* de arquitetura e engenharia;

- Renovação de assinaturas de revistas Editora PINI e do PLEO (serviços de cotação eletrônica para construção civil);
- Envio de informações a diversas unidades e setores do Tribunal;
- Encaminhamento da renovação das assinaturas do *software Autocad* para a Sempro;
- Coleta de indicadores de desempenho de demandas de infraestrutura predial para a Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais (AGE) e estudo para metas de redução de consumo de energia elétrica dos imóveis ocupados por unidades do Tribunal;
- Encaminhamento mensal das metas nacionais do CNJ e das metas do CSJT para a Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais (AGE);
- Digitalização de pranchas de desenho em papel vegetal, para constituição de banco de dados eletrônico dos projetos de edificações do Tribunal;
- Elaboração dos laudos de avaliação de imóveis da União para fins contábeis da Secretaria do Patrimônio da União (SPU);
- Realização da especificação para contratação e fiscalização dos laudos de avaliação de imóveis locados nas cidades de Santa Rosa e Três Passos para fins de repactuação do contrato de locação;
- Encaminhamento e controle de pagamento das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) e dos Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) dos profissionais engenheiros e arquitetos da Sempro;
- Atualização mensal do menu Transparência do site do Tribunal no que tange às medições, aos contratos, aos termos aditivos e às demais informações referentes às obras em trâmite no Tribunal;
- Contratação de levantamento planialtimétrico em relação ao terreno doado no município de Rio Grande, com vistas a determinar os exatos limites do terreno;
- Encaminhamento de informações e documentos referentes às obras em execução no Tribunal para o CSJT e para a Secretaria de Controle Interno – Seconti.

COORDENADORIA DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS

As ações da Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços – Copex englobam o desenvolvimento e acompanhamento das obras de engenharia, desde adaptações e

reformas de espaços existentes, sejam eles próprios, locados ou cedidos, até a construção de novas sedes para abrigar Unidades de todo o Tribunal, tanto na Capital e na Região Metropolitana, como no Interior do Estado. Tais ações são geridas a partir do Plano de Obras – 2011 – 2015 e do Plano Permanente de Modernização das Instalações.

A Copex atua na elaboração de projetos de arquitetura, executivos e complementares e outras intervenções civis, na elaboração de orçamentos técnicos discriminados e estudos, em vistorias e avaliações técnicas relativas a edificações e nas atividades técnicas de gestão, coordenação e fiscalização de todos os contratos de obras e serviços de engenharia e arquitetura.

Os contratos de engenharia geridos e fiscalizados pela Copex, para construção de novas edificações, ampliações e reformas de diversos portes, compreendem a elaboração de projetos executivos e complementares (de arquitetura, hidrossanitário, plano de prevenção contra incêndio – PPCI, estruturas e fundações).

Como principais ações voltadas à construção e ao uso das edificações, realizadas no ano de 2015, destacaram-se:

- Estudos de ocupação dos espaços para racionalização dos fluxos de pessoas e processos, considerada a acessibilidade;
- Gestão e fiscalização dos contratos dos escritórios de projetos de arquitetura, estruturas e fundações; hidrossanitário e PPCIs, e análise dos projetos correlatos desenvolvidos para várias localidades da Capital e do Interior, destacando-se os projetos dos novos prédios dos Foros de Triunfo, São Borja, Lagoa Vermelha, Alegrete, Arroio Grande, Vacaria; a ampliação do Foro Trabalhista de São Jerônimo; o *retrofit* do 11º e 10º pavimentos do Prédio-Sede; a reforma do térreo do Prédio 3 do Foro Trabalhista da Capital para instalação do restaurante; a reforma do térreo do Prédio-Sede para instalação da Galeria dos Presidentes e Corregedores; as adequações de PPCI para mais de 25 localidades; adequações de acessibilidade, etc;
- Fiscalização do contrato de reformas de médio e grande porte por sistema de registro de preços;
- Acompanhamento da aprovação das obras junto aos órgãos competentes;
- Elaboração do orçamento dos diversos serviços de engenharia e arquitetura, desde construção de novas edificações para instalação de Varas do Trabalho e Foros Trabalhistas, até ampliações, reformas e adequações de diversas edificações da Capital e do Interior;
- Fiscalização dos diversos serviços de engenharia e arquitetura, desde as obras para novas edificações para instalação de Varas do Trabalho e Foros Trabalhistas, até ampliações, reformas e adequações de diversas edificações da Capital e do Interior;

- Atendimento ao público, apropriação e registro das demandas feitas pelos usuários do Tribunal e encaminhamento às respectivas Seções, para providências;
- Elaboração, integrada às outras Seções, de rotinas com vistas à efetiva execução das atividades demandadas e redução de tempo dispendido;
- Inclusão e ateste do recebimento de materiais e serviços de notas fiscais e documentos em compras originadas de procedimentos licitatórios ou por dispensa (compra direta), para fins de liquidação e pagamento, com elaboração de planilhas periódicas de medição de serviços.

A Copex é composta por três seções: Seção de Fiscalização de Obras e Serviços, Seção de Orçamentos de Obras e Serviços e Seção de Projetos de Edificações.

Seção de Fiscalização de Obras e Serviços

A Seção de Fiscalização de Obras e Serviços atuou na fiscalização de contratos essenciais para a execução do Plano de Obras e de ações de modernização das edificações do Tribunal.

Dentre as principais atuações da Seção, destacaram-se a fiscalização das construções dos novos prédios para os Foros Trabalhistas de Uruguaiana e Erechim (concluídos em 2015) e Estrela (cujo contrato foi rescindido no decorrer do ano de 2015); das ampliações dos Foros Trabalhistas de Gravataí (concluída no ano de 2015), São Leopoldo e Lajeado (cujos contratos foram rescindidos); da construção do novo prédio para a instalação da Vara do Trabalho de Viamão; de reformas em diversas edificações do Interior para adequações de acessibilidade universal, e ações de modernização no Interior e na Capital.

Além das ações de fiscalização, a Seção é responsável pelo pós-obra, recebendo e demandando ações que envolvam garantia das obras entregues.

As fiscalizações exercidas pela Seção redundou na apropriação de mais de 20 milhões de reais em serviços e alguns milhares de metros quadrados de área construída ou reformadas.

Lista das principais demandas fiscalizadas, por modalidade de licitação:

Concorrência	
Nº Processo	**Objeto**
0004/13-3	Contratação da obra do novo Foro Trabalhista de Estrela (contrato rescindido em 03-12-2015)
0005/13-3	Contratação de empresa para a construção do Foro Trabalhista de Erechim
0007/13-3	Contratação de empresa para a construção do Foro Trabalhista de Uruguaiana (processo anterior: 01/2013)

0008/13-3	Contratação de empresa para a construção da ampliação do Foro Trabalhista de São Leopoldo (rescindido em 03-12-2015)
0001/14-3	Reformas gerais e construção da ampliação do 3º pavimento do Foro Trabalhista de Gravataí (processo anterior: 006/2013)
0005/14-3	Contratação de empresa de engenharia para a construção da ampliação do Foro Trabalhista de Lajeado (rescindido em 22-05-2015)
0001/15-3	Contratação de empresa para a construção da Vara do Trabalho de Viamão

Tomada de Preços	
Nº Processo	**Objeto**
0003/14-2	Contratação de empresa para reforma da Vara do Trabalho de Estância Velha
0001/15-2	Contratação da execução de acessibilidade de edificações – grupo 1 (Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel)
0003/15-2	Contratação da execução de acessibilidade de edificações – grupo 2 (Canoas, Panambi, Palmeira das Missões e Soledade)

Convite	
Nº Processo	**Objeto**
0004-14-1	Contratação de empresa para execução de reforma para aproveitamento de espaço no prédio do depósito centralizado de Porto Alegre – Provenzano (processo anterior: 03/2014-1)
0003/15-1	Contratação da execução da acessibilidade do prédio do Posto Avançado de Dom Pedrito

Compra Direta	
Nº Processo	**Objeto**
0353/15-4	Contratação de empresa para ampliação da sala de audiências do Foro Trabalhista de Ijuí (processos anteriores: Convite nº 01/2015 – Convite nº 02/2015-1)

Pregão Eletrônico 0029/15-4 – ARP 0015/15 Contratação de empresa de engenharia para execução de reformas de médio e grande porte para os prédios da Justiça do Trabalho	
Nº Processo	**Objeto**
61/2015	Reforma do pavimento térreo do Foro Trabalhista de Porto Alegre para instalação do novo Restaurante – Fase 1
83/2015	Reforma do pavimento térreo do Foro Trabalhista de Porto Alegre para instalação do novo Restaurante – Fase 2

Seção de Orçamentos de Obras e Serviços

A Seção de Orçamentos de Obras e Serviços, no ano de 2015, elaborou mais de 35 peças técnicas de orçamento discriminado, totalizando mais de 42 milhões de reais em quantificações e definições de custo, atendendo não só a necessidade de agregar peças técnicas aos editais de licitação, mas também a análise de preços de propostas de aditivos dos contratos em execução.

Além disso, a Seção de Orçamentos de Obras e Serviços auxiliou a coordenação da Copex na análise de projetos hidrossanitários e de PPCI para diversas localidades; a Seção de Planejamento, na elaboração da avaliação de 16 imóveis próprios e na fiscalização da contratação de quatro laudos de avaliação de imóveis locados pelo Tribunal; e a Seção de Fiscalização, na fiscalização das obras de construção do novo Foro Trabalhista de Santo Ângelo e de algumas reformas em edificações da Capital.

A seguir, relacionam-se as ações realizadas pela Seção no ano de 2015, organizadas por localidade e tipo da demanda:

Localidade	Demanda Orçada	
	Tipo	Descrição
Bento Gonçalves	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona o Foro Trabalhista
Cachoeira do Sul	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona a VT
Cachoeirinha	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona o Foro Trabalhista
Canoas	Orçamento de Aditivo	Ampliação do Foro Trabalhista – adequações para acessibilidade universal
Cruz Alta	Avaliação de imóvel	Montagem das peças e fiscalização da contratação de empresa para avaliação do imóvel locado onde está instalado o Foro Trabalhista
Dom Pedrito	Orçamento	Reforma para adequações de acessibilidade universal na edificação do Posto Avançado
Erechim	Orçamento de Aditivo	Construção do novo Foro Trabalhista – metais sanitários; plataforma para unidades condensados dos aparelhos de climatização
Estância Velha	Orçamento de Aditivo	Reforma de ampliação do Foro Trabalhista – inclusão da execução do esgoto cloacal
	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona a VT

Localidade	Demanda Orçada	
Esteio	Avaliação de imóvel	Montagem das peças e fiscalização da contratação de empresa para avaliação do imóvel locado onde está instalado o Foro Trabalhista
Estrela	Orçamento de Aditivos	Construção do Foro Trabalhista – ETE de Estrela; serviços diversos
Farroupilha	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona a VT
Gravataí	Orçamento de Aditivo	Ampliação do Foro Trabalhista – laudo de incêndio
Gramado	Avaliação de imóvel	Montagem das peças e fiscalização da contratação de empresa para avaliação do imóvel locado onde está instalado o Foro Trabalhista
Guaíba	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona o Foro Trabalhista
Ijuí	Orçamento	Reforma para ampliação da sala de audiências
Lajeado	Orçamento de Aditivo	Ampliação do Foro Trabalhista – impermeabilização da laje de cobertura
Montenegro	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona a VT
Novo Hamburgo	Orçamento	Atualização do orçamento da construção do novo Foro Trabalhista para fins de licitação
Osório	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona a VT
Passo Fundo	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funcionava o Foro
Palmeira das Missões	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona a VT
Porto Alegre	Orçamento	Reforma da Biblioteca (Prédio 3 do Foro)
	Fiscalização	Reforma da troca do telhado do Prédio 2 do Foro Trabalhista
	Fiscalização	Acompanhamento das obras de adequação viária da esquina da Av. Praia de Belas com Av. Ipiranga
	Orçamento de Aditivos	Reforma / Retrofit do 11º pavimento do Prédio-Sede, forro, luminárias, eucatex e perfis U
	Orçamento	Substituição da pele de vidro do Prédio Anexo – para viabilizar instrução do processo administrativo de sanção contra a empresa construtora
	Orçamento	Impermeabilização dos terraços do Prédio 2 do Foro Trabalhista e Prédio-Sede
	Fiscalização	Impermeabilização dos terraços do Prédio 2 do Foro Trabalhista e Prédio-Sede – TP nº 04/15-2
	Fiscalização	Obras de reforma do 11º andar do Prédio-Sede

Localidade	Demanda Orçada	
	Orçamento	Reforma do térreo do Prédio-Sede para instalação da Galeria dos Presidentes e Corregedores – executada por meio da ARP nº 15/2015
	Orçamento	Reforma do térreo do Prédio 3 do Foro Trabalhista para instalação do Restaurante – executada através da ARP nº 05/2015
	Análise de projeto	Análise do projeto de PPCI executado pelo escritório contratado (ENGEF)
	Orçamento	Reforma / Retrofit do 10º andar do Prédio-Sede – executada por meio da ARP nº 15/2015
	Orçamento de Aditivo	Reforma do térreo do Prédio 3 do Foro Trabalhista para instalação do Restaurante – projeto hidrossanitário e PPCI
	Orçamento	Entrega do imóvel locado na rua André Belo
Santa Cruz do Sul	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona o Foro Trabalhista
Santa Maria	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona o Foro Trabalhista
Santa Rosa	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona o Foro Trabalhista
Santana do Livramento	Análise de projeto	Análise do projeto de PPCI executado pelo escritório contratado (ENGEF)
Santo Ângelo	Orçamento	Obras civis da Subestação Transformadora
	Orçamento	Levantamento de quantitativos para compra de materiais para construção do novo Foro Trabalhista
	Análise de projeto	Análise do projeto de PPCI executado pelo escritório contratado (ENGEF)
	Orçamento	Cercamento do novo prédio da VT
	Especificação	Cercamento do novo prédio da VT
	Fiscalização	Construção do novo Foro Trabalhista – Concorrência nº 04/2014-3
São Gabriel	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona o Foro Trabalhista
São Jerônimo	Análise de projeto	Análise do projeto de PPCI executado pelo escritório contratado (ENGEF)
São Leopoldo	Orçamento de Aditivo	Ampliação do Foro Trabalhista – aditivo de projetos

Localidade	Demanda Orçada	
	Avaliação de imóvel	Montagem das peças e fiscalização da contratação de empresa para avaliação do imóvel locado onde está instalada a 4ª VT
Sapiranga	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona o Foro Trabalhista
Soledade	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona o Foro Trabalhista
Taquara	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio onde funciona o Foro Trabalhista
Triunfo	Análise de projeto	Análise do projeto de PPCI executado pelo escritório contratado (ENGEF)
	Orçamento	Construção do novo prédio
Uruguaiana	Orçamento de Aditivos	Construção do novo Foro Trabalhista – demolições, emulsão e contrapiso e PPCI; esgoto pluvial; venezianas e vergas
Viamão	Orçamento	Adaptações do orçamento após alterações do projeto, para viabilizar a aprovação do CSJT
	Orçamento	Levantamento de quantitativos para compra de materiais para construção do novo Foro Trabalhista
Diversas	Orçamento	Reforma para adequações de acessibilidade universal nas edificações de Palmeira das Missões, Soledade, Canoas e Panambi – grupo 2
	Orçamento	Reforma para adequações de acessibilidade universal nas edificações de Santana do Livramento, São Gabriel, Dom Pedrito e Rosário do Sul – grupo 1
	Orçamento	Contratação de empresa para Reformas de Médio e Grande Porte nas edificações do TRT

Seção de Projetos de Edificações

A Seção de Projetos de Edificações, no ano de 2015, executou e fiscalizou atividades técnicas de projeto para cerca de 30 localidades. Em especial, foram realizados projetos para novos Foros Trabalhistas; reformas de pequeno, médio e grande porte, para solução de patologias, adequações para atendimento das legislações de incêndio e acessibilidade universal; tramitações legais de projetos e regularizações de imóveis junto a Prefeituras Municipais; alterações de *layout*; projetos de mobiliários especiais.

Conforme se verifica na tabela a seguir, a Seção foi responsável, em 2015, pelo atendimento de mais de 70 demandas, localizadas na Capital e em diversas localidades do Interior do Estado.

Muitos projetos foram ou ainda estão sendo desenvolvidos pelos próprios técnicos da Seção de Projetos e Edificações, e outros são encaminhados e realizados pelo escritório de arquitetura contratado pelo Tribunal, sob a fiscalização da Seção. Além disso, a Seção de Projetos e Edificações atua na fiscalização do contrato do escritório que realiza projetos de estruturas e fundações, e auxilia a coordenação da Copex na fiscalização do escritório contratado para elaboração de projetos hidrossanitários e PPCI para as diversas edificações do Tribunal.

Além dessas ações, a Seção foi responsável pela elaboração do projeto de arquitetura e executivo, assim como pela fiscalização das obras de reforma do térreo do Prédio-Sede para a instalação da nova Galeria de Presidentes e Corregedores do Tribunal, e desenvolveu o projeto do mobiliário especial para as novas instalações da Administração (Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Regional e Vice-Corregedoria Regional).

A seguir, relacionam-se as demandas no ano de 2015, organizadas por localidade:

Localidade	Demanda
Alegrete	Novo Foro Trabalhista – projetos de arquitetura, executivo e complementares em desenvolvimento pelos escritórios contratados (de arquitetura, estruturas e fundações, hidrossanitário e PPCI)
Arroio Grande	Novo Foro Trabalhista – projetos de arquitetura, executivo e complementares em desenvolvimento pelos escritórios contratados (de arquitetura, estruturas e fundações, hidrossanitário e PPCI)
Bento Gonçalves	Elaboração de informação ao Ministério Público sobre a acessibilidade da edificação, a partir de relatório realizado pelo escritório de arquitetura contratado
	Reforma, incluindo organização espacial interna, adequações de acessibilidade, PPCI, aprovações na Prefeitura e bombeiros – projetos de arquitetura, executivo e complementares em desenvolvimento pelos escritórios de arquitetura, hidrossanitário e PPCI
Camaquã	Regularização do Anexo (área de convivência) na Prefeitura Municipal – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado
Canoas	Projeto para reforma da 5ª VT – criação de um gabinete para juíza substituta, ampliação da copa, reforma da OAB para instalação do gabinete do juiz titular
	Regularização na Prefeitura Municipal da ampliação construída – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado

Localidade	Demanda
Caxias do Sul	Reforma para adequações do PPCI e solicitações das unidades – projetos de arquitetura e PPCI em desenvolvimento pelos escritórios contratados
Erechim	Estudo de *layout* para instalação de sala de perícias
	Encaminhamento da compra de persianas para o novo Foro Trabalhista
Farroupilha	Reforma e adequações para o PPCI – projetos de arquitetura e PPCI em desenvolvimento pelos escritórios contratados – de arquitetura e hidrossanitário e PPCI
Gramado	Reforma e *layout* para CCDF
	Layout do evento da implantação do Sistema PJe-JT no Foro Trabalhista
Gravataí	Regularização e aprovação de projeto na Prefeitura Municipal
	Encaminhamento da compra de persianas para o novo Foro Trabalhista
Lagoa Vermelha	Novo Foro Trabalhista – projetos de arquitetura, executivo e complementares em desenvolvimento pelos escritórios contratados (de arquitetura, estruturas e fundações, hidrossanitário e PPCI)
Marau	Reforma para construção de um banheiro e adequações de acessibilidade – projeto desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado
Montenegro	Estudos para ampliação da sala de audiências
Novo Hamburgo	Fiscalização e análise de projetos arquitetônicos básicos e executivos e complementares, com apoios das áreas especializadas (civil, mecânica e elétrica), para o novo prédio do Foro Trabalhista
	Acompanhamento da aprovação junto aos órgãos competentes do novo Prédio do Foro Trabalhista
	Preparação e encaminhamento do material para aprovação do projeto do novo Foro Trabalhista pelo CSJT
Palmeira das Missões	Reforma para construção de dois vestiários e adequações de acessibilidade – projeto desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado
Passo Fundo	Contratação e fiscalização de sondagem e planialtimétrico do terreno
	Demolição parcial da edificação existente e adequações hidrossanitárias e elétricas necessárias – projetos desenvolvidos pelos escritórios de arquitetura e hidrossanitário contratados
	Ampliação do prédio próprio, com construção de nova edificação – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado
Pelotas	Reforma (transformação do restaurante em Auditório, do Auditório em Sala de Audiências e do depósito da cozinha em sala de perícias)

Localidade	Demanda
	Reforma para adequações internas, adequações de acessibilidade e de PPCI – projetos de arquitetura e PPCI desenvolvidos pelos escritórios de contratados, e de estrutura e cobertura da escada em desenvolvimento pelo escritório de estruturas e fundações contratado
	Laudo estrutural em desenvolvimento pelo escritório de estruturas e fundações contratado
Santa Cruz do Sul	Reforma para otimização das áreas do Foro Trabalhista e adequações de acessibilidade – projetos de arquitetura, executivo e complementares em desenvolvimento pelos escritórios contratados (de arquitetura, estrutura e fundações, hidrossanitário e PPCI)
Santa Maria	Reforma geral, com reorganização espacial interna, acessibilidade, solução de patologias, etc. – projetos de arquitetura, executivo e complementares em desenvolvimento pelos escritórios contratados (de arquitetura, estrutura e fundações, hidrossanitário e PPCI)
Santo Ângelo	Readequação do projeto de arquitetura do novo Foro Trabalhista para redução dos custos, de acordo com as solicitações do CSJT
	Readequação do projeto estrutural de concreto, estrutura metálica do telhado, e fundações do novo Foro Trabalhista (de acordo com as reduções) – projeto desenvolvido pelo escritório contratado de estruturas e fundações
	Projeto de compactação do aterro do novo Foro Trabalhista – projeto desenvolvido pelo escritório de estruturas e fundações contratado
São Borja	Novo Foro Trabalhista – projetos de arquitetura, executivo e complementares em desenvolvimento pelos escritórios contratados (de arquitetura, estruturas e fundações, hidrossanitário e PPCI)
São Jerônimo	Reforma para otimização das áreas do Foro Trabalhista, adequações de acessibilidade, e solução de patologias – em desenvolvimento pelos escritórios contratados (de arquitetura, estrutura e fundações, hidrossanitário e PPCI)
São Leopoldo	Projeto para instalação, pela empresa executora da obra, de contêineres para abrigar o arquivo e canteiro de obra
	Projeto de adequação da edificação própria existente para possibilitar a execução da nova edificação
Triunfo	Novo Foro Trabalhista – projetos de arquitetura, executivo e complementares em desenvolvimento pelos escritórios contratados (de arquitetura, estruturas e fundações, hidrossanitário e PPCI)
Taquara	Projeto para reforma e *layout* da CCDF
	Projeto de *layout* para instalação de uma sala de audiências no espaço destinado a um posto bancário
Uruguaiana	Encaminhamento da compra de persianas para o novo Foro Trabalhista

Localidade	Demanda
Vacaria	Contratação e fiscalização de sondagem e planialtimétrico do terreno doado
	Levantamento físico da edificação locada – desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado
	Novo Foro Trabalhista – projetos de arquitetura, executivo e complementares – em desenvolvimento pelos escritórios contratados (de arquitetura, estruturas e fundações, hidrossanitário e PPCI)
Viamão	Readequação do projeto do novo Foro Trabalhista para redução dos custos e possibilitar a aprovação pelo CSJT
	Acompanhamento da aprovação junto aos órgãos competentes do projeto do novo Foro Trabalhista
	Preparação e encaminhamento do material para aprovação do projeto do novo Foro Trabalhista pelo CSJT
	Readequação do projeto estrutural de concreto, estrutura metálica do telhado, e fundações do novo Foro Trabalhista (de acordo com as reduções) – projeto desenvolvido pelo escritório contratado de estruturas e fundações
Foro de Porto Alegre e outras localidades em Porto Alegre	Acompanhamento na Prefeitura da solicitação de índice construtivo para ampliação do Foro Trabalhista de Porto Alegre. Previsão de construção de uma torre de escritório, um estacionamento e ampliação do Prédio 2
	Prédio 1 – comunicação social das salas da Coordenadoria de Saúde
	Prédio 1 – *layout* da 6ª VT
	Prédio 2 – alteração de *layout* da Central de Mandados
	Prédio 2 – em desenvolvimento propostas para adequação de *layout* das Varas do Trabalho que tiveram ampliação das suas secretarias
	Prédio 3 – adequação de acessibilidade do Auditório Ruy Cirne Lima, da Escola Judicial
	Prédio 3 – em desenvolvimento – projeto de mobiliário para o palco do Auditório Ruy Cirne Lima
	Restaurante do Foro Trabalhista – reforma do térreo do Prédio 3 para instalação do restaurante – projetos arquitetônico, executivos e complementares desenvolvidos pelos escritórios contratados de arquitetura, estrutura e fundações, hidrossanitário e PCCI
	Depósito localizado na Rua Aureliano de Figueiredo Pinto– contratação e fiscalização da sondagem e planialtimétrico
	Depósito da Rua Aureliano de Figueiredo Pinto – reforma para instalação da Marcenaria e CLOG – projetos arquitetônico, executivo e complementares em desenvolvimento pelos escritórios contratados (de arquitetura, estrutura e fundações, hidrossanitário e PPCI)

Localidade	Demanda
	Rua João Telles – comunicação visual da entrada do Prédio (letreiro – *Justiça do Trabalho,* e numeração), e dos andares (projeto de placa informativa)
	Rua João Telles – levantamento físico detalhado – desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado
	Rua João Telles – *layout* para a Secretaria do Memorial, com exposição do mobiliário do Acervo
	Rua João Telles – projeto executivo e compra de contêiner para instalação da guarita e sala de apoio para terceirizados
	Rua Jacob Vontobel – Estudo de Viabilidade desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado
Porto Alegre – Prédio Administrativo	Compra e fiscalização da instalação do piso podotátil no pavimento térreo
	Layouts para Secretaria de Administração, Coordenadoria de Planejamento e Sempro
	Layout para Setic (Seção de Microinformática)
	Acessibilidade – projeto desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado
Porto Alegre – Prédio-Sede	Diversos *layouts*: Gabinetes 803, 801, 503, 208, 504, Corregedoria Regional e Presidência
	Acessibilidade – projeto desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado
	Projeto de Reforma dos Gabinetes 209 e 805
	Projeto arquitetônico executivo do Retrofit do 11º andar
	Projeto arquitetônico executivo do Retrofit do 10º andar – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado
	Projeto do mobiliário da Presidência e da Vice-Presidência
	Projeto de arquitetura e executivo e fiscalização das obras de reforma do térreo do Prédio-Sede para instalação da Galeria de Presidentes e Corregedores (Contrato nº 60/2015, oriundo da Ata de Registro de Preços nº 15/2015)
	Projeto para mudança dos setores do 10º andar (ala sul), para o 6º andar (ala norte), possibilitando continuidade do Retrofit no 10º andar
	Comunicação visual provisória do 11º andar (Presidência e Vice-Presidência)
	Projeto de comunicação visual do Prédio-Sede, que será padronizado para todas as unidades do Interior e da Capital

COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS

As ações da Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais – Comip englobam a implantação do Plano de Manutenção Predial Permanente, a coordenação e fiscalização dos contratos regionais de manutenção predial, a coordenação e fiscalização dos contratos de manutenção das instalações mecânicas e de climatização, a implementação do Plano Permanente de Modernização das Instalações Prediais, o projeto, o orçamento e a fiscalização das instalações mecânicas e eletrológicas de todos os prédios do Tribunal (Capital e Interior), além de estudos, vistorias e avaliações técnicas relativas à manutenção predial, às instalações eletrológicas e mecânicas.

A Comip é composta por cinco seções: Seção de Manutenção; Seção de Instalações Eletrológicas; Seção de Instalações Mecânicas; Seção de Marcenaria e Carpintaria; e Seção de Edificações e Metalurgia.

A seguir, relacionam-se as ações de maior relevância realizadas no ano de 2015, organizadas por localidade:

Localidade	Ação
Diversas	Instalações e manutenções de persianas em todas as unidades judiciárias e administrativas do Estado.
	Instalações de películas de controle solar em todas as unidades judiciárias e administrativas do Estado.
	Recarga, controle, ajustes e emissão de memoriais de todo o acervo de extintores das unidades judiciárias e administrativas do Estado.
	Controle e ajustes gerais dos PPCIs em todas as unidades judiciárias e administrativas do Estado, incluindo todos os elementos que o compõem, como extintores, hidrantes, *sprinklers*, mangueiras, centrais de alarme, placas, etc.
	Contratação de empresa para execução dos serviços de manutenção de aparelhos condicionadores de ar, abrangendo todas as unidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região e todos os tipos de climatização no que diz respeito à manutenção corretiva e preventiva, com ações programadas e emergenciais, além de implementar o Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC), conforme determina a Portaria nº 3.523 do Ministério da Saúde
	Contratação de empresa para serviços de manutenção preventiva em subestações de energia, para todas as unidades do Estado

	Renovação do contrato para a realização de serviços de manutenção predial programada preventiva e corretiva em todo o Estado, englobando visitas mensais em todos os Foros Trabalhistas, com inúmeras ações de manutenção predial, incluindo equipamentos, de caráter preventivo e corretivo
	Renovação do contrato para a realização de serviços de manutenção em cabeamento estruturado, de forma programada, preventiva e corretiva em todo o Estado
	Execução de pontos eletrológicos nas salas de audiência visando à implantação do Sistema PJe-JT em várias unidades do Interior do Estado
	Ações nos CPDs de Foros Trabalhistas do Interior do Estado permitindo a troca de *racks* por parte da Setic
	Aquisição de aparelhos *splits*, por registro de preços
	Aquisição de luminárias LED, por registro de preços
	Contratação e gerenciamento de todos os contratos, divididos por prédio, de elevadores em todo o Estado
	Apoio aos eventos do Cerimonial
Prédio-Sede	Fiscalização de projetos e da execução das áreas de eletrológica e climatização da nova Galeria dos Presidentes e Corregedores
	Pintura da sala 1003
	Confecção, pela área de marcenaria, dos móveis para as copas das novas dependências da Presidência e Vice-Presidência
	Pintura da sala 1004
	Tratamento de impermeabilização geral no terraço do Prédio-Sede
	Reforma geral na sala 307
	Reforma geral na sala 308
	Pinturas gerais externas, incluindo grades, muretas, entrada do TRT, escadaria, etc.
	Pintura da sala 916
	Ações de correção do PPCI
	Serviços de esgotamento da rede cloacal e desentupimento por hidrojateamento
	Instalação de novas persianas em todo o 11º andar
	Conserto geral das portas de vidro
	Serviços gerais de reforma civil no 11º andar, em complementação ao *retrofit*
	Fiscalização de projetos e da execução das áreas eletrológica e de climatização do *retrofit* do 11º andar
	Fiscalização de projetos das áreas de eletrológica e climatização do *retrofit* do 10º andar
	Reforma na Sala da Expedição
	Pintura sala 310

	Execução de cobertura da marquise do corredor de acesso ao Foyer do Plenário
	Reforma da sala 809
	Pintura das portas corta-fogo
	Pintura parcial dos corrimãos das escadas
	Pintura dos corredores do subsolo
	Reforma geral no 6º Andar, com a criação da nova Sala de Sessões e novas dependências da 2ª SDI, 11ª Turma e SEEx
	Reforma da sala 801
	Pintura da sala 501
	Reforma da sala 401
	Reforma da sala 307
	Pintura da sala 704
	Reforma da sala 206
	Pintura da sala 207
	Reforma na sala 208
	Instalação de isolamento acústico na sala 508
	Adequação do *layout* da sala 505
Prédio Administrativo e Auditório do Pleno	Reformas no restaurante, com colocação de portas e marcos de alumínio e melhorias gerais
	Instalação de pisos podotáteis internos
	Ação para solucionar problemas de infiltração na área do Plenário reservada aos magistrados
	Conserto geral das portas de vidro
	Conserto geral do capeamento do terraço
	Pintura do Foyer do Plenário
	Pintura e outras ações na área do Plenário reservada aos magistrados
	Reforma do portão de acesso de veículos
	Reforma, com divisórias, na Coordenadoria de Atendimento a Usuários (Setic)
Foro Trabalhista de Porto Alegre	Detecção e conserto de infiltrações no restaurante
	Fiscalização de projetos e da execução das áreas de eletrológica e climatização da construção das novas dependências do Restaurante
	Execução de rampa para acesso de cadeirantes no Auditório
	Reformas gerais e manutenção do Foro Trabalhista, tais como: manutenção no passeio público; pinturas nas áreas dos saguões; reformas no sistema de pisos paviflex no Prédio 2 (especialmente), pinturas de piso de estacionamento; serviços de gesso; recomposições em azulejos; colocação de mais um mastro para bandeira e pintura, etc.
	Desentupimento da rede cloacal por hidrojateamento
	Pintura geral no 6º andar do Prédio 1 e Restaurante (parcial)

	Reforma geral na área de entorno do CPDII
	Execução de reforma para instalação na sala de armas, no subsolo
	Pintura geral na Escola Judicial
	Fiscalização da implantação do novo sistema de climatização do Foro Trabalhista, com sistema tipo VRF: Conclusão do Prédio 1 em novembro/2015
	Construção e instalação de novos móveis para os três consultórios odontológicos da Coordenadoria de Saúde
	Execução de nova plataforma elevatória para o restaurante
	Contratação e execução do novo sistema de climatização da Biblioteca
	Adequação do *layout* na Assessoria de Gestão de Mudanças
Arquivo Geral da Rua João Telles	Pinturas no estacionamento
	Desentupimento da rede de esgoto por hidrojateamento
	Reforma geral no Memorial
	Instalação de contêiner para a segurança, em substituição à guarita
	Impermeabilização nos terraços
Arquivo da Rua Provenzano	Substituição geral dos vidros
	Aquisição e fiscalização de instalação de trilhos metálicos de proteção para as estantes metálicas (projeto-piloto)
	Ações de correção do PPCI
	Substituição de telhas e reparos gerais após dois temporais
Imóvel da Rua Aureliano de Figueiredo Pinto	Reforma geral para possibilitar seu uso como depósito do Cadastramento de Bens e instalação da Seção de Marcenaria
	Fiscalização de projetos das áreas de eletrológica e climatização da reforma geral definitiva do imóvel
Sede dos Transportes	Poda de árvores
Alegrete	Reforma geral civil de médio porte
Arroio Grande	Ações de manutenção predial de médio porte
Bagé	Pintura geral do gradil
Bento Gonçalves	Pintura interna geral e consertos de piso
Cachoeira do Sul	Manutenção geral das esquadrias
	Consertos gerais no telhado
Cachoeirinha	Ações de adequação do PPCI
	Colocação de grade com consertina no muro lateral
	Reforma de médio/grande porte no Foro Trabalhista, com reforma do telhado, sanando graves problemas de infiltração, pinturas, pisos internos, calçada, grades externas, etc.
Camaquã	Ações de manutenção predial no telhado para combatar infiltrações
Canoas	Serviços de algeroz
	Pinturas de Gabinetes e Central de Mandados
	Ações de reforma na 3ª VT
	Ações de reforma na 5ª VT

Capão da Canoa	Limpeza da rede de esgoto
Caxias do Sul	Limpeza da rede de esgoto
	Consertos gerais na fachada: *fulget*
	Reparos gerais na escada de acesso ao Foro Trabalhista
	Conserto total da cerca elétrica
	Reforma geral da 6ª VT
	Consertos gerais de piso paviflex
	Pinturas internas e reparos de alvenaria
	Reforma do piso na 2ª VT
	Recomposição de toda a calçada do Foro Trabalhista
	Execução de nova saída de esgoto, lingando-o à rede pública
Cruz Alta	Pinturas gerais e serviços de piso
Dom Pedrito	Troca da caixa d'água
	Fiscalização da instalação de plataforma elevatória
Encantado	Conserto das portas de vidro
Erechim	Fiscalização de projetos e da execução das áreas de eletrológica e climatização da construção da nova sede do Foro Trabalhista
Estância Velha	Fiscalização de projetos e da execução das áreas de eletrológica e climatização da reforma do Foro Trabalhista
Esteio	Conserto dos corrimãos
	Ações nas portas corta-fogo
	Pinturas externas gerais e limpeza de paredes
Estrela	Fiscalização de projetos e da execução das áreas de eletrológica e climatização da construção da nova sede do Foro Trabalhista
Farroupilha	Serviços de reforma interna nos Gabinetes
	Serviços de colocação de manta e reparos nas platibandas para combate a infiltrações
Frederico Westphalen	Reforma geral do sistema de climatização
Gramado	Reforma geral das instalações
	Serviços de reforma para instalação da Central de Atendimento ao Público, visando à implantação do Sistema PJe-JT
Gravataí	Serviços de capeamento geral, para combate a infiltrações
	Fiscalização de projetos e da execução das áreas de eletrológica e climatização da reforma do Foro Trabalhista
Guaíba	Ação de pintura
	Recuperação no telhado
	Colocação de porta de ferro

Ijuí	Pintura e serviços de alvenaria na sala de perícias
	Colocação de piso no arquivo
Itaqui	Reforma geral de médio porte
Lajeado	Reformas gerais de médio porte no Foro Trabalhista, incluindo pintura externa, ações no telhado, pinturas internas, conserto calçada, etc.
Montenegro	Ações de reforma geral, incluindo pinturas, recuperação e lavagem de *fulget*, conserto e colocação de calhas, substituição de porta, conserto de parquet, colocação de piso no Gabinete, poda geral das árvores, etc.
Novo Hamburgo	Execução de nova entrada de água, por determinação da concessionária
	Climatização da sala de espera
	Reformas de médio porte no Foro Trabalhista, englobando, pinturas de estacionamento, reforma na calçada, pinturas gerais, serviços de gesso, piso paviflex e azulejos; hidráulica; impermeabilização dos reservatórios de água
Osório	Limpeza da rede de esgoto e fossa
	Reforma completa da cerca elétrica e central de alarme
	Colocação de calhas
	Pintura da fachada
	Consertos gerais da calçada
Palmeira das Missões	Serviços de funilaria e impermeabilização no telhado e terraço técnico, combatendo graves problemas de infiltração
	Pinturas gerais
	Correção das infiltrações nas janelas
Passo Fundo	Instalação de *ventokits* nas copas, com saída exterior
	Reforma do sistema de iluminação nas 3ª e 4ª VTs
Pelotas	Reformas gerais de médio porte
	Instalação da sala de perícias e sala de treinamento
Rio Grande	Reformas gerais de pequeno porte
Santa Cruz do Sul	Conserto geral nas janelas, resolvendo problemas de infiltrações
	Contratação da substituição do elevador do Foro Trabalhista
Santa Maria	Consertos de gesso em todo o Foro Trabalhista, em complementação à instalação do sistema de alarme por parte da Coordenadoria de Segurança Institucional
	Reformas gerais de médio/grande porte, incluindo consertos no telhado, gesso, pinturas, grades, pisos, consertos no forro de gesso, etc.
Santo Ângelo	Fiscalização de projetos e da execução das áreas eletrológica e de climatização da construção da nova sede do Foro Trabalhista

São Jerônimo	Fiscalização de projetos da área eletrológica da reforma geral do Foro Trabalhista
São Leopoldo	Ações de funilaria no telhado
	Ações de reforma geral, incluindo substituição de pisos paviflex, pintura de Gabinetes, melhorias gerais no estacionamento, consertos no telhado, impermeabilização de terraço, consertos na calçada, etc.
	Fiscalização de projetos e da execução das áreas eletrológica e de climatização da reforma e expansão do Foro Trabalhista
	Abertura de entrada para o estacionamento e colocação de grades
Sapiranga	Reformas gerais de médio/grande porte no prédio, incluindo pinturas gerais internas e externas, alvenaria, conserto na calçada, conserto de infiltrações nas janelas dos saguões e sala de audiências
	Correções de PPCI
	Conserto das portas corta-fogo
Santa Rosa	Serviços gerais de manutenção predial de maior porte, tais como: consertos na calçada; construção de rampa de acesso; serviços na escadaria, no telhado, nas janelas, na porta, nos azulejos, etc.
Santana do Livramento	Ações de combate às infiltrações no telhado
São Borja	Serviços gerais de funilaria, visando a sanar problemas de infiltração
São Gabriel	Ações de reforma geral de médio porte
	Execução de inspeções no piso, para mitigar alagamentos
	Reforma no telhado (calhas) e terraço técnico, combatendo infiltrações
Sapucaia do Sul	Reforma completa da rede eletrológica
Taquara	Conserto portas corta-fogo e portas de vidro
Taquari	Substituição dos aparelhos condicionadores de ar de janela por aparelhos *splits* e reparos nas paredes externas
Triunfo	Substituição do aparelho condicionador de ar de parede por aparelhos modelo *split*
	Fiscalização de projetos das áreas eletrológica e de climatização da construção da nova sede do Foro Trabalhista
Uruguaiana	Fiscalização de projetos e da execução das áreas eletrológica e de climatização da construção da nova sede do Foro
	Execução de ações relativas à mudança da sede do Foro Trabalhista, como colocação de armários, adequações hidráulicas, letreiros, placas, etc.
Vacaria	Troca de janelas
Viamão	Fiscalização dos projetos das áreas de eletrológica e climatização da construção da nova sede do Foro Trabalhista

Seção de Manutenção

Durante o exercício de 2015, a Seção de Manutenção executou atividades de supervisão da execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos prédios do Tribunal, bem como dos consertos, das instalações e dos diversos bens patrimoniais existentes; atendimento ao usuário, apropriação e registro das demandas feitas pelos usuários do TRT, e encaminhamento às respectivas seções, para providências, do mesmo modo que o acompanhamento das demandas relativas à própria Seção até sua completa execução; elaboração de rotinas com vistas à efetiva execução das atividades demandadas; supervisão e elaboração de propostas de contratação de serviços de manutenção prestados por empresas terceirizadas, além da compra de materiais e contratação de serviços, que resultaram na autuação de sete processos administrativos no valor de R$ 25.786,97 (vinte e cinco mil e setecentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos), bem como a gestão e fiscalização dos contratos realizados com as empresas terceirizadas.

Destaca-se a fiscalização da execução do PPCI (Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios), com o objetivo de adequar as unidades judiciárias e administrativas às exigências contidas no Plano, a qual gerou um número significativo de diferentes atividades. Entre os serviços contratados estão a recarga de extintores, que foi estendida a todas as unidades da 4ª Região, a troca de acessórios dos extintores, a instalação de placas de sinalização de saídas e extintores, além de outros serviços necessários à adequação ao referido Plano. Salienta-se, também, os serviços relacionados à instalação e manutenção de persianas, a instalação de películas de proteção solar, os serviços de vidraçaria (janelas, portas, etc.), os serviços de chaveiro, a poda e o corte e remoção de árvores nas diferentes unidades do Tribunal.

A Seção de Manutenção, no ano de 2015, concluiu 469 demandas registradas no sistema informatizado Trace-GP, bem como em contatos telefônicos, *e-mails,* visitas programadas das equipes às unidades e vistorias, os quais ocasionaram a realização das seguintes atividades pela própria Seção, pela empresa terceirizada Engeporto Engenharia Ltda., bem como por outras empresas contratadas por compra direta:

Atividades Executadas pela Empresa Contratada (Engeporto)	Quantidade
Vidro liso (liso, fantasia, miniboreal), espessura 4mm	132,05 m²
Vidro temperado (transparente e colorido) espessura 10mm	34,1 m²
Espelho cristal com moldura em alumínio	2,4 m²
Vedante de borracha para vidros	40,5 m
Fecho inferior para porta vidro	3 un.
Mola hidráulica fecha porta – material/instalação	3 un.
Regulagem de mecanismo de porta de vidro temperado	5 un.
Película p/ vidro (fumê e leitoso)	425,2 m²
Persianas verticais/horizontais (instalação)	1.056,19 m²
Persianas (manutenção)	186,30 m

Persianas (manutenção)	6,5 m²
Persianas (manutenção)	99 un.
Persianas Rolô – Tela-solar (instalação)	38,2 un.
Troca de segredo fechadura simples/tetra com duas cópias de chave	21 un.
Cópia chave (tetra/simples)	203 un.
Abertura de porta (tetra/simples)	14 un.
Troca de segredo de fechadura (tetra/simples) com duas cópias de chave	21 un.
Conserto de fechadura (tetra/simples)	25 un.
Instalação de porta-cadeados	9 un.
Fechadura para porta de madeira e divisória (mão de obra/material)	9 un.
Fechadura de embutir comp. para porta de banheiro/externa	6 un.
Fechadura auxiliar para porta de banheiro/externa	2 un.
Controle remoto de portão eletrônico	35 un.
Fixação de placas e letreiros	205 un.
Limpeza de superfície com jato de alta pressão de ar e água	3.092,7 m²
Teste nível 2 – recargas de extintores de diferentes capacidades – PPCI	77 un.
Teste nível 3 – teste de nível hidrostático completo – PPCI	107 un.
Manômetro de extintor (apenas material) – PPCI	98 un.
Mangueira de baixa/alta pressão para extintor de diferentes tipos – PPCI	29 un.
Válvula de baixa/alta pressão para extintor de diferentes tipos – PPCI	53 un.
Difusor para extintor do tipo CO^2 – PPCI	22 un.
Pintura de casco de extintor de incêndio – PPCI	113 m²

Atividades	Outras Empresas	Própria Seção	Quantidade
Manutenção de persianas		X	19
Montagem de exposição (quadros, *banners*)		X	283
Preparação de base para placa PJe-JT		X	2
Conserto de fechaduras		X	1
Poda/supressão total de árvores	X	X	26
Confecção de letreiro em aço	X		3
Cartucho para rotuladora	X		50
Conserto de aquecedor de água	X		1
Troca de correia do motor do carro de impressão e carro do motor HP, revisão dos mecanismos	X		1
Compra de cabeças de impressão para Plotter	X		8
Compra de extintores	X		15
Instalação de pedestais de extintores		X	3
Instalação de placas de sinalização		X	41

extintores			
Instalação de extintores		X	19
Troca de extintores		X	8
Limpeza e impermeabilização de piso	X		1
TOTAL			**481**

Seção de Instalações Eletrológicas

Em 2015, ocorreu a implementação do contrato de manutenção das subestações elétricas, e foram vistoriadas diversas unidades. Foram fiscalizadas as instalações elétricas nas construções dos novos Foros Trabalhistas de Uruguaiana, Erechim, Estrela e Santo Ângelo. Ocorreram ações como a revisão de projetos dos novos Foros Trabalhistas, encaminhamento de orçamentos e aditivos visando a possibilitar o andamento das obras.

O TRT concluiu, no ano de 2015, a implantação do Sistema PJe-JT em todas as unidades judiciárias, e foi necessário disponibilizar mais tomadas elétricas e pontos de rede nas salas de audiências. Destaca-se a reforma no Foro Trabalhista de Gramado, onde foi implantada também uma Central de Atendimento ao Público – CAP.

Com o objetivo de diminuir o consumo de energia elétrica, foram instalados sensores de presença em escadarias do Prédio-Sede e do Foro Trabalhista da Capital, complementando a ação de substituição gradual das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED iniciada em 2014.

Prestou-se auxílio a diversos eventos do Tribunal, incluindo a montagem de equipamentos de som e vídeo no Plenário, Salão Nobre e Auditório da Escola Judicial.

Em Sapucaia do Sul e Gravataí, ocorreram reformas com mudança completa do cabeamento de rede. No Prédio 3 do Foro Trabalhista de Porto Alegre, iniciaram-se as obras do novo restaurante. No Prédio-Sede, houve a reforma das instalações nos andares ocupados pela Administração e, no novo endereço da Seção de Marcenaria, foram feitas instalações eletrológicas.

Em 2015, a Seção de Instalações Eletrológicas atendeu a 1.738 demandas de manutenção elétrica geral, incluindo iluminação, tomadas e quadros elétricos e a 1.219 demandas de instalação e manutenção lógica e de telecomunicações, incluindo instalação de pontos de rede para informática, pontos de telefonia, som, imagem, organização de *racks*, infraestrutura para Circuito Fechado de Televisão (CFTV), entre outros.

Dentre os diversos itens de elétrica e telecomunicações que foram reparados ou instalados, destacaram-se:

Item	Quantidade
Cabos elétricos	23.335 m
Cabos de telecomunicações	27.805 m
Disjuntores e dispositivos de proteção	242 un.
Lâmpadas de todos os tipos	10.600 un.
Luminárias de todos os tipos	826 un.
Reatores de todos os tipos	1.614 un.
Inspeção e manutenção de pontos lógicos	3.737 un.
Certificação de pontos lógicos	513 un.
Substituição de tomadas de telefone	383 un.
Substituição de tomadas de rede	1107 un.

Seção de Instalações Mecânicas

A Seção de Instalações Mecânicas elabora projetos e orçamentos e acompanha a execução e a manutenção de obras e serviços que envolvem condicionadores de ar e elevadores.

Dentre as principais ações da área em 2015, destacam-se:

- Fiscalização da obra de climatização do Foro Trabalhista de Porto Alegre. No mês de dezembro, foi colocado em operação o sistema que atende o Prédio 1. O maior ganho do novo sistema VRF (Fluxo de Gás Refrigerante Variável), em função do baixo consumo, foi a climatização dos saguões de espera para o público, fato muito aguardado por todos usuários da Justiça do Trabalho de Porto Alegre;
- Implementação de sistema de climatização do tipo VRF para o 3º pavimento do Foro Trabalhista de Gravataí;
- Implementação de sistema de climatização para a Biblioteca do Foro Trabalhista de Porto Alegre, com *splits* individualizados para as salas de estudo;
- Implementação de sistema de climatização para o 11º andar do Prédio-Sede, com a troca de toda infraestrutura para os aparelhos condicionadores de ar do tipo *split*;
- Fiscalização das obras de Uruguaiana, Erechim e Santo Ângelo, no tocante às instalações mecânicas;
- Projetos para substituição dos aparelhos condicionadores de ar tipo *split* por sistema VRF nos Foros Trabalhistas de Bagé, Pelotas, Santa Maria e Cachoeirinha;
- Projetos do sistema de climatização para os prédios-padrão de uma Vara do Trabalho: São Borja, Alegrete, Arroio Grande e Triunfo;

- Projeto básico para contratação do sistema de exaustão e renovação de ar para as novas instalações do restaurante do Foro Trabalhista de Porto Alegre;
- Elaboração de termo de referência para ata de registro de preços de aparelhos condicionadores de ar do tipo *split* de diversos modelos e capacidades;
- Instalação de 35 aparelhos condicionadores de ar novos do tipo split *hi-wall*, em especial nas cidades de Taquari e Triunfo, onde foram trocados os antigos aparelhos de janela;
- Contratação de empresa para execução dos serviços de manutenção de aparelhos condicionadores de ar. Esse novo contrato abrange todas as unidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região e todos os tipos de climatização no que diz respeito à manutenção corretiva e preventiva, com ações programadas e emergenciais;
- Implementação do Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC) em todas as unidades do TRT, conforme determina a Portaria nº 3.523 do Ministério da Saúde;
- Identificação de todos os equipamentos instalados e levantamento dos dados de cada aparelho: patrimônio, modelo, série, capacidade, local da instalação;
- Remanejamento de 57 unidades evaporadoras e/ou condensadoras;
- Atendimento de 947 chamados de manutenção corretiva. Entre outros, foram trocados 64 compressores, 33 motores de ventilação e 38 placas de controle principal;
- Contratação, via compra direta, de manutenção para os elevadores das seguintes unidades judiciárias: Novo Hamburgo, Ijuí, Farroupilha, Rio Grande, Cachoeirinha, Esteio, Canoas, Tramandaí e Pelotas;
- Contratação, via pregão eletrônico, da manutenção dos elevadores do Foro Trabalhista de Porto Alegre, Arquivo-Geral e Memorial, do Prédio-Sede e Anexo;
- Fiscalização da obra de substituição do elevador de Santa Cruz do Sul, que visa a adequá-lo às normas de acessibilidade.

Seção de Edificações e Metalurgia

A Seção de Edificações e Metalurgia, no ano de 2015, realizou projetos, orçamentos e fiscalização de obras e serviços, concluindo 1.518 ordens de serviço.

Dentre as várias obras fiscalizadas pela Seção, destacaram-se os Foros Trabalhistas de Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Guaíba, Lajeado, Pelotas, Nova Prata, Osório, Porto Alegre, Santa Maria, Sapiranga, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Esteio, Palmeira das Missões, TRT e prédios das Ruas Aureliano de Figueiredo Pinto, Provenzano e João Telles, todas em Porto Alegre.

Dentre os diversos itens fiscalizados pela Seção de Edificações e Metalurgia, destacaram-se como de maior volume:

Item	Quantidade
Calhas, rufos e algerozes	1.200 m²
Pintura acrílica	20.000 m²
Pintura PVA	1.400 m²
Pintura esmalte	800 m²
Massa corrida	1.000 m²
Isolamento de janelas	400 un.
Troca de reparo de válvulas de descarga	258 un.
Instalação de bebedouros elétricos	155 un.
Desentupimento de rede de esgoto	950 m²
Telhado	130 m²

Seção de Marcenaria e Carpintaria

A Seção de Marcenaria e Carpintaria concluiu 524 ordens de serviço em 2015, perfazendo uma média de 2,25 ordens diárias, com a execução das seguintes atividades e serviços:

- Confecção de atris;
- Confecção e instalação de cabideiros, bem como eventuais trocas de local;
- Confecção, instalação e remoção de divisórias comuns (AL1, AL2 e AL3);
- Conserto, instalação e substituição de fechaduras de portas e de móveis;
- Confecção, conserto, montagem, desmontagem, instalação e restauração de móveis;
- Conserto, instalação e remoção de portas, bem como instalação e substituição de dobradiças;
- Confecção, instalação e remoção de prateleiras;
- Confecção e instalação de murais;
- Confecção de molduras para organogramas e quadros;
- Colocação e troca de local de quadros e espelhos;
- Colocação de ganchos para bolsas, em banheiros e em estações de trabalho;

- Confecção de supedâneos;
- Confecção de suportes de monitor;
- Confecção de base para placas de inaugurações diversas;
- Abertura de gaveteiros, colocação de porta-toalhas e conserto de portas de *shaft;*
- Confecção e colocação de rampa de acesso (da plateia ao palco) no Auditório do Foro Trabalhista de Porto ;
- Confecção e montagem de móveis para as salas da Presidência e da Vice-Presidência – mesas e mobiliário da cozinha, todos em MDF;
- Confecção e montagem de tablado para a Sala de Sessões no 6º andar do Prédio-Sede;
- Instalação de divisórias no Memorial do Foro Trabalhista de Santa Maria;
- Confecção e montagem de móveis de um consultório dentário da Coordenadoria de Saúde em MDF;
- Instalação de divisórias no auditório do Foro Trabalhista de Pelotas;
- Remoção e instalação de divisórias em madeira compensada pintada com goma laca e guichês para a Secretaria Especializada em Execução, no 6º andar do Prédio-Sede;
- Remoção e instalação de divisórias na sala da Informática do Foro Trabalhista de Porto Alegre.
- Ampliação da copa no Protocolo do Foro Trabalhista de Porto Alegre e em diversos Gabinetes;
- Remodelação do *layout* com a remoção e confecção de divisórias no 2º andar do Prédio Administrativo (Anexo) – Setic;
- Execução de serviços variados nas Varas do Trabalho da Região Metropolitana e nas Varas do Trabalho e nos Postos Avançados do Interior, executando, principalmente, a revisão/remoção/instalação de divisórias, portas e fechaduras.

Entre os meses de janeiro e dezembro de 2015, 65 ordens de serviço foram concluídas pela empresa Engeporto, em Varas do Trabalho e outras unidades de Porto Alegre, Região Metropolitana e em cidades do Interior do Estado. Houve também a autuação de cinco processos administrativos para a compra de materiais diversos como: madeiras, portas, perfis de alumínio, chapas de divisórias, furadeiras e parafusadeiras.

No ano de 2015, os servidores da Seção tiveram participação nos seguintes cursos e eventos:

- Especialização em Gestão Pública, pela Faculdade Internacional Signorelli;

- Curso de Marcenaria, pelos Cursos Virtuais Net;
- 17º Encontro Anual de Gestores.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

A Secretaria de Orçamento e Finanças – Secof é responsável pela coordenação, orientação, controle e supervisão das atividades relacionadas à administração orçamentária, financeira, tributária, contábil, a folha de pagamento e a legislações pertinentes das ações orçamentárias de pagamento de pessoal ativo, pagamento de aposentadorias e pensões, contribuição da União para o custeio do regime de previdência dos servidores, recolhimentos e informações ao Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário, assistência médica e odontológica, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência pré-escolar, assistência jurídica a pessoas carentes, bem como de todas as demais despesas com manutenção, capacitação, diárias, ajudas de custo, indenizações, aluguéis, terceiros sem vínculo empregatício e construções civis do Tribunal.

Compõem a Secretaria de Orçamento e Finanças a Coordenadoria de Pagamento – Copag e a Coordenadoria de Orçamento e Finanças – Cofin.

COORDENADORIA DE PAGAMENTO

A Coordenadoria de Pagamento – Copag elaborou as folhas de pagamento mensais, suplementares, de férias e de gratificação de Natal. Das atividades exercidas em 2015, destacaram-se as seguintes:

- Elaboração de controles e planilhas eletrônicas;
- Acompanhamento da legislação sobre pagamento de pessoal;
- Preparo de informações em processos administrativos;
- Emissão de certidões;
- Prestação de informações à Advocacia-Geral da União, Juízes Federais e Estaduais e Procuradoria da Fazenda Nacional;
- Controle e encaminhamento de débitos existentes na folha de pagamento para inscrição em Dívida Ativa da União;

- Manutenção da parte de cálculo da folha, como criação, exclusão e associação de rubricas, bem como desenvolvimento e atualização das tabelas de dados e outros indicadores;
- Transmissão dos arquivos para crédito da folha de pagamento na rede bancária;
- Controle e elaboração da DIRF, Informe de Rendimentos do IRRF, RAIS, SEFIP e PASEP;
- Utilização de programas de busca de informações no banco de dados (*Access* e *Discoverer*);
- Automatização dos procedimentos mensais de concessão de progressões e promoções, adicional de qualificação por ações de treinamento, por meio da manipulação direta do banco de dados da Folha de Pagamento via utilização do sistema *Microsoft Access*; automatização dos procedimentos de indenização das dispensas de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão ocorridas durante o ano e do cômputo da média das substituições dos Juízes no cálculo da parcela final da gratificação natalina;
- Inclusão no banco de dados do Sistema de Compras dos pagamentos dos honorários periciais via utilização do sistema *Microsoft Access*, a partir de planilha eletrônica elaborada pela Coordenadoria de Precatórios;
- Emissão e envio, via sistema Malote Digital, dos contracheques dos servidores cedidos a outros Tribunais;
- Criação e manutenção da página na intranet, com as informações referentes aos pagamentos feitos e a serem feitos;
- Criação e manutenção dos dados no menu “Transparência” do site do Tribunal na internet;
- Encaminhamento, a partir da competência novembro de 2010, ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, do Detalhamento da folha de pagamento de pessoal – Anexo VIII e da Estrutura Remuneratória – Anexo III, da Resolução CNJ nº 102/2009;
- Administração e renovação dos contratos regulados pela Portaria nº 108/2005, da Presidência do Tribunal;
- Análise dos lançamentos e pagamentos efetuados pela folha de pagamento, mediante o uso de técnicas de auditoria, visando a detectar possíveis incorreções no sistema, fortalecendo a segurança das operações;
- Verificação, mediante controles diversos, da adequação e legalidade das operações efetivadas no sistema de folha de pagamento e respectivos efeitos.

Principais alterações e pagamentos extraordinários efetuados no exercício de 2015:

JANEIRO	• Pagamento de férias e adiantamentos de Gratificação Natalina do exercício de 2015; • Pagamento do adiantamento de 50% da Gratificação Natalina referente ao exercício de 2015 aos servidores inativos e pensionistas substituídos pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul – Sintrajufe/RS na Ação Ordinária nº 5069969-88.2012.404.7100/RS e que haviam optado, no Sistema de Folha de Pagamento, pela percepção no mês de janeiro de 2015 (PA nº 0000042-62.2013.5.04.0000). Pagamentos idênticos nos meses de fevereiro a maio de 2015; • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Substituição, conforme art. 13 da Resolução CSJT nº 137/2014; • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Vencimentos, Proventos e Pensão, conforme art. 13 da Resolução CSJT nº 137/2014; • Pagamento das diferenças de janeiro de 2015 da incorporação determinada na Ação Ordinária nº 2007.34.00.041467-0. Incidência do percentual de revisão geral de remuneração de 13,23%, concedido por força da Lei nº 10.698/2003 (PA nº 0008395-57.2014.5.04.0000); • Pagamento ao Magistrado Ricardo Carvalho Fraga (inventariante) das diferenças devidas ao Magistrado falecido Milton Moreira Fraga referente a Correção Monetária e Juros sobre o Auxílio-Moradia de janeiro de 1998 a agosto de 1999, pago como parte integrante do Abono Variável concedido pela Lei nº 10.474/02. (PA nº 0008750-72.2011.5.04.0000); • Implementação de reajustes assegurados pelas Leis nº 12.771/2012 e 12.774/2012. Em relação à Lei nº 12.774/2012 houve alteração da Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ de 75,2% para 90%, a partir de 1º de janeiro de 2015. Quanto à Lei nº 12.771/2012, houve o reajuste de 5%, conforme valores indicados na Resolução STF nº 544/2015; • Reajuste dos proventos e pensões, no percentual de 6,23%, de acordo com a Portaria Interministerial MPS/MF nº 13/2015 (DOU datado de 12.01.2015), a partir de 1º de janeiro de 2015.
FEVEREIRO	• Pagamento aos magistrados, ativos, inativos e pensionistas, das diferenças referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2015, com os reflexos em férias e substituições, decorrentes dos efeitos da Lei nº 13.091/2015, publicada no DOU de 13.01.2015, que dispõe sobre o subsídio de Ministro do STF (PA nº 0000397-04.2015.5.04.0000); • Pagamento aos Magistrados ativos das diferenças do reflexo em Gratificação Natalina decorrentes dos efeitos da Lei nº 13.091/2015, publicada no DOU de 13.01.2015, que dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal (PA nº 0000397-04.2015.5.04.0000);

	• Pagamento das diferenças de fevereiro de 2015 da incorporação determinada na Ação Ordinária nº 2007.34.00.041467-0. Incidência do percentual de revisão geral de remuneração de 13,23%, concedido por força da Lei nº 10.698/2003, com os reflexos no terço das férias de janeiro e fevereiro de 2015; • Pagamento aos servidores das diferenças do reflexo em Teto Constitucional decorrentes dos efeitos da Lei nº 13.091/2015, publicada no DOU de 13.01.2015, que dispõe sobre o subsídio de Ministro do STF; • Pagamento das diferenças do reflexo na Gratificação Natalina da incorporação determinada na Ação Ordinária nº 2007.34.00.041467-0. Incidência do percentual de revisão geral de remuneração de 13,23%, concedido por força da Lei nº 10.698/2003 (PA nº 0008395-57.2014.5.04.0000); • Pagamento aos servidores de diferenças de Despesas de Exercícios Anteriores de Retribuição por Treinamento (custeio), com tributação pelo regime de IR sobre RRA.
MARÇO	• Pagamento das despesas de exercícios anteriores de Retribuição por Treinamento (custeio); • Pagamento de Restos a pagar de Férias Indenizadas, em face da sobra orçamentária do Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 37/2014; • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Substituições, conforme art. 13 da Resolução CSJT nº 137/2014; • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Abono de Permanência, conforme art. 13 da Resolução CSJT nº 137/2014; • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Progressões, conforme arts. 12 e 13 da Resolução CSJT nº 137/2014; • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Adicional por Tempo de Serviço, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014; • Devolução dos descontos de 44% de Auxílio-Alimentação sobre diárias referentes ao período de 19 de maio de 2004 a 30 de abril de 2010; • Pagamento das despesas de exercícios anteriores de Adicional de Qualificação em valores até R$ 6.957,41, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014; • Pagamento de Auxílio-Alimentação aos magistrados ativos do período de 19 de maio de 2004 a abril de 2010, na proporção de 56% (cinquenta e seis por cento), com correção monetária e juros até março de 2015, na forma do Ato CSJT nº 48/2010, com a redação do Ato CSJT nº 432/2012; • Pagamento aos magistrados ativos e aos servidores das diferenças de Auxílio-Alimentação, de R$ 751,96 para R$ 799,00 por mês, do período de janeiro a março de 2015, conforme Ofício-Circular CSJT.GP.CFIN nº 7/2015, bem como da Assistência Pré-escolar, de R$ 594,15 para R$ 632,00. Portaria Conjunta nº 01/2015, do CNJ “e outros”;

	• Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Diferenças de Progressões e Promoções – Resolução TST nº 680/2000; • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Abono de Permanência, em valores até R$ 6.957,41, conforme arts. 12 e 13 da Resolução CSJT nº 137/2014; • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Quintos/VPNI, em valores até R$ 6.957,41, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014; • Pagamento da quarta parcela da diferença da URV de servidores e de sucessores de servidores, conforme saldo final existente e atendendo aos critérios do Acórdão 2.306/2013 – TCU – Plenário. Abarcou os beneficiários que prestaram declaração entre 13.12.2014 e 25.03.2015, inclusive.
ABRIL	• Pagamento aos estagiários da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Estado do Rio Grande do Sul – FASE/RS, conforme contrato constante do PA nº 0005463-33.2013.5.04.0000; • Pagamento das diferenças do reflexo na Gratificação Natalina referente à incorporação determinada na Ação Ordinária nº 2007.34.00.041467-0 aos servidores relacionados na lista judicial e que não haviam recebido ainda a incorporação. Incidência do percentual de revisão geral de remuneração de 13,23%, concedido por força da Lei nº 10.698/2003 (PA nº 0008395-57.2014.5.04.0000); • Pagamento das despesas de exercícios anteriores, classificadas como “Restos a Pagar” no PA nº 0007718-27.2014.5.04.0000, de Diferenças de Progressões ou Promoções – Resolução TST nº 680/2000, a servidores exonerados que atualizaram os dados cadastrais e firmaram a declaração de que trata a Resolução CSJT nº 137/2014 (PA nº 0004738-49.2010.5.04.0000); • Pagamento a Classistas da 1ª parcela do passivo da diferença referente a Correção Monetária e Juros sobre o Auxílio-Moradia de Janeiro de 1998 a Agosto de 1999, pago como parte integrante do Abono Variável concedido pela Lei nº 10.474/2002, conforme critérios do Acórdão 2.306/2013 – TCU – Plenário; • Pagamento a Magistrados da 1ª parcela do passivo referente à diferença de Correção Monetária e Juros sobre o Auxílio-Moradia de Janeiro de 1998 a Agosto de 1999, pago como parte integrante do Abono Variável concedido pela Lei nº 10.474/2002, conforme critérios do Acórdão nº 2.306/2013 – TCU – Plenário; • Pagamento da quarta parcela do passivo da diferença do recálculo da Parcela Autônoma de Equivalência – PAE aos Classistas, conforme saldo final existente, conforme critérios do Acórdão 2.306/2013 – TCU – Plenário. Declarações entre 1º.09.2014 e 31.03.2015, inclusive; • Pagamento da quarta parcela do passivo da diferença do recálculo da Parcela Autônoma de Equivalência – PAE aos magistrados, conforme saldo final existente,

	e observados os critérios do Acórdão 2.306/2013 – TCU – Plenário. Declarações entre 10.10.2014 e 31.03.2015, inclusive.
MAIO	• Pagamento aos estagiários da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Estado do Rio Grande do Sul – FASE/RS, conforme contrato constante do PA nº 0005463-33.2013.5.04.0000; • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Diferenças de Progressões e Promoções – Resolução TST nº 680/2000; • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Adicional de Qualificação de valores até R$ 6.957,41, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014; • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Abono de Permanência, de valores até R$ 6.957,41, conforme arts. 12 e 13 da Resolução CSJT nº 137/2014; • Pagamento aos servidores de diferenças de despesas de exercícios anteriores referentes a Retribuição por Treinamento (custeio), com tributação pelo regime de IR sobre RRA; • Pagamento de despesas de exercícios anteriores referentes a Férias Indenizadas, de valores até R$ 6.957,41, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014; • Pagamento da 4ª parcela do passivo da diferença do recálculo da Parcela Autônoma de Equivalência – PAE aos magistrados, conforme saldo final existente, conforme critérios do Acórdão 2.306/2013 – TCU – Plenário.
JUNHO	• Pagamento do adiantamento de 50% da gratificação natalina referente ao exercício de 2014 aos servidores e magistrados ativos, inativos e pensionistas que não o haviam recebido; • Pagamento aos servidores de diferenças de despesas de exercícios anteriores referentes a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (custeio), com tributação pelo regime de IR sobre RRA; • Pagamento das diferenças (referentes ao período de janeiro a maio de 2015) decorrentes da alteração do valor do subsídio custeado pelo TRT4 no Programa de Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial, de R$ 185,00 para R$ 224,00, conforme Portaria nº 2.592/2015, publicada no Boletim de Serviço nº 86, de 21.05.2015, aos beneficiários relacionados no Anexo Único.
JULHO	• Pagamento aos servidores de diferenças de despesas de exercícios anteriores referentes a Adicional de Qualificação, com tributação pelo regime de IR sobre RRA; • Pagamento aos servidores de diferenças de despesas de exercícios anteriores referentes a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (custeio), com tributação pelo regime de IR sobre RRA; e

	• Pagamento aos servidores de diferenças de despesas de exercícios anteriores referentes a Juros da URV.
AGOSTO	• Implementação, na folha mensal de agosto/2015, do desconto do reajuste no valor do Auxílio-Alimentação nas diárias de substituição e capacitação pagas aos Juízes do Trabalho (PA nº 0002818-64.2015.5.04.0000) e aos Desembargadores do Trabalho (PA nº 0003422-59.2014.5.04.0000); • Pagamento de Diferenças de Progressões ou Promoções – Resolução TST nº 680/2000 a servidores exonerados que atualizaram seus dados cadastrais e firmaram a declaração de que trata a Resolução CSJT nº 137/2014.
SETEMBRO	• Implementação, na folha mensal de setembro/2015, do desconto do reajuste no valor do Auxílio-Alimentação nas diárias de substituição e capacitação pagas aos servidores entre 1º de janeiro a 31 de março de 2015 (PAs nº 0003658-74.2015.5.04.0000 e 0000161-52.2015.5.04.0000).
OUTUBRO	• Pagamento de diferenças de valores de diárias percebidas por magistrados e servidores no período de 28.01.2015 a 23.09.2015, tendo em vista a majoração desses valores autorizada pelo CSJT e regulamentada no âmbito do TRT4 pela Resolução Administrativa nº 40/2015, publicada em 23.09.2015. PAs nº 0006168-60.2015.5.04.0000, nº 0006177-22.2015.5.04.0000 e nº 0006155-61.2015.5.04.0000; e • Pagamento das diferenças de 13,23%, reconhecidas na Ação Ordinária nº 2007.34.00.041467-0, aos servidores que haviam sido excluídos da folha mensal de outubro/2015 em face de decisão judicial, posteriormente revogada.
NOVEMBRO	• Pagamento de despesas de exercícios anteriores de Vencimentos, Proventos e Pensão, Adicional de Qualificação, Progressões ou Promoções, Adicional por Tempo de Serviço, Quintos e Abono de Permanência, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014.
DEZEMBRO	• Pagamento de folha suplementar com as diferenças remuneratórias decorrentes de concessões encaminhadas após o fechamento da folha normal de dezembro de 2015; • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Abono de Permanência, Quintos e Adicional por Tempo de Serviço, conforme os critérios da Resolução CSJT nº 137/2014; • Pagamento das despesas de exercícios anteriores de correção monetária e juros sobre o Auxílio-Moradia de janeiro de 1998 a agosto de 1999 aos Magistrados e Classistas inativos e pensionistas, conforme os critérios da Resolução CSJT nº 137/2014; • Pagamento das diferenças de Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) aos magistrados ativos de 1º e 2º graus, referente ao período de janeiro a novembro de 2015, incluindo os respectivos reflexos na Gratificação Natalina, conforme critérios da Resolução CSJT nº 137/2014;

	• Pagamento da diferença de subsídio UNIMED de janeiro a dezembro de 2015, em face de abertura de crédito suplementar.

Integra a folha de pagamento do Tribunal o seguinte quantitativo de pessoal:

Quantitativo de Pessoal		
Ativos	Servidores	3.492
	Magistrados	283
Inativos	Servidores	1.141
	Magistrados	121
	Juízes Classistas	93
Pensionistas	Pensionistas Civis	484
Total		**5.614**

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Em 2015, dentre as atividades relacionadas à Coordenadoria de Orçamento e Finanças – Cofin, destacaram-se:

- Elaboração da Proposta Orçamentária Prévia 2016 referente a despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios, com projeção da folha normal de pessoal e incrementos não previstos na folha base, bem como levantamento atualizado dos passivos devidos pelo Tribunal. Inclusão da Proposta Orçamentária 2016 no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop;
- Elaboração da proposta para abertura de créditos suplementares no decorrer do exercício para atender a despesas com pessoal, encargos sociais e outros custeios. Inclusão do Pedido de Suplementação Orçamentária 2015 no Siop; lançamento de dados no Siop de acompanhamento e informações relativas ao desempenho das ações orçamentárias sob a responsabilidade do TRT;
- Projeções e acompanhamento dos saldos orçamentários e financeiros do Orçamento de 2015, referentes a despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios assistenciais, com demonstrativos de previsão da despesa e cálculos de acréscimos à despesa, tais como: projeções de aposentadorias, pensões civis e preenchimento de novos cargos e funções;

- Alteração de QDD (Quadro de Detalhamento da Despesa), em nível de Modalidades de Aplicação e Elemento de Despesas nos grupos de despesas com pessoal, encargos sociais, benefícios, precatórios, RPV e assistência jurídica a pessoas carentes;
- Execução orçamentária e financeira da folha de pagamento de pessoal no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi;
- Atualização de dados no Siafi e pagamento de valores referentes a Precatórios da Administração Direta, Indireta e Requisições de Pequeno Valor;
- Pagamento de honorários periciais – registro e pagamento no Siafi do Programa Assistência Jurídica a Pessoas Carentes e consequente disponibilização dessas informações em meio eletrônico;
- Emissão de Ordens Bancárias de Pagamento de fornecedores e respectivas retenções;
- Emissão de Ordens Bancárias de Folha de Pagamento de magistrados, servidores e pensionistas;
- Pagamento de diárias a servidores, magistrados e eventuais, e disponibilização em meio eletrônico dessas informações;
- Transmissão de informações à Previdência Social, por meio do aplicativo SEFIP, dos trabalhadores vinculados ao RGPS que prestaram serviço ao Tribunal;
- Análise da documentação referida no art. 11, § 1º, da Resolução CNJ nº 98/2009, para fins da liberação a que se refere;
- Restituição aos contribuintes de valores arrecadados por meio de GRU, no caso de pagamentos a maior ou indevidas;
- Regularização, junto à Receita Federal do Brasil, de pendências relativas a recolhimentos de tributos (REDARF e Certidão Negativa de Débitos);
- Elaboração de Relatórios Gerenciais para acompanhamento da execução do Orçamento, tais como: 1. Variação Mensal da Despesa Orçamentária; 2. Controle do Saldo Orçamentário; 3. Projeções da Folha de Pagamento; e 4. Comparativo do Sub-repasse das Categorias de Pessoal e Outros Custeios com a Despesa Executada;
- Declarações para empresas do imposto referente à Lei nº 9.430/1996;
- Elaboração da Declaração de Imposto e Contribuições Retidas em meio magnético, discriminando mensalmente o somatório dos valores pagos e o total retido, por contribuinte e por código de recolhimento, nos termos das especificações aprovadas pela Secretaria da Receita Federal;
- Elaboração, publicação no Diário Oficial da União e disponibilização em meio eletrônico do Relatório de Gestão Fiscal – RGF nos três quadrimestres do ano. Lançamento e

disponibilização do RGF no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi;

- Conciliação e composição de contas contábeis de adiantamentos e provisão de férias e gratificação de natal;
- Elaboração do Cronograma Anual de Desembolso;
- Lançamento no Siafi e encaminhamento dos Pedidos de Programação Financeira – PPF de pessoal e benefícios;
- Atendimento, controle e acompanhamento das mensagens da CFIN/CSJT, contendo informações orçamentárias e financeiras solicitadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Em 2015, a Secretaria de Apoio Administrativo – Seapa promoveu e coordenou os serviços de apoio necessários às diversas atividades desenvolvidas no Prédio-Sede do TRT, tais como manutenção predial, segurança, transportes, serviços gráficos, portaria, coordenação dos meirinhos, reprografia, zeladoria, limpeza, manutenção de viaturas, telefonia e transporte de processos, documentos e cargas.

Na Capital e no Interior do Estado, a Seapa atuou como gestora dos contratos dos serviços de vigilância, limpeza, jardinagem e telefonia. Na Capital, ainda coordenou a gestão de contratos com empresas terceirizadas que executam serviços de copeiragem, transporte de processos e documentos, movimentação de cargas em geral e lavagem de veículos.

Coordenou a Central de Recebimento de Demandas Administrativas – Credem, que visa à otimização do atendimento das demandas administrativas, por meio de um sistema informatizado de recepção e processamento das solicitações, resultando na agilização dos trâmites internos e a melhoria da comunicação. A Credem objetiva também atender o Plano Estratégico do Tribunal, no que tange à inovação, integração e atualização dos sistemas de informação. Durante o ano de 2015, foram recebidas 71 demandas, as quais foram imediatamente respondidas e encaminhadas às unidades competentes.

Além da gestão das atividades supracitadas, a Secretaria de Apoio Administrativo ainda realizou as seguintes atividades:

- Controle dos vencimentos dos contratos de serviços terceirizados vinculados às suas diversas Seções;

- Recebimento, arquivamento e controle da documentação e dos registros dos funcionários das empresas terceirizadas das áreas de limpeza e transporte de processos;
- Prestação de informações e de documentação a fim subsidiar respostas à Advocacia-Geral da União quanto às ações trabalhistas movidas contra o TRT, relativas às empresas terceirizadas cujos contratos são geridos e fiscalizados pela Seapa;
- Encaminhamento de prorrogações dos contratos de serviços terceirizados relacionados à Seapa;
- Análise das minutas de contratos e dos editais de pregões eletrônicos referentes a contratações de serviços terceirizados;
- Elaboração de projetos básicos para contratações de serviços terceirizados;
- Elaboração de relatórios, ofícios e demais documentos atinentes à Seapa;
- Autuação de processos eletrônicos e elaboração de despachos;
- Atualização do guia telefônico do Tribunal disponibilizado na intranet, encaminhamento para impressão e distribuição às diversas unidades da Capital e do Interior do Estado;
- Divulgação no site do Tribunal e na internet da relação dos veículos da frota da Instituição;
- Distribuição do calendário do Tribunal para todas as unidades administrativas e judiciárias;
- Atualização contínua do menu "*Transparência*" no site do Tribunal;
- Gestão do contrato mantido com a empresa Claro para o serviço de telefonia móvel para voz e dados em aparelhos tipo *smartphone*;
- Gestão do contrato mantido com a empresa Vivo S.A. para fornecimento de *chips* instalados nas interfaces do PABX do Prédio-Sede;
- Distribuição, organização e controle dos celulares funcionais de magistrados e de servidores vinculados à Administração, incluindo orientações quanto ao uso, a reparos e/ou a trocas, visando a seu perfeito funcionamento e utilização;
- Coordenação dos meirinhos, que realizam atividades de preparação das salas para a realização das sessões de julgamento, conferência e revisão das conexões elétricas dos computadores e demais equipamentos, microfones, aparelhos condicionadores de ar, iluminação, maçanetas, portas, disposição dos tapetes e outros itens das salas de sessões, bem como atendimento em reuniões e outros eventos de que participam magistrados.

Seção de Conservação Predial

A Seção de Conservação Predial coordenou os serviços necessários à conservação predial por meio das Seções de Zeladoria e de Limpeza e Conservação. Atendeu também, na Região Metropolitana e no Interior do Estado, as demandas de limpeza, jardinagem e desinsetização, tendo realizado, em 2015, as seguintes atividades:

- Coordenação da Seção de Zeladoria e da Seção de Limpeza e Conservação;
- Elaboração de Projetos Básicos e Termos de Referência para a contratação de serviços e compra de materiais afetos à área de zeladoria, limpeza e conservação;
- Gestão dos contratos com empresas terceirizadas para limpeza;
- Proposição de Termos Aditivos e supressões aos contratos de limpeza;
- Proposição de renovação do contrato de limpeza, com pesquisa de custos em diversos órgãos públicos;
- Análise de documentos fiscais e trabalhistas fornecidos pelas empresas contratadas;
- Conferência e ateste de notas fiscais dos contratos sob gestão da Seção;
- Elaboração de despachos em processos administrativos;
- Proposição de contratação de serviços de jardinagem e desinsetização para todo o TRT4;
- Prestação de informações a fim subsidiar respostas à Advocacia-Geral da União relativamente aos empregados terceirizados do contrato de limpeza que ingressaram com ações trabalhistas;
- Elaboração de relatórios, memorandos, ofícios e mensagens eletrônicas.

Seção de Limpeza e Conservação

A Seção de Limpeza e Conservação desempenhou, em 2015, as seguintes atividades:

- Supervisão e fiscalização dos serviços terceirizados para limpeza das áreas internas e externas dos prédios do Tribunal, das Varas do Trabalho da Capital e do Interior do Estado;
- Controle do recolhimento do lixo orgânico, seletivo e reciclável no Prédio-Sede e no Prédio Administrativo, bem como nos prédios do Foro Trabalhista da Capital;

- Controle de pragas (desinsetização e desratização) dos prédios do TRT em Porto Alegre (incluindo os prédios onde se localizam a Seção de Almoxarifado, a Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais (Arquivo-Geral), o depósito da Seção de Cadastramento de Bens e a Seção de Triagem de Processos Arquivados (Depósito) e de várias unidades do Interior, entre as quais as sediadas nas cidades de Santa Maria, Cachoeira do Sul, Camaquã, São Borja, Frederico Westphalen, Gravataí, Ijuí, Cachoeirinha, Guaíba, Rio Grande, Canoas, Santa Rosa, Palmeira das Missões, Taquara e Lajeado;
- Controle da documentação dos funcionários da empresa terceirizada ACN – Serviços de Limpeza e Portaria Ltda., e posteriormente, da empresa Trojahn & Toppel Serviços Ltda., com tabelas para a otimização desse controle, nas quais podem ser acompanhados os documentos recebidos e os que estão faltando, tais como cartões-ponto, recibos de salários, entrega de equipamentos de proteção individual, vales-transporte e alimentação.
- Implementação de nova forma de acompanhamento e de controle da frequência dos empregados da empresa terceirizada para limpeza por meio de planilha.
- Encaminhamento dos pleitos e das demandas das unidades do Tribunal à empresa terceirizada no que tange a materiais e pessoal para a realização de serviços;
- Fiscalização diária do suprimento de materiais, em especial os de higiene (papel higiênico, papel-toalha, sabonete líquido, álcool em gel, aromatizador de ambiente, etc.), nas dependências do Tribunal, do Foro Trabalhista de Porto Alegre e das unidades do Interior, bem como atendimento às solicitações de reposição desses materiais feitas pelos servidores;
- Representação do Tribunal, como preposto, em audiências de reclamatórias trabalhistas ajuizadas contra o TRT4 (União Federal), envolvendo empresas terceirizadas de limpeza. Na Capital, a representação do TRT é feita pelo servidor Assistente-Chefe da Seção e pelo fiscal do contrato, e, no Interior do Estado, é feita pelos Coordenadores das Coordenadorias de Controle e Distribuição dos Feitos dos respectivos Foros Trabalhistas;
- Gerenciamento das demandas pertinentes à área de limpeza recebidas na Credem, que inclui solicitações diversas, recebimento de sugestões sobre o trabalho desenvolvido em todas as Unidades, encaminhamento de pedidos de material e equipamentos à empresa terceirizada para limpeza e também controle da frequência de funcionários de limpeza terceirizados nas Unidades do Interior do Estado.

Seção de Oficinas Gráficas

A Seção de Oficinas Gráficas desempenhou, em 2015, as seguintes atividades:

- Impressão de documentos e formulários em geral, bem como impressão de convites diversos, informativos, cartazes, apostilas, cartões timbrados com envelopes e *folders*;
- Confecção de carimbos;
- Serviços de encadernação;
- Confecção do guia telefônico interno;
- Confecção de blocos para rascunho com papel reciclado.

A seguir, apresenta-se um quadro comparativo com o quantitativo de demandas atendidas nos anos de 2013, 2014 e 2015:

	ANO DE 2013	ANO DE 2014	ANO DE 2015
Confecção de carimbos	7.340	3.051	1.934
Encadernações	4.350	1.207	1.346
Impressos em geral	3.771.000	1.768.000	1.102.500

Seção de Portaria

A Seção de Portaria desenvolveu, em 2015, as atividades de recepção, transporte e entrega de correspondências e processos entre os prédios da Capital, conforme descrito no quadro comparativo a seguir:

	Ano de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015
Correspondências registradas (via correio)	6.097	6.051	7.260
Correspondências simples (via correio)	3.953	8.124	10.316
Processos (via malote)	40.940	30.572	19.633
Correspondências (via malote)	16.440	6.898	4.874
Processos da Capital (Varas do Trabalho)	5.192	3.493	2.310
Processos (Ministério Público do Trabalho)	416	329	261
Correspondências na Capital (Varas)	4.493	3.021	2.120
Correspondências (Ministério Público do Trabalho)	246	200	321
TOTAL	**77.777**	**58.688**	**47.095**
Média Mensal	6.481	4.891	3.924

Seção de Recepção de Gabinetes

A Seção de Recepção de Gabinetes desempenhou, em 2015, as seguintes atividades:

- Coordenação dos serviços de reprografia, totalizando a realização de 255.297 cópias reprográficas e 3.484 digitalizações no ano de 2015;
- Atendimento aos gabinetes da Administração (Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Regional e Vice-Corregedoria Regional), aos gabinetes de Desembargadores e de Juízes Convocados e às diversas unidades judiciárias e administrativas do Tribunal, tais como Secretarias de Turmas Julgadoras e de Seções Especializadas, Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos, Ouvidoria, Diretoria-Geral, Secretaria-Geral Judiciária, Assessoria de Recurso de Revista, Secretaria de Comunicação Social, Secretaria de Apoio aos Magistrados, Secretaria de Gestão de Pessoas e todas as Seções a ela vinculadas, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Biblioteca, Escola Judicial, Varas do Trabalho, entre outras;
- Apoio aos meirinhos (carregamento de processos em dias de sessões de julgamento).
- Atendimento à Seção de Expedição, com auxílio na movimentação de documentos e de processos a serem remetidos à Procuradoria Regional do Trabalho, bem como no descarregamento e na organização diária de malotes recebidos dos Correios;
- Atendimento ao Arquivo-Geral, com a disponibilização diária de um trabalhador terceirizado fixo para a movimentação interna de processos;
- Atendimento à Seção de Digitalização (envio e recebimento diário de processos, com a utilização de um trabalhador terceirizado fixo para a movimentação interna).

Seção de Telefonia

A atividade principal da Seção de Telefonia é o atendimento e a transferência de ligações telefônicas na Capital (Prédio-Sede e Foro Trabalhista). A seguir, apresenta-se um quadro comparativo com o quantitativo de ligações atendidas pela Seção de Telefonia (por meio de telefonista) nos anos de 2013, 2014 e 2015:

Tipos de Ligações Telefônicas	2013	2014	2015
Ligações de entrada	134.485	140.964	135.611
Ligações de saída	9.924	9.959	8.978
Ligações internas	6.620	9.773	9.361
Total de ligações	**151.029**	**160.696**	**153.950**
Média mensal	12.586	13.391	12.829

Fonte: Tarifador *Sumus for web*

Em 2015, a Seção de Telefonia desempenhou, ainda, as seguintes atividades:

- Elaboração de relatórios com as ligações telefônicas (interurbanas e celulares locais) e encaminhamento às unidades judiciárias e administrativas da Capital e do Interior do Estado, para a devida identificação das ligações que ocorreram para fins particulares (a fim de se obter o posterior ressarcimento) e/ou ateste das ligações realizadas por motivo de serviço;
- Ressarcimento do custo de ligações particulares na Capital, que totalizou, no ano de 2015, o montante de R$ 5.490,59 (média mensal de R$ 457,55), conforme quadro a seguir:

Valores Tarifados – Capital		
	2014	**2015**
Valor total cobrado*	R$ 64.062,69 (R$ 5.338,56/mês)	R$ 56.280,54 (R$ 4.690,05/mês)
Valor ressarcido	R$ 13.220,99 (R$ 1.101,75/mês)	R$ 5.490,59 (R$ 457,55/mês)

* Fonte: Tarifador *Sumus for web*

Obs.: Valores relativos a 12 meses (novembro a outubro)

- Ressarcimento do custo de ligações particulares do Interior, que totalizou, no ano de 2015, o montante de R$ 3.954,95 (média mensal de R$ 329,58), conforme quadro a seguir:

Valores Tarifados – Interior		
	2014	**2015**
Valor total cobrado*	R$ 117.112,23 (R$ 9.759,35/mês)	R$ 104.773,86 (R$ 8.731,16/mês)
Valor ressarcido	R$ 6.036,07 (R$ 503,00/mês)	R$ 3.954,95 (R$ 329,58/mês)

* Fonte: dados fornecidos pela operadora Oi/SA.

Observação: Valores relativos a 12 meses (outubro a setembro) e referentes somente às ligações interurbanas e para telefones móveis, não abrangendo as ligações para telefones fixos locais e as ligações interurbanas entre unidades do TRT.

- Elaboração de termos de referência para a contratação de serviços e equipamentos de telefonia e juntada de documentos para embasar aditivos de prorrogação, conforme segue:

  – Solicitação e/ou contratação de linhas telefônicas conforme demanda de alguns Foros Trabalhistas (aditamentos dos Contratos nº 94/2011 e 94/2013);

  – Solicitação de prorrogação do Contrato nº 170/2011;

– Termo de Referência para contratação de telefonia fixa DDG/0800 para a Ouvidoria (Contrato nº 58/2015);

– Termo de Referência para contratação de telefonia fixa (local, LDN, LDI) a partir de *links* E-1/DDR (26 *links*) para 23 localidades (Contrato nº 65/2015);

– Termo de Referência para contratação de telefonia fixa (local, LDN, LDI) a partir de linhas analógicas (97 linhas) para atender 46 locais (Pregão Eletrônico nº 87/2015, ocorrido em 18.12.2015), em substituição aos Contratos nº 94/2011 e 94/2013;

– Conferência e ateste de faturas dos serviços contratados de telefonia e inclusão dos documentos nos respectivos processos administrativos;

– Contato com as operadoras de telefonia para solicitar reparos, correções de faturamento, emissão de segunda via de faturas, reuniões, etc.;

– Controle da distribuição dos celulares institucionais para os plantões judiciários e administrativos.

Seção de Zeladoria

Em 2015, a Seção de Zeladoria desempenhou as seguintes atividades:

- Zelo pelo patrimônio público, constatando danos e situações irregulares, relatando-os à Secretaria de Apoio Administrativo ou solicitando providências diretamente à unidade competente (275 solicitações via TraceGP);
- Controle e acompanhamento do consumo de água, com adoção de medidas preventivas para redução de consumo, incluindo inspeções periódicas para detectar vazamentos;
- Fiscalização do contrato de manutenção de elevadores do Prédio-Sede e do Prédio Administrativo (a cargo da empresa Elevadores Atlas Schindler S.A.), com acionamento de técnicos para a resolução de panes (78 acionamentos);
- Fiscalização da equipe responsável pelo transporte de materiais no Prédio-Sede, por meio de mão de obra terceirizada (a cargo da empresa CCS Serviços Terceirizados Ltda.), com utilização dos funcionários para atendimento a demandas de descarte de lixo, transporte de móveis, mudanças internas, transporte de equipamentos para outras unidades, reposição de água nos bebedouros, etc. Efetuadas 39 mudanças de unidades em 2015;
- Fiscalização do contrato de entrega de cartuchos de toners vazios à empresa Lexmark, a qual fornece uma unidade carregada para cada 25 unidades vazias (em 2015, foram disponibilizadas 725 carcaças);

- Acompanhamento e fiscalização do fornecimento de materiais inservíveis para a empresa Embapel Reciclagem, para posterior permuta. Em 2015, foram recolhidos 78 kg de papel branco, 11.912 kg de papel misto, 182,5 kg de alumínio, 266 kg de ferro e 42 kg de baterias, o que resultou no fornecimento de 106 resmas de papel A4 reciclado;
- Fiscalização do contrato de copeiragem mantido com a empresa Uniserv – União de Serviços Ltda., que fornece chá (78 caixas), café (130kg) e açúcar (102kg) para as sessões de julgamento e outros eventos. Em 2015, foram atendidas 361 sessões de Turmas Julgadoras, 11 sessões da 1ª SDI, 9 sessões da 2ª SDI, 18 sessões da SDC, 25 sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, 26 sessões da SEEx, 16 mediações e 275 reuniões diversas (com o atendimento de 3.015 pessoas), além do atendimento direto à Secretaria-Geral da Presidência, à Secretaria da Corregedoria Regional e à Escola Judicial;
- Afixação de cartazes em murais e elevadores;
- Disponibilização de utensílios para confraternizações realizadas na Sala Multiúso (51 eventos);
- Confecção de chaves e consertos de fechaduras para o Prédio-Sede e o Prédio Administrativo (serviços executados por terceiros e somente). Em 2015, foram feitas 277 cópias de chaves simples, 9 de chaves tetra, 21 trocas de segredos de fechadura, 2 consertos de fechaduras simples e 73 igualações de segredo;
- Disponibilização de chaves diariamente aos servidores e aos empregados terceirizados (1.723 em 2015) e para a realização de obras em finais de semana e feriados (125 em 2015).

A seguir, apresenta-se um quadro comparativo, com o quantitativo de demandas atendidas nos anos de 2013, 2014 e 2015:

Atividades	2013	2014	2015
Eventos – fornecimento de café/chá	----	616	741
Eventos na sala Multiúso	68	77	51
Encaminhamento de confecção de chaves	386	238	286
Acionamento de técnico para os elevadores	158	90	78
Recolhimento e entrega de carcaças de tôner	225	550	725

COORDENADORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Em 2015, a Coordenadoria de Segurança Institucional desempenhou as seguintes atividades:

- Planejamento e organização das demandas ligadas à segurança, aos transportes e à manutenção da frota de veículos do Tribunal, estabelecendo diretrizes, métodos e critérios para execução dos serviços;
- Coordenação das unidades subordinadas: Setor de Operações, Setor de Inteligência e Monitoramento, Seção de Tecnologia de Segurança Eletrônica, Setor de Segurança Especializada, Setor de Segurança do Foro Trabalhista de Porto Alegre, Seção de Transportes e Seção de Manutenção de Viaturas;
- Planejamento e execução da segurança em eventos externos, tais como: inauguração de novas Unidades; 18º Encontro Anual de Gestores, em Gramado/RS; 10º Encontro Institucional da Magistratura, em Canela/RS; Visita do Ministro do TST Alexandre Agra Belmonte à Escola Judicial; Visita do Ministro do STJ Paulo de Tarso Sanseverino à Escola Judicial; Visita do Ministro do TST Luiz Philippe Vieira de Mello Filho à Escola Judicial; Translado do Ministro Presidente do TST para Canela/RS; Translado dos agraciados com a Comenda do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 4ª Região; Posse da nova Administração do TRT4; Implantação do Sistema PJe-JT em unidades do Interior do Estado; Integração do Sistema PJe-JT com o Sistema e-Jus²;
- Controle interno e manutenção dos sistemas de segurança ligados ao Ministério da Justiça (Infoseg) e à Secretaria da Segurança Pública do Estado (consultas integradas);
- Atendimentos ao Provimento nº 233/2009, da Corregedoria Regional, o qual regula a concessão aos executantes de mandados de informações e dados estratégicos, por meio dos sistemas Infoseg e Consultas Integradas, para o cumprimento de diligências de risco.
- Gestão do contrato de vigilância armada;
- Translados de dignitários que visitaram o TRT;
- Reforço na segurança em unidades do Interior em situações especiais, como nas audiências com informação de risco que, em 2015, ocorreram em Taquara, Caxias do Sul, Santa Maria e em Rio Grande (em duas oportunidades);
- Elaboração e suporte do curso de Reciclagem dos Agentes de Segurança em 2015.

Seção de Tecnologia de Segurança Eletrônica

Em 2015, a Seção de Tecnologia de Segurança Eletrônica – Setese realizou as seguintes atividades:

- Fiscalização do Contrato nº 51/2014, firmado com a empresa HSH Security, que presta serviços de manutenção corretiva, preventiva e novas instalações de sistemas de alarme e Circuito Fechado de Televisão – CFTV;
- Procedimentos administrativos para a renovação do Contrato nº 51/2014, que ocorreu em julho de 2015;
- Instalação do sistema de CFTV analógica em três unidades: Cachoeirinha, Esteio e Depósito localizado na Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, em Porto Alegre;
- Projeto de expansão e modernização dos sistemas de CFTV. Em 2015, foi realizada a compra de 93 novas câmeras IP e 30 analógicas e contratado o serviço para as respectivas instalações (Contrato nº 92/2015). Esse projeto prevê a implantação do sistema de CFTV em mais 7 unidades judiciárias. A primeira instalação foi concluída em dezembro de 2015 na Vara do Trabalho de Alvorada;
- Estudo técnico e projeto-piloto para migração do *software* de gerenciamento de sistema de CFTV, da plataforma Geovision para a plataforma Digifort;
- Elaboração de 15 projetos de itens de segurança (sensores de alarme e câmeras) nas plantas dos prédios novos. Trabalho executado no software *AutoCad*;
- Manutenção especializada em Gravadores Digitais de Vídeos – DVR de Circuito Fechado de Televisão: configurações, *backup* e troca de equipamentos;
- Instalação, conserto e substituição de portais detectores de metais;
- Instalação de sistema de alarme de intrusão em Santa Maria e Bento Gonçalves, Foros Trabalhistas de grande porte que não possuíam nenhum sistema. O projeto e a execução ocorreram por meio de empresa contratada, e a Seção elaborou as diretrizes do projeto, fiscalizou a execução e realizou as programações e os testes finais na central de alarme. Além dessas duas unidades, também foi elaborado projeto de alarme de intrusão para o Foro Trabalhista de Pelotas, outra unidade de grande porte. A execução do projeto está prevista para o ano de 2016;
- Substituição completa de sistemas de alarme de intrusão (atualização de placa e sensores) com equipe própria nas Varas do Trabalho de Alegrete e Arroio Grande. Instalação de sistema de alarme com equipe própria nas novas instalações da Seção de Marcenaria. Com a equipe da empresa contratada foi realizada a substituição completa no PAJT de Taquari;
- Alteração da programação de diversas centrais de alarme nas unidades do Interior do Estado em função da migração de linhas analógicas para digitais e das trocas de central telefônica implementadas pela Setic;
- A atividade de criação de senhas de alarme para os vigilantes e servidores do TRT é realizada diariamente pela Seção, bem como os demais ajustes na programação das

centrais de alarme: alterações de tempos, partições, habilitar ou desabilitar zonas, entre outros.

Dados Estatísticos 2015		
Atividade	**Quantidade**	**Observações**
Sistemas de alarme de intrusão instalados ou totalmente substituído	06	Unidades de Santa Maria, Bento Gonçalves, Alegrete, Arroio Grande, Taquari e Seção de Marcenaria
Unidades que possuem sistema de alarme de intrusão	69	03 novas unidades foram atendidas em 2015
Unidades que possuem portais detectores de metais em funcionamento	74	
Portais detectores de metais substituídos	03	
Manutenção corretiva de portais	10	06 realizadas pela empresa Detronix e 04 pela própria Seção
Manutenção corretiva de equipamentos de Raios-X	10	Execução própria
Manutenção em cercas eletrificadas	02	Passo Fundo e Canoas
Unidades que possuem sistema de CFTV	21	04 novas unidades foram atendidas em 2015
Instalação de novo sistema de CFTV – exclusivamente câmeras IP	01	Alvorada (mais 06 unidades previstas para 2016)
Instalação de CFTV analógico em unidades	03	Cachoeirinha, Esteio e Seção de Marcenaria
Substituição e instalação de DVR	08	Cachoeirinha, Esteio Caxias, Rio Grande, Foro Trabalhista de Porto Alegre, Seção de Triagem de Processos Arquivados (Rua Provenzano), Seção de Marcenaria (Av. Aureliano de Figueiredo Pinto) e Seção de Cadastramento de Bens
Manutenção em câmeras com equipe própria	48	35 na sede, 10 na região metropolitana e 03 no Interior

Setor de Inteligência e Monitoramento

Em 2015, o Setor de Inteligência e Monitoramento desempenhou as seguintes atividades:

- Monitoramento de alarmes de intrusão: 8 unidades administrativas e 62 unidades judiciárias, monitoradas 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- Monitoramento por CFTV: Prédio-Sede, Prédio Administrativo e Plenário;
- Monitoramento por CFTV remoto (unidades administrativas): Arquivo e Memorial, Depósito Centralizado, Depósito da Seção de Cadastramento de Bens, Seção de Almoxarifado, Seção de Marcenaria e Carpintaria e Seção de Transportes;
- Monitoramento por CFTV remoto (unidades judiciárias do Interior): Foros Trabalhistas de Alvorada, Bento Gonçalves, Bagé, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Sapiranga e Taquara;
- Relatórios de inteligência, subsidiando a Coordenadoria de Segurança Institucional com informações relativas à segurança da Instituição;
- Monitoramento das atividades de risco potencial à atividade de segurança do Tribunal (manifestações sociais, movimentações sindicais e protestos em função de negociações trabalhistas, audiências trabalhistas com potencial de risco à segurança, atividades diversas);
- Cadastramento de servidores e prestadores de serviço que acessam o Prédio-Sede e o Prédio Administrativo, com pesquisa nos sistemas de informações de segurança; suporte nas operações de segurança em eventos, situações emergenciais e segurança de autoridades.

Dados Estatísticos 2015	
Monitoramento de alarmes de intrusão	70
Monitoramento de CFTV	22
Relatórios de Inteligência	08
Quantidade de servidores autorizados/desautorizados no controle de acesso	546
Solicitações de cadastro de prestadores de serviço no controle de acesso	572

Setor de Segurança Especializada

Atividades realizadas em 2015 na área de Prevenção e Combate a Incêndio:

- Fiscalização do equipamento de segurança com relação à prevenção e ao combate a incêndio.

Atividades realizadas em 2015 na área de Contrato de Vigilância Terceirizada:

- Fiscalização do serviço de vigilância nas unidades do TRT em todo o Estado;
- Reorganização das planilhas e dos arquivos referentes ao controle dos vigilantes da empresa de vigilância terceirizada;
- Melhoramento do sistema de fiscalização para o fiel cumprimento do contrato de prestação de serviço terceirizado de vigilância armada (Contrato nº 59/2012);
- Prorrogação do contrato de vigilância armada com a empresa SELTEC Vigilância Especializada Ltda.;
- Representação do Tribunal, como preposto, em audiências de reclamatórias trabalhistas ajuizadas por empregados da empresa de vigilância armada, ajuizadas contra o TRT4 (União Federal).

Atividades realizadas em 2015 na área de Compras e Licitações:

- Fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços n° 44/2014, para fornecimento de trajes sociais para os Agentes de Segurança e para os meirinhos lotados em unidades do Prédio-Sede;
- Aquisição de sapatos sociais para os Agentes de Segurança e para os meirinhos lotados em unidades no Prédio-Sede;
- Aquisição de baterias, antenas e clipe para cinto para os rádios comunicadores usados pelos Agentes de Segurança das Varas do Trabalho de Porto Alegre e do Prédio-Sede;
- Controle e distribuição de uniformes operacionais para os Agentes de Segurança do TRT em todo o Estado;
- Proposição para compra de trajes sociais para os Agentes de Segurança e para os meirinhos lotados em unidades no Prédio-Sede.

Setor de Operações

Em 2015, o Setor de Operações atuou nas seguintes atividades:

- Segurança preventiva e ostensiva nas salas de Sessões de Julgamento, Presidência, Corregedoria Regional e outros postos do Prédio-Sede;
- Segurança preventiva dos servidores e bens patrimoniais;

- Reforço nas seguintes Audiências de Mediação/Conciliação: Sindicato dos Rodoviários e Sindicato dos Metroviários, Gerdau X Sindicato Metalúrgicos, JACEP e Ecovix e SulNorte Serviços Marítimos X Sindicato dos Marítimos de Rio Grande;
- Recepção, proteção e acompanhamento de autoridades;
- Translado de autoridades: palestrantes para o X Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS e para o 18º Encontro Anual de Gestores;
- Monitoramento da circulação de pessoas nos prédios por câmeras de vídeo;
- Segurança em eventos internos e externos do TRT: Posses de Juízes do Trabalho Substitutos, posses de Juízes Titulares de Vara do Trabalho, posse de Membros da Diretoria e Conselho Fiscal da Amatra IV (27.06.2014), Solenidade de Ratificação de Posse de Desembargadores, Homenagem aos servidores por Tempo de Serviço (06.11.2015), 1ª Outorga de Comenda do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 4ª Região (20.11.2015) e Posse da Nova Administração do TRT Biênio 2016/2017 (11.12.2015);
- Reforço de segurança nas Varas do Trabalho do Interior, quando necessário: Rio Grande (maio/2015), Uruguaiana (novembro/2015), Caxias do Sul (dezembro/2015), Santa Maria (dezembro/2015);
- Participação em plantões nos feriados e finais de semana;
- Controle e proteção dos estacionamentos;
- Operação dos sistemas detectores de metais;
- Atendimento aos chamados realizados via botões de pânico;
- Atendimento a sinistros: fogo em condicionadores de ar e infiltrações em dias de temporal;
- Monitoramento de central de alarme de incêndio;
- Acompanhamento das vistorias realizadas pelos Bombeiros;
- Atendimento a ramal telefônico exclusivo para emergências (2600);
- Atendimento às ocorrências de primeiros socorros;
- Registro de ocorrências no Prédio-Sede e no Prédio Administrativo (furto, perda de objetos, etc.);
- Coibição do ingresso ou da permanência de pessoas portando qualquer espécie de armamento nas unidades judiciárias e administrativas: 36 retenções de armas de fogo e 17 retenções de objetos perfurantes e/ou cortantes (canivetes, estiletes, facas, tesouras, etc.) durante o ano de 2015;

- Controle de acesso de pessoas ao Prédio-Sede; cadastro de visitantes em sistema informatizado, controle de vestimentas;
- Supervisão dos serviços realizados pela vigilância terceirizada;
- Supervisão dos serviços executados pelas recepcionistas terceirizadas: identificação e cadastro de visitantes, fornecimento de informações gerais, encaminhamento de visitantes ao destino correto e localização de servidores para atendimento de entregas;
- Fiscalização operacional do contrato de prestação de serviço de recepção;
- Acompanhamento de ingresso de terceirizados: verificação de cadastro atualizado e válido, verificação de uniforme e identificação;
- Controle dos acessos feitos pela guarita localizada na Rua Marcílio Dias: observação do trânsito de veículos e de pessoas;
- Identificação de acessos indevidos de estagiários e funcionários de empresas terceirizadas, informação sobre o procedimento correto e registro da ocorrência;
- Gerenciamento do uso de boxes dos estacionamentos no Prédio-Sede;
- Controle da saída de materiais;
- Recepção de acadêmicos em visita ao TRT: 13 visitas durante o ano de 2015;
- Auxílio às pessoas com deficiência;
- Encaminhamento de solicitações de manutenção predial (por exemplo: portas de entrada e saída do saguão do Prédio-Sede, portões de acesso da guarita, etc.);
- Registro e guarda de objetos achados e perdidos dentro do Prédio-Sede e Prédio Administrativo: 71 registros de objetos encontrados e 15 de objetos perdidos dentro do Prédio-Sede e do Prédio Anexo em 2015;
- Encaminhamento aos Correios dos documentos encontrados no Prédio-Sede e no Prédio Anexo que não foram retirados pelos proprietários.

Seção de Segurança das Varas de Porto Alegre

O Setor de Segurança das Varas do Trabalho de Porto Alegre realizou as seguintes atividades em 2015:

- Acompanhamento de audiências realizadas na sala de segurança, envolvendo apenados, ou, a cargo da autoridade, nas salas de audiências das Varas do Trabalho;
- Atendimentos a chamados nas Secretarias das Varas do Trabalho, nas salas de audiências e nas dependências do Foro Trabalhista em geral, para ocorrências como

agressões, desentendimentos, desacatos, barulho e socorro de saúde. Os chamados são realizados por telefone, ramal 2500, via botões de pânico ou pessoalmente;

- Videomonitoramento, para acompanhamento da circulação de pessoas nas dependências do Foro Trabalhista por meio de 58 câmeras de vídeo, sendo 56 fixas e 2 móveis;
- Acompanhamento rotineiro do sistema de combate a incêndio, caixas de hidrantes e mangueiras, chuveiros *sprinklers* e extintores e, quando necessário, encaminhamento de chamado ao setor competente, para manutenção;
- Controle de acesso de veículos de Juízes do Trabalho, Diretores de Secretaria, Chefes de Setores, Oficiais de Justiça, viaturas oficiais do Tribunal, pessoas idosas e de veículos de outros órgãos públicos;
- Controle de achados e perdidos: recebimento diário de objetos e documentos que foram perdidos nas dependências do Foro Trabalhista, com a respectiva guarda e devolução, quando procurados;
- Atendimento de princípio de incêndio no 2º andar do Prédio 1 do Foro Trabalhista de Porto Alegre.

Contando com dois aparelhos detectores de metais e um equipamento de Raios-X nos acessos principais do prédio, a equipe de segurança reteve os objetos elencados a seguir:

Retenção de Objetos em 2015

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Arma de fogo	8	14	23	32	43	46	34	17	29	23	36	14	319
Arma branca	30	26	55	69	59	37	40	36	49	47	45	34	527
Ferramentas	4	6	6	9	11	5	8	4	10	39	8	4	114
Bastão, algemas, gás, choque, estrela e soqueira	15	24	54	3	23	51	41	5	1	4	46	12	279
Total	57	70	138	113	136	139	123	62	89	113	135	64	1239

Seção de Transportes

A Seção de Transportes tem como missão atender ao público interno do Tribunal nas necessidades de transportes de magistrados e servidores, conforme Resolução CSJT nº 68/2010 e Portaria nº 7.465/2012. Em 2015, desempenhou as seguintes atividades:

- Controle do fornecimento de combustíveis por meio de cartão magnético;
- Controle do seguro contra terceiros para toda a frota;
- Controle da frota de veículos e atendimento aos magistrados e servidores, na Capital e no Interior do Estado, bem como transporte de móveis e equipamentos;

- Realização de despesas e prestação de contas do suprimento de fundos;
- Fiscalização do serviço de lavagem e limpeza geral dos veículos da frota;
- Licenciamento da frota junto ao Detran/RS;
- Controle de pagamento de multas pelos servidores que as originaram;
- Indicação diária das viaturas a serem limpas, controle da qualidade do serviço, renovação e fiscalização do contrato, além do pagamento mensal;
- Controle da escala diária de motoristas para demandas locais e viagens;
- Controle do equipamento de auxílio à orientação (GPS), para uso em atendimentos de demandas com destino de difícil localização, disponibilizados aos motoristas mediante carga registrada em planilha de controle própria;
- Controle do sistema informatizado (Trace-GP, com interface com a intranet do TRT), o qual apropria dados – por demanda solicitada – da viatura, data e horários de deslocamentos, destino, motorista, quilometragem percorrida e solicitante;
- Controle diário do uso de uniforme, conforme previsto na Portaria nº 2.815/2012 e em consonância com a disponibilidade de vestimentas pela Coordenadoria de Segurança Institucional;
- Implantação, em conjunto com a Coordenadoria de Segurança Institucional, de sistema de rastreamento veicular em todas as viaturas da frota do TRT;
- Controle dos vencimentos das Carteiras de Habilitação dos servidores da unidade, com expedição de ofício ao Detran/RS, e encaminhamento dos respectivos motoristas para as renovações;
- Controle de saída das viaturas e respectivos condutores, com data e hora de saída, através da guarita de vigilância da Seção, com anotações em planilha própria;
- Instalação, por meio da Coordenadoria da Segurança Institucional, de câmeras de vigilância, abrangendo a área de entrada e saída das viaturas, os fundos do terreno e o estacionamento anexo, com visualização também na guarita de vigilância da Seção;
- Aquisição de 4 e desfazimento de 3 viaturas.

Total de atendimentos	2013	2014	2015
Atendimentos a Desembargadores	2.920	2.346	2.435
Atendimentos a servidores	3.307	5.857	5.185
Total	6.227	8.203	7.620

A seguir, apresenta-se um quadro comparativo, com o consumo de combustível e de quilometragem total percorrida nos anos de 2014 e 2015:

Tipo de Combustível	Consumo total (em litros)		Quilometragem (em Km)		Média de Consumo (Km/Litro)	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Gasolina	29.814	29.985	322.951	329.412	10,8	10,9
Diesel	7.037	7.604	71.857	73.292	10,2	9,6
TOTAL	**36.851**	**37.589**	**394.808**	**402.704**	**10,7**	**10,7**

Obs.: 38 veículos oficiais no ano de 2014 e 39 veículos oficiais no ano de 2015

Seção de Manutenção de Viaturas

A Seção de Manutenção de Viaturas desempenhou as seguintes atividades em 2015:

- Manutenção geral dos veículos da frota do Tribunal, com ações preventivas e corretivas;
- Regulagem dos motores;
- Testes de diagnósticos de falhas;
- Substituição do óleo de motores e das caixas de câmbio;
- Manuseio de pneus;
- Manuseio de baterias;
- Revisão dos itens básicos, tais como nível de óleo lubrificante e de líquido de freio, de sistema de arrefecimento, tensão de correias, tensão de bateria, calibragem de pneus e parte elétrica.

Comparativo – Quantitativos e Valores			
	2013	2014	2015
Quantidade média de veículos atendidos	40	37	42
Total de atendimentos efetuados nos veículos	290	334	241
Valor total do custo de peças e serviços	R$ 58.657,01	R$ 78.045,79	R$ 78.496,17
Média mensal do custo de manutenção da frota	R$ 4.888,08	R$ 7.079,50	R$ 6.541,35
Média mensal do custo de manutenção por veículo	R$ 122,20	R$ 191,34	R$ 155,74
Valor de peças/serviços Cartão de Crédito Goodcard		R$ 68.676,56	R$ 66.511,51
Valor de peças ou serviços (por empenho)	R$ 46.670,75	R$ 4.695,49	R$ 15.343,60
Valor de peças ou serviços (por	R$ 11.986,26	R$ 4.673,74	R$ 1.421,97

suprimento de fundos)			
Estoque	-	-	R$ 3.573,09

Observação: A despesa efetuada para a troca dos bancos no veículo Sprinter IUB 3449 e inspeção INMETRO, no valor de R$ 8.354,00, não foi computada, por não ser considerada despesa de manutenção.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas – Segesp tem a seguinte estrutura:

– Seção de Conferência Interna

– **Coordenadoria de Informações Funcionais**

Seção de Afastamentos e Tempo de Serviço

Seção de Apoio Administrativo

Seção de Aposentadorias e Pensões

Seção de Assuntos da Magistratura

Seção de Benefícios

Seção de Frequência e Férias

Seção de Publicações e Registros

Seção de Vantagens

– **Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas**

Seção de Acompanhamento Funcional

Seção de Avaliação de Desempenho

Seção de Capacitação

Seção de Educação a Distância

Seção de Funções Comissionadas

Seção de Ingresso e Remoção

Seção de Legislação de Pessoal e Assuntos Disciplinares (a partir de 14.12.2015)

Seção de Conferência Interna

A Seção de Conferência Interna, vinculada diretamente à Secretaria de Gestão de Pessoas, desempenhou as seguintes atividades em 2015:

- Acompanhamento e atualização da planilha de controle orçamentário da verba de capacitação de servidores;
- Elaboração de controles, planilhas e relatórios sobre o Sistema de Recursos Humanos;
- Auxílio na elaboração de relatórios, tais como o Relatório de Gestão do TCU e Siprev;
- Análise dos processos de trabalho da Segesp;
- Acompanhamento e implantação do Sistema SGRH;
- Conferência dos valores pagos aos estagiários;
- Controle do mapeamento, validação e avaliação por competência dos servidores com função gerencial;
- Gerenciamento das demandas feitas à Setic;
- Elaboração de relatório a ser encaminhado à Anajustra referente ao índice de 13,23%;
- Elaboração de relatório a ser encaminhado ao Sintrajufe/RS referente ao reposicionamento de Agentes de Segurança Judiciária e Atendentes Judiciários;
- Elaboração de dois Relatórios a serem encaminhados ao Tribunal de Contas da União, contendo dados cadastrais e financeiros de todos os magistrados e servidores em atividade no Tribunal, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão civil e pensionistas civis do Tribunal;
- Controle das Metas do iGov – Perfil GovPessoal;
- Acompanhamento e implantação do novo Sistema BI para emissão de relatórios;
- Validação dos dados para o Sistema e-Gestão;
- Controle de prazos dos processos administrativos no Sistema ADMEletrônico.

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

Seção de Afastamentos e Tempo de Serviço

Dados Estatísticos da Seção – 2015	
Tempo de Serviço	
Averbação de Tempo de Serviço	181
Conversão de tempo especial (deferimento ou indeferimento)	03
Concessão e revisão de adicional por tempo de serviço	09
Certidões de Tempo de Contribuição (ex-servidores)	71

Certidões Circunstanciadas de Tempo de Serviço	04
Certidões de Regime Previdenciário	26
Certidões de Férias	02
Reconhecimento e revisão (LPA)	12
Desentranhamento de Certidões	31
Desaverbação	07
Declarações para o INSS	91
Diligência de regularização da documentação e averbação	89
Total	**526**
Licenças	
Licença para tratar de Interesses Particulares	08
Licença para tratar de Interesses Particulares (vinculada a Mandato Sindical)	00
Licença para o Desempenho de Mandato Classista	02
Concessão de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	06
Indeferimento de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	00
Alteração de lotação de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	02
Cancelamento de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	07
Recadastramento de servidores em Licença para Acompanhamento de Cônjuge	42
Concessão de Licença-prêmio por Assiduidade	04
Indeferimento de Licença-prêmio por Assiduidade	00
Concessão de Licença para Atividade Política	00
Cálculo quinquênio para Licença para Capacitação	04
Total	**75**
Afastamentos, Requisições e Lotações Provisórias	
Afastamento para frequentar programas de formação	01
Afastamento para trabalhar em outros TRTs (cedência e renovação)	10
Afastamento para trabalhar em outros órgãos (cedência e renovação)	07
Requisitados de outros TRTs pelo Tribunal (requisição e renovação)	01
Requisitados de outros Órgãos pelo Tribunal (requisição e renovação)	00
Cancelamento de requisições	00
Requisições indeferidas	00
Licença para Acompanhamento de Cônjuge com lotação provisória no Tribunal	00
Total	**19**
Diversos	
Pedido de reconsideração e recurso	00
Informações prestadas à AGU	05
Adicional de insalubridade/periculosidade	10
Atendimento ingressantes (informações sobre o Funpresp)	111
Enquadramento de Regime Previdenciário	111
Total	**237**

Seção de Apoio Administrativo

A Seção de Apoio Administrativo desempenhou as seguintes atividades em 2015:

Atividades	
Autuações no Protocolo Eletrônico	1.323
Carteiras funcionais expedidas	154
Crachás funcionais expedidos	510
Registros de andamentos de expedientes no Sistema NovaJus4	47

Além dessas atividades, em 2015 a Seção também realizou:

- Atendimento presencial e telefônico ao público;
- Recebimento e encaminhamento de documentos e correspondências;
- Controle do relatório de ligações telefônicas, do inventário da Segesp, da comunicação de ausências dos servidores da Secretaria e das numerações de portarias;
- Controle do estoque de material de expediente e dos empréstimos dos equipamentos da Segesp para uso da Seção de Capacitação e de outras unidades do Tribunal;
- Gerenciamento do correio eletrônico, do sistema Malote Digital e da caixa da Secretaria no Sistema ADMEletrônico;
- Participação no processo de recadastramento anual de aposentados e pensionistas;
- Participação na organização do 18º Encontro Anual de Gestores da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, ocorrido na cidade de Gramado/RS;
- Operacionalização da solenidade de Homenagem anual por tempo de serviço aos servidores;
- Consolidação dos relatórios gerenciais e levantamentos estatísticos da Segesp.

Seção de Aposentadorias e Pensões

Dados Estatísticos da Seção – 2015	
Aposentadorias	
Invalidez	04
Proporcional ao Tempo de Contribuição	01
Tempo de Contribuição	78
Cancelamento de Aposentadoria	47
Indeferimento de revisão	05

Revisão	09
Pensões	
Concessão	31
Reversão de cotas	04
Cancelamento	11
Indeferimento	03
Revisão	12
Auxílio-funeral, Designação de Companheiro(a), União Estável, Isenções, Abono, Diligências, Recadastramentos e Outros	
Abono de Permanência	99
Auxílio-funeral	36
Cancelamento da isenção da Contribuição Previdenciária	07
Cancelamento da isenção do IRRF	07
Cancelamento de designação de companheiro (a)	03
Concessões de licença-prêmio em pecúnia	39
Contagens de tempo de contribuição	162
Designação de companheiro (a)	11
Designação de filho (a) inválido (a), irmão, mãe e neto	06
Diligências do TCU	03
Diligências da Seconti	04
Inclusão/exclusão de dependentes para fins de IRRF/CSAÚDE	31
Indeferimento da Isenção da Contribuição Previdenciária	01
Indeferimento da isenção do IRRF	11
Indeferimento de Auxílio-funeral	01
Indeferimento do Abono de Permanência	01
Indenização de Férias	02
Indenização de Funeral	09
Informações prestadas à AGU	21
Isenção da Contribuição Previdenciária	32
Isenção do desconto do IRRF	34
Pedidos de reconsideração	02
Revisão do Abono de Permanência	02
Recadastramento de aposentados	1.308
Recadastramento de pensionistas	448
União estável	03
Outras informações	26

Seção de Assuntos da Magistratura

Dados Estatísticos da Seção – 2015	
Assunto	**Expedientes**
Averbação de tempo de serviço ou de contribuição	17
Ajuda de custo[1], indenização de transporte de pessoal e ressarcimento de transporte de mobiliário, bagagem e automóvel[1]	21
Licenças (afastamento, casamento, paternidade, luto, para frequência a curso)	222
Férias	245
Nomeação, promoção, remoção e permuta de Juízes Titulares e Substitutos[2]	15
Diárias de Desembargadores, de Juízes Titulares e Substitutos[3]	331
Boletim de Substituição[4]	12
Quadro de Antiguidade de Juízes Titulares e Substitutos[5]	23
Certidões diversas para magistrados e ex-representantes classistas	58
Outros (alteração de nome, cadastro de dependentes, reconhecimento de união estável)	30

Observações:

[1] A ajuda de custo compreende a análise e instrução do processo e a elaboração da portaria correspondente;
[2] A nomeação/promoção/remoção/permuta de Juiz compreende, conforme o caso, a instrução do processo, a elaboração de portaria e do termo de posse e o lançamento ou a atualização cadastral no Sistema de Recursos Humanos e no Sistema SISAC/TCU;
[3] As portarias de concessão de diárias elaboradas pela Seção aos Juízes Titulares e Substitutos são referentes à participação na condição de instrutores ou à participação em cursos ou eventos fora do Estado;
[4] Elaborado pela Seção apenas o boletim de substituição dos Juízes convocados para atuar no Tribunal e os designados para atuar no JACEP;
[5] Anualmente, é instruído expediente com os quadros de antiguidade dos Desembargadores, Juízes Titulares e Substitutos, a serem submetidos à apreciação do Órgão Especial na sessão do mês de março. A cada alteração no Quadro de Juízes Titulares de Vara do Trabalho e de Juízes do Trabalho Substitutos é elaborado novo quadro de antiguidade, com posterior disponibilização na internet.

Além das atividades constantes do quadro anterior, a Seção realizou as seguintes atividades em 2015:

- Inclusão e exclusão de dependentes de Desembargadores e Juízes de 1º grau ativos, para fins de imposto de renda e assistência médico-odontológica;

- Processamento dos pedidos de reconhecimento de união estável;
- Elaboração de termos de posse de Desembargadores, Juízes Titulares de Vara do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos;
- Controle das vagas existentes de Desembargadores e Juízes de 1º grau;
- Lançamento no sistema informatizado da Segesp, dos cursos realizados pelos Desembargadores e Juízes de 1º grau, cujos diplomas foram encaminhados à Seção, para registro em seus assentamentos funcionais;
- Lançamento no sistema informatizado da Segesp, dos tempos de serviço averbados pelos Desembargadores e Juízes de 1º grau;
- Atendimento às diligências propostas pela AGU, TCU, CNJ, CSJT, TST e outros Tribunais, como, por exemplo, número de vagas existentes, cargos ocupados, questionamentos sobre férias e diárias;
- Controle das entregas de autorização de acesso dos dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil, com a posterior comunicação ao Tribunal de Contas da União;
- Controle e recebimento de documentos para posse (nomeação, remoção e permuta) de Juiz do Trabalho Substituto;
- Registro das admissões no sistema TCU-SISAC.

Seção de Benefícios

Dados Estatísticos da Seção – 2015	
Assistência Pré-Escolar	
Número de Magistrados e Servidores Beneficiados	727
Número de Dependentes Beneficiados	824
Custo Anual	R$ 4.947.021,51
Inclusões Processadas (magistrados e servidores)	134
Inclusões Processadas (dependentes)	142
Exclusões Processadas (magistrados e servidores)	104
Exclusões Processadas (dependentes)	112
Total de operações processadas	492
Dependentes para Fins de IRPF e Assistência Médico-Odontológica (Servidores Ativos)	
IRRF	3.236

Assistência Médico-Odontológica		3.740
Inclusões processadas (IRPF)		177
Inclusões processadas (Assistência Médico-Odontológica)		172
Exclusões processadas (IRPF)		106
Exclusões processadas (Assistência Médico-Odontológica)		118
Total de operações processadas		573
UNIMED		
Plano de Saúde		
Plano Coletivo	Titulares	4.273
	Dependentes	672
Plano Individual	Titulares	611
	Dependentes	6.881
Total de usuários		**12.437**
Plano Coletivo	Inclusões processadas	522
	Exclusões processadas	338
	Alterações de plano processadas	70
	Alterações de nome processadas	31
Plano Individual	Inclusões processadas	107
	Exclusões processadas	52
	Alterações de plano	75
	Alterações de nome	0
Número de segundas vias solicitadas		372
Total de operações processadas		1.567
S.O.S. (serviço de ambulância)		
Usuários (Plano Coletivo)		802
Usuários (Plano Individual)		209
Total de Usuários		**1.011**
Inclusões processadas		91
Exclusões processadas		54
Total de operações		**145**
Solicitações de reembolso deferidas		37
Solicitações de reembolso indeferidas		10
Total de operações		**47**
Benefício-família		
Número de solicitações encaminhadas		20
Número de Beneficiados		26

Dados Gerais Unimed	
Valor da participação do Tribunal	R$ 21.558.008,56
Valor da participação dos Servidores	R$ 30.536.425,76
Custo Anual Total	**R$ 52.094.434,32**
Auxílio-natalidade	
Concessões em 2015	102
Custo Anual	R$ 60.140,34
Auxílio-transporte	
Servidores Beneficiados	309
Custo Anual	R$ 667.785,95
Inclusões processadas	55
Exclusões processadas	46
Recadastramentos processados	239
Total de operações	340

Além das atividades constantes do quadro anterior, em 2015 a Seção realizou:

- Elaboração do Termo de Referência utilizado na licitação para contratação de Plano Privado de Saúde Complementar, tendo como vencedora a operadora Unimed Porto Alegre, nos termos do Contrato TRT nº 70/2015;
- Participação na elaboração da minuta da portaria que regulamenta o Programa de Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial;
- Envio de 12.429 cartões do Plano de Saúde referentes ao novo contrato, com vigência a contar de 1º.11.2015.

Seção de Frequência e Férias

Dados Estatísticos da Seção – 2015	
Férias de Servidores	
Cálculo do saldo de férias em virtude de falecimento	3
Cálculo do saldo de férias em virtude de exoneração de cargo em comissão	64
Cálculo do saldo de férias em virtude de pedido de vacância de cargo efetivo	32
Cálculo do saldo de férias não fruídas por ocasião da aposentadoria	77
Lançamentos no Sistema de Pessoal das alterações de férias	1.258
Total	**1.434**
Licenças, Afastamentos e Concessões processadas	
Afastamentos para participação em júri e outros serviços obrigatórios por lei	42

Afastamento integral do servidor por convocação	79
Casamento	52
Afastamentos por motivo de doação de sangue	60
Afastamentos por motivo de falecimento de pessoa da família	89
Certidões	56
Concessões de dispensa de ponto	64
Concessões de horário especial de estudante	7
Registros à disposição da Justiça Eleitoral – Lei nº 8.868/1994	391
Registros de fruição dos dias trabalhados nas eleições	6
Licença à adotante	1
Licença paternidade	40
Plantão – Atuação em regime de plantão	2
Plantão – Folga compensatória	5
Teletrabalho	25
Férias – Período averbado e não indenizado no cargo anterior	11
Total	**930**
Frequência	
Boletins de frequência conferidos	821
Frequência de servidores requisitados e em licença para acompanhar cônjuge	1009
Frequência de servidores cedidos e em licença para acompanhar cônjuge	1.766
Investigações e registros de faltas injustificadas	102
Total	**3.698**

Seção de Publicações e Registros

Dados Estatísticos da Seção – 2015	
Atividades	
Abertura de pastas funcionais de servidores nomeados em 2015	106
Certidões coletivas solicitadas por unidades do TRT para fins de certificação digital	3
Certidões solicitadas por servidores para fins diversos (INSS, certificação digital, atividade jurídica, negativa de penalidade, financiamento, permuta, redistribuição, comprovação de vínculo e outros)	600
Elaboração de Boletins de Serviço, disponibilizados na intranet do TRT	233
Elaboração de gabaritos com matérias enviadas para publicação no DEJT	235
Elaboração de gabaritos com matérias enviadas para publicação no DOU	51
Cadastramento dos processos administrativos de alteração de nome e de registro de União Estável dos servidores ativos	78

Além das atividades constantes do quadro anterior, a Seção realizou as seguintes atividades em 2015:

- Manutenção das pastas funcionais dos servidores ativos;
- Manutenção e atualização dos dados cadastrais de todos os servidores ativos no sistema informatizado da Segesp, incluindo alteração de conta bancária, de endereço residencial, de lotação, de exercício de função comissionada, etc;
- Levantamentos estatísticos solicitados pelo CNJ, relativos ao quadro de pessoal.

Seção de Vantagens

Dados Estatísticos da Seção – 2015	
Concessão de Diárias	
Total de diárias lançadas (diárias inteiras + meia diárias)	9.074
Servidores atendidos	1.549
Portarias expedidas	1.458
Processos administrativos	453
Diárias concedidas a instrutores externos	22,5
Ressarcimento de Despesas com Deslocamento	
Ressarcimentos lançados	2.192
Servidores e magistrados atendidos	589
Processos administrativos	418
Adicionais	
Servidores com Adicional Noturno	4
Servidores com Adicional de Penosidade	0
Servidores com Adicional de Horas Extras	0
Concessão de Ajuda de Custo	
Servidores atendidos	40
Pedidos indeferidos	08
Ressarcimento de Despesas com transporte pessoal, mobiliária e bagagem	
Servidores atendidos	34

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Seção de Acompanhamento Funcional

Dados Estatísticos da Seção – 2015	
Acompanhamentos Individuais	
Acompanhamentos iniciados	22
Acompanhamentos retomados	3
Acompanhamentos em andamento	32
Acompanhamentos encerrados	17
Contatos (presencial, telefone e e-mail)	320
Total	**214**
Acompanhamentos para Avaliação de Desempenho	
Acompanhamentos iniciados	19
Acompanhamentos em andamento	37
Acompanhamentos encerrados	24
Contatos (presencial, telefone e e-mail)	187
Total	**237**
Acompanhamento de Servidores com Deficiência	
Acompanhamentos iniciados	9
Acompanhamentos em andamento	35
Acompanhamentos encerrados	7
Contatos (presencial, telefone e e-mail)	204
Total	**80**

Seção de Legislação de Pessoal e Assuntos Disciplinares

Em 14 de dezembro de 2015, por meio da Portaria nº 8.356/2015, a Seção de Legislação de Pessoal foi extinta, e a Seção de Assuntos Disciplinares teve a sua denominação alterada, passando a chamar-se Seção de Legislação de Pessoal e Assuntos Disciplinares.

No que tange aos Assuntos Disciplinares, a Seção desempenhou atribuições relacionadas ao regime disciplinar dos servidores públicos federais, constantes na Lei nº 8.112/1990. Dentre as atividades desempenhadas, merecem destaque:

- Análise de fatos relatados em Processos Administrativos, com elaboração de informações acerca da necessidade de instauração de sindicâncias ou processos administrativos disciplinares;
- Elaboração de atos para a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, tais como indicação de membros para compor as respectivas comissões, portarias de instauração, autuação e formação de expedientes no Sistema NovaJus4 e controle dos prazos de trabalho das comissões;

- Acompanhamento do trabalho das comissões, orientando e mantendo atualizados os arquivos em planilha do Microsoft Excel, com controle dos andamentos dos trabalhos;
- Orientação para o encaminhamento dos autos à autoridade competente, nos prazos estabelecidos;
- Manutenção dos registros no Sistema RH e em planilhas do Microsoft Excel, com a prestação de esclarecimentos relativos a assuntos disciplinares para as Seções de Aposentadorias e Pensões, Ingresso e Remoção e Capacitação;
- Controle do cancelamento do registro das penalidades pelo decurso dos prazos previstos no art. 131 da Lei nº 8.112/1990, nos termos do art. 170 do mesmo diploma legal.

Processos recebidos/autuados	
Processos Administrativos (PA)	24
Processos Administrativos Disciplinares (PADSERV)	5
Sindicâncias investigativas	2
Sindicâncias acusatórias	1

No que tange à Legislação de Pessoal, a Seção desempenhou importante papel de suporte legal e jurisprudencial relacionado à área de pessoas, com ênfase para as matérias constantes na Lei nº 8.112/1990.

Dentre as atividades desempenhadas, merecem destaque a elaboração de pareceres em processos administrativos, a elaboração e atualização de normas internas, a revisão e a conferência de informações para subsidiar a defesa da União em processos judiciais, a prestação de informações em consultas formuladas pelas demais Seções da Secretaria de Gestão de Pessoas, por servidores, bem como por outros setores, como outros órgãos da Justiça do Trabalho e Conselhos Superiores.

No decorrer do ano de 2015, foram elaborados os seguintes tipos de trabalho com manifestação formal da Seção de Legislação de Pessoal:

Atividades	
AGU	45
Consultas escritas	58
Consultas verbais	17
Informações (ADMEletrônico)	2
Normatizações	3
Pareceres	32
Revisão de informações	2
Outros	0

Alguns dos principais assuntos abordados no período foram: estágio de estudantes, ajuda de custo, aposentadoria, remoção, plano de saúde Unimed, licenças e afastamentos, gratificação de atividade de segurança – GAS, jornada de trabalho e horário especial, férias, diárias, acumulação de cargo público, pensão, união estável, auxílio-natalidade, teletrabalho, concurso público, redistribuição, recondução, desvio de função, regime previdenciário, plano de cargos e salário, licença gestante, quintos, serviço voluntário, isenção de imposto de renda, contagem de prazo, exoneração, reenquadramento, exame admissional, transformação de cargos, critérios de correção monetária, acumulação de proventos, gratificação por exercício cumulativo de jurisdição, entre outros.

Dentre as atividades realizadas, destaca-se, também a elaboração de minutas de portarias de regulamentação sobre a concessão de diárias de passagens aéreas, avaliação de desempenho e Programa de Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial, etc.

Seção de Avaliação de Desempenho

Avaliação Anual de Desempenho					
Período	**Avaliações**			**Progressões/ Promoções**	**Final de Carreira**
	Quantidade	Encaminhamentos à SAF	Recursos	Quantidade	Quantidade
Janeiro	94	1	-	76	17
Fevereiro	292	2	-	53	239
Março	202	1	1	106	96
Abril	752	2	2	157	595
Maio	176	3	1	143	33
Junho	194	2	1	153	41
Julho	246	3	2	132	114
Agosto	131	-	-	102	29
Setembro	100	-	-	65	35
Outubro	430	-	-	116	314
Novembro	107	-	-	74	33
Dezembro	152	-	2	129	23
Total	**2.875**	**14**	**7**	**1.306**	**1.569**

Estágio Probatório								
Período	**Avaliações**			**1ª Nota**	**Progressão (2ª Nota)**	**3ª Nota**	**Progressão (4ª Nota)**	**5ª Nota**
	Quantidade	Encaminhamentos à SAF	Recursos					

Janeiro	52	3	1	10	22	8	9	3
Fevereiro	62	1	-	17	7	19	-	19
Março	52	2	1	4	19	15	11	3
Abril	49	-	-	8	14	8	-	19
Maio	84	-	-	9	25	19	22	9
Junho	82	-	-	16	7	6	19	9
Julho	60	1	-	11	10	22	8	9
Agosto	60	-	-	8	17	7	19	9
Setembro	68	1	-	19	4	19	15	11
Outubro	46	-	-	16	8	14	8	-
Novembro	95	-	-	20	9	25	19	22
Dezembro	70	-	1	22	16	7	6	19
Total	**780**	**8**	**3**	**160**	**158**	**169**	**136**	**157**

Dentre as atividades realizadas pela Seção, destacaram-se:

- Gerenciamento do Sistema Informatizado de Gestão do Desempenho Funcional;
- Exame e instrução de processos administrativos relativos a estágio probatório, progressão funcional, promoção funcional e servidores em final de carreira;
- Verificação das situações de insuficiência de desempenho individual e seus reflexos no desempenho organizacional;
- Encaminhamento dos casos de notas inferiores a 70 pontos para acompanhamento funcional;
- Lançamento e atualização da evolução funcional de todos os servidores;
- Informação aos servidores das pendências relativas ao processo avaliativo;
- Organização, acompanhamento e operacionalização do processo de avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório, procedendo à progressão dos servidores aprovados, com a declaração de estabilidade e o encaminhamento para exoneração dos reprovados;
- Operacionalização do processo de avaliação de desempenho para promoção/progressão dos servidores estáveis;
- Organização e acompanhamento do processo de avaliação de desempenho dos servidores à disposição de outros órgãos;
- Recepção e andamento dos recursos interpostos às avaliações de desempenho;
- Participação no Curso Gestão de Desempenho na Prática, promovido pela Escola Judicial;
- Participação no Programa de Ambientação "*Integrar-te*";
- Lançamento, no Sistema de Gestão do Desempenho Funcional, das competências gerenciais mapeadas.

Seção de Capacitação

A seguir, apresentam-se os quadros com os dados estatísticos e quantitativos relativos da Seção de Capacitação, referentes ao ano de 2015:

Servidores que participaram de ações de capacitação, por área (não considerando mais de uma participação por servidor):				
	GERAL		**MODALIDADE PRESENCIAL**	
	Número	Percentual em relação ao total de Servidores da área	Número	Percentual em relação ao total de Servidores da área
1º Grau	1.435	72,00%	866	43,45%
2º Grau	376	49,09%	189	24,67%
Administrativa	485	84,79%	376	65,73%
Total de treinados / Percentual geral	**2.296**	**68,93%**	**2.202**	**42,96%**

A seguir, quadro demonstrativo com o total de horas e de participantes em ações de capacitação presenciais (considerando mais de uma participação por servidor), em 2015:

Modalidade Presencial	
Número de participantes	2.070
Número total de horas de treinamento	25.282,5
Número de horas por servidor	7,59

Adicional de Qualificação por Ações de Treinamento	
Cursos averbados com proposta de deferimento	1.537
Cursos averbados com proposta de indeferimento	202
Recursos interpostos	2

Adicional de Qualificação por Pós-Graduação	
Concessões	160
Recursos interpostos	1

Seção de Educação a Distância

A seguir, quadro demonstrativo com o total de horas e de participantes em ações de Capacitação a Distância (considerando mais de uma participação por servidor), em 2015:

Modalidade a Distância	
Número de participantes	5.785
Número total de horas de capacitação	95.557
Número de horas por servidor	28,68

Seção de Funções Comissionadas

No quadro a seguir, estão relacionadas as movimentações ocorridas no Quadro de Cargos em Comissão e de Funções Comissionadas no ano de 2015:

CJ/FC	Quantitativo Existente	Exonerações / Dispensas processadas	Nomeações / Designações processadas	Portarias expedidas
Cargos em comissão	319	86	96	182
Funções comissionadas	1.775	719	752	1.471

Outras Portarias expedidas	
Colocar à disposição	44
Tornar sem efeito e designação de substituto	398
Remoções	533
Vinculações	83
Concessão e cancelamento da Gratificação Atividade Segurança – GAS	9
Expedição Tabela Funções/Cargos Comissão	2
Processos / Estatísticas / Relatórios	
Indicação para desempenho de atribuições de Oficial de Justiça *ad hoc*	0
Transformações de funções comissionadas, cargos em comissão, extinção e criação de unidades	21
Estatísticas para TST, CNJ, CSJT, TCU	14
Relatórios de composição de funções comissionadas e cargos em comissão para outras unidades	68
Quintos	
Concessão de quintos residuais	1
Pedidos de atrasados	0
Certidões de quintos incorporados	1
Averbação de quintos incorporados em outros órgãos	1

Outras atividades desenvolvidas pela Seção de Funções Comissionadas no ano de 2015:

- Conferência e envio das informações à Secretaria de Orçamento e Finanças para pagamento aos substitutos designados, para fins de inclusão em folha de pagamento, totalizando em torno de 2.338 registros;
- Implementação do estabelecido na Resolução CNJ nº 156/2012. A partir da publicação ocorrida em 09.08.2012, para todos os servidores indicados para o exercício de função comissionada/cargos em comissão, são expedidas certidões negativas das Justiças Federal, Eleitoral, Estadual, Militar, do TCU e do CNJ. Estima-se que tenham sido expedidas em torno de 6.800 certidões no ano de 2015;
- Conferência e recebimento dos documentos necessários à designação e à nomeação dos servidores indicados para exercer cargos em comissão ou funções comissionadas, tais como Termo de Opção, Declaração para Provimento em Cargo em Comissão ou Função Comissionada e escolaridade exigida (quando for o caso);
- Informação e instrução sobre a situação dos servidores envolvidos nas indicações para cargos e funções comissionadas, bem como para as funções de substitutos e, ainda, em todas as situações que envolvam os controles das funções e cargos comissionados (em torno de 950 informações no ano).

Seção de Ingresso e Remoção

Processos	
Cartão de Identificação – elaboração e envio à FCC	133
Colocar à disposição	6
Estatísticas para CNJ, CSJT, TST, TCU, Diretoria-Geral, Secof e AGE	36
Exoneração de cargo efetivo	6
Informação sobre quadro de servidores das unidades	41
Informações à AGU	4
Consultas para nomeação de servidores	16
Nomeações	152
Posse e exercício de servidores	106
Lotação de servidores	205
Quadro de Pessoal da 4ª Região – levantamento mensal	12
Redistribuição	18
Remoção	154
Tornar sem efeito	47
Vacâncias	32
Remoções	

Remoções	154
Remoções por permuta na 4ª Região	8
Remoção por motivo de saúde	4
Remoções por permuta nacional	15
Remoções de ofício	1
Processo Seletivo de Remoção	
Processo seletivo de remoção	1
Concurso Público para Servidores	
Concurso público para servidores	1
Estágios	
Contratações	234
Avaliações de desempenho e acompanhamento	205
Certidões para estagiários	42
Controle de frequência e estágios envolvidos	3.061
Desligamentos	172
Folhas de pagamento / estagiários envolvidos	12 / 3.061
Folhas suplementares / estagiários envolvidos	12 / 62

Outras atividades desenvolvidas pela Seção de Ingresso e Remoção em 2015:

- Administração do Programa de Estágios, que, no ano de 2015 contou com, em média, 255 estudantes ativos por mês;
- Realização dos procedimentos relativos à contratação de seguro de acidentes pessoais para os estagiários;
- Administração dos atos referentes ao ingresso e desligamento de servidores: 106 novos servidores e 38 desligamentos (vacâncias e exonerações);
- Administração, controle e atualização do quadro efetivo de pessoal; transformação e extinção de cargos;
- Levantamento das vagas existentes nas unidades e controle e processamento da movimentação de pessoal;
- Controle da lotação dos servidores que percebem a Gratificação Especial de Localidade;
- Registro dos atos de admissão e desligamento de servidores no SISAC;
- Resposta às mensagens eletrônicas encaminhadas pela Ouvidoria e pelo “Fale Conosco” disponível no site do Tribunal na internet;
- Elaboração, divulgação e acompanhamento do processo seletivo para formação de cadastro de reserva para remoção de servidores no âmbito do TRT da 4ª Região;

- Elaboração, organização e acompanhamento de todas as etapas relativas ao concurso público para servidores de 2015;
- Divulgação, na página do TRT na internet e no Portal de Comunicação Interna VOX, dos dados referentes aos Concursos Públicos e ao Processo Seletivo Interno;
- Atendimento ao público interno e externo (candidatos, servidores e gestores);
- Recebimento e conferência dos documentos necessários à posse e ao ingresso dos candidatos nomeados em concurso público e inserção das informações funcionais no cadastro constante do Sistema de Recursos Humanos.

COORDENADORIA DE SAÚDE

No ano de 2015, a Coordenadoria de Saúde prestou os serviços e desempenhou as atividades a seguir descritas:

ATIVIDADES E SERVIÇOS	QUANTIDADE
Consultas médicas	10.324
Laudos de licenças para tratamento de saúde	2.999
Laudos de licenças por motivo de doença em pessoa da família	546
Laudos de licença à gestante	73
Laudos de licença por acidente em serviço	3
Laudos de perícia médica	109
Laudos de licença de magistrados	105
Laudos de assunção	125
Atendimento ambulatorial	2.644
Eletrocardiograma	68
Avaliações ergonômicas individuais	134
Atendimentos odontológicos (consultas, perícias, Raios-X, emergências, orientação e encaminhamento)	2.449

Além disso, realizou as seguintes atividades no ano de 2015:

- Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO);
- Disponibilização do Programa Ginástica Laboral Virtual para todos os servidores;
- Participação na Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat), com oficina sobre ginástica laboral;
- Acompanhamento de servidores com necessidades especiais;
- Programa de Controle de Saúde dos Trabalhadores Expostos a Riscos Ambientais;

- Orientações aos servidores com relação à ergonomia dos postos de trabalho, postura, exercícios e alongamentos;
- Ações em saúde ocupacional: avaliação das condições ambientais e dos servidores quanto à aptidão ao trabalho; controle dos casos de LER/DORT; ergonomia;
- Parceria com a Segesp no acompanhamento funcional, individualmente e com alguns setores, bem como colaboração no recadastramento dos servidores inativos;
- *Workshop* Saúde Bucal da Gestante e do Bebê, promovido pela Seção de Assistência Odontológica, com 13 participantes;
- Projeto Malote de Saúde Bucal, contendo livros infantis com tema voltado à prevenção da saúde bucal infantil. O Malote circulou entre 40 unidades judiciárias do Interior do Estado;
- Atuação da equipe de enfermagem nos Encontros de Gestores e de Magistrados, realizando medição da pressão arterial e das taxas de glicose e colesterol;
- Elaboração e envio do Click Saúde: informativo mensal sobre saúde;
- Publicação no Portal VOX sobre cuidados e dicas de prevenção e higiene bucal aos servidores (Dia Nacional de Saúde Bucal);
- Realização de 9 *Workshops* no Projeto Melhoria da Qualidade de Vida;
- Realização de 124 atendimentos individuais;
- Realização de 33 ações de saúde mental (grupos);
- Acompanhamento psicossocial dos estagiários do programa de estágio socioeducativo com a Fase, com a realização de 5 reuniões e 6 encontros;
- Realização dos *Workshops* "*Como lidar com as emoções*" e "*Comunicação não violenta*".

MOVIMENTO JUDICIÁRIO DO 2º GRAU

No Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no ano de 2015, foram recebidos 62.824 processos, distribuídos 60.993 processos e julgados 68.096 processos. Ficaram pendentes de julgamento 17.789 processos.

2º GRAU		
Processos	Recebidos	**62.824**
	Distribuídos	**60.993**
	Julgados	**68.096 ***
	Pendentes de julgamento em 31.12.2015	**17.789 ****

** Destes, 10.882 são Embargos Declaratórios.*

*** Saldo na Seção de Distribuição, Procuradoria Regional do Trabalho, processos pendentes de conclusão para o relator, processos em estudo, em diligência, aguardando pauta e pedidos de vista.*

Processos Recebidos, Distribuídos, Julgados – Últimos 10 anos

ANO	RECEBIDOS	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS
2006	37.618	38.143	44.069
2007	50.032	50.489	57.981
2008	65.914	66.872	71.508
2009	53.620	54.543	74.501
2010	47.350	48.039	62.262
2011	51.736	52.027	63.857
2012	56.481	55.907	65.102
2013	59.169	59.789	65.102
2014	58.706	59.303	72.154
2015	62.824	60.993	68.096

TRIBUNAL PLENO

Sessões	Ordinárias	1	15
	Extraordinárias	14	
Processos recebidos por distribuição			27
Processos recebidos por redistribuição			3
Processos solucionados	Julgamento em sessão	20	20
	Decisão monocrática	0	
Saldo por julgar em 31.12.2015	Com os relatores	3	3
	Em diligência	0	
	Aguardando pauta	0	
	Saldo no MP	0	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*	
	IUJ	AP (Arguição de Inconstitucionalidade)
João Alfredo Borges Antunes de Miranda	0	1
Wilson Carvalho Dias	10	0
Ricardo H. de Almeida Martins Costa	4	0
Maria Madalena Telesca	6	0
TOTAL	**20**	**1**

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL PLENO

Resolução Administrativa nº 04/2015 – Aprova o Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região para o quinquênio 2015/2020.

Resolução Administrativa nº 07/2015 – Suspende os prazos processuais, as intimações e a realização de audiências e sessões de julgamento nas unidades judiciárias de primeiro e segundo Graus da Justiça do Trabalho da 4ª Região, no período de 7 a 20 de janeiro do ano de 2016.

Resolução Administrativa nº 13/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 61.

Resolução Administrativa nº 14/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 62.

Resolução Administrativa nº 15/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 63.

* *IUJ: Incidente de Uniformização de Jurisprudência; AP: Agravo de Petição.*

Resolução Administrativa nº 16/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 64.

Resolução Administrativa nº 17/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 65.

Resolução Administrativa nº 18/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 66.

Resolução Administrativa nº 19/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 67.

Resolução Administrativa nº 20/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 68.

Resolução Administrativa nº 21/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 69.

Resolução Administrativa nº 22/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 70.

Resolução Administrativa nº 25/2015 – Aprova o Assento Regimental nº 01/2015.

Resolução Administrativa nº 28/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 71.

Resolução Administrativa nº 29/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 72.

Resolução Administrativa nº 30/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 73.

Resolução Administrativa nº 31/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 74.

Resolução Administrativa nº 32/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 75.

Resolução Administrativa nº 33/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 76.

Resolução Administrativa nº 34/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 77.

Resolução Administrativa nº 35/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 78.

Resolução Administrativa nº 36/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 79.

Resolução Administrativa nº 37/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 80.

Resolução Administrativa nº 38/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 81.

Resolução Administrativa nº 39/2015 – Aprova o Assento Regimental nº 02/2015.

Resolução Administrativa nº 42/2015 – Regulamenta a Comenda do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 44/2015 – Dispõe sobre a distribuição antecipada de processos aos novos integrantes da Seção Especializada em Execução e das Turmas Julgadoras, a partir de 3 de novembro de 2015.

Resolução Administrativa nº 46/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 82.

Resolução Administrativa nº 47/2015 – Aprova a edição da Súmula nº 83.

Resolução Administrativa nº 48/2015 – Aprova a Tese Jurídica Prevalecente nº 01.

ÓRGÃO ESPECIAL

Sessões	Ordinárias	12	15
	Extraordinárias	3	
Processos recebidos por distribuição			142
Processos recebidos por redistribuição			8
Processos solucionados	Julgamento em sessão	116	134
	Decisão monocrática	18	
Saldo por julgar em 31.12.2015	Com os relatores	7	12
	Em diligência	3	
	Aguardando pauta	1	
	Saldo no MP	1	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*					
	AGR	MS	ED	PA	REC ADM	TOTAL
Ana Luiza Heineck Kruse	3	-	-	2	14	19
Beatriz Renck	10	-	-	-	-	10
Berenice Messias Corrêa	3	1	-	-	1	5
Cláudio Antônio Cassou Barbosa	-	1	-	-	1	2
Cleusa Regina Halfen	58	-	-	-	-	58
Denise Pacheco	1	-	-	-	-	1
João Alfredo Borges A. de Miranda	9	1	1	-	-	11
Juraci Galvão Júnior	1	-	1	-	2	4
Maria da Graça Ribeiro Centeno	1	-	-	-	-	1
Raul Zoratto Sanvicente	-	-	1	-	1	2
Rosane Serafini Casa Nova	-	1	2	-	-	3
TOTAL	**86**	**4**	**5**	**2**	**19**	**116**

**AGR: Agravo Regimental; MS: Mandado de Segurança; ED: Embargos Declaratórios; PA: Processo Administrativo; REC ADM: Recurso Administrativo.*

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS DO ÓRGÃO ESPECIAL

Resolução Administrativa nº 01/2015 – Prorroga o afastamento da jurisdição concedido ao Desembargador José Felipe Ledur, Diretor da Escola Judicial e a convocação do Juiz do Trabalho Roberto Carvalho Zonta.

Resolução Administrativa nº 02/2015 – Prorroga a convocação do Juiz Auxiliar da Presidência, Ricardo Fioreze, e da Juíza Auxiliar da Corregedoria, Andréa Saint Pastous Nocchi, de que tratam as Resoluções Administrativas nº 35/2013 e 33/2013, respectivamente.

Resolução Administrativa nº 03/2015 – Dispõe sobre a alteração da data de comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público para 30 de outubro de 2015.

Resolução Administrativa nº 06/2015 – Dispõe sobre a convocação da Juíza Karina Saraiva Cunha, Titular da 2ª Vara do Trabalho de Esteio, para atuar no Tribunal a partir de 13 de abril de 2015, na cadeira vaga em virtude da aposentadoria do Desembargador Leonardo Meurer Brasil.

Resolução Administrativa nº 08/2015 – Dispõe sobre a convocação do Juiz João Batista de Matos Danda, Titular da 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha, para atuar no Tribunal, a partir de 4 de maio de 2015, na cadeira vaga em decorrência da posse da Desembargadora Maria Helena Mallmann no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Resolução Administrativa nº 09/2015 – Dispõe sobre a convocação da Juíza Angela Rosi Almeida Chapper, Titular da 2ª Vara do Trabalho de Pelotas, para atuar no Tribunal a partir de 4 de maio de 2015, na cadeira do Desembargador Francisco Rossal de Araújo.

Resolução Administrativa nº 10/2015 – Regulamenta a atribuição de nomes às dependências dos prédios de uso do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Resolução Administrativa nº 11/2015 – Regulamenta a reserva de vagas aos candidatos negros nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 12/2015 – Aprova a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Resolução Administrativa nº 23/2015 – Aprova o Regulamento Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Resolução Administrativa nº 24/2015 – Regulamenta os procedimentos aplicáveis à Uniformização de Jurisprudência prevista na Lei nº 13.015/2014.

Resolução Administrativa nº 26/2015 – Dispõe sobre o pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição – GECJ no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 27/2015 – Dispõe sobre a convocação do Juiz Manuel Cid Jardón, Titular da 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, para atuar no Tribunal a partir de 27 de agosto de 2015, na cadeira vaga em virtude da aposentadoria do Desembargador Flavio Portinho Sirangelo.

Resolução Administrativa nº 40/2015 – Regulamenta a concessão de diárias e a aquisição de passagens aéreas no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 41/2015 – Dispõe sobre a convocação do Juiz Joe Ernando Deszuta, Titular da 2ª Vara do Trabalho de Gramado, para atuar no Tribunal a partir de 5 de outubro de 2015, na cadeira do Desembargador Marcelo Gonçalves de Oliveira.

Resolução Administrativa nº 43/2015 – Dispõe sobre a suspensão do prazo para recolhimento e comprovação dos depósitos recursais e das custas processuais, em virtude da greve dos bancários.

Resolução Administrativa nº 45/2015 – Prorroga, para 19 de outubro de 2015 (segunda-feira), o término dos prazos processuais encerrados nos dias 15 e 16 de outubro de 2015 (quinta e sexta-feira).

Resolução Administrativa nº 49/2015 – Autoriza abertura de concurso para provimento de cargos para Juiz do Trabalho Substituto no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região

Resolução Administrativa nº 50/2015 – Prorroga, até o dia 11 de dezembro de 2015, as convocações do Juiz Auxiliar da Presidência, Ricardo Fioreze, e da Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional, Andréa Saint Pastous Nocchi, de que tratam as Resoluções Administrativas nº 35/2013 e 33/2013, respectivamente.

Resolução Administrativa nº 51/2015 – Constitui a Comissão de Concurso do concurso público para provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 52/2015 – Afasta da jurisdição o Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz, Diretor da Escola Judicial, e convoca o Juiz Carlos Henrique Selbach, Titular da Vara do Trabalho de Cachoeira do Sul.

Resolução Administrativa nº 53/2015 – Dispõe sobre a alteração da data de comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público para 31 de outubro de 2016.

Resolução Administrativa nº 54/2015 – Dispõe sobre a convocação de Juíza de primeiro Grau para auxílio no âmbito da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 55/2015 – Dispõe sobre a convocação de Juiz de primeiro Grau para auxílio no âmbito da Corregedoria Regional.

Resolução Administrativa nº 56/2015 – Fixa o horário de atendimento ao público externo nas unidades judiciárias de primeiro Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região no período de 7 a 20 de janeiro de 2016.

Resolução Administrativa nº 57/2015 – Delega à Corregedora Regional a atribuição de conceder férias aos Juízes de 1º Grau.

SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Sessões	Ordinárias	8	8
	Extraordinárias	-	
Processos recebidos por distribuição			554
Processos recebidos por redistribuição			*Não computado*
Processos solucionados	Julgamento em sessão	122	130
	Decisão monocrática *	8	
Saldo por julgar em 31.12.2015	Com os relatores	87	496
	Em diligência	393	
	Aguardando pauta	14	
	Saldo no MP	2	

** Em processos físicos. No Sistema PJe-JT não foi possível computar*

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*								
	DC	AACC	HOM. ACORDO	DCG	ED	CAUINOM	PET	OPOSIC	Total
Juraci Galvão Júnior	1	1	1	2	5	2	1	-	13
Berenice Messias Corrêa	6	-	-	1	3	-	-	-	10
Tânia Rosa Maciel de Oliveira	13	6	6	2	6	-	-	-	33
Flávia Lorena Pacheco	4	-	1	-	2	-	-	-	7
Cláudio Antônio Cassou Barbosa	3	-	2	-	-	-	-	1	6
Emílio Papaléo Zin	5	3	1	-	2	-	-	-	11
Denise Pacheco	5	-	1	-	1	-	-	-	7
Francisco Rossal de Araújo	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Maria Madalena Telesca	3	1	-	1	3	-	-	-	8
João Batista de Matos Danda	4	-	1	-	3	-	-	-	8
Marcos Fagundes Salomão	-	-	-	-	2	-	-	-	2
João Pedro Silvestrin	7	-	2	-	2	-	-	-	11
Ângela Rosi A. Chapper	-	-	4	-	-	-	-	-	4
TOTAL	**51**	**11**	**21**	**6**	**29**	**2**	**1**	**1**	**122**

* *DC: Dissídio Coletivo; AACC: Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais; HOM.ACORDO: Homologação de acordo; DCG: Dissídio Coletivo de Greve; ED: Embargos Declaratórios; CAUINOM: Cautelar Inominada; PET: Petição; OPOSIC: Oposição.*

1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Sessões	Ordinárias	11	11
	Extraordinárias	0	
Processos recebidos *			198
Processos solucionados	Julgamento em sessão	626	926
	Decisão monocrática	300	
Saldo por julgar em 31.12.2015	Análise de gabinete **	68	
	Em diligência e/ou aguardando prazo na Secretaria	61	
	Aguardando pauta	23	
	Aguardando manifestação do MPT **	9	
	Autos no TST	105	

** Dados do e-gestão*
*** Dado do PJe-JT, aba localizações*

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*					
	MS	AGR	CC	HC	ED	TOTAL
Maria Cristina Schann Ferreira	25	20	4	-	2	51
Alexandre Correa da Cruz	24	22	1	-	5	52
Herbert Paulo Beck	11	4	-	-	2	17
Tânia Regina Silva Reckziegel	18	11	1	-	4	34
Laís Helena Jaeger Nicotti	30	13	1	-	5	49
Marcelo José Ferlin D'Ambroso	29	20	3	-	4	56
Gilberto Souza dos Santos	32	9	2	-	3	46
Raul Zoratto Sanvicente	19	15	4	-	-	38
André Reverbel Fernandes	32	19	1	2	1	55
João Paulo Lucena	39	10	1	-	3	53
Fernando Luiz de Moura Cassal	15	9	-	-	2	26
Brígida Joaquina C. B. Toschi	25	16	-	-	5	46
Karina Saraiva Cunha	25	9	-	-	-	34
José Cesário Figueiredo Teixeira	29	21	3	-	2	55
Manuel Cid Jardon	9	4	-	-	1	14
TOTAL	362	202	21	2	39	626

* *MS: Mandado de Segurança; AGR: Agravo Regimental; CC: Conflito de Competência; HC: Habeas Corpus; ED: Embargos Declaratórios;*

2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Sessões	Ordinárias	08	08
	Extraordinárias	0	
Processos recebidos por distribuição			184
Processos recebidos por redistribuição			11
Processos solucionados	Julgamento em sessão	196	246
	Decisão monocrática	53	
Saldo por julgar em 31.12.2015	Com os relatores	42	143
	Em diligência	78	
	Aguardando pauta	20	
	Saldo no MP	2	
	Sobrestado	1	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*				
	AGR	AR	CAUINOM	ED	TOTAL
Clóvis Fernando Schuch Santos	3	10	1	1	15
George Achutti	0	15	1	1	17
Herbert Paulo Beck	2	5	0	0	7
Iris Lima de Moraes	5	8	0	3	16
Joe Ernando Deszuta	0	2	0	1	3
Karina Saraiva Cunha	0	4	0	2	6
Leonardo Meurer Brasil	0	3	0	1	4
Manuel Cid Jardón	0	8	0	1	9
Marçal Henri dos Santos Figueiredo	2	12	1	0	15
Marcelo Gonçalves de Oliveira	1	9	1	1	12
Maria Helena Lisot	0	13	0	1	14
Ricardo Carvalho Fraga	0	15	0	1	16
Ricardo H. de Almeida Martins Costa	4	10	0	1	15
Roberto Antonio Carvalho Zonta	1	14	1	2	18
Rosane Serafini Casa Nova	2	9	0	3	14
Tânia Regina Silva Reckziegel	0	1	0	0	1
Wilson Carvalho Dias	0	11	0	0	11
TOTAL	**20**	**149**	**5**	**19**	**193**

* *AGR: Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AR: Ação Rescisória; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios.*

SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Sessões	Ordinárias	25	27
	Extraordinárias	2	
Processos recebidos por distribuição			8.866
Processos recebidos por redistribuição			591
Processos solucionados	Julgamento em sessão	9.087	10.033
	Decisão monocrática	946	
Saldo por julgar em 31.12.2015	Com os relatores	1.023	2.102
	Em diligência	72	
	Aguardando pauta	1.005	
	Saldo no MP	2	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*								
	AG	AGR	AIAP	AP	CAU INOM	ED	PET	RO	TOTAL
Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo	15	-	22	1.133	05	140	01	-	1.316
Beatriz Renck	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Cleusa Regina Halfen	-	-	-	-	-	-	-	-	-
George Achutti	-	-	-	-	-	1	-	-	1
João Alfredo B. A. de Miranda	6	08	17	1.028	05	150	-	-	1.214
João Batista de Matos Danda	12	-	13	630	03	87	-	-	745
José Cesário Figueiredo Teixeira	-	-	06	23	-	-	-	-	29
Lucia Ehrenbrink	24	-	18	1.027	01	161	-	-	1.231
Luis Carlos Pinto Gastal	07	-	10	598	-	97	1	1	714
Luiz Alberto de Vargas	22	-	16	1.148	02	141	-	-	1.329
Maria da Graça Ribeiro Centeno	21	01	20	1.027	04	151	2	1	1.227
Rejane Souza Pedra	48	03	17	892	01	139	4	-	1.104
Vania Maria Cunha Mattos	52	02	16	891	03	151	5	-	1.120
TOTAL	**207**	**14**	**155**	**8.397**	**24**	**1.219**	**13**	**02**	**10.031**

**AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental; AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; PET: Petição; RO: Recurso Ordinário.*

TURMAS

NÚMERO DE SESSÕES

TURMA	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
1ª	37	0	37
2ª	27	0	27
3ª	31	2	33
4ª	43	2	45
5ª	29	1	30
6ª	35	0	35
7ª	39	0	39
8ª	31	1	32
9ª	21	0	26
10ª	23	0	23
11º	35	0	35

MOVIMENTO PROCESSUAL

TURMA	PROCESSOS RECEBIDOS*	PROCESSOS SOLUCIONADOS		
		JULGAMENTO EM SESSÃO	DECISÃO MONOCRÁTICA	TOTAL
1ª	5.244	5.732	10	5.742
2ª	4.887	4.901	402	5.303
3ª	4.909	5.632	1	5.633
4ª	5.304	5.921	8	5.929
5ª	5.504	5.281	3	5.284
6ª	5.134	5.970	4	5.974
7ª	4.903	5.470	2	5.472
8ª	4.710	4.556	6	4.562
9ª	3.116	3.128	5	3.133
10ª	2.930	4.669	84	4.753
11ª	4.976	5.364	3	5.367

* *Por distribuição, redistribuição e vinculação*

PROCESSOS RELATADOS – TURMAS

1ª TURMA											
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	EXC SUSP	PET	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	Total
Ana Luiza Heineck Kruse	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
George Achutti	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2
Iris Lima de Moraes	0	21	0	247	0	1	0	4	1.218	27	1.518
Laís Helena Jaeger Nicotti	0	10	5	231	0	0	1	2	1.070	28	1.347
Marçal H. dos S. Figueiredo	1	13	5	243	0	0	1	5	1.178	20	1.466
Rosane Serafini Casa Nova	0	13	3	249	1	0	0	1	1.105	26	1.398
TOTAL	**1**	**57**	**13**	**972**	**1**	**1**	**2**	**12**	**4.572**	**101**	**5.732**

2ª TURMA												
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*											
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	EXC SUSP	PET	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Alexandre Corrêa da Cruz	1	0	14	1	259	0	0	0	3	1.056	14	1.348
Marcelo José Ferlin D'Ambroso	65	33	12	2	251	1	4	1	3	1.098	32	1.502
Tânia Regina Silva Reckziegel	2	2	19	4	240	0	0	1	0	915	30	1.213
Tânia Rosa Maciel de Oliveira	0	0	18	3	208	1	0	1	3	986	20	1.240
TOTAL	**68**	**35**	**63**	**10**	**958**	**2**	**4**	**3**	**9**	**4.055**	**96**	**5.303**

3ª TURMA												
	CLASSES PROCESSUAIS											
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	AGR	AIRO	CAUINOM	ED	EXC SUSP	OPOSIC	PET	REENEC	REENEC/RO	RO	ROPS	Total
Cláudio A. Cassou Barbosa	0	20	0	221	0	0	0	0	4	996	10	1.251
Flávia Lorena Pacheco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Gilberto Souza dos Santos	0	11	4	300	1	0	1	0	2	1.132	4	1.455
Luiz Alberto de Vargas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Marcos Fagundes Salomão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5
Maria Madalena Telesca	1	12	3	222	0	1	0	1	1	1.178	4	1.423
Ricardo Carvalho Fraga	2	17	0	305	1	0	0	1	4	1.165	2	1.497
TOTAL	**3**	**60**	**7**	**1.049**	**2**	**1**	**1**	**2**	**11**	**4.477**	**20**	**5.633**

**AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental; AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspeição; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC: Recurso Ordinário em Reexame Necessário; ROPS: Recurso Ordinário em Procedimento Sumaríssimo; OPOSIC: Oposição.*

4ª TURMA											
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	EXC SUSP	REE NEC	REE NEC/ RO	RO	ROPS	TOTAL
Ana Luiza Heineck Kruse	0	0	0	0	1	0	0	0	3	0	1
André Reverbel Fernandes	0	0	11	4	276	0	1	5	1.202	33	1.532
George Achutti	0	0	15	1	244	0	0	3	1.236	35	1.534
Gilberto Souza dos Santos	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	3
João Batista de Matos Danda	0	0	7	0	184	0	0	1	483	10	685
João Pedro Silvestrin	1	2	12	1	161	0	1	3	740	18	938
Joe Ernando Deszuta	0	0	5	0	34	0	0	2	207	8	256
Marcelo Gonçalves de Oliveira	0	0	8	0	165	0	0	3	776	24	976
TOTAL	**1**	**2**	**58**	**6**	**1.067**	**0**	**2**	**17**	**4.648**	**128**	**5.929**

5ª TURMA										
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*									
	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	EXC SUSP	REENEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Berenice Messias Corrêa	0	14	3	178	0	0	6	1.033	10	1.244
Brígida Joaquina C. B. Toschi	0	17	3	243	1	0	1	1.090	5	1.360
Clóvis Fernando Schuch Santos	0	14	2	282	0	1	1	1.097	11	1.408
Karina Saraiva Cunha	1	11	1	220	1	1	2	832	11	1.080
Leonardo Meurer Brasil	0	1	0	32	0	0	0	134	0	167
TOTAL	**1**	**57**	**9**	**955**	**2**	**2**	**10**	**4.186**	**37**	**5.259**

6ª TURMA											
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	EXC SUSP	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
José Cesário F. Teixeira	0	1	8	0	232	0	0	5	1.143	29	1.418
Maria Cristina Schaan Ferreira	0	2	16	0	314	0	2	2	1.111	23	1.470
Maria Helena Lisot	0	0	0	0	5	0	0	0	1	0	6
Raul Zoratto Sanvicente	0	0	14	4	240	0	0	5	1.169	33	1.465
Roberto Antonio Carvalho Zonta	0	1	13	0	287	0	0	1	1.289	24	1.615
TOTAL	**0**	**4**	**51**	**4**	**1.078**	**0**	**2**	**13**	**4.713**	**109**	**5.974**

**AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental; AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspeição; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC: Recurso Ordinário em Reexame Necessário.*

7ª TURMA									
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*								
	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	REENEC	REENEC/ RO	RO	ROPS	TOTAL
Denise Pacheco	1	13	4	273	1	2	1.135	9	1.438
Emílio Papaléo Zin	1	14	0	178	0	5	1.062	11	1.270
Joe Ernando Deszuta	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Manuel Cid Jardón	1	13	0	237	1	3	1.279	19	1.552
Marcelo Gonçalves de Oliveira	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Maria da Graça Ribeiro Centeno	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Wilson Carvalho Dias	0	8	3	149	0	5	1.027	16	1.208
TOTAL	**1**	**48**	**7**	**838**	**2**	**15**	**4.507**	**58**	**5.472**

8ª TURMA											
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	EXC SUSP	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Angela Rosi Almeida Chapper	0	0	10	3	115	0	0	1	683	27	839
Fernando Luiz de Moura Cassal	0	0	12	2	186	0	0	2	1.147	14	1.363
Francisco Rossal de Araújo	0	0	3	0	92	0	0	0	482	7	584
João Paulo Lucena	0	0	14	4	231	0	0	2	1.288	29	1.568
Juraci Galvão Júnior	0	2	9	3	231	0	0	4	1.154	17	1.421
Lucia Ehrenbrink	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	**0**	**2**	**48**	**12**	**855**	**0**	**0**	**9**	**4754**	**94**	**5775**

9ª TURMA									
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS *								
	AIRO	CAU INOM	ED	EXC SUSP	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo	3	0	41	0	0	0	124	2	170
João Alfredo Borges A. de Miranda	12	0	122	0	0	18	665	27	844
João Batista de Matos Danda	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Lucia Ehrenbrink	12	2	138	1	0	2	602	14	771
Luiz Alberto de Vargas	10	4	31	0	0	1	521	21	588
Maria da Graça Ribeiro Centeno	14	1	72	0	1	5	642	24	759
TOTAL	**51**	**7**	**404**	**1**	**1**	**26**	**2.554**	**89**	**3.133**

**AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental; AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspeição; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC:– Recurso Ordinário em Reexame Necessário.*

10ª TURMA											
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS *										
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	EXC SUSP	REE NEC	REE NEC/ RO	RO	ROPS	Total
Cleusa Regina Halfen	0	0	0	0	00	0	0	0	0	0	0
Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo	15	0	18	6	202	0	0	3	658	37	939
Vania Maria Cunha Mattos	56	2	9	5	294	0	0	3	684	27	1.080
Rejane Souza Pedra	51	8	13	3	280	0	0	3	607	34	999
João Batista de Matos Danda	12	1	15	4	348	0	0	2	959	15	1.356
Luis Carlos Pinto Gastal	07	0	4	0	177	0	2	0	183	06	379
TOTAL	**141**	**11**	**59**	**18**	**1.301**	**0**	**2**	**11**	**3.091**	**119**	**4.753**

11ª TURMA										
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS *									
	AGR	AIRO	CAUI NOM	ED	EXC SUSP	REE NEC	REENE C/ RO	RO	ROPS	TOTAL
Flávia Lorena Pacheco	0	15	5	177	0	1	2	1.107	19	1.326
Herbert Paulo Beck	0	13	2	237	1	0	5	1.069	30	1.357
José Cesário F. Teixeira	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2
Maria Helena Lisot	0	14	1	184	0	0	2	1.160	9	1.370
Ricardo H. de A. Martins Costa	1	10	4	208	0	0	6	1.053	30	1.312
TOTAL	**1**	**52**	**12**	**807**	**1**	**1**	**15**	**4.390**	**88**	**5.367**

**AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental; AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspeição; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC:– Recurso Ordinário em Reexame Necessário.*

MOVIMENTO JUDICIÁRIO DO 1º GRAU

VARAS DO TRABALHO

Fase de Conhecimento – Casos Novos

Vara do Trabalho	Casos Novos			Sentença reformada ou anulada	Total
	Distribuição	Redistribuição	Subtotal		
Alegrete – 1ª Vara	582	1	583	1	584
Alvorada – 1ª Vara	1.136	25	1.161	2	1.163
Arroio Grande – 1ª Vara	290	1	291	12	303
Bagé – 1ª Vara	1.204	18	1.222	7	1.229
Bagé – 2ª Vara	1.198	14	1.212	6	1.218
Bento Gonçalves – 1ª Vara	2.156	171	2.327	21	2.348
Bento Gonçalves – 2ª Vara	2.149	169	2.318	8	2.326
Cachoeira do Sul – 1ª Vara	910	2	912	4	916
Cachoeirinha – 1ª Vara	1.533	83	1.616	1	1.617
Cachoeirinha – 2ª Vara	1.526	80	1.606	2	1.608
Camaquã – 1ª Vara	1.067	5	1.072	2	1.074
Canoas – 1ª Vara	1.583	42	1.625	1	1.626
Canoas – 2ª Vara	1.510	45	1.555	1	1.556
Canoas – 3ª Vara	1.504	52	1.556	3	1.559
Canoas – 4ª Vara	1.547	34	1.581	12	1.593
Canoas – 5ª Vara	1.546	52	1.598	3	1.601
Carazinho – 1ª Vara	1.489	3	1.492	4	1.496
Caxias do Sul – 1ª Vara	2.077	31	2.108	1	2.109
Caxias do Sul – 2ª Vara	2.000	23	2.023	0	2.023
Caxias do Sul – 3ª Vara	2.044	33	2.077	1	2.078
Caxias do Sul – 4ª Vara	2.032	27	2.059	5	2.064
Caxias do Sul – 5ª Vara	2.034	29	2.063	0	2.063
Caxias do Sul – 6ª Vara	1.559	35	1.594	4	1.598
Cruz Alta – 1ª Vara	1.259	2	1.261	2	1.263

Vara do Trabalho	Casos Novos			Sentença reformada ou anulada	Total
	Distribuição	Redistribuição	Subtotal		
Encantado – 1ª Vara	746	14	760	0	760
Erechim – 1ª Vara	957	10	967	0	967
Erechim – 2ª Vara	952	11	963	1	964
Erechim – 3ª Vara	968	8	976	1	977
Estância Velha – 1ª Vara	2.673	10	2.683	8	2.691
Esteio – 1ª Vara	828	13	841	1	842
Esteio – 2ª Vara	873	14	887	0	887
Estrela – 1ª Vara	879	41	920	3	923
Estrela – 2ª Vara	925	24	949	1	950
Farroupilha – 1ª Vara	1.276	27	1.303	7	1.310
Frederico Westphalen – 1ª Vara	920	6	926	12	938
Gramado – 1ª Vara	1.212	18	1.230	3	1.233
Gramado – 2ª Vara	1.197	10	1.207	8	1.215
Gravataí – 1ª Vara	1.484	38	1.522	12	1.534
Gravataí – 2ª Vara	1.482	24	1.506	24	1.530
Gravataí – 3ª Vara	1.496	28	1.524	13	1.537
Gravataí – 4ª Vara	1.488	27	1.515	11	1.526
Guaíba – 1ª Vara	1.846	72	1.918	2	1.920
Ijuí – 1ª Vara	1.006	0	1.006	2	1.008
Lagoa Vermelha – 1ª Vara	555	4	559	5	564
Lajeado – 1ª Vara	1.194	25	1.219	4	1.223
Lajeado – 2ª Vara	1.180	17	1.197	2	1.199
Montenegro – 1ª Vara	1.284	24	1.308	8	1.316
Novo Hamburgo – 1ª Vara	1.200	30	1.230	2	1.232
Novo Hamburgo – 2ª Vara	1.229	23	1.252	3	1.255
Novo Hamburgo – 3ª Vara	1.203	19	1.222	1	1.223
Novo Hamburgo – 4ª Vara	1.239	9	1.248	5	1.253
Novo Hamburgo – 5ª Vara	1.194	24	1.218	12	1.230
Osório – 1ª Vara	2.740	19	2.759	7	2.766
Palmeira das Missões – 1ª Vara	1.342	8	1.350	0	1.350
Passo Fundo – 1ª Vara	1.377	71	1.448	11	1.459
Passo Fundo – 2ª Vara	1.438	61	1.499	4	1.503
Passo Fundo – 3ª Vara	1.314	69	1.383	14	1.397

Vara do Trabalho	Casos Novos			Sentença reformada ou anulada	Total
	Distribuição	Redistribuição	Subtotal		
Passo Fundo – 4ª Vara	1.369	70	1.439	4	1.443
Pelotas – 1ª Vara	1.093	22	1.115	0	1.115
Pelotas – 2ª Vara	1.090	22	1.112	8	1.120
Pelotas – 3ª Vara	1.086	12	1.098	1	1.099
Pelotas – 4ª Vara	1.091	19	1.110	4	1.114
Porto Alegre – 1ª Vara	1.652	58	1.710	5	1.715
Porto Alegre – 2ª Vara	1.659	54	1.713	0	1.713
Porto Alegre – 3ª Vara	1.667	60	1.727	11	1.738
Porto Alegre – 4ª Vara	1.737	45	1.782	2	1.784
Porto Alegre – 5ª Vara	1.639	76	1.715	16	1.731
Porto Alegre – 6ª Vara	1.675	69	1.744	2	1.746
Porto Alegre – 7ª Vara	1.677	55	1.732	62	1.794
Porto Alegre – 8ª Vara	1.638	46	1.684	11	1.695
Porto Alegre – 9ª Vara	1.698	63	1.761	17	1.778
Porto Alegre – 10ª Vara	1.659	55	1.714	5	1.719
Porto Alegre – 11ª Vara	1.731	45	1.776	10	1.786
Porto Alegre – 12ª Vara	1.678	48	1.726	12	1.738
Porto Alegre – 13ª Vara	1.622	57	1.679	4	1.683
Porto Alegre – 14ª Vara	1.660	68	1.728	1	1.729
Porto Alegre – 15ª Vara	1.728	51	1.779	2	1.781
Porto Alegre – 16ª Vara	1.725	66	1.791	12	1.803
Porto Alegre – 17ª Vara	1.653	62	1.715	10	1.725
Porto Alegre – 18ª Vara	1.429	75	1.504	2	1.506
Porto Alegre – 19ª Vara	1.657	47	1.704	3	1.707
Porto Alegre – 20ª Vara	1.640	70	1.710	11	1.721
Porto Alegre – 21ª Vara	1.660	31	1.691	8	1.699
Porto Alegre – 22ª Vara	1.668	59	1.727	11	1.738
Porto Alegre – 23ª Vara	1.743	36	1.779	8	1.787
Porto Alegre – 24ª Vara	1.660	42	1.702	3	1.705
Porto Alegre – 25ª Vara	1.710	49	1.759	3	1.762
Porto Alegre – 26ª Vara	1.704	80	1.784	4	1.788
Porto Alegre – 27ª Vara	1.695	68	1.763	2	1.765
Porto Alegre – 28ª Vara	1.655	56	1.711	2	1.713

Vara do Trabalho	Casos Novos			Sentença reformada ou anulada	Total
	Distribuição	Redistribuição	Subtotal		
Porto Alegre – 29ª Vara	1.687	58	1.745	5	1.750
Porto Alegre – 30ª Vara	2.702	124	2.826	18	2.844
Rio Grande – 1ª Vara	965	44	1.009	3	1.012
Rio Grande – 2ª Vara	985	38	1.023	1	1.024
Rio Grande – 3ª Vara	995	88	1.083	4	1.087
Rio Grande – 4ª Vara	975	87	1.062	0	1.062
Rosário do Sul – 1ª Vara	294	0	294	1	295
Santa Cruz do Sul – 1ª Vara	1.217	78	1.295	14	1.309
Santa Cruz do Sul – 2ª Vara	1.299	61	1.360	7	1.367
Santa Cruz do Sul – 3ª Vara	1.201	118	1.319	8	1.327
Santa Maria – 1ª Vara	1.333	27	1.360	9	1.369
Santa Maria – 2ª Vara	1.281	42	1.323	16	1.339
Santana do Livramento – 1ª Vara	754	1	755	14	769
Santa Rosa – 1ª Vara	986	32	1.018	3	1.021
Santa Rosa – 2ª Vara	961	41	1.002	0	1.002
Santa Vitória do Palmar – 1ª Vara	555	1	556	4	560
Santiago – 1ª Vara	499	1	500	2	502
Santo Ângelo – 1ª Vara	1.242	8	1.250	2	1.252
São Borja – 1ª Vara	794	0	794	3	797
São Gabriel – 1ª Vara	401	0	401	8	409
São Jerônimo – 1ª Vara	1.111	9	1.120	10	1.130
São Leopoldo – 1ª Vara	1.919	51	1.970	6	1.976
São Leopoldo – 2ª Vara	1.939	39	1.978	1	1.979
São Leopoldo – 3ª Vara	1.929	27	1.956	0	1.956
São Leopoldo – 4ª Vara	1.932	37	1.969	2	1.971
Sapiranga – 1ª Vara	1.228	54	1.282	3	1.285
Sapiranga – 2ª Vara	1.221	47	1.268	6	1.274
Sapiranga – 3ª Vara	1.231	49	1.280	2	1.282
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	987	17	1.004	8	1.012
Sapucaia do Sul – 2ª Vara	983	29	1.012	21	1.033
Soledade – 1ª Vara	814	7	821	3	824
Taquara – 1ª Vara	1.309	40	1.349	4	1.353
Taquara – 2ª Vara	1.529	59	1.588	7	1.595

Vara do Trabalho	Casos Novos			Sentença reformada ou anulada	Total
	Distribuição	Redistribuição	Subtotal		
Taquara – 3ª Vara	1.274	59	1.333	9	1.342
Taquara – 4ª Vara	1.319	41	1.360	2	1.362
Torres – 1ª Vara	1.644	15	1.659	9	1.668
Três Passos – 1ª Vara	720	1	721	6	727
Triunfo – 1ª Vara	1.125	35	1.160	10	1.170
Uruguaiana – 1ª Vara	1.157	4	1.161	22	1.183
Uruguaiana – 2ª Vara	1.137	3	1.140	1	1.141
Vacaria – 1ª Vara	811	2	813	5	818
Viamão – 1ª Vara	1.807	30	1.837	10	1.847
Soma	**180.404**	**11.653**	**192.057**	**833**	**192.890**

OBSERVAÇÃO: *no item Casos Novos por Distribuição, exclusivamente com relação aos Foros Trabalhistas em que há Posto Avançado e em que implantado o Processo Judicial Eletrônico, estão incluídos nos dados das Varas do Trabalho os processos eletrônicos do Posto vinculado.*

Os Foros com Posto e PJe são os seguintes: Bento Gonçalves (Posto de Nova Prata) – implantado o PJe em 05/09/2014; Passo Fundo (Posto de Marau) – implantado o PJe em 17/09/2014; São Leopoldo (Posto de São Sebastião do Caí) – implantado o PJe em 06/12/2012; Triunfo (Posto de Taquari) – implantado o PJe em 14/11/2014

Fase de Conhecimento – Processos Solucionados

Vara do Trabalho	Solucionados		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Alegrete	495	52	547
Alvorada	765	101	866
Arroio Grande	279	35	314
Bagé – 1ª Vara	1.061	91	1.152
Bagé – 2ª Vara	1.019	70	1.089
Bento Gonçalves – 1ª Vara	1.662	227	1.889
Bento Gonçalves – 2ª Vara	1.756	205	1.961
Cachoeira do Sul	706	144	850
Cachoeirinha – 1ª Vara	1.283	213	1.496
Cachoeirinha – 2ª Vara	1.241	179	1.420

Vara do Trabalho	Solucionados		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Camaquã – 1ª Vara	1.058	86	1.144
Canoas – 1ª Vara	998	199	1.197
Canoas – 2ª Vara	1.301	173	1.474
Canoas – 3ª Vara	1.198	180	1.378
Canoas – 4ª Vara	1.210	169	1.379
Canoas – 5ª Vara	1.172	198	1.370
Carazinho	1.253	124	1.377
Caxias do Sul – 1ª Vara	1.688	302	1.990
Caxias do Sul – 2ª Vara	1.517	203	1.720
Caxias do Sul – 3ª Vara	1.881	219	2.100
Caxias do Sul – 4ª Vara	1.838	169	2.007
Caxias do Sul – 5ª Vara	1.638	283	1.921
Caxias do Sul – 6ª Vara	1.082	124	1.206
Cruz Alta –	999	106	1.105
Encantado	644	77	721
Erechim – 1ª Vara	643	104	747
Erechim – 2ª Vara	666	88	754
Erechim – 3ª Vara	773	87	860
Estância Velha	2.053	299	2.352
Esteio – 1ª Vara	652	127	779
Esteio – 2ª Vara	631	104	735
Estrela – 1ª Vara	775	74	849
Estrela – 2ª Vara	696	86	782
Farroupilha	1.106	144	1.250
Frederico Westphalen	928	193	1.121
Gramado – 1ª Vara	1.065	107	1.172
Gramado – 2ª Vara	1.039	106	1.145
Gravataí – 1ª Vara	1.093	224	1.317
Gravataí – 2ª Vara	1.128	221	1.349
Gravataí – 3ª Vara	1.103	245	1.348

Vara do Trabalho	Solucionados		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Gravataí – 4ª Vara	1.104	178	1.282
Guaíba – 1ª Vara	1.194	247	1.441
Ijuí	967	68	1.035
Lagoa Vermelha	500	57	557
Lajeado – 1ª Vara	1.002	107	1.109
Lajeado – 2ª Vara	1.006	98	1.104
Montenegro	1.046	120	1.166
Novo Hamburgo – 1ª Vara	1.158	157	1.315
Novo Hamburgo – 2ª Vara	992	187	1.179
Novo Hamburgo – 3ª Vara	794	150	944
Novo Hamburgo – 4ª Vara	1.077	116	1.193
Novo Hamburgo – 5ª Vara	1.028	129	1.157
Osório	2.221	417	2.638
Palmeira das Missões	1.077	106	1.183
Passo Fundo – 1ª Vara	1.115	114	1.227
Passo Fundo – 2ª Vara	1.153	183	1.336
Passo Fundo – 3ª Vara	939	135	1.074
Passo Fundo – 4ª Vara	1.167	157	1.324
Pelotas – 1ª Vara	1.065	150	1.215
Pelotas – 2ª Vara	958	145	1.103
Pelotas – 3ª Vara	1.054	127	1.181
Pelotas – 4ª Vara	919	134	1.053
Porto Alegre – 1ª Vara	1.188	240	1.428
Porto Alegre – 2ª Vara	1.144	268	1.412
Porto Alegre – 3ª Vara	1.236	299	1.535
Porto Alegre – 4ª Vara	1.020	212	1.232
Porto Alegre – 5ª Vara	1.229	361	1.590
Porto Alegre – 6ª Vara	1.216	277	1.493
Porto Alegre – 7ª Vara	1.352	224	1.576
Porto Alegre – 8ª Vara	1.142	248	1.390

Vara do Trabalho	Solucionados		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Porto Alegre – 9ª Vara	923	249	1.172
Porto Alegre – 10ª Vara	1.389	168	1.557
Porto Alegre – 11ª Vara	1.468	210	1.678
Porto Alegre – 12ª Vara	1.353	204	1.557
Porto Alegre – 13ª Vara	1.305	371	1.676
Porto Alegre – 14ª Vara	1.308	320	1.628
Porto Alegre – 15ª Vara	1.155	234	1.389
Porto Alegre – 16ª Vara	1.381	340	1.721
Porto Alegre – 17ª Vara	1.115	314	1.429
Porto Alegre – 18ª Vara	1.029	120	1.149
Porto Alegre – 19ª Vara	1.022	290	1.312
Porto Alegre – 20ª Vara	1.307	281	1.588
Porto Alegre – 21ª Vara	1.371	240	1.611
Porto Alegre – 22ª Vara	1.094	312	1.406
Porto Alegre – 23ª Vara	1.161	198	1.359
Porto Alegre – 24ª Vara	1.187	288	1.475
Porto Alegre – 25ª Vara	1.190	251	1.441
Porto Alegre – 26ª Vara	1.218	398	1.616
Porto Alegre – 27ª Vara	1.183	259	1.442
Porto Alegre – 28ª Vara	1.341	247	1.588
Porto Alegre – 29ª Vara	1.496	281	1.777
Porto Alegre – 30ª Vara	1.644	534	2.178
Rio Grande – 1ª Vara	637	158	795
Rio Grande – 2ª Vara	681	139	820
Rio Grande – 3ª Vara	1.040	202	1.242
Rio Grande – 4ª Vara	872	200	1.072
Rosário do Sul	291	31	322
Santa Cruz do Sul – 1ª Vara	742	119	861
Santa Cruz do Sul – 2ª Vara	918	100	1.018
Santa Cruz do Sul – 3ª Vara	1.006	117	1.123

Vara do Trabalho	Solucionados		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Santa Maria – 1ª Vara	827	265	1.092
Santa Maria – 2ª Vara	707	194	901
Santana do Livramento – 1ª Vara	542	126	668
Santa Rosa – 1ª Vara	664	72	736
Santa Rosa – 2ª Vara	731	73	804
Santa Vitória do Palmar	371	82	453
Santiago	420	20	440
Santo Ângelo	1.214	161	1.375
São Borja	760	65	825
São Gabriel	456	50	506
São Jerônimo	830	118	948
São Leopoldo – 1ª Vara	1.746	222	1.968
São Leopoldo – 2ª Vara	1.351	204	1.555
São Leopoldo – 3ª Vara	1.511	210	1.721
São Leopoldo – 4ª Vara	1.560	235	1.795
Sapiranga – 1ª Vara	1.102	131	1.233
Sapiranga – 2ª Vara	914	112	1.026
Sapiranga – 3ª Vara	1.218	119	1.337
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	1.040	171	1.211
Sapucaia do Sul – 2ª Vara	1.061	85	1.146
Soledade	617	125	742
Taquara – 1ª Vara	1.205	128	1.333
Taquara – 2ª Vara	1.363	143	1.506
Taquara – 3ª Vara	1.160	109	1.269
Taquara – 4ª Vara	1.267	106	1.373
Torres	1.394	222	1.616
Três Passos	699	96	795
Triunfo	868	137	1.005
Uruguaiana – 1ª Vara	1.135	122	1.257
Uruguaiana – 2ª Vara	1.144	100	1.244

Vara do Trabalho	Solucionados		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Vacaria – 1ª Vara	647	143	790
Viamão – 1ª Vara	1.406	183	1.589
Total	**142.913**	**23.053**	**165.966**

Fase de Conhecimento – Processos Pendentes de Solução

Vara do Trabalho	Pendentes de Solução					Total
	Aguardando 1ª Seção de Audiência	Aguardando o Encerramento da Instrução	Com Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Alegrete	98	178	32	3	35	311
Alvorada	346	647	82	211	293	1.286
Arroio Grande	79	96	2	0	2	177
Bagé – 1ª Vara	232	562	39	6	45	839
Bagé – 2ª Vara	284	342	99	21	120	746
Bento Gonçalves – 1ª Vara	532	1.278	134	111	245	2.055
Bento Gonçalves – 2ª Vara	440	1.086	146	20	166	1.692
Cachoeira do Sul	122	798	65	53	118	1.038
Cachoeirinha – 1ª Vara	309	682	76	14	90	1.081
Cachoeirinha – 2ª Vara	244	822	89	39	128	1.194
Camaquã	292	342	70	21	91	725
Canoas – 1ª Vara	584	838	82	104	186	1.608
Canoas – 2ª Vara	350	842	84	28	112	1.304
Canoas – 3ª Vara	366	810	105	6	111	1.287
Canoas – 4ª Vara	316	824	118	107	225	1.365
Canoas – 5ª Vara	307	853	81	105	186	1.346
Carazinho	376	322	91	14	105	803
Caxias do Sul – 1ª Vara	449	559	72	31	103	1.111

Vara do Trabalho	Pendentes de Solução					Total
	Aguardando 1ª Seção de Audiência	Aguardando o Encerramento da Instrução	Com Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Caxias do Sul – 2ª Vara	531	328	63	87	150	1.009
Caxias do Sul – 3ª Vara	438	613	77	8	85	1.136
Caxias do Sul – 4ª Vara	527	615	62	5	67	1.209
Caxias do Sul – 5ª Vara	396	791	219	5	224	1.411
Caxias do Sul – 6ª Vara	191	771	157	371	528	1.490
Cruz Alta	339	553	98	0	98	990
Encantado	95	162	9	1	10	267
Erechim – 1ª Vara	200	454	88	88	176	830
Erechim – 2ª Vara	233	435	66	171	237	905
Erechim – 3ª Vara	175	405	32	10	42	622
Estância Velha	420	579	17	3	20	1.019
Esteio – 1ª Vara	176	375	11	0	11	562
Esteio – 2ª Vara	149	299	153	48	201	649
Estrela – 1ª Vara	152	193	39	20	59	404
Estrela – 2ª Vara	128	206	50	31	81	415
Farroupilha	153	442	12	0	12	607
Frederico Westphalen	125	320	60	47	107	552
Gramado – 1ª Vara	92	187	0	0	0	279
Gramado – 2ª Vara	127	243	57	14	71	441
Gravataí – 1ª Vara	325	1.106	107	49	156	1.587
Gravataí – 2ª Vara	271	1.078	81	106	187	1.536
Gravataí – 3ª Vara	405	1.335	39	12	51	1.791
Gravataí – 4ª Vara	638	959	94	105	199	1.796
Guaíba	625	1.015	72	2	74	1.714
Ijuí	130	345	85	27	112	587
Lagoa Vermelha	102	123	30	0	30	255
Lajeado – 1ª Vara	189	323	39	13	52	564
Lajeado – 2ª Vara	248	383	122	19	141	772

Vara do Trabalho	Pendentes de Solução					Total
	Aguardando 1ª Seção de Audiência	Aguardando o Encerramento da Instrução	Com Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Montenegro	201	698	85	34	119	1.018
Novo Hamburgo – 1ª Vara	198	794	98	181	279	1.271
Novo Hamburgo – 2ª Vara	211	410	35	62	97	718
Novo Hamburgo – 3ª Vara	553	795	45	85	130	1.478
Novo Hamburgo – 4ª Vara	144	321	50	0	50	515
Novo Hamburgo – 5ª Vara	165	564	54	13	67	796
Osório	427	1.164	87	16	103	1.694
Palmeira das Missões	237	415	30	5	35	687
Passo Fundo – 1ª Vara	244	604	88	16	104	952
Passo Fundo – 2ª Vara	270	411	95	8	103	784
Passo Fundo – 3ª Vara	262	573	123	201	324	1.159
Passo Fundo – 4ª Vara	275	670	98	74	172	1.117
Pelotas – 1ª Vara	116	276	87	9	96	488
Pelotas – 2ª Vara	150	370	52	0	52	572
Pelotas – 3ª Vara	171	158	0	0	0	329
Pelotas – 4ª Vara	134	174	38	6	44	352
Porto Alegre – 1ª Vara	357	895	211	79	290	1.542
Porto Alegre – 2ª Vara	383	973	111	128	239	1.595
Porto Alegre – 3ª Vara	277	705	138	336	474	1.456
Porto Alegre – 4ª Vara	277	887	149	178	327	1.491
Porto Alegre – 5ª Vara	320	643	67	18	85	1.048
Porto Alegre – 6ª Vara	391	887	110	179	289	1.567
Porto Alegre – 7ª Vara	380	850	123	191	314	1.544
Porto Alegre – 8ª Vara	303	851	167	123	290	1.444
Porto Alegre – 9ª Vara	608	1.061	112	248	360	2.029
Porto Alegre – 10ª Vara	225	667	107	57	164	1.056
Porto Alegre – 11ª Vara	353	834	96	8	104	1.291

Vara do Trabalho	Pendentes de Solução					Total
	Aguardando 1ª Seção de Audiência	Aguardando o Encerramento da Instrução	Com Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Porto Alegre – 12ª Vara	274	874	116	166	282	1.430
Porto Alegre – 13ª Vara	427	1.017	56	5	61	1.505
Porto Alegre – 14ª Vara	331	679	70	10	80	1.090
Porto Alegre – 15ª Vara	347	1.017	139	231	370	1.734
Porto Alegre – 16ª Vara	249	525	127	150	277	1.051
Porto Alegre – 17ª Vara	266	981	71	79	150	1.397
Porto Alegre – 18ª Vara	937	61	54	195	249	1.247
Porto Alegre – 19ª Vara	601	1.005	132	255	387	1.993
Porto Alegre – 20ª Vara	285	908	141	204	345	1.538
Porto Alegre – 21ª Vara	314	495	112	97	209	1.018
Porto Alegre – 22ª Vara	539	980	129	205	334	1.853
Porto Alegre – 23ª Vara	293	862	138	217	355	1.510
Porto Alegre – 24ª Vara	345	677	73	133	206	1.228
Porto Alegre – 25ª Vara	318	810	139	315	454	1.582
Porto Alegre – 26ª Vara	307	959	68	38	106	1.372
Porto Alegre – 27ª Vara	393	980	104	119	223	1.596
Porto Alegre – 28ª Vara	251	977	137	135	272	1.500
Porto Alegre – 29ª Vara	223	669	66	22	88	980
Porto Alegre – 30ª Vara	500	2.363	253	270	523	3.386
Rio Grande – 1ª Vara	195	403	102	111	213	811
Rio Grande – 2ª Vara	200	500	68	79	147	847
Rio Grande – 3ª Vara	147	339	33	0	33	519
Rio Grande – 4ª Vara	183	403	39	9	48	634
Rosário do Sul	25	30	5	0	5	60
Santa Cruz do Sul – 1ª Vara	687	251	79	64	143	1.081
Santa Cruz do Sul – 2ª Vara	304	644	30	4	34	982
Santa Cruz do Sul – 3ª Vara	177	671	103	150	253	1.101

Vara do Trabalho	Pendentes de Solução					Total
	Aguardando 1ª Seção de Audiência	Aguardando o Encerramento da Instrução	Com Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Santa Maria – 1ª Vara	310	468	128	129	257	1.035
Santa Maria – 2ª Vara	484	798	121	270	391	1.673
Santana do Livramento	162	248	42	52	94	504
Santa Rosa – 1ª Vara	247	213	101	49	150	610
Santa Rosa – 2ª Vara	149	293	55	25	80	522
Santa Vitória do Palmar	72	100	34	0	34	206
Santiago	62	113	26	7	33	208
Santo Ângelo	109	251	98	39	137	497
São Borja	48	212	59	41	100	360
São Gabriel	55	138	33	63	96	289
São Jerônimo	488	887	81	106	187	1.562
São Leopoldo – 1ª Vara	503	276	89	83	172	951
São Leopoldo – 2ª Vara	432	547	148	123	271	1.250
São Leopoldo – 3ª Vara	326	382	79	89	168	876
São Leopoldo – 4ª Vara	261	560	79	22	101	922
Sapiranga – 1ª Vara	229	489	7	6	13	731
Sapiranga – 2ª Vara	201	493	68	76	144	838
Sapiranga – 3ª Vara	183	329	90	55	145	657
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	76	286	59	93	152	514
Sapucaia do Sul – 2ª Vara	66	110	0	0	0	176
Soledade	111	353	38	22	60	524
Taquara – 1ª Vara	146	548	57	14	71	765
Taquara – 2ª Vara	286	497	53	97	150	933
Taquara – 3ª Vara	136	434	48	74	122	692
Taquara – 4ª Vara	196	433	93	60	153	782
Torres – 1ª Vara	256	900	26	1	27	1.183
Três Passos	68	151	53	8	61	280

Vara do Trabalho	Pendentes de Solução					Total
	Aguardando 1ª Seção de Audiência	Aguardando o Encerramento da Instrução	Com Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Triunfo	268	520	101	357	458	1.246
Uruguaiana – 1ª Vara	182	83	5	0	5	270
Uruguaiana – 2ª Vara	212	73	0	0	0	285
Vacaria	127	246	59	11	70	443
Viamão	223	655	60	2	62	940
Total	**36.730**	**76.335**	**10.436**	**9.628**	**20.064**	**133.129**

Fase de Execução – Processos Pendentes

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Alegrete	6	479	485	399
Alvorada	13	524	537	505
Arroio Grande	5	410	415	318
Bagé – 1ª Vara	17	1.208	1.225	882
Bagé – 2ª Vara	46	1.338	1.384	356
Bento Gonçalves – 1ª Vara	23	1.129	1.152	489
Bento Gonçalves – 2ª Vara	12	1.494	1.506	503
Cachoeira do Sul	18	1.091	1.109	1.467
Cachoeirinha – 1ª Vara	19	1.127	1.146	725
Cachoeirinha – 02a Vara	54	1.139	1.193	477
Camaquã	11	987	998	1.353
Canoas – 1ª Vara	10	1.007	1.017	1.226
Canoas – 02a Vara	8	1.381	1.389	1.164
Canoas – 3ª Vara	21	1.137	1.158	1.451
Canoas – 4ª Vara	26	1.175	1.201	145

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Canoas – 5ª Vara	18	847	865	255
Carazinho	90	891	981	531
Caxias do Sul – 1ª Vara	2	603	605	1.086
Caxias do Sul – 2ª Vara	13	807	820	962
Caxias do Sul – 3ª Vara	3	789	792	975
Caxias do Sul – 4ª Vara	14	700	714	940
Caxias do Sul – 5ª Vara	4	596	600	106
Caxias do Sul – 6ª Vara	0	42	42	4
Cruz Alta	13	776	789	690
Encantado	6	264	270	90
Erechim – 1ª Vara	5	526	531	435
Erechim – 2ª Vara	16	506	522	192
Erechim – 3ª Vara	0	426	426	85
Estância Velha	15	927	942	1.296
Esteio – 1ª Vara	10	489	499	686
Esteio – 02a Vara	3	448	451	218
Estrela – 1ª Vara	14	373	387	342
Estrela – 2ª Vara	3	459	462	79
Farroupilha	14	505	519	649
Frederico Westphalen	32	363	395	655
Gramado – 1ª Vara	4	544	548	1.354
Gramado – 2ª Vara	6	472	478	643
Gravataí – 1ª Vara	1	808	809	1.079
Gravataí – 02a Vara	1	880	881	516
Gravataí – 3ª Vara	0	688	688	169
Gravataí – 4ª Vara	10	457	467	217
Guaíba	14	1.950	1.964	842
Ijuí	31	503	534	456
Lagoa Vermelha	2	555	557	129

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Lajeado – 1ª Vara	8	537	545	764
Lajeado – 2ª Vara	15	336	351	225
Montenegro	22	665	687	421
Novo Hamburgo – 1ª Vara	125	1.338	1.463	1.383
Novo Hamburgo – 2ª Vara	24	849	873	861
Novo Hamburgo – 3ª Vara	50	1.385	1.435	1.073
Novo Hamburgo – 4ª Vara	60	971	1.031	701
Novo Hamburgo – 5ª Vara	4	1.052	1.056	841
Osório	25	1.540	1.565	2.315
Palmeira das Missões	4	637	641	441
Passo Fundo – 1ª Vara	36	676	712	985
Passo Fundo – 2ª Vara	25	732	757	1.204
Passo Fundo – 3ª Vara	37	736	773	83
Passo Fundo – 4ª Vara	21	444	465	149
Pelotas – 1ª Vara	49	2.241	2.290	875
Pelotas – 2ª Vara	38	1.255	1.293	801
Pelotas – 3ª Vara	16	1.300	1.316	940
Pelotas – 4ª Vara	75	960	1.035	496
Porto Alegre – 1ª Vara	19	1.180	1.199	651
Porto Alegre – 2ª Vara	10	1.160	1.170	935
Porto Alegre – 3ª Vara	14	1.260	1.274	748
Porto Alegre – 4ª Vara	8	702	710	878
Porto Alegre – 5ª Vara	9	878	887	1.328
Porto Alegre – 6ª Vara	33	726	759	1.256
Porto Alegre – 7ª Vara	15	1.577	1.592	817
Porto Alegre – 8ª Vara	34	1.297	1.331	928
Porto Alegre – 9ª Vara	24	1.288	1.312	934
Porto Alegre – 10ª Vara	9	1.594	1.603	934
Porto Alegre – 11ª Vara	19	812	831	1.059

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Porto Alegre – 12ª Vara	12	1.191	1.203	1.024
Porto Alegre – 13ª Vara	12	932	944	1.047
Porto Alegre – 14ª Vara	24	983	1.007	798
Porto Alegre – 15ª Vara	44	1.244	1.288	1.016
Porto Alegre – 16ª Vara	8	671	679	843
Porto Alegre – 17ª Vara	6	1.078	1.084	512
Porto Alegre – 18ª Vara	2	4.016	4.018	1.622
Porto Alegre – 19ª Vara	34	1.390	1.424	845
Porto Alegre – 20ª Vara	13	1.144	1.157	804
Porto Alegre – 21ª Vara	37	989	1.026	931
Porto Alegre – 22ª Vara	55	1.427	1.482	759
Porto Alegre – 23ª Vara	4	908	912	800
Porto Alegre – 24ª Vara	13	1.164	1.177	729
Porto Alegre – 25ª Vara	20	1.035	1.055	655
Porto Alegre – 26ª Vara	10	1.549	1.559	673
Porto Alegre – 27ª Vara	17	1.297	1.314	895
Porto Alegre – 28ª Vara	22	1.677	1.699	790
Porto Alegre – 29ª Vara	7	1.178	1.185	1.033
Porto Alegre – 30ª Vara	1	1.353	1.354	224
Rio Grande – 1ª Vara	10	996	1.006	580
Rio Grande – 2ª Vara	16	744	760	795
Rio Grande – 3ª Vara	16	975	991	218
Rio Grande – 4ª Vara	18	860	878	299
Rosário do Sul	10	300	310	424
Santa Cruz do Sul – 1ª Vara	2	797	799	1.021
Santa Cruz do Sul – 2ª Vara	11	984	995	513
Santa Cruz do Sul – 3ª Vara	112	651	763	412
Santa Maria – 1ª Vara	26	1.299	1.325	2.054
Santa Maria – 2ª Vara	5	821	826	2.326

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Santana do Livramento	41	696	737	656
Santa Rosa – 1ª Vara	6	485	491	879
Santa Rosa – 2ª Vara	2	355	357	212
Santa Vitória do Palmar	22	565	587	394
Santiago	2	500	502	448
Santo Ângelo	6	1.484	1.490	1.205
São Borja	11	798	809	1.276
São Gabriel	2	276	278	337
São Jerônimo	9	1.186	1.195	933
São Leopoldo – 1ª Vara	19	904	923	1.059
São Leopoldo – 2ª Vara	23	716	739	934
São Leopoldo – 3ª Vara	5	737	742	833
São Leopoldo – 4ª Vara	15	498	513	218
Sapiranga – 1ª Vara	5	1.124	1.129	1.003
Sapiranga – 2ª Vara	31	570	601	1.222
Sapiranga – 3ª Vara	5	818	823	854
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	5	403	408	619
Sapucaia do Sul – 2ª Vara	6	740	746	291
Soledade	22	580	602	376
Taquara – 1ª Vara	3	680	683	522
Taquara – 2ª Vara	8	398	406	505
Taquara – 3ª Vara	0	589	589	443
Taquara – 4ª Vara	1	474	475	166
Torres	26	1.211	1.237	821
Três Passos	9	309	318	592
Triunfo	3	838	841	373
Uruguaiana – 1ª Vara	4	1.090	1.094	644
Uruguaiana – 2ª Vara	4	1.393	1.397	759
Vacaria – 1ª Vara	12	422	434	319

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Viamão – 1ª Vara	11	1.072	1.083	1.210
Total	**2.346**	**119.512**	**121.858**	**96.912**

VARAS DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Item		Valor *
Valores arrecadados	Custas Processuais	46.187.693,97
	Emolumentos	198.899,15
	Contribuições previdenciárias	196.717.315,84
	Imposto de Renda	47.661.750,81
	Total	**290.765.659,77**
Valores pagos em decorrência de multas aplicadas por órgãos de fiscalização das relações de trabalho		342.428,45
Custas processuais dispensadas		58.441.395,26

** Valores em Reais.*

COORDENADORIAS DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO – CCDFs

Item	Valor *
Emolumentos arrecadados	210.408,98

** Valores em Reais.*

DADOS ESTATÍSTICOS DOS JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU

Juízes Titulares de Vara do Trabalho

JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Adair João Magnaguagno	1.363	762	344	400	52
Adriana Freires	1.369	990	375	557	58
Adriana Moura Fontoura	1.515	1.012	471	496	29
Adriano Santos Wilhelms	1.362	1.108	496	528	59
Alcides Otto Flinkerbusch	1.436	833	361	383	51
Alexandre Schuh Lunardi	1.062	587	244	274	10
Ana Ilca Härter Saalfeld	1.070	736	327	350	28
Ana Julia Fazenda Nunes	1.415	982	294	600	70
Andrea Saint Pastous Nocchi	0	81	81	0	0
André Ibaños Pereira	1.288	684	299	314	106
André Luiz da Silva Schech	1.021	726	295	367	31
André Vasconcellos Vieira	1.129	673	408	241	29
Angela Rosi Almeida Chapper	324	148	80	47	29
Anita Job Lübbe	1.108	828	468	224	63
Artur Peixoto San Martin	2.037	1.047	345	623	59
Ary Faria Marimon Filho	1.400	815	402	323	145
Bárbara Schönhofen Garcia	1.335	695	283	361	64
Ben–Hur Silveira Claus	1.427	1.011	299	670	68
Bernarda Nubia Toldo	1.542	1.001	481	428	56
Cacilda Ribeiro Isaacsson	409	314	162	146	16

JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Candice Von Reisswitz	1.672	899	379	388	86
Carla Sanvicente Vieira	1.145	640	342	213	24
Carlos Alberto May	1.091	640	293	301	9
Carlos Alberto Zogbi Lontra	64	64	0	67	0
Carlos Henrique Selbach	1.331	698	205	411	34
Carolina Santos Costa de Moraes	1.050	721	388	298	56
Celso Fernando Karsburg	757	757	418	311	77
Cinara Rosa Figueiró	1.396	958	329	570	26
Cintia Edler Bitencourt	1.826	992	486	416	79
Cláudio Roberto Ost	1.068	721	447	272	88
Cleiner Luiz Cardoso Palezi	1.229	852	263	529	15
Clocemar Lemes Silva	902	656	181	445	26
Cristiane Bueno Marinho	1131	817	443	328	153
Cristina Bastiani	920	489	155	292	9
Daniel de Sousa Voltan	686	450	236	147	21
Daniel Souza de Nonohay	1.084	825	451	259	126
Déborah Madruga Costa Lunardi	1.029	644	260	362	29
Deise Anne Longo	1.170	702	389	291	44
Diogo Souza	1.233	757	337	358	46
Edson Moreira Rodrigues	826	734	474	255	107
Edson Pecis Lerrer	43	171	170	0	25
Eduardo de Camargo	1.870	964	226	653	17
Eduardo Duarte Elyseu	727	500	310	188	20
Elisabete Santos Marques	1.203	845	423	390	133

JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Elson Rodrigues da Silva Junior	1.272	867	462	274	43
Eny Ondina Costa da Silva	1.093	620	308	224	79
Fabiana Gallon	847	845	462	377	158
Fabiane Rodrigues da Silveira Trindade Emery	1.054	638	340	205	88
Fernando Formolo	644	438	233	208	41
Flávia Cristina Padilha Vilande	1.117	485	140	262	45
Frederico Russomano	1.322	829	531	238	50
Gilberto Destro	1.428	870	484	304	116
Glória Valério Bangel	553	328	143	161	60
Graciela Maffei	1.355	935	410	388	62
Gustavo Fontoura Vieira	1.122	651	352	210	62
Horismar Carvalho Dias	1.175	917	550	246	64
Ingrid Loureiro Irion	1.119	659	380	218	35
Ivanildo Vian	1.041	771	375	357	78
Janaína Saraiva da Silva	1.117	725	221	427	28
Janney Camargo Bina	1.964	808	325	444	7
Jarbas Marcelo Reinicke	1.347	918	340	485	27
João Batista Sieczkowski Martins Vianna	135	429	308	94	45
João Carlos Franckini	92	91	76	17	23
Joe Ernando Deszuta	1.372	860	220	601	41
Jorge Alberto Araujo	1.048	706	282	286	139
José Carlos dal Ri	1.134	628	326	243	34
José Cesário Figueiredo Teixeira	0	1	0	1	0
José Luiz Dibe Vescovi	1.611	1.053	185	778	23

JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
José Renato Stangler	1082	706	273	322	60
Julieta Pinheiro Neta	850	446	191	194	11
Laura Antunes de Souza	805	858	570	255	109
Leandro Krebs Gonçalves	1.098	726	364	273	88
Lila Paula Flores França	1.446	652	436	161	15
Lina Gorczevski	1.231	832	255	514	66
Luciana Böhm Stahnke	1.263	874	273	555	34
Luciane Cardoso Barzotto	1.357	985	544	338	167
Luciano Ricardo Cembranel	84	123	96	21	9
Luis Antônio Mecca	1.124	718	363	309	38
Luis Carlos Pinto Gastal	1.211	539	308	204	28
Luís Ernesto dos Santos Veçozzi	1.112	751	310	410	38
Luis Fettermann Bosak	1.621	951	216	686	50
Luís Henrique Bisso Tatsch	1.331	820	321	445	80
Luis Ulysses do Amaral de Pauli	1.408	976	571	344	40
Luiz Antonio Colussi	639	498	345	97	29
Luiz Fernando Bonn Henzel	1.162	656	357	252	123
Marcelo Bergmann Hentschke	0	433	433	0	12
Marcelo Caon Pereira	860	560	170	362	37
Marcelo Papaléo de Souza	1.164	645	232	351	35
Marcelo Silva Porto	970	829	534	248	9
Márcia Carvalho Barrili	1.420	846	409	351	51
Márcio Lima do Amaral	1.165	727	362	272	86
Marco Aurélio Barcellos Carneiro	795	330	149	134	26

JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Marcos Fagundes Salomão	1.291	647	301	272	141
Maria Silvana Rotta Tedesco	1.228	650	304	250	223
Maria Teresa Vieira da Silva Oliveira	1.317	790	398	268	93
Marilene Sobrosa Friedl	1.471	1067	355	617	10
Maristela Bertei Zanetti	1.346	786	375	334	32
Maurício Machado Marca	1.305	862	238	560	77
Mauricio Schmidt Bastos	65	34	17	11	1
Neuri Gabe	1.337	886	331	493	37
Neusa Líbera Lodi	1.434	1068	635	388	109
Noêmia Saltz Gensas	1.211	660	194	349	67
Odete Carlin	304	187	32	134	10
Patrícia Dornelles Peressutti	1.838	767	444	274	17
Patrícia Helena Alves de Souza	1.306	898	437	403	27
Patricia Heringer	777	332	141	159	32
Paulo André de França Cordovil	1.154	790	234	460	31
Rachel de Souza Carneiro	783	397	172	158	21
Rafael da Silva Marques	1.561	1146	441	649	37
Raquel Hochmann de Freitas	1.041	785	492	193	118
Raquel Nenê Santos	1.132	796	376	403	76
Renato Barros Fagundes	428	407	192	156	21
Ricardo Fioreze	68	20	2	16	2
Rita de Cássia da Rocha Adão	516	316	171	147	36
Roberto Antonio Carvalho Zonta	24	8	4	2	1
Rogério Donizete Fernandes	1.238	814	190	599	19

JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Rosane Marlene de Lemos	1.286	726	188	523	51
Rosâne Marly Silveira Assmann	1.253	769	391	342	30
Rosiul de Freitas Azambuja	1.289	915	373	476	27
Rui Ferreira dos Santos	1.507	662	362	246	61
Silvana Martinez de Medeiros	1.483	892	257	595	159
Silvionei do Carmo	1.270	844	313	471	103
Simone Maria Nunes Kunrath	1.491	915	424	409	19
Simone Oliveira Paese	1.173	868	453	349	115
Simone Silva Ruas	1.103	678	369	194	41
Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	1.220	802	375	326	40
Themis Pereira de Abreu	1.184	681	281	276	73
Valdete Souto Severo	737	855	450	338	17
Valeria Heinicke do Nascimento	76	73	36	26	20
Vanda Iara Maia Müller	793	537	265	169	63
Volnei de Oliveira Mayer	3.185	2.134	355	1.678	45

Juízes do Trabalho Substitutos

JUÍZES SUBSTITUTOS	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Adriana Kunrath	1.133	683	301	289	97
Adriana Ledur	1.235	726	322	345	42
Adriana Seelig Gonçalves	1.221	667	322	279	171
Aline Doral Stefani Fagundes	610	582	244	304	15
Aline Veiga Borges	1.148	690	349	286	72
Almiro Eduardo de Almeida	107	311	285	18	74
Ana Carolina Schild Crespo	1.336	853	376	417	49
Ana Luiza Barros de Oliveira	1.230	612	295	269	133
Ana Paula Keppeler Fraga	942	554	317	176	161
Ana Paula Kotlinsky Severino	1.508	753	302	332	107
André Sessim Parisenti	1.287	675	249	333	53
Átila da Rold Roesler	1.343	764	337	377	71
Bárbara Fagundes	1346	782	427	292	51
Bruno Marcos Guarnieri	755	465	167	268	48
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	1.218	761	241	484	14
Carolina Cauduro Dias de Paiva	1.193	659	276	330	39
Carolina Hostyn Gralha Beck	1.509	749	308	340	78
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	628	500	322	142	28
Cesar Zucatti Pritsch	710	314	110	162	13
Charles Lopes Kuhn	867	522	214	285	17
Cínthia Machado de Oliveira	1.331	691	176	396	60
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	1.407	919	516	284	89
Daniela Elisa Pastório	1.212	953	365	524	16

JUÍZES SUBSTITUTOS	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Daniela Floss	1.238	928	339	500	23
Daniela Meister Pereira	1.331	791	342	335	60
Denilson da Silva Mroginski	949	676	384	252	82
Edenilson Ordoque Amaral	1.288	719	409	239	31
Edenir Barbosa Domingos	1.223	802	337	403	32
Eduardo Batista Vargas	1.341	851	355	407	102
Eduardo Vianna Xavier	1.118	815	391	284	144
Eliane Covolo Melgarejo	1.322	710	307	293	82
Eliseu Cardozo Barcellos	1.392	832	351	425	12
Elizabeth Bacin Hermes	1.048	755	473	208	61
Evandro Luís Urnau	1.222	1.011	557	399	90
Fabiane Martins	1.243	755	433	229	44
Fabíola Schivitz Dornelles Machado	1.272	703	291	353	95
Felipe Jakobson Lerrer	1.330	805	405	327	87
Felipe Lopes Soares	1.170	646	314	256	42
Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead	1.219	580	242	273	80
Fernanda Probst Marca	959	520	257	215	28
Fernando Reichenbach	1.144	640	294	291	42
Gabriela Lenz de Lacerda	1.241	734	376	274	27
Giani Gabriel Cardozo	1.063	619	275	291	12
Giovani Martins de Oliveira	1.332	892	494	324	80
Glória Mariana da Silva Mota	1.156	655	353	206	65
Guilherme da Rocha Zambrano	1.157	808	318	296	114
Gustavo Friedrich Trierweiler	1.492	1027	299	644	63

JUÍZES SUBSTITUTOS	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Gustavo Jaques	862	708	410	143	88
Gustavo Pusch	1.127	790	332	384	39
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	1.093	828	315	447	32
Jaqueline Maria Menta	996	634	227	350	22
Jefferson Luiz Gaya de Goes	1.256	668	380	205	165
Jorge Fernando Xavier de Lima	1.356	852	485	285	118
José Frederico Sanches Schulte	1.220	818	305	449	28
Juliana Oliveira	1.086	612	272	311	18
Kelen Patrícia Bagetti	1.375	734	274	391	62
Laura Balbuena Valente Gabriel	906	530	262	209	38
Lenara Aita Bozzetto	347	243	104	99	27
Ligia Maria Fialho Belmonte	1.151	793	412	312	69
Luciana Caringi Xavier	1.606	725	405	203	26
Luciana Kruse	510	275	150	91	41
Lúcia Rodrigues de Matos	930	678	236	423	11
Luísa Rumi Steinbruch	1.103	632	340	222	71
Luís Fernando da Costa Bressan	1.342	751	298	384	52
Marcela Casanova Viana Arena	664	326	137	145	25
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	1.047	659	348	284	33
Marcia Padula Mucenic	891	648	362	208	28
Marcos Rafael Pereira Piscino	875	805	537	264	155
Maria Cristina Santos Perez	1.317	684	285	340	103
Mariana Roehe Flores Arancibia	1.250	452	115	251	45
Marina dos Santos Ribeiro	504	243	114	111	0
Mateus Crocoli Lionzo	1.815	894	370	359	21

JUÍZES SUBSTITUTOS	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Matheus Brandão Moraes	1.622	814	406	316	22
Maurício de Moura Peçanha	1.815	1.065	429	531	106
Maurício Graeff Burin	596	276	86	153	1
Mauricio Joel Zanotelli	1.332	776	411	314	42
Max Carrion Brueckner	1.176	695	371	226	139
Milena Ody	1.514	822	257	487	61
Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	1.356	838	312	450	33
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	1.265	715	376	292	45
Nivaldo de Souza Junior	1.376	754	403	290	66
Osvaldo Antonio da Silva Stocher	1.055	623	220	366	10
Patrícia Bley Heim	657	440	212	191	38
Patricia Iannini dos Santos	245	122	53	31	11
Patricia Zeilmann Costa	1.470	873	501	299	25
Paula Silva Rovani Weiler	1.140	695	319	338	50
Paulo Ernesto Dorn	6	723	616	95	21
Rachel Albuquerque de Medeiros Mello	663	353	186	134	14
Rafaela Duarte Costa	1.301	703	317	266	129
Rafael Moreira de Abreu	1.044	779	409	288	71
Raquel Gonçalves Seara	1.224	681	298	274	106
Rita de Cássia Azevedo de Abreu	1.082	495	180	228	169
Rita Volpato Bischoff	1.138	779	404	292	93
Roberta Testani	998	514	247	218	50
Rodrigo de Almeida Tonon	1.019	547	253	232	81
Rodrigo Machado Jahn	1.180	812	330	378	118
Rodrigo Trindade de Souza	1.221	638	268	270	142

JUÍZES SUBSTITUTOS	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Rozi Engelke	1.139	791	374	309	98
Rubiane Solange Gassen Assis	819	534	240	280	57
Sérgio Giacomini	1.263	849	306	445	33
Sheila dos Reis Mondin Engel	514	194	48	123	1
Sheila Spode	1.394	695	238	383	40
Sonia Maria Pozzer	1.282	797	444	268	119
Taíse Sanchi Ferrão	878	477	230	203	41
Thiago Boldt de Souza	1.209	776	325	404	77
Tiago Mallmann Sulzbach	1.078	813	292	479	48
Valtair Noschang	1.466	1.059	385	565	15
Vinícius Daniel Petry	1.271	684	284	282	61

Registro Fotográfico



27 de janeiro - reunião de mediação sobre despedida em massa no frigorífico Marfrig



06 de março - apresentação do PJe-JT a gestores



06 de março - assinatura de convênio para uso do sistema digital do MPT



18 de março - apresentação de resultados de pesquisa de satisfação interna e externa



19 de março - implantação do PJe-JT em Santo Ângelo

Registro Fotográfico



23 de março - implantação do PJe-JT em Camaquã



27 de março - aula inaugural de 2015 da Escola Judicial, com jurista canadense Katherine Lippel e professora Edith Silva



20 de março - implantação do PJe-JT em Ijuí



06 de abril - lançamento da exposição 'Advocacia Trabalhista - Origem e Trajetória'



06 de abril - posse das juízas substitutas Taíse Ferrão e Roberta Testani

Registro Fotográfico



09 de abril - implantação do PJe-JT em Palmeira das Missões



09 de abril - implantação do PJe-JT em Três Passos



10 de abril - implantação do PJe-JT em Frederico Westphalen



14 de abril - reunião do Fórum de Relações Institucionais



16 de abril - implantação do PJe-JT em Bagé

Registro Fotográfico



17 de abril - implantação do PJe-JT em Pelotas



22 de abril - projeto 'Redescobrindo Valores': pagamento de reclamatória ajuizada em 1982



24 de abril - implantação do PJe-JT em Viamão



07 de maio - implantação do PJe-JT em Arroio Grande



08 de maio - implantação do PJe-JT em Santa Vitória do Palmar

Registro Fotográfico



12 de maio - Reunião de Análise da Estratégia



14 de maio - II Jornada sobre Novo Código de Processo Civil



19 de maio - Programa de Combate ao Trabalho Infantil promove apresentação na Escola Toyama



22 de maio - Reunião com coordenação nacional do Comitê do PJe-JT



28 de maio - Reunião de mediação com trabalhadores e empresas do transporte rodoviário de Porto Alegre

Registro Fotográfico



01 de junho - implantação do PJe-JT em Osório



01 de junho - implantação do PJe-JT em Torres



02 de junho - posse em gabinete do desembargador João Batista de Matos Danda



11 de junho - Programa de Combate ao Trabalho Infantil promove iluminação do prédio sede



12 de junho - Fórum de Relações Administrativas

Registro Fotográfico



12 de junho - Programa de Combate ao Trabalho Infantil promove apresentação no saguão do TRT-RS



14 de junho - Programa de Combate ao Trabalho Infantil promove ação em partida do Grêmio FBPA



19 de junho - Correição Geral Ordinária no TRT4



22 de junho - implantação do PJe-JT em Estância Velha



27 e 28 de junho - 8ª Edição dos Jogos da Integração da Justiça do Trabalho

Registro Fotográfico



30 de junho - entrega do Prêmio ''Conciliar é Legal'' ao TRT4



02 de julho - 'Redescobrindo Valores': pagamento de reclamatória ajuizada em 1981



15 de julho - reunião de mediação com indústria fumageira de Santa Cruz do Sul



27 de julho - assinatura do documento-base do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais



03 de agosto - reunião de mediação com metalúrgicos de Caxias do Sul

Registro Fotográfico



06 de agosto - implantação do PJe-JT em Alegrete



06 de agosto - implantação do PJe-JT em Uruguaiana



12 de agosto - implantação do PJe-JT em Vacaria



11 de agosto - desembargadoras Tânia Reckziegel e Cleusa Halfen recebem Ordem do Mérito da Justiça do Trabalho



13 de agosto - implantação do PJe-JT em Lagoa Vermelha

Registro Fotográfico



17 de agosto - apresentação 'Conhecendo o Orçamento', aos desembargadores



19 a 21 de agosto - 18º Encontro Anual de Gestores



24 de agosto - posse dos juízes substitutos Marina Ribeiro, Marcela Arena, Sheila Engel e Maurício Burin



25 de agosto - posse em gabinete da desembargadora Karina Saraiva Cunha



01 de setembro - Reunião de Análise da Estratégia

Registro Fotográfico



02 de setembro - reunião de mediação com a empresa JBS Aves



03 de setembro - implantação do PJe-JT em Santiago



03 de setembro - implantação do PJe-JT em São Borja



09 a 12 de setembro - X Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul



04 de setembro - reunião de mediação sobre precatórios de Uruguaiana

Registro Fotográfico



13 de setembro - concurso de servidores



17 de setembro - implantação do PJe-JT em Soledade



18 de setembro - implantação do PJe-JT em Cruz Alta



25 de setembro - debate dos candidatos à Presidência do TRT4



2 de outubro - Eleição da Administração do TRT-RS

Registro Fotográfico



05 de outubro - Memorial inaugura sala de exposições



08 de outubro - implantação do PJe-JT em São Gabriel



09 de outubro - implantação do PJe-JT em Rosário do Sul



14 de outubro - seminário sobre trabalho de pessoas com deficiência



09 de outubro - implantação do PJe-JT em Santana do Livramento

Registro Fotográfico



16 de outubro - implantação do PJe-JT em Gramado: processo eletrônico implantado em 100% das unidades do TRT4



06 de novembro - posse solene dos desembargadores Karina Cunha e João Batista Danda



09 de novembro - homenagem aos servidores: 10, 20 e 30 anos de serviço



13 de novembro - reunião de mediação entre Refap e Sindipetro



16 de novembro - lançamento da pedra fundamental da nova sede da VT de Viamão

Registro Fotográfico



20 de novembro - 1ª entrega da Ordem do Mérito Judiciário do TRT4



17 de novembro - curso de PJe-JT para diretores de VTs



23 de novembro - exposição 'Magistratura Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória'



25 de novembro - reunião de mediação com a empresa Gerdau



27 de novembro - inauguração da nova sede do Foro Trabalhista de Uruguaiana

Registro Fotográfico



29 de novembro - solenidade do prêmio Innovare, no Supremo Tribunal Federal



3 de dezembro - aposição do retrato da desembargadora Cleusa Halfen na Galeria de Corregedores



07 de dezembro - posse da juíza titular Bárbara Schönhofen Garcia



3 de dezembro - posse do juiz titular Marcelo Begmann Hentschke



4 de dezembro - curso 'Efetivação dos Direitos Humanos no Mundo do Trabalho'

Registro Fotográfico



9 de dezembro - inauguração da nova sede do Foro Trabalhista de Erechim



15 de dezembro - posse da direção do Foro Trabalhista de Porto Alegre



11 de dezembro - posse da nova Administração do TRT4



17 de dezembro - Reunião de Análise da Estratégia



17 de dezembro - convênio entre Ulbra e Caixa Econômica Federal

CERTIDÃO:

PROC. TRT PA Nº 0002734-29.2016.5.04.0000

CERTIFICO que o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, na sessão ordinária realizada nesta data, tomou conhecimento e, por unanimidade, aprovou o relatório de atividades deste Tribunal referente ao exercício de 2015, nos termos do disposto no art. 39, inciso XXVII, "*in fine*", do Regimento Interno. Tomaram parte na sessão os Exmos. Desembargadores Juraci Galvão Júnior, Rosane Serafini Casa Nova, João Alfredo Borges Antunes de Miranda, Ana Luiza Heineck Kruse, Berenice Messias Corrêa, Tânia Rosa Maciel de Oliveira, Cleusa Regina Halfen, João Pedro Silvestrin, Carmen Izabel Centena Gonzalez, Emílio Papaléo Zin, Maria da Graça Ribeiro Centeno, Marçal Henri dos Santos Figueiredo, Francisco Rossal de Araújo, Raul Zoratto Sanvicente e Ricardo Carvalho Fraga, sob a presidência da Exma. Desembargadora Beatriz Renck, Presidente deste Tribunal. Presente pelo Ministério Público do Trabalho o Dr. Rogério Uzun Fleischmann. Porto Alegre, 20 de maio de 2016.-.-.-